

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCAR
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS - CECH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE**

MILENE CRISTINA HEBLING

**MEMÓRIA E RESISTÊNCIA:
os professores no contexto da ditadura civil-militar
(1964-1985)**

**SÃO CARLOS – SP
2013**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCAR

CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS - CECH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – PPGE

MILENE CRISTINA HEBLING

**MEMÓRIA E RESISTÊNCIA:
os professores no contexto da ditadura civil-militar
(1964-1985)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, na área de concentração em Educação, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Roberto Massao Hayashi

Prof. Dr. Carlos Roberto Massao Hayashi
(Orientador)

(Assinatura do orientador)

Milene Cristina Hebling
(Aluna bolsista)

(Assinatura da bolsista)

SÃO CARLOS – SP
2013

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

H446mr

Hebling, Milene Cristina.

Memória e resistência : os professores no contexto da ditadura civil-militar (1964-1985) / Milene Cristina Hebling. -- São Carlos : UFSCar, 2013.

231 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2013.

1. Professores. 2. Resistência. 3. Professores de ensino de primeiro grau. 4. Professores de ensino de segundo grau. 5. Memória. 6. Ditadura civil-militar. I. Título.

CDD: 371.10092 (20^a)



Programa de Pós-Graduação em Educação
Comissão Julgadora da Dissertação de mestrado de

Milene Cristina Hebling
São Carlos 08/04/2013

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Roberto Massao Hayashi

Prof. Dr. Amarilio Ferreira Jr.

Prof. Dr. Alexandre Felipe Fiuza (por parecer)

Handwritten signatures of the examiners, including Carlos Roberto Massao Hayashi, Amarilio Ferreira Jr., and Alexandre Felipe Fiuza, written over horizontal lines.

Dedicatória

Dedico este trabalho à todos aqueles que lutaram para que se instalasse uma democracia no Brasil e, em especial, aos que contribuíram para que este trabalho se realizasse.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Silvia e Elialdo, que têm me ensinado a ser quem eu sou e a lutar por aquilo que quero. A confiança que depositam em mim me faz crescer e me ajuda a superar os obstáculos. Agradeço também a minha irmã e a todos os demais familiares. Obrigada!

Agradeço ao meu namorado, Filipe, por ser um companheiro sempre presente. Agradeço por ser aquele que ouviu minhas angústias e me deu ânimo para enfrentar todos os problemas decorrentes da realização desta pesquisa. Agradeço por ler e reler diversas vezes meus textos e por me ajudar a encontrar a bibliografia necessária. Agradeço por lembrar-se de mim sempre que vê algo relacionado ao tema de meu trabalho. Você não sabe o quanto foi fundamental para que eu seguisse em frente!

Agradeço aos amigos por serem aqueles que me ajudaram a fazer das “lágrimas o sangue que nos deixa de pé”. Agradeço especialmente aos amigos Carla, Pamela, Valéria e Ronaldo. Obrigada pelas conversas, pelas risadas, pelo apoio, pela troca de experiências, pela ajuda mútua!

Agradeço especialmente a todos os participantes desta pesquisa, que me receberam com tanto carinho e depositaram enorme confiança em meu trabalho. Esta pesquisa não teria existido sem vocês!

Agradeço a meu orientador, Prof. Carlos Roberto Massao Hayashi, pela ajuda durante a realização da pesquisa. Agradeço também aos professores da banca, Prof. Amarílio Ferreira Jr. e Prof. Alexandre Fiuza, pelas contribuições que trouxeram para este trabalho.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) por ter tornado viável a realização desta pesquisa através do auxílio concedido na forma da bolsa de estudos.

Agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização do percurso deste trabalho. Obrigada!

“Quando um estado combate idéias com armas, a cidadania está em risco, a liberdade está em risco, a vida está em risco...”

Alípio Freire, Izaías Almada e J. A. de Granville Ponce

RESUMO

Esse é um estudo sobre a resistência de professores de primeiro e segundo graus ao regime militar brasileiro. Buscamos identificar quais as práticas de resistência desenvolvidas por tais docentes e compreender se elas foram organizadas na esfera individual, como ações isoladas de alguns professores, ou coletiva, como organização da categoria profissional. Além disso, interessa-nos investigar também se essa resistência utilizou a profissão “professor” como suporte, sendo realizada por meio das práticas pedagógicas, ou se ocorreu fora do ambiente escolar, não apresentando ligação, portanto, com a atividade docente. Para tratar de nosso objeto de pesquisa, utilizamos duas estratégias metodológicas, quais sejam a história oral e a pesquisa documental. Para a realização da história oral, foram previamente selecionados onze professores que lecionavam no ensino de primeiro ou segundo grau durante a ditadura civil-militar. Desse total, seis foram localizados e quatro aceitaram participar da pesquisa. Realizamos entrevistas semi-estruturadas, utilizando um questionário pré-definido como guia, a fim de conhecer as memórias dos participantes acerca do tema pesquisado. A pesquisa documental foi realizada no acervo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS/SP), a fim de localizar documentos produzidos por esse órgão de polícia política sobre os professores estudados. Atribuímos grande relevância às fontes orais obtidas, devido à possibilidade de compreender nosso objeto de estudo a partir do ponto de vista dos próprios envolvidos, ou seja, dos professores. A pesquisa não procurou ser generalizante, uma vez que não trabalhamos com amostragens, mas sim com casos específicos. Nas análises das fontes coletadas, foram construídos eixos temáticos que abordam as diferentes práticas de resistência desenvolvidas pelos professores focalizados e a repressão sofrida por suas ações. Estes eixos são: “apresentação dos professores”; “resistência através da profissão: possibilidades e limites”; “resistência fora da escola” e “repressão”. Como resultados, pode-se constatar que os participantes construíram, através de práticas diversas, a resistência ao regime militar. Além disso, a oposição realizada por esses professores foi delimitada pelas características do movimento oposicionista da sociedade em geral, ou seja, a resistência por eles desenvolvida estava integrada no contexto social e político pelo qual o país passava em cada período da ditadura civil-militar.

Palavras-chave: resistência; professores de 1º e 2º graus; memória; ditadura civil-militar; memória oral; documentos oficiais.

ABSTRACT

This is a study about the resistance of teachers of first and second degree to Brazilian military regime. We try to identify which resistance practices were developed by these teachers and understand if they were organized in the individual sphere, as isolated actions of some teachers, or collectively, as an organization of professional category. Beyond that, we are also interested in investigating if this resistance had used the “teacher” profession as a support, being performed through pedagogical practices, or if it occurred outside the school environment, not presenting a relation, therefore, with the teaching activity. To treat our research object, we used two methodological strategies, which are oral history and documental research. For the realization of oral history, we previously selected eleven teachers who had lectured in primary or secondary school during the civil-military dictatorship. Of this total, six were located and four agreed to participate of the research. We conducted semi-structured interviews, using a pre-defined questionnaire as a guide, in order to know memories of the participants about the researched topic. The documental research was realized in the collection of the Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS/SP), in order to find documents produced by this politics police organ about the studied teachers. We attribute great relevance to the oral sources obtained, due the possibility they represent of understanding our object of study from the point of view of the involved, i.e., the teachers. This research did not seek to be generalizing, since we do not work with samples, but with specific cases. In the analysis of collected sources, we constructed thematic axes which address different resistance practices developed by the focused teachers and the repression suffered by their actions. These axes are: "Presentation of teachers"; "resistance through the profession: possibilities and limits"; "resistance out of school" and "repression." As result, it can be seen that the participants built, through various practices, resistance to the military regime. Moreover, the opposition performed by these teachers was bounded by the characteristics of the opposition movement of society in general, i.e., the resistance developed by them was integrated into the social and political context in which the country was in each period of civil-military dictatorship.

Keywords – resistance; teachers of 1st and 2nd degrees; memory; civil-military dictatorship; oral memory; official documents.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADUSP – Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo

AI-5 - Ato Institucional nº 5

ALN - Aliança Libertadora Nacional

AP - Ação Popular

APEOESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

BNM - Brasil Nunca Mais

CENIMAR – Centro de Informações da Marinha

Ceplar - Campanha de Educação Popular da Paraíba

CFE - Conselho Federal de Educação

CGI – Comissão Geral de Investigações

CNMC - Comissão Nacional de Moral e Civismo

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COLINA - Comando de Libertação Nacional

Cruzada ABC - Cruzada de Ação Básica Cristã

DEOPS – Departamento Estadual de Ordem Política e Social

DOI-Codi - Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

IPM - Inquérito Policial Militar

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MNR - Movimento Nacional Revolucionário

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

MOLIPO - Movimento de Libertação Popular

MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro

OBAN – Operação Bandeirante

OSPB – Organização Social e Política do Brasil

PC – Partido Comunista

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PC do B - Partido Comunista do Brasil

POLOP - Organização Revolucionária Marxista Política Operária

PUC - Pontifícia Universidade Católica

TL - Tendência Leninista

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UNB – Universidade Nacional de Brasília

UNE - União Nacional dos Estudantes

USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

VAR-Palmares - Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares

VPR - Vanguarda Popular Revolucionária

Sumário

1 - Introdução.....	10
1.1- Apresentação	10
1.2 – A pesquisa: procedimentos e metodologia.....	11
1.3- Professores participantes.....	14
2. “Memória” e “resistência” como instrumentos teóricos de reconstrução da atuação de professores durante a ditadura militar	23
2.1 – Memória	23
2.1.1 - História, história oral e memória: algumas considerações	23
2.1.2 - A história da memória ou a memória na história	25
2.1.3 - Desvendando o labirinto: caminhos da memória.....	31
2.2 - Resistência.....	36
2.2.1 - Grupos de esquerda e luta armada como práticas de resistência à ditadura	41
2.2.2 - O movimento de bases: a resistência através de sindicatos e associações.....	46
3. Políticas educacionais e formação profissional de professores durante a ditadura militar ...	55
3.1 – Reformas no sistema educacional e formação de professores.....	55
3.1.1 - Reforma Universitária	56
3.1.2 - Educação de adultos	59
3.1.3 - Reforma do ensino de 1º e 2º graus	62
3.2 - Reflexos da política educacional do regime militar para a categoria docente	65
4. O protagonismo histórico dos professores no contexto da ditadura militar: memórias e resistências.....	76
4.1 - Compreendendo e relacionando as memórias: a análise das entrevistas.....	76
4.1.1 - Apresentação dos professores.....	77
4.1.2 Resistência através da profissão: possibilidades e limites	86
4.1.3 - Resistência fora da escola.....	100
4.1.4 - Repressão.....	104
5. Considerações finais.....	121
6. Referências Bibliográficas	123
7. Apêndices	127

1 - Introdução

1.1- Apresentação

Este é um estudo que busca revelar práticas de resistência ao regime civil-militar brasileiro desenvolvidas por professores primários e secundários. Buscamos compreender quais seriam as esferas de organização – individual ou coletiva - dessa resistência e se sua estruturação utilizou a docência como suporte. Algumas questões haviam sido levantadas durante a composição do projeto de pesquisa, tendo sido modificadas em parte ao longo do desenvolvimento do trabalho. Assim foram definidos os principais questionamentos que tem conduzido a pesquisa: os professores primários e secundários construíram mecanismos de resistência política à ditadura? Se sim, tais práticas alcançaram espaço dentro de instituições educacionais e foram estruturadas através da docência ou desenvolveram-se em atividades alheias ao trabalho do professor? Os documentos oficiais, provenientes do DEOPS, revelam as mesmas informações que as fontes orais alicerçadas nas memórias dos professores estudados? Os sujeitos dessa pesquisa continuaram atuando como docentes e de que modo sua experiência durante o período analisado afetou sua vida profissional? Enfim, de forma mais abrangente, quais as formas encontradas pelos docentes focalizados neste estudo para manifestar sua resistência ao regime?

No projeto inicial, submetido ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de São Carlos para ingresso no mestrado e à FAPESP para solicitação de bolsa de estudos, previa-se averiguar como os professores focalizados utilizaram sua profissão para atuar contra o governo militar, dedicando, portanto, maior atenção às possíveis práticas de resistência diretamente vinculadas à docência, ou seja, àquelas levadas a efeito na relação professor-aluno. Entretanto, com o amadurecimento teórico proporcionado durante o curso de mestrado, percebemos que outros mecanismos de oposição podem ter sido mais significativos do ponto de vista da luta pelo retorno à situação democrática. Assim, após a coleta das fontes orais e documentais e o estudo da literatura disponível, optamos por investigar todas as práticas de resistência realizadas pelos professores participantes, seja em decorrência de sua profissão ou não, e compreender seu significado em um contexto marcado pelo autoritarismo.

1.2 – A pesquisa: procedimentos e metodologia

Para coletar os dados referentes ao nosso “objeto de pesquisa”¹, lançamos mão de duas estratégias metodológicas: a história oral e a pesquisa documental. As fontes orais que obtivemos segundo a metodologia de história oral são provenientes de entrevistas com os professores participantes aqui estudados ou com seus familiares. A pesquisa documental referiu-se também a estes professores e foi realizada, inicialmente, no acervo DEOPS/SP, disponível no Arquivo Público de São Paulo. Posteriormente, essa busca foi ampliada para outros arquivos a fim de colher o maior número possível de informações, visando complementar nosso estudo.

Atribuímos relevância às fontes orais obtidas, devido à possibilidade que elas representam de compreender nosso objeto de estudo a partir do ponto de vista dos próprios envolvidos, ou seja, dos professores. A História Oral nos possibilitou desvendar memórias que nos aproximam da interpretação efetuada pelos docentes de suas próprias práticas de resistência ao regime, nas diversas instâncias em que elas possam ter ocorrido. Além disso, em trabalho anterior (HEBLING, 2009), a autora deste texto havia tomado conhecimento da narrativa oficial construída acerca da atuação destes professores, através de documentos provenientes da polícia política do período. Havia a necessidade de compreender a visão dos próprios professores a respeito de suas ações e práticas. Portanto, o trabalho foi estruturado em torno das memórias dos participantes. As fontes documentais coletadas aparecem para possibilitar a compreensão sobre como se estruturava a repressão aos opositores do novo governo através dos órgãos de polícia política, especialmente o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) do estado de São Paulo.

Consideramos necessários alguns apontamentos iniciais acerca da história oral, a fim de possibilitar a compreensão dos caminhos adotados nesta pesquisa. Sebe Bom Meihy, autor de diversos estudos sobre essa temática, propõe a seguinte conceitualização:

História oral é um conjunto de procedimentos que se iniciam com a elaboração de um projeto e continuam com a definição de um grupo

¹ Esta expressão foi colocada entre aspas pois em nenhum momento pensamos nos professores aqui estudados como objetos. Eles são sujeitos com sua própria história. No entanto, nos termos acadêmicos, é desta forma que devemos referenciá-los, visto que constituem o foco de nosso estudo.

de pessoas (ou colônia) a serem entrevistadas, com o planejamento da condução das gravações, com a transcrição, com a conferência do depoimento, com a autorização para o uso, arquivamento e, sempre que possível, com a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas. (1996, p. 15)

Assim, história oral não se compõe apenas pela realização de entrevistas, mas por sua preparação e pelos processos de tratamento do material obtido. A entrevista convencional não pode ser considerada história oral. A esse respeito, Meihy e Holanda (2007) explicam:

Deve ficar claro que quando se vale da entrevista para obter informação objetiva ou dados exatos, não se pratica história oral e sim se faz uso convencional de entrevistas. É equívoco supor que o mero ato de entrevistar equivale a fazer história oral (p. 25).

É necessário explicitar qual modalidade de história oral foi adotada: temática, de vida ou tradição oral. Escolhemos por trabalhar com história oral temática, pois nessa modalidade é possível definir um foco primordial para a entrevista. No nosso caso, as práticas de resistência efetuadas pelos professores participantes constituíram o foco temático.

Segundo Meihy e Holanda (2007), “mesmo abrigando índices de subjetividade, a história oral temática é mais passível de confrontos que se regulam a partir de datas, fatos, nomes e situações. Quase sempre, a história oral temática equivale à formulação de documentos que se opõem às situações estabelecidas” (p. 38). Assim, poderemos apoiar nossas análises não apenas nas fontes orais de que dispomos, mas também dos documentos coletados, principalmente no que se refere à compreensão da ação repressiva dispensada aos participantes.

Além de identificar a modalidade de história oral adequada aos objetivos propostos, é preciso também delimitar a comunidade de destino a que o projeto se refere, para possibilitar a compreensão dos aspectos que unem nossos participantes. A respeito da comunidade de destino definida com base em experiências pessoais ou coletivas das quais resultam marcas psicológicas nos sujeitos que as vivenciaram, têm-se:

Outra alternativa, esta de base psicológica, diz respeito às experiências de cunho moral: pessoas afetadas por dramas subjetivos ou não

naturais como violência, abusos, arbitrariedades, discriminação. De uma ou de outra forma, a sustentação que marca a união de pessoas são dramas comuns, coetâneos, vividos com intensidade e consequências relevantes, episódios que alteram no porvir o comportamento pretérito, rotineiro, e que impõem mudanças radicais de vida grupal. (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 51)

Assim, a comunidade de destino a que esta pesquisa se refere é composta por professores primários e secundários que possuem uma característica fundamental em comum: todos vivenciaram um período de marcado autoritarismo e repressão e, mais do que isso, foram vítimas dessa violência, de forma direta (prisão e tortura, por exemplo) ou indireta (medo e outros componentes psicológicos). Meihy e Holanda (2007) destacam que grupos submetidos a tais eventos, a prisão e a tortura, por exemplo, podem ser, por isso, identificados como portadores de uma comunidade de destino.

As entrevistas foram direcionadas, ou seja, foram conduzidas a partir de um questionário base. A fim de garantir o bem-estar dos participantes e a ética da pesquisa, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade Federal de São Carlos. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi entregue aos participantes, no momento da entrevista, para que tomassem conhecimento dos detalhes da pesquisa. Após a transcrição, os participantes receberam devolutivas de seu material e verificaram a necessidade de alterações, sempre prezando pelo seu conforto. Portanto, o material de que dispomos foi aprovado para utilização e divulgação pelos próprios entrevistados.

Para a organização do questionário, observamos as orientações a esse respeito:

A exteriorização do tema, sempre dado a priori, organiza a entrevista que deve se render ao alvo proposto. Então, o grau de atuação do entrevistador como o condutor dos trabalhos fica muito mais explícito e é orientado pelos recursos dados pela sequência de perguntas que devem levar ao esclarecimento do tema. Assim, seria equivocado considerar o colaborador um simples informante ou ator social ou mesmo objeto de pesquisa no sentido superado dos termos. (MEIHY, HOLANDA, 2007, 38-39)

O roteiro da entrevista foi pensado de modo a contemplar o tema de pesquisa. O questionário foi organizado em blocos de perguntas, para proporcionar maior capacidade de reflexão ao entrevistado e para evitar o direcionamento das respostas, divididas em três momentos: questões gerais, específicas e de reflexão. Na primeira parte, contemplamos aspectos pessoais relevantes sobre os professores como, por

exemplo, a escola e série em que lecionavam, sua formação, os pensadores e teóricos em que embasavam sua prática, etc. Em um segundo momento, as questões abordaram temas mais específicos como as formas de resistência de que fizeram parte e o envolvimento com grupos e organizações de oposição à ditadura. No último momento da entrevista, buscamos informações sobre o modo como os entrevistados refletem, hoje, sobre suas ações no passado, bem como sobre a influência que esse período exerceu (e possivelmente ainda exerça) em sua profissão. Na prática, a ordem proposta no questionário acabou sendo modificada. Novas questões surgiram e outras foram respondidas a priori pelos entrevistados. A relação com os professores participantes nos levou a estabelecer uma nova dinâmica durante a entrevista, diferente para cada caso.

1.3- Professores participantes

Através de trabalho anterior (HEBLING, 2009), selecionamos um grupo composto por onze professores primários e secundários que resistiram ao regime militar através de práticas diversas e que, além disso, sofreram com a ação repressiva desse governo, tendo sido presos pelo DEOPS/SP, entre outros órgãos. Estes mesmos professores foram definidos como a comunidade de destino dessa pesquisa. No entanto, as situações objetivas estabelecidas nos obrigaram a uma mudança de rumos, que será descrita em seguida.

No momento de preparação do projeto de pesquisa que nos orientou, acreditávamos que encontraríamos dificuldades no contato com os professores. Na prática, isso se confirmou. A primeira delas foi descobrir formas de contato, como telefone, endereço ou e-mail. Possuíamos apenas as informações provenientes dos documentos do DEOPS/SP, que se referiam, portanto, à localização dos entrevistados durante o período do regime militar. Para localizá-los, a autora deste trabalho realizou diversas buscas em livros, listas telefônicas e na internet. Essa foi uma ferramenta bastante útil e com ela pudemos encontrar o contato de alguns participantes.

Dos onze professores com quem nos propusemos trabalhar, três faleceram antes do início desta pesquisa. Assim, o número de participantes caiu para oito, dos quais

localizamos apenas seis. Detalharemos as situações ocorridas durante o contato com esses seis professores².

A primeira cujo telefone foi encontrado é “Luiza”. Na verdade, dois números de telefone foram localizados e ambos referiam-se à pessoas com nomes idênticos, mas moravam em estados diferentes. Sem saber qual das duas seria a “Luiza” procurada, a pesquisadora efetuou ligações para os dois números. Em ambos, obtivemos a mesma resposta: “eu não sou quem você procura”. Não sabemos se essa informação é verdadeira ou se foi um meio de se resguardar, evitando a participação na pesquisa.

O segundo entre esses professores, “Carlos”, não respondeu nossos contatos. Enviamos e-mails para ele e para a secretária da empresa em que ele trabalha atualmente. Essa secretária confirmou o recebimento do e-mail e informou que “Carlos” responderia caso desejasse participar. Essa resposta nunca chegou, significando a recusa na participação, talvez por receio de contar e relembrar sua história, devido às marcas deixadas durante este período, ou simplesmente por não desejar divulgá-la. Enviamos um novo e-mail, explicando que gostaríamos apenas de confirmar se tratava-se realmente da pessoa procurada e que sua participação não seria obrigatória de forma alguma, mas novamente não obtivemos resposta.

“Bianca” concordou, a princípio, apesar de um pouco relutante, mas estabeleceu que não poderia conceder uma entrevista presencial. Solicitou-nos que enviássemos o questionário via e-mail e ela responderia textualmente. Essa forma de participação não estava prevista no projeto inicial, mas decidimos aceitar suas condições por entendermos as dificuldades em falar de um assunto como o que é tema de nossa pesquisa e também pela riqueza das contribuições que ela poderia nos oferecer, visto que sofreu repressão do regime justamente por seu trabalho docente. No entanto, um mês após solicitar o questionário, “Bianca” escreveu-nos pedindo desculpas e manifestando sua impossibilidade de participar devido à lembranças que esse assunto traria, relacionadas muito intimamente com seu marido, também um dos nomes inicialmente selecionados nesta pesquisa, falecido há menos de um ano. Ambos trabalharam juntos como professores e a repressão recaiu sobre os dois. Sendo assim, ela nos informou que não conseguiria tratar sobre este tema no momento, devido à morte recente de seu companheiro de vida e de luta, apesar de sentir vontade de

² Utilizaremos nomes fictícios, entre aspas, para nos referirmos a todos os professores que não aceitaram participar ou não permitiram a divulgação do nome verdadeiro.

colaborar conosco. Compreendemos a dor que essa participação causaria e respeitamos a vontade desta professora.

“Adriana”, muito atenciosa e educada, permitiu que explicássemos todo o projeto e manifestou vontade de nos ajudar, mas nos contou que nunca foi professora. No início do regime militar, ela decidiu cursar a faculdade de Pedagogia, devido ao sonho que possuía de ser professora. No entanto, devido à sua participação em grupos de esquerda, foi presa pelo DEOPS/SP. Após os traumas que sofreu na prisão, não conseguiu concluir a faculdade e, portanto, nunca trabalhou como docente. Porém, ao ser presa, declarou ser professora, já que este era seu sonho. Isto explica porque esta profissão consta em seu prontuário do DEOPS. Ela considerou que não deveria participar desta pesquisa, pois não pertencia realmente ao grupo profissional a que voltamos nosso estudo, mas desejou contribuir de alguma forma. Então, entrou em contato com uma amiga e, alguns dias depois, retornou-nos a ligação dizendo que havia encontrado uma participante para “colocar em seu lugar”, “Lívia”³.

Fizemos nosso primeiro contato com “Lívia” via ligação telefônica e a impressão que ficou foi a de que ela estava um pouco receosa em participar da pesquisa. Pediu-nos que enviássemos informações mais detalhadas via correio eletrônico, para que ela pudesse decidir sobre sua participação. Nos primeiros e-mails, ainda permanecia o receio de conceder uma entrevista, o que é perfeitamente normal por dois motivos. Primeiro, porque ela não sabia se realmente se tratava de pesquisadores idôneos, dispostos a tratar de forma adequada o material coletado. Em segundo lugar, devido ao tema da entrevista. Explicitamos que não se tratava de uma entrevista sobre prisão ou tortura. Procuramos esclarecer também que a participação na pesquisa poderia ser cancelada a qualquer momento e que ela receberia a transcrição de suas falas para verificar se estava de acordo ou se desejaria fazer modificações. Este mesmo procedimento foi seguido com os demais participantes.

Em outra conversa telefônica, foi possível perceber um pouco mais de confiança em nosso trabalho. A pesquisadora, por sua vez, também já estava mais calma do que na primeira ligação. Contatar uma pessoa desconhecida para solicitar sua participação em uma pesquisa que aborda tema tão delicado não é tarefa fácil.

³ Nome fictício adotado a pedido da participante.

A entrevista ocorreu na residência de “Lívia”. O clima foi tranquilo e agradável. Nas ligações telefônicas, “Lívia” nos perguntou diversas vezes quanto tempo prevíamos para a entrevista. Estipulamos que a duração estaria entre 1 e 2 horas, no máximo. No entanto, “Lívia” narrou suas memórias por 2 horas e 40 minutos. O tempo do relógio – Chronos – parecia ter parado. Restou-nos o tempo da experiência – Kairós. Aliás, essa sensação fez-se presente em todas as entrevistas, tamanho o envolvimento com as memórias resgatadas.

Após várias tentativas de localizar Maria de Lourdes⁴, encontramos um artigo on-line que citava o nome desta professora, descrevendo-a como uma pessoa que resistiu à ditadura militar e cuja história permanecia quase completamente desconhecida. Localizamos o e-mail do jornalista que escreveu tal artigo e escrevemos para ele, explicando um pouco sobre nosso trabalho e perguntando se possuía algum contato de Maria de Lourdes. Ele respondeu que possuía seu número de telefone, mas não sabia se poderia informá-lo. Muito gentilmente, entrou em contato com Maria de Lourdes, que o autorizou a informar seu telefone. Mas, em um dos e-mails que nos enviou, este jornalista explicou que seria difícil conseguir entrevistá-la, pois Maria adotou uma postura de reclusão após o regime militar e nunca havia concedido entrevista alguma, nem mesmo para ele.

Fizemos, então, nosso primeiro contato com a participante, via telefone. Ela foi bastante receptiva e nos explicou que se interessou pelo projeto justamente por abordar um tema ligado à educação e ao trabalho de professores, o que, em sua opinião, é algo de extrema importância. Entretanto, ela explicou que poderia conceder uma entrevista apenas se estivesse confortável após conhecer a pesquisadora. Após receber o convite para permanecer em sua casa, situada em Salvador (BA), durante alguns dias, a pesquisadora viajou para lá, onde se hospedou por quatro dias. Na terceira noite, Maria de Lourdes pediu para que a entrevista ocorresse naquele momento. Nesses quatro dias, estabelecemos um contato mais profundo com esta participante, conhecendo também um pouco de sua vida atual. É importante registrar que em momentos de conversas informais, no período em que estivemos juntas, ela narrava detalhes de suas memórias sobre o período da ditadura, mesmo sem que fosse solicitada a fazê-lo. No momento da entrevista, com o gravador ligado, essas memórias não se fizeram presentes.

⁴ A utilização de seu nome verdadeiro foi autorizado pela participante.

Utilizaremos apenas o que foi informado durante a entrevista e autorizado posteriormente por ela.

No dia seguinte ao da realização das entrevistas, Maria de Lourdes afirmou ter sofrido de mal-estar e insônia durante a noite. A sensação foi causada pelas memórias que vieram à tona. O “desvelar” da memória referente à ditadura mostra-se penoso, traz consigo lembranças perturbadoras.

Ada⁵ é uma das professoras cuja história desejávamos compreender melhor, devido à parcialidade das informações a seu respeito contidas no acervo DEOPS/SP. No entanto, descobrimos que ela faleceu em 1992. Em nosso projeto de pesquisa, previmos, em caso de falecimento, a possibilidade de entrevistar familiares ou colegas de trabalho que pudessem nos esclarecer sobre a atuação profissional de Ada durante o regime militar.

Conversamos, inicialmente, com outros professores universitários que trabalharam com ela na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), na esperança de que algum deles pudesse nos informar um contato de seus filhos. Infelizmente, não conseguimos.

Após diversas buscas na internet – sem sucesso –, acessamos a Plataforma Lattes, disponibilizada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e realizamos uma busca com o sobrenome “Natal Rodrigues”. Obtivemos como resultado, o Currículo Lattes de Laura. Até este momento, não sabíamos se era realmente a filha da professora Ada.

Então, através dessa plataforma, enviamos um e-mail para Laura, inicialmente a fim de verificar se era quem procurávamos. Como a resposta foi afirmativa, fizemos o convite para que participasse da pesquisa, nos auxiliando a compreender mais sobre a atuação de sua mãe durante o regime militar. Laura aceitou prontamente.

No dia da entrevista, realizada em sua casa, ela desejou saber um pouco mais sobre nosso trabalho. Conversamos, inicialmente, sobre nossos objetivos e metodologia. Então, Laura nos presenteou: meses antes de falecer, sua mãe escreveu um memorial para pleitear um cargo na UFSCar. Este memorial contém uma síntese de toda sua trajetória profissional e traz algumas referências ao que aconteceu com ela durante a ditadura militar. Laura ofereceu este memorial para utilizarmos em nosso trabalho.

⁵ Devido ao falecimento de Ada, foi sua filha que nos autorizou a divulgar o nome desta professora.

Conforme destacamos anteriormente, um projeto de pesquisa não pode prever todas as situações que ocorrerão durante sua realização. O aparecimento deste memorial foi uma grata surpresa, algo não previsto nem mesmo em nossos mais otimistas “sonhos” de pesquisadores. Na entrevista, Laura esclareceu diversos pontos a respeito da história de sua mãe.

Essa entrevista apresentou um tom diferente das demais visto que nosso foco não estava voltado para a entrevistada, mas para sua mãe. As memórias colhidas referiam-se a uma terceira pessoa e, por vezes, outros instrumentos serviram como um suporte para que Laura recordasse de mais fatos acerca da trajetória de sua mãe. Quando Ada sofreu a repressão da ditadura civil-militar brasileira, Laura era uma criança e, por isso, alguns detalhes haviam sido esquecidos. No entanto, algumas situações vivenciadas pela mãe, que afetaram toda a família, ficaram profundamente marcadas na memória de nossa entrevistada.

Laura nos contou tudo o que lembra acerca da atuação profissional de sua mãe. Ela narrou os principais acontecimentos da carreira dela como professora, ligando-os com a repressão sofrida durante o regime militar.

Após realizar diversas buscas na internet, conseguimos descobrir que Luiz Marcos⁶ reside, atualmente, em Belo Horizonte, sua terra natal. No entanto, essa era a única informação que havíamos descoberto. Continuamos procurando e encontramos alguns artigos que contavam um pouco da história de sua militância e das homenagens que recebeu após a ditadura. Mas ainda não havíamos localizado nenhum contato dele. Então, acessamos o site de um professor que escreve sobre política e encontramos um comentário em um dos artigos disponíveis. Este comentário havia sido escrito por Luiz Marcos.

Imediatamente, escrevemos para o professor responsável pelo site – e pelo artigo. Explicamos brevemente sobre a pesquisa e solicitamos que encaminhasse nossa mensagem a Luiz Marcos, juntamente com nosso contato. Muito gentilmente, este professor fez isso e, algum tempo depois, recebemos a resposta de Luiz. Explicamos mais detalhadamente sobre a pesquisa e perguntamos se ele gostaria de participar. Luiz Marcos nos respondeu com um breve resumo de sua atividade política e nos informou que nunca havia sido professor, mas que, se mesmo assim quiséssemos, ele poderia

⁶ O participante autorizou a utilização de seu nome verdadeiro.

participar. Decidimos que realizar essa entrevista seria importante para compreender porque pessoas que não exerceram essa profissão declaravam-se professores, assim como ocorreu também com “Adriana”. Esse era o segundo caso que encontramos de alguém que foi apontado como professor pelos documentos do DEOPS, mas que, na verdade, não exerceu atividades ligadas à educação. Apesar de o participante residir em Belo Horizonte, optamos por realizar a entrevista por considerá-la de grande importância para esta pesquisa.

Luiz Marcos, jornalista, fez de sua entrevista uma extensão de sua profissão. Está tão acostumado a entrevistar outras pessoas e depois organizar o material coletado, que acabou dirigindo nossa conversa e guiando os temas abordados, sem que houvesse a necessidade de muitas interrupções da pesquisadora.

Desde nossos contatos iniciais, eu já havia explicitado o tema deste trabalho e, assim, qual seria o foco da entrevista. Desta forma, parecendo adivinhar as próximas perguntas, Luiz Marcos narrou os acontecimentos de sua vida com uma grande clareza de exposição e com riqueza de detalhes. Assim, em uma entrevista muito agradável, ele nos esclareceu muito sobre o funcionamento das organizações de esquerda durante a ditadura e sobre o próprio aparato repressor organizado pelos militares.

Apesar das modificações no projeto inicial, a pesquisa manteve seus objetivos e metodologia. Acreditamos que esses “desvios” fazem parte de nosso percurso de trabalho, principalmente por lidarmos com pessoas e com situações da vida real. Desde o início do projeto, contamos com a impossibilidade de localizar alguns dos professores previamente selecionados. Além disso, havíamos considerado a possibilidade de que algumas dessas pessoas não aceitassem participar. Contudo, não foram estipulados critérios para a inclusão de outros professores.

A pesquisa nos conduziu por um caminho imprevisto e acabamos conhecendo uma nova professora. Nos casos de falecimento, a alternativa seria localizar familiares ou amigos que pudessem contribuir com lembranças sobre as práticas de resistência dos professores pesquisados. Esse procedimento foi seguido, resultando na entrevista com a filha da professora Ada.

Assim, totalizamos o número de 4 entrevistas realizadas, sendo 2 com professores selecionados inicialmente; 1 com a filha de uma professora inicialmente selecionada e 1 com uma nova integrante da pesquisa. Além disso, obtivemos um memorial referente a

uma das professoras inicialmente selecionadas, que foi utilizado como fonte documental.

1.4 - Análise dos dados e estrutura do trabalho

No projeto de pesquisa inicial, havíamos levantado a abordagem sócio histórica, com base no materialismo histórico-dialético, para orientar o processo de análise do material coletado. Entretanto, após iniciar essa análise, a pesquisadora percebeu a incompatibilidade entre a teoria proposta e os dados empíricos. Essa hipótese foi confirmada após a submissão ao exame de qualificação, realizado em outubro de 2012, no qual os integrantes da banca sugeriram a revisão da perspectiva teórica adotada, com vistas à substituí-la por outra mais adequada. A mesma sugestão foi levantada no parecer emitido pela FAPESP, referente ao primeiro relatório parcial enviado pela pesquisadora.

A pesquisadora, por concordar com a validade destas sugestões, alterou imediatamente o fundamento teórico de seu trabalho. Após receber tais orientações, iniciou-se a busca de um referencial adequado (composto também por indicações do parecerista da FAPESP e pelos membros da banca), que estivesse em consonância com o tema abordado nesta pesquisa.

Por compreender que dois conceitos fundamentais para este estudo são “memória” e “resistência”, priorizamos, inicialmente, a sua definição e contextualização. Sendo assim, levantamos uma série de renomados autores que se dedicam ao estudo destes conceitos. O primeiro capítulo contém o conceito de “memória” como fonte histórica e a explicação do conceito de “resistência” no contexto da ditadura militar, apresentando também uma síntese sobre as organizações de esquerda do período e sobre o movimento de bases, atuante principalmente após 1977, através de sindicatos e associações.

No segundo capítulo, desenvolvemos um estudo acerca do resultado prático das políticas educacionais formuladas durante a ditadura civil-militar, ou seja, qual o seu reflexo no cotidiano escolar. Além disso, procuramos explicitar como tais políticas engendraram uma nova composição social da categoria profissional dos professores, que foram submetidos a um processo de proletarização durante o regime militar. Este capítulo apresenta correlação com o anterior, na medida em que pode-se relacionar essa

nova composição da categoria dos professores com suas decorrências, entre elas, o engajamento no movimento sindical e associativista.

No terceiro capítulo, foi desenvolvida a análise dos dados, combinando o material proveniente das entrevistas com os documentos escritos, a fim de compreender a resistência ao regime militar protagonizada pelos professores estudados. Essa análise foi norteadada pelo aporte teórico levantado nos dois primeiros capítulos.

2. “Memória” e “resistência” como instrumentos teóricos de reconstrução da atuação de professores durante a ditadura militar

Neste capítulo, apresentaremos algumas considerações a respeito de dois conceitos fundamentais para a estruturação deste trabalho: “memória” e resistência.

2.1 – Memória

2.1.1 - História, história oral e memória: algumas considerações

(...) a História é antes de mais nada a busca incessante, porque histórica, de um objeto que é, essencialmente movimento (...) apreendida de maneiras diferentes, é rescrita por cada geração, é interpretada desde muitos pontos de vista (FENELON apud NASCIMENTO, 2011, p. 269).

A definição acima, elaborada pela historiadora Déa Fenelon, ampara-se na constante e permanente reescrita da história, geração após geração, em um esforço contínuo de compreender o seu objeto que é “essencialmente movimento”. Isso porque, como destaca Le Goff (2012), o objeto da história é o homem. Assim, a história “opera por descontinuidades” (ALBERTI, 2004, p. 14).

Compreender o movimento realizado pelos homens ao longo do tempo não é tarefa fácil. As rupturas são frequentes e demonstram que as explicações atribuídas aos fenômenos históricos não são e nem podem ser vias de mão única. Le Goff (2012) utiliza um excerto do filósofo Paul Ricoeur como uma “idéia de base”, a partir da qual irá fundamentar sua discussão a respeito da história. Neste trecho, Ricoeur discorre justamente sobre as irregularidades da ciência histórica, afirmando que esta “quer tornar as coisas contemporâneas, mas ao mesmo tempo tem de reconstituir a distância e a profundidade da lonjura histórica” (RICOEUR apud LE GOFF, p. 21). O esforço contínuo feito pelos homens de compreender a história é sempre intermeado pela dificuldade em precisar acontecimentos e fatos separados pelo tempo e marcados pela “profundidade” que a distância temporal ocasiona. Isso atribui à história um caráter de permanente busca e reinterpretação dos fatos, à luz de novos meios, técnicas ou teorias que possam ampliar a compreensão de determinado fenômeno.

A concepção de história - e de como fazer história - por si só, já foi alvo de diversas discussões e vêm se modificando ao longo do tempo. Do positivismo à História Cultural, passando pelo marxismo, pela Escola dos Annales e pela Nova História, as formas de compreender “os homens no tempo” são divergentes entre si e ocasionam análises também diversas de seu objeto. São as escolas teóricas que delimitam quais as fontes confiáveis e, em última instância, que análise deve ser feita sobre elas. Assim, durante o século XIX, por exemplo, a fonte escrita foi considerada como a única válida, por influência do positivismo. Esse modo de fazer ciência pregava a neutralidade do pesquisador bem como das fontes utilizadas. A intencionalidade da produção do documento escrito não era questionada e, tão pouco, seu conteúdo.

No século XX, entretanto, a comunidade científica passa a questionar a pretensão de objetividade e neutralidade do positivismo e confere importância também a outras fontes que não as escritas. Nesse contexto é que se afigurou a validade da fonte oral.

Um dos caminhos metodológicos que pode ser percorrido por aqueles que desejam se dedicar ao estudo de um objeto a partir de fontes orais é a História Oral. A definição de História Oral tem sido bastante discutida desde seu surgimento. Alguns pesquisadores insistem em enquadrá-la em uma definição precisa: seria ela uma metodologia, uma disciplina ou uma técnica? Sebe Bom Meihy (1996) aponta o caráter “desprezível” dessa discussão, já que a história oral é “mais apta a motivar reflexões do que a esgotar-se em debates inócuos sobre seu sentido epistemológico” (p. 14). Por não julgarmos proveitoso fixar a história oral dentro de uma ou outra categoria, tomamos a liberdade de explicitar apenas em qual sentido ela foi utilizada neste trabalho, ou seja, em qual sentido ela nos foi útil. Sendo assim, utilizamos a história oral como uma metodologia de pesquisa, através da qual obtivemos as fontes orais que buscávamos.

Delgado esclarece que, enquanto estratégia metodológica, a história oral “busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História” (DELGADO apud NASCIMENTO, 2012, p.1). É evidente então uma característica fundamental das fontes produzidas através dessa metodologia: são “premeditadas” (MEIHY, 1996, p. 15), pois sua produção ocorre com uma certa intencionalidade, seja a de coletar materiais para uma pesquisa ou para a formação de um acervo. É necessário preparar com cuidado o

questionário, o contato com os participantes, a forma de realização da entrevista, o tratamento dispensado ao material obtido e sua posterior análise. A história oral compõe-se de diversos procedimentos que se estendem desde a preparação do projeto de pesquisa até a divulgação dos resultados e a devolutiva – necessária – aos participantes (MEIHY, 1996).

Alberti salienta que as entrevistas que compõem a metodologia de história oral são importantes por tratarem diretamente com pessoas que testemunharam acontecimentos relativos ao objeto de estudo. Assim, a história oral não deve ser pensada como forma de preencher lacunas ou falhas apresentadas pelos documentos escritos. Através dela é possível recuperar “o vivido conforme concebido por quem viveu” (ALBERTI, 2005, p. 23) e daí decorre sua importância. Importa desvendar como o passado “foi e é apreendido e interpretado” (ALBERTI, 2005, p. 19). Durante o processo de trazer as lembranças à tona, o participante realiza uma reelaboração de suas memórias. Além disso, desde o momento em que uma pessoa testemunha um acontecimento, ela inicia um processo de interpretação daquilo que viu e ouviu. De posse dessa informação, é inútil discutir a confiabilidade da memória. Mais importante e produtivo é compreendê-la e analisar o que significam as reconstruções do vivido, bem como as omissões durante a entrevista. Aquilo a que não é permitido o transbordamento, ou seja, o que permanece oculto pode ser tanto ou mais importante quanto o que é revelado.

A história oral tem como matéria-prima a memória, ou seja, esta é fonte daquela. O que não só define a história oral, mas também a diferencia de outras metodologias é exatamente tal característica: ela se baseia nas fontes orais produzidas a partir da memória (FENTRESS, WICKHAM, 1992). Julgamos conveniente, então, realizar um breve levantamento sobre a memória, tanto em seu sentido histórico, a fim de compreendermos qual importância foi atribuída a ela ao longo dos tempos, quanto em sua definição teórica, com base no pensamento de autores que se debruçaram sobre o estudo desse conceito.

2.1.2 - A história da memória ou a memória na história

Antes de analisarmos o que é a memória e como ocorre sua estruturação, faremos uma espécie de busca na história para compreender como a memória se modificou desde os tempos mais primitivos até a atualidade. “Uma das melhores maneiras de ver qual o papel da memória para a história é observar a memória na história” (FENTRESS, WICKHAM, 1992, p. 21).

Le Goff (2012), em sua obra de peso “História e Memória”, faz uma análise da memória a partir de uma perspectiva cronológica, utilizando como base a transição das sociedades cuja memória era essencialmente oral para as sociedades de memória escrita. Nas sociedades sem escrita, a memória estava profundamente ligada aos mitos, principalmente aqueles que remetiam ao surgimento desses povos, os mitos de origem. Uma das características dessa fase é possibilitar uma maior dimensão criativa à memória, visto que não havia a necessidade de uma memorização repetitiva do conteúdo. À narração é que era atribuída importância, com todas as criações que esta pudesse envolver.

Com o surgimento da escrita, durante a passagem da Pré-história à Antiguidade, o homem passa a preocupar-se em perpetuar suas lembranças através do tempo, iniciando a fase da construção de monumentos e de documentos escritos. Nesse momento, as sociedades que estão se desenvolvendo procuram registrar tudo aquilo que é importante para sua perpetuação, como atos financeiros e genealogias. Os reis passam a utilizar a memória para exaltar sua própria imagem e, portanto, iniciam a escrita de uma história que é, logicamente, feita a partir da perspectiva daqueles que detêm o poder na sociedade.

Memória real, pois os reis fazem compor e, por vezes, gravar na pedra anais (ou pelo menos extratos deles) onde estão sobretudo narrados os seus feitos – e que nos levam à fronteira onde a memória se torna “história” (LE GOFF, 2012, p. 416).

Aqui aparece uma característica que é imanente à história: a sua relação com o poder. Os mais diversos grupos buscam deixar suas marcas na história, mas nem sempre esse registro abrange todos os membros de uma sociedade. Frequentemente, são apenas as vozes daqueles que detêm poder que se fazem ouvir com o passar do tempo. No exemplo citado acima, os reis deixam as marcas de seus feitos através de documentos escritos em pedra e de monumentos erguidos em sua própria homenagem. Com o

tempo, e sua ação devastadora, são normalmente essas marcas dos poderosos que conseguem chegar até a sociedade presente.

Os gregos divinizam a memória através de Mnemosine, que é mãe de nove musas. É ela quem revela os segredos do passado aos poetas e que lembra os homens dos feitos dos heróis. Portanto, são os heróis, os grandes homens, com seus feitos dignos de honra, que merecem ser lembrados. Os poetas são admirados por serem aqueles que revelam os tempos antigos, através da memória a eles concedida pela deusa. Assim, “a poesia, identificada com a memória faz desta um saber e mesmo uma sabedoria, uma *sophia*” (LE GOFF, 2012, p. 420). Ecléa Bosi (2012) recorre à Vernant para compreender o mito de Mnemosine e destaca que a memória por ela revelada não se referia ao passado individual dos poetas, mas ao tempo antigo em geral, ou seja, ao passado coletivo, o que representa “uma ponte entre o mundo dos vivos e o do além” (p.89).

Com o passar do tempo, a importância atribuída à memória é cada vez maior. Os gregos desenvolvem, inclusive, a mnemotecnica, ou seja, uma técnica para auxiliar a rememoração, baseada no recurso a lugares e imagens. A retórica, fundamental para o homem grego, sobretudo na esfera pública (política), inclui a memória como a última de suas cinco operações.

Já na Idade Média, a memória se altera a partir da principal instituição do período, detentora do poder social, a Igreja Católica. Devido a essa relação entre ambas, o objeto da memória gira em torno daquilo que a religião considera adequado. Inicia-se a fase de culto aos mortos, com obituários, orações pelos mortos e, principalmente, aos santos e mártires.

Uma característica fundamental da memória na Idade Média é sua relação crescente com a escrita. Um ponto interessante destacado por Le Goff (2012) é a referência aos sinais da memória, descritos por Boncompagno da Signa. Este cita passagens da Bíblia para explicar que a memória pode ser auxiliada através de sinais mnemônicos. Um som, um objeto ou um cheiro, por exemplo, podem servir para trazer à tona lembranças que permaneciam, até então, adormecidas (p. 433).

Até o final da Idade Média, a memória oral prevalecia sobre a memória escrita. Com o advento do Renascimento, e a invenção da imprensa, têm início uma nova fase, caracterizada como a da “memória em expansão”, ressaltando a ampliação dos

conteúdos memorizados, principalmente devido ao suporte oferecido pelos meios impressos. Assim,

Com o impresso... não só o leitor é colocado em presença de uma memória coletiva enorme, cuja matéria não é mais capaz de fixar integralmente, mas é frequentemente colocado em situação de explorar textos novos. Assiste-se então à exteriorização progressiva da memória individual; é do exterior que se faz o trabalho de orientação que está escrito no escrito. (LEROI-GOURHAN apud LE GOFF, 2012, p. 438)

Essa memória exterior é realçada no século XVIII, com o surgimento das enciclopédias e dos dicionários, nos quais o saber encontra-se fragmentado, visto que cada termo corresponde a uma fração do conteúdo total.

O costume da homenagem aos mortos, tão marcante na Idade Média, é suspenso por um período e retomado após a Revolução Francesa. Além disso, o fim da Revolução traz consigo a necessidade não só de lembrar, mas também de comemorar os feitos importantes e suas datas. Demarca-se, então, o início da manipulação da memória: o que é digno de ser lembrado e, para além disso, o que é conveniente que seja lembrado? Certas datas são privilegiadas em detrimento de outras em vista dos interesses políticos predominantes. Conforme consta no texto da lei que propôs a volta da comemoração da Revolução Francesa, após esta ter sido suprimida por Napoleão,

A organização de uma série de festas nacionais, lembrando ao povo recordações que se ligam à instituição política existente, é uma necessidade reconhecida e posta em prática por todos os governos. (LE GOFF, 2012, p. 444)

O caráter de seletividade imposto às comemorações nacionais, que tem o intuito de lembrar e celebrar fatos, eventos ou personalidades importantes – cuja “importância” pode ser discutida e questionada -, é uma marca da disputa pela perpetuação do poder através da memória. Seja com os mitos de origem nas sociedades de memória oral; com as obras gregas, já marcadas pela escrita, referentes aos heróis e seus feitos; com a relação quase que obrigatória entre memória e religião durante a Idade Média ou com os feriados nacionais que surgem na França pós-Revolução, o que se afigura é a relação permanente entre memória e poder. Ou, mais especificamente, a tentativa de viabilizar e assegurar o poder através da memória, especialmente em sua esfera coletiva. O objeto

de lembrança ou de esquecimento na memória coletiva pode ser indicador dessas tensões inerentes a todas as sociedades. Segundo Le Goff (2012), assim como a memória individual está submetida constantemente a fatores como afetividade e interesse, a memória coletiva também passa por crivo semelhante, resultante da busca dos diversos grupos pelo poder. Assim,

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (p. 408)

Contudo, a disputa pelo poder não envolve apenas o que está gravado na memória, mas também o que é esquecido. O mecanismo conhecido como *damnatio memoriae*, criado pelo senado romano para eliminar o nome do imperador dos documentos e monumentos após seu falecimento, demonstra que “ao poder pela memória responde a destruição da memória” (LE GOFF, 2012, p. 423). Essa afirmação não se restringe à sociedade da Roma antiga, mas se estende até os dias atuais. Se por um lado é notável a tentativa de assegurar o poder através das marcas deixadas na memória coletiva, por outro pode-se encontrar também a tentativa de destruição dessa memória, também como forma de perpetuação do poder. Porque alguns eventos e fatos são dignos de lembrança em detrimento de outros? Justamente pelo seu potencial de revelar ou de ocultar elementos que poderiam ser tanto benéficos quanto prejudiciais aos detentores do poder em uma dada sociedade.

Analisando, por exemplo, a memória do regime militar brasileiro, esse duplo movimento de manipulação da memória coletiva fica nítido. Durante a vigência da ditadura civil-militar brasileira, os militares buscaram manipular a opinião pública através da censura. Com a tentativa de ocultação de todo e qualquer problema brasileiro, com a culpabilização dos militantes políticos, transformados em subversivos criminosos – termos esses que foram amplamente divulgados e que permearam o imaginário popular – e com a propaganda de exaltação da pátria, o Estado brasileiro tentou controlar a opinião pública no país. Desta forma, ele acabou afetando também a memória coletiva. Não são raras as declarações feitas na atualidade a respeito do suposto “progresso” que o país teria conquistado após o Golpe, bem como o

aparecimento de defensores de tal regime, que afirmam que “naquela época” não havia violência, que a população estava empregada e que a educação era de qualidade. Uma de nossas participantes afirma:

Nossa, você vinha lá do ABC, descia ali na Avenida Ipiranga, na Avenida que vem do bairro Ipiranga, aquela avenida que sai de São Caetano, às 2, 3 horas da madrugada. Você tomava táxi numa boa, não tinha violência, não tinha perigo, não tinha violência nenhuma praticamente. (Entrevista com “LÍVIA”)

Durante um regime ditatorial, marcado pela repressão e violência, muitas pessoas – inclusive uma que foi presa e interrogada - ainda afirmam que “naquela época” não havia perigo algum. Com o controle da opinião pública, obtém-se, a longo prazo, o controle da memória coletiva.

Em outro sentido, os militares buscaram a conservação de seu poder através da garantia de impunidade aos seus próprios crimes. Estabeleceram a Lei de Anistia, que concedia o perdão político não só aos acusados de crimes políticos, mas aos próprios militares. Além disso, como um de seus últimos atos, o governo militar se encarregou de ocultar ou destruir total ou parcialmente os arquivos que pudessem comprovar seus crimes. Essa destruição afetou a memória coletiva. Apenas recentemente a sociedade brasileira teve acesso aos arquivos remanescentes do período.

Neste sentido é que a História Oral enquanto metodologia de pesquisa pode ser de grande utilidade a este trabalho. Através da produção de fontes orais com pessoas que vivenciaram o tema por nós investigado, acreditamos que será possível ampliar um pouco o conhecimento sobre a história da profissão docente, especialmente durante a ditadura militar, interligando a atividade docente à possível resistência desses professores ao próprio regime. Buscamos o material para esse intento nos caminhos tortuosos do labirinto da memória. Assim como Teseu valeu-se de um novelo de lã para achar o caminho correto dentro do grandioso labirinto do Minotauro, também nós precisaremos nos valer de um fio condutor como guia para compreendermos os caminhos do labirinto da memória. Este fio condutor é composto pela abordagem teórica pela qual iremos nos guiar para a análise das fontes orais obtidas através das entrevistas.

2.1.3 - Desvendando o labirinto: caminhos da memória.

Após efetuarmos um breve histórico a respeito da memória e suas transformações desde as sociedades orais primitivas até a sociedade atual, o que nos levou a perceber que a memória caminha junto à tentativa de conservação do poder e que, por isso, os diferentes grupos das mais diversas sociedades vêm tentando dominá-la, torna-se necessário compreender agora o conteúdo da memória e como se dá seu funcionamento.

Fentress e Wickham (1992), em sua obra “Memória Social”, colocam uma questão essencial para aqueles que se propõem a utilizar como fonte de seus trabalhos a memória e costumam resgatá-la em entrevistas estruturadas a partir de questionários, como é o caso desta pesquisa. Afinal, “o que é a memória? Caçamo-la com um questionário ou devemos usar uma rede para borboletas?” (p. 14). A metáfora sugerida por estes autores nos parece bastante apropriada. A memória, assim como as borboletas, está sempre em movimento, ou seja, novas lembranças surgem e outras, mais antigas, podem ser modificadas ou caírem no esquecimento. Assim, uma “rede para borboletas” seria capaz de captar as memórias nesse constante movimento, no qual uma “puxa a outra”, visto que as lembranças mantêm, frequentemente, relação entre si. Além disso, a rede é capaz de caçar as borboletas sem machucá-las. Com as memórias, é necessário o mesmo cuidado, mas em outro sentido: é essencial tratar com cuidado e delicadeza as lembranças coletadas. Para nossa pesquisa, essas duas características são essenciais para lidarmos com as memórias que nossos participantes nos possibilitaram conhecer. O tema que abordamos é delicado e remete à sensações e acontecimentos por vezes desagradáveis. Apenas uma observação nos parece necessária: ao tratarmos com as histórias – ou melhor, com partes delas – vividas por nossos participantes, que pudemos conhecer através de suas memórias, achamos justo que nenhuma espécie de “rede” fosse colocada sobre elas. Essas memórias permaneceram, na maioria dos casos estudados, relegadas ao esquecimento ou ao silêncio durante longo período e, nesta pesquisa, pretendemos dar aos participantes o espaço necessário para falar abertamente sobre elas. Assim, com toda a atenção e delicadeza necessárias, buscamos propiciar aos participantes a oportunidade de narrar algumas de suas lembranças de um período marcante, abrindo a tampa do “baú” da memória.

Segredos,
 Eu os trago num pequeno baú dourado
 Bem guardados
 Para que não sejam propalados

Que não sejam adúlteros os meus lábios
 Em pronunciá-los
 Que não se precipitem os meus olhos
 A publicá-los
 Segredos,
 Eu os sei inteiros
 Tão obsoletos quanta a campânula
 Em que os vejo presos

É na tinta brilhante que escorre da caneta
 Que lanço sobre a folha alva
 Em dose incerta
 Vestígios dos meus segredos

Mexo e remexo o baú dourado
 Na salivante expectativa de que eles despertem
 E com um desejo de voar intensificado
 Adquiram asas e, voando, se desintegrem
 Ou então, que saiam pela porta entreaberta
 Sigam rumo à vida (ou ao que restou dela)
 Talvez, transfigurados em borboletas coloridas
 Que voam sem amarras, sem o olhar da sentinela.

(SEGREDOS DO BAÚ DOURADO, Úrsula Maia)

Fentress e Wickham (1992) apresentam um estudo que nos parece interessante para iniciar a reflexão acerca da memória. Tais autores a estudam do ponto de vista social, em contraposição à sua vertente individual, e buscam demonstrar a diferença existente entre memória social e memória coletiva. Esta última foi objeto de estudo de Maurice Halbwachs (2006), que considera que a memória está sempre relacionada à identidades de grupo e que, em última instância, o próprio indivíduo é resultado da interação entre um certo número de grupos. Para Fentress e Wickham, esta visão é determinista e por isso sugerem uma nova terminologia para seu estudo.

Tais autores afirmam que lançaram o olhar para o estudo da memória após perceberem um de seus aspectos: “a experiência passada recordada e as imagens partilhadas do passado histórico são tipos de recordações que têm particular importância

para a constituição de grupos sociais no presente” (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 9). Partindo desse pressuposto, eles procuram analisar não a veracidade da memória, mas o seu funcionamento, a fim de entender como se dá a evocação das lembranças e o significado conferido pelo sujeito à sua narração.

Ambos os autores destacam o caráter de seleção ou distorção presente na memória social e apontam para um fato novo: seriam realmente distorções ou a sociedade considera adequado narrar os fatos conforme a percepção que tiveram sobre eles, ou seja, conforme foram “sentidos”? Dessa forma, a memória estaria submetida a padrões externos, sociais. (FENTRESS, WICKHAM, 1992)

A memória pode, então, ser dividida em duas partes: uma objetiva, na qual estão contidos os fatos e conhecimentos e uma subjetiva, que contém os sentimentos pessoais. O primeiro tipo de memória, a objetiva, tende a parecer digna de crédito ao passo que a segunda enfrenta mais questionamentos e desconfianças. O motivo dessa diferença decorre da capacidade que temos de “articular e comunicar” a memória objetiva mais facilmente do que conseguimos expressar nossa memória subjetiva. No entanto, os autores advertem que essa divisão restringe-se ao nível do pensamento, pois ambas as partes estão em constante ligação. Além disso, o aspecto pessoal das memórias está em contínua relação com o social. (FENTRESS E WICKHAM, 1992)

Um ponto essencial na teoria da memória social é assim construído: “somos aquilo de que nos lembramos”. Sendo assim, um estudo sobre o funcionamento de nossa memória é, na verdade, “o estudo da maneira como somos” (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 20). Compreender como guardamos determinados acontecimentos, sensações e experiências e qual a releitura que fazemos deste material passado a partir dos meios que temos no presente; entender os processos de interpretação e rememoração das lembranças e o significado que elas apresentam para aquele que as evoca enquanto realiza sua narração seria, assim, um estudo sobre nós, sobre nossa história.

“O instrumento decisivamente socializador da memória é a linguagem” (BOSI, 2010, p. 56). É através da linguagem que podemos articular nossas lembranças a fim de transmiti-las a outros. Não apenas a linguagem, mas também a narração são fundamentais para a memória. De que vale lembrar-se de diversas experiências passadas se não há ninguém com quem compartilhá-las? A partir do momento em que é

possibilitado à pessoa narrar suas memórias, esta se sente, normalmente, revigorada e reconhecida por seu valor. Dois trechos podem comprovar a importância da narração.

Veja, hoje a minha voz está mais forte que ontem, já não me canso a todo instante. Parece que estou rejuvenescendo enquanto recordo (BOSI, 2010, p. 39).

Eu achei interessante, agradável, sinal de que eu não vivi em vão (Entrevista com “LÍVIA”).

A experiência da narração possibilitada por Ecléa Bosi aos seus entrevistados resultou em um rejuvenescimento para os próprios narradores. Contar suas experiências, rememorar-las, traz a sensação de que a vida não passou “em vão”, como uma de nossas participantes afirma, pois há alguém interessado em conhecer a história desses narradores. Se, conforme afirmado anteriormente, “somos aquilo de que nos lembramos” (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p.20), narrar nossas memórias é permitir que outros saibam quem somos.

Em seu livro “Memória e Sociedade”, Ecléa Bosi trabalha com “memórias de velhos”. Essas memórias não encontram, atualmente, a correspondência no espaço já que grande parte do que existia e do que foi construído por essas pessoas, foi destruído pela ação do tempo. Relação semelhante ocorre com as memórias de nossos entrevistados. Eles, no entanto, lutaram por determinadas reformas políticas e sociais dentro de um contexto ditatorial e percebem que, mesmo estando hoje em um regime democrático, essas reivindicações não foram atendidas. Os objetivos que nortearam sua luta parecem ter se perdido com o tempo. Muitos militantes políticos já não conseguem mais compreender o jogo político atual e dele participar, apoiando-o ou negando-o. No caso de nossos participantes, não são objetos concretos ou lugares que demarcam suas lembranças de um período, mas sim determinados ideais. Estes ideais, que representam todo o movimento de resistência e oposição à ditadura e que constituem o eixo norteador de suas lembranças, parecem, ao menos na visão dos entrevistados, não encontrar correspondência na atualidade. As causas de sua luta parecem ter permanecido no passado.

Mas eu continuava com a mesma ideologia, como continuou até hoje. Atualmente, não sou ligado a nenhum desses partidos. (...)Hoje você não tem uma ditadura aberta como aquela, de maneira nenhuma, mudou muito, mas também acho que você tem baixa resistência, pelo menos visível. Eu acho isso ruim porque os problemas pelos quais nós

lutamos, as grandes contradições de exploração, de opressão, mesmo de direitos elementares, persistem em grande parte do planeta. (Entrevista com LUIZ MARCOS)

Quer dizer, é como se nós não tivéssemos feito nada, entendeu. (...) Porque a gente em si não fez nada, só não estamos sendo perseguidos. (...) Mas e o que nós queríamos, e as mudanças, e a reforma agrária e a reforma na educação, cadê? Nada. Então... (Entrevista com MARIA DE LOURDES)

As reivindicações sociais pelas quais nossos entrevistados tanto lutaram não se concretizaram. Por isso, a sensação que fica para eles, ao evocarem essas memórias, é a de que nada ou quase nada foi feito. Narrar esses desencontros entre passado e presente pode ser doloroso, mas pode ser também uma oportunidade de rejuvenescimento ao descobrirem que aquilo que fizeram importa a alguém.

A primeira coisa que guardei na memória foi um vaso de louça vidrada, cheio de pitombas, escondido atrás de uma porta. Ignoro onde o vi, quando o vi, e se uma parte do caso remoto não desaguasse noutra posterior, julgá-lo-ia sonho. Talvez, nem me recorde bem do vaso: é possível que a imagem, brilhante e esguia, permaneça por eu ter comunicado a pessoas que a confirmaram. Assim, não conservo a lembrança de uma alfaia esquisita, mas a reprodução dela, corroborada por indivíduos que lhe fixaram o conteúdo e a forma. De qualquer modo a aparição deve ter sido real. (RAMOS, 1981, p.9)

Neste famoso trecho, Graciliano Ramos apresenta de forma brilhante a importância da narração. Contar as experiências passadas auxilia a dar veracidade ao vivido. Não porque o vivido seja dúbio, mas porque, com o passar do tempo, ele pode “cair no esquecimento”. Ao “comunicar” a imagem do vaso, o personagem de Graciliano conserva na memória a “reprodução” desta imagem. A memória é fixada na medida em que o objeto de rememoração é compartilhado. Tal lembrança continua a ser individual, mas a sua confirmação advém do coletivo. “Os fatos que não foram testemunhados ‘perdem-se’, ‘omitem-se’, porque não costumam ser objeto de conversa e de narração, a não ser excepcionalmente. Assim, quando o sujeito os evoca, não vem o reforço, o apoio contínuo dos outros (...)” (BOSI, 2010, p. 67).

Quando Graciliano afirma que “se uma parte do caso remoto não desaguasse noutra posterior, julgá-lo-ia sonho”, permite-nos compreender que o personagem não se recorda do vaso em si, mas de sua relação com outra lembrança, mais significativa talvez. Isso confirma a ideia de Fentress e Wickham de que as memórias estão sempre

em ligação. Tanto a memória ligada aos sentimentos (subjetiva) quanto aquela responsável por armazenar fatos (objetiva) estão em permanente relação. O vaso descrito por Graciliano não permaneceu na memória pelo objeto que representa, mas pela sua ligação com algum acontecimento posterior que marcou o personagem.

Nesse ponto, há uma correlação com o pensamento de Ecléa Bosi (2012), quando esta afirma que “fica o que significa” (p. 22.), ou seja, aquilo que permanece em nossa memória é decorrente de uma experiência que nos marcou de alguma forma. Nem todas as situações pelas quais passamos ao longo da vida podem ser refeitas através da memória. Contudo, as mais significativas, aquelas que de fato representaram algo de marcante em nossas vidas, essas permanecem na forma de lembranças.

Cabe, nesse momento, algumas questões. O que é que ficou na memória dos professores participantes desta pesquisa? Quais as lembranças que possuem de sua resistência à ditadura militar no Brasil? Que recordações podem (e querem) evocar deste período? E como se sentem após narrar tais memórias? Procuraremos responder essas questões ao longo deste trabalho.

2.2 - Resistência

A revolução de 1964, que encontrou sua tônica no combate à subversão e à corrupção, foi conduzida a atitudes sectárias que produziram nítidos efeitos no alargamento da faixa subversiva no País. Todo inconformismo, toda resistência, toda discordância foram levados à conta de atitudes subversivas e como tal punidos segundo elos de solidariedade entre entidades e pessoas que nada ou pouco tinham em comum antes de atingidas pela repressão. O que os militares apontam como causa da subversão será provavelmente efeito e não causa. (ARGOLO; RIBEIRO; FORTUNATO, 1996, p. 201)

A “subversão” foi apontada como sendo causadora da violência repressiva durante o regime militar. No entanto, ela foi o efeito do próprio regime, e não a causa da violência cometida por seus representantes. Parte da população brasileira percebeu os rumos autoritários que o país havia tomado com o Golpe de 1964 e desde então começaram a buscar alternativas de resistência e de denúncia a esse regime político.

“Trata-se mais de uma reação que de ação, de uma defesa que de uma ofensiva, de uma oposição que de uma revolução” (BOBBIO, 1991, p. 1114). Em seu Dicionário de Política, Bobbio apresenta tal argumentação em torno do termo “resistência”. Vamos

ao encontro dessa ideia quando procuramos compreender o movimento de repúdio à ditadura civil-militar organizado por diversos setores da sociedade brasileira. Maria de Lourdes, uma de nossas participantes, aponta essa mesma concepção de resistência enquanto reação à situação estabelecida:

(...) foi uma reação, entendeu. Se você enfia um negócio em mim, eu vou gritar: 'ai'. Aquela situação humana para se viver era impossível, ninguém podia conversar. (...) porque que você vai se arrepender de uma ação que foi um curso natural? Precisaria ser muito doido para, naquela época, achar que estava tudo bem, é maluco, né, não é possível, não estava nada bem. Era só olhar, viver. (Entrevista com MARIA DE LOURDES)

Foi através da observação da sociedade e dos rumos que o país havia tomado após o Golpe, que Maria decidiu iniciar sua oposição ao regime. Sua resistência surgiu naturalmente, em concomitância com o crescimento do “inconformismo” e da “discordância” apontados no excerto que inicia este tópico.

A resistência não se deu apenas através das conhecidas organizações de esquerda, alvo constante da repressão, mas fez-se presente também nas mais diversas instâncias sociais. Almeida e Weis (2006) descrevem um episódio bastante incomum, principalmente nos anos 70, em que o amor à Pátria era dever de todo cidadão brasileiro, segundo os preceitos divulgados pelo governo militar. Nesse episódio, um grupo de amigos de classe média se reunia para torcer contra a seleção brasileira de futebol em uma final de Copa do Mundo. Por que torcer contra a seleção do país do futebol, nos anos de “Milagre Econômico” e de grande ufanismo propalado pelos meios oficiais e confirmado pelo povo? A explicação que revela o que motivou tal grupo de amigos a cometer esse ato – quase que um crime -, apesar de extensa, merece ser transcrita pela valiosa descrição dos flagrantes contrastes sociais brasileiros:

Tinha a ver com a burrice e a prepotência escarrapachadas por toda a parte, com o novo-riquismo da classe média arrotando milagre nos seus fuscas zerinhos e com o desinteresse geral em saber o que acontecia com os desafetos do regime a partir do momento em que eram jogados dentro de uma Veraneio. Tinha a ver com as fichas que todos deviam preencher quando se mudavam de apartamento e que o síndico do prédio encaminhava ao DOPS (Departamento de Ordem Política e Social). Tinha a ver com o mal-estar – e, por que não, o medo – diante do gozo feroz da turba que ocupava as ruas depois de cada jogo (...), espancando os carros que não tivessem na antena a

fitinha verde-amarela ou o adesivo “Brasil, ame-o ou deixe-o” no vidro. Tinha a ver com o ar de felicidade – previsível e intolerável – com que os generais apareceriam na mídia festejando a vitória. Por tudo isso, torcer a favor seria “uma forma de colaboracionismo”, no dizer do escritor Luís Fernando Veríssimo (p. 322).

A economia milagrosa – ou pelo menos a imagem que dela se construía – era exaltada por grande parte dos brasileiros. Enquanto isso, havia uma outra parte que, por não se alinhar aos moldes políticos estabelecidos, tinham seus futuros traçados pela polícia política ou pelo Exército, após serem “jogados dentro de uma Veraneio”. Torcer contra a seleção brasileira não alteraria os rumos políticos do país, mas tranquilizava, ao menos em parte, a consciência daqueles que não concordavam com o autoritarismo instalado no Brasil em 1964. De forma sutil e praticamente sem maiores efeitos, este grupo de amigos resistiu.

Não é possível calcular qual o número de brasileiros que estavam contra ou a favor do regime ou se essas pessoas mudaram sua postura política durante o período. O que se pode afirmar, com certeza, é que de fato já havia resistência desde o momento do Golpe Militar. O governo de João Goulart, apesar das dificuldades, demonstrava interesse em realizar mudanças sociais que iam ao encontro das expectativas de alguns setores da sociedade. Para os mais conservadores, entretanto, a proposta de Jango era vista como tentativa de implantar o comunismo no Brasil, o que levou à adesão ao governo dos militares, caracterizando a implantação de uma ditadura civil-militar a partir de março de 1964. Porém, ao longo do regime, com as crescentes denúncias de torturas e violência que chegavam à população – apesar do bloqueio imposto pela censura -, a opinião pública se alterou, ao menos em parte.

A resistência, portanto, não se mostrou uniforme ao longo da ditadura civil-militar. As mais diversas classes e setores se envolveram de alguma forma. Seja através da ajuda ofertada a algum ex-presos político, da divulgação de casos de violência, de manifestações culturais, da adesão à chamada “contracultura”, da participação em passeatas, da busca pelos familiares desaparecidos, da troca rápida de palavras sobre o regime e da participação em organizações de luta armada, o número de brasileiros que procurou oferecer alguma oposição foi significativo. Nas palavras do jornalista Zuenir Ventura (2008), “os que viveram aqueles tempos guardam a impressão de que não

faziam outra coisa: mais do que fazer amor, mais do que trabalhar, mais do que ler, fazia-se política” (p. 79).

É possível dividir os anos de ditadura militar em três fases distintas, nas quais percebe-se, além de outras características, como as práticas de resistência se alteraram em decorrência da situação política enfrentada. Na primeira delas, que se estende do início do regime até o Ato Institucional nº 5, ou seja, de 1964 a 1968, a liberdade ainda não estava completamente cerceada. Assim, a sociedade experimentou o movimento de “testar” os limites do novo governo: “o que se pode escrever em uma coluna de jornal, o que se pode compor e cantar, o que se pode encenar ou ensinar sem atrair represálias pessoais; que grau de repressão enfrentará o protesto público (...)” (ALMEIDA, WEISS, 2006, p. 330). Ainda pairava no ar a ideia de um rápido retorno aos rumos democráticos. Ainda assim, os grupos que acreditavam na importância de derrubar o regime procuram meios para fazê-lo. Apesar da relativa liberdade de expressão e manifestação deste período, a repressão já é intensa aos considerados subversivos ou comunistas, caracterizados pelos militares e pela polícia política como terroristas.

O segundo período se inicia com a edição do AI-5 e estende-se até 1974, abrangendo o governo Médici. Esta fase foi marcada pela suspensão de direitos políticos e garantias individuais, pela violência extremada nos atos de repressão, pela censura à imprensa e às manifestações culturais, como peças de teatro e livros, e por torturas e assassinatos. Os militantes oposicionistas foram cruelmente reprimidos e as organizações de esquerda exterminadas de modo sistemático. A política econômica alcançou seu ápice, promovendo maior concentração de renda, o que garantiu, por um lado, a satisfação das classes alta e média e, por outro, acentuou a pobreza das classes mais baixas.

O terceiro período, compreendido entre 1975 e 1984, engloba os anos de distensão do autoritarismo, na busca “lenta e gradual” do retorno à democracia. Nesse momento, ainda não se sabe bem quais são as possibilidades de enfrentamento e oposição. Mortes e torturas continuam a existir ao mesmo tempo em que movimentos sociais saem às ruas para pedir por mudanças. “A democracia passa a ser valorizada como um objetivo em si e, com ela, a organização da sociedade e a participação no jogo eleitoral, mesmo sob limitações” (ALMEIDA, WEISS, 2006, p. 336). A luta principal agora não é mais por reformas sociais ou pela implantação do socialismo, mas sim pela

democracia. Sindicatos e associações profissionais saem às ruas, por exemplo, para lutar por melhores condições de trabalho. O povo se organiza na tentativa de trazer de volta as eleições diretas, culminando no movimento pelas Diretas-Já, iniciado em 1983.

A participação dos professores durante esses três momentos deu-se de diferentes maneiras e não é possível precisar exatamente o número de docentes que se envolveu em movimentos de resistência. Entretanto, através da contabilização dos docentes vítimas de repressão podemos inferir que a resistência desses profissionais tenha sido bastante representativa. Segundo dados divulgados pelo projeto “Brasil: Nunca Mais” (1988), contabilizados por Marcelo Ridenti, das 4124 pessoas processadas durante a ditadura, têm-se conhecimento das profissões de apenas 3698 desse conjunto. Dentre esse total, 319 eram professores, somando cerca de aproximadamente 9% do total de profissões conhecidas. É importante frisar que o número de processos é, provavelmente, inferior ao número de prisões por crimes políticos efetuadas no período. De qualquer maneira, o número de professores envolvidos em atividades de oposição – ou que foram investigados e acusados de tal prática – é significativo para este trabalho.

A fim de melhor situar o envolvimento dos participantes por nós estudados, consideramos necessário compreender as duas principais práticas de resistência à ditadura: as organizações de esquerda, ligadas ou não à luta armada, e o movimento de bases, apoiado nos sindicatos e associações. A possível atividade de resistência através da profissão docente será focalizada nos capítulos posteriores, a partir da análise do material coletado.

Podemos situar as duas principais práticas de resistência à ditadura (grupos de esquerda e movimentos de base) nas três fases citadas anteriormente, caracterizando a oposição da sociedade brasileira ao regime militar. As organizações de esquerda surgiram durante a primeira fase – com exceção de alguns grupos anteriores ao Golpe – e intensificaram-se durante o segundo momento, tendo como consequência a sua quase completa extinção através dos órgãos de repressão. O projeto “Brasil: Nunca Mais” (1988) apresenta um aumento das acusações referentes à militância nessas organizações principalmente durante o governo Médici, exatamente aquele marcado por maior violência e arbitrariedade nas ações repressivas. “Ou seja, o próprio Regime Militar, na medida em que fechava, com a repressão dos primeiros tempos, os canais de oposição por meios legais, empurrava à clandestinidade e a métodos violentos os setores sociais

insatisfeitos com seu modelo político e econômico-social” (p. 87). O relato de três ex-militantes políticos confirma essa afirmação:

É preciso não esquecer também, colocando a questão no seu devido lugar, que a opção pela luta armada como contestação e resistência aos que tomaram o poder em 1964 – civis e militares – foi, sob certos aspectos, a única alternativa de luta que restou à esquerda. (...) Enquanto foi possível fazer-se uma oposição legal, assim foi feito: o Movimento Intersindical Antiarrocho, as greves de Osasco e Contagem, as inúmeras passeatas estudantis, a marcha dos 100 mil no Rio de Janeiro, os jornais *Movimento* e *Opinião*. Mas tudo o governo reprimia. Quando isso não foi mais possível, partiu-se para um outro tipo de luta (FREIRE, ALMADA, PONCE, 1997, p. 33)

A partir de 1975, com a sinalização de uma abertura política, mesmo que muito lenta, a população passou a exercer pressões cada vez maiores pelo fim do autoritarismo e a buscar através de reivindicações sociais, como melhores condições de emprego ou de vida, a democracia almejada. Esse terceiro período corresponde, portanto, à fase das lutas das categorias profissionais, representadas por seus sindicatos, além do movimento coletivo com vistas ao retorno das eleições diretas. Antes de passar a uma análise mais detalhada desses movimentos de resistência, é necessário frisar novamente que a oposição ao regime teve momentos de auge e declínio sucessivos. Ao mesmo tempo em que a intensificação do autoritarismo levou ao crescimento do número de militantes políticos, a ação repressiva fez com que esse número caísse rapidamente. Isso configura a “relativa fluidez da condição oposicionista” (ALMEIDA; WEIS, 2006, p. 338).

2.2.1 - Grupos de esquerda e luta armada como práticas de resistência à ditadura

Cerca de trinta organizações de resistência surgiram durante o regime militar. Suas principais divergências decorriam de questões programáticas (quais mudanças seriam necessárias na sociedade brasileira), estratégicas (como alcançar essas transformações) e táticas (métodos de ação imediata) (BRASIL NUNCA MAIS, 1988, p. 90). Deteremo-nos, nesse momento, em um breve estudo acerca de algumas das organizações de maior abrangência do período e, em especial, daquelas em que nossos entrevistados participaram.

Partido Comunista Brasileiro (PCB) - Criado em 1922, durante um congresso operário realizado em Niterói (RJ), sofreu uma importante divisão em 1962, da qual resultou a criação do Partido Comunista do Brasil (PC do B). A proposta do PCB sempre foi a de construir uma sociedade socialista no Brasil. Para isso, o partido compreendia como essencial uma aliança entre camponeses, operários e burgueses com vistas a enfrentar os latifundiários e combater o imperialismo. A partir da década de 60, o partido sofreu diversas divisões devido ao caminho estratégico que propunha para alcançar o socialismo. Enquanto havia partidários que entendiam que a transformação socialista deveria ser por vias pacíficas, outros – influenciados principalmente pela Revolução Cubana - defendiam a necessidade da luta armada, levando ao surgimento de organizações armadas. O PCB sofreu forte repressão durante todo o regime militar. No início do Golpe, o partido foi culpado por todas as ações de oposição ao governo estabelecido ou de apoio ao governo deposto. Após 1974, seus partidários sofreram uma série de prisões marcadas pela tortura e pela morte. Muitos de seus dirigentes foram assassinados pelas mãos da repressão, assim como ocorreu com David Capistrano da Costa, por exemplo.

Aliança Libertadora Nacional (ALN) - Surgida a partir de uma cisão do PCB, em 1967, alcançou grande importância no movimento de resistência. A ALN constituiu-se como “a organização de maior expressão e contingente, entre todos os grupos que deflagraram a guerrilha urbana entre 1968 e 1973” (BNM, 1988, p. 93). Discordando do PCB, a organização encarava a burguesia como opositora dos operários e camponeses e preconizava ações imediatas com vistas a arrecadar fundos para a guerrilha rural, que seria responsável pela criação de um Exército de Libertação Nacional. Esse exército seria capaz de colocar fim ao regime militar e de combater o imperialismo norte-americano no país. Carlos Marighella foi o principal dirigente dessa organização, tendo sido violentamente assassinado em uma emboscada comandada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury em novembro de 1969. Após sua morte, Joaquim Câmara Ferreira assumiu a liderança da ALN por um curto período, pois também foi assassinado por Fleury, em 1970, em um sítio clandestino da repressão. Entre suas ações de maior repercussão estão: a tomada da Rádio Nacional, em São Paulo, com a divulgação de um manifesto; o sequestro de dois embaixadores, um norte-americano e um alemão, em conjunto, respectivamente, com o MR-8 e a VPR e o justicamento do major americano

Charles Chandler. Sob o princípio de que “a ação faz a vanguarda”, a organização dedicou-se à chamada “guerra revolucionária”, arrecadando recursos e equipamentos através de suas ações. Segundo o documento “O papel da ação revolucionária na organização”, elaborado por militantes da ALN, a guerra revolucionária se daria em três vias: guerrilha urbana, guerrilha rural e guerra psicológica. Este mesmo documento ainda afirma que o movimento reivindicatório (pacífico) das massas sofria com a violenta repressão, já que a ditadura “emprega (...) decretos proibitivos e leis de exceção e, sobretudo, uma potência de fogo crescente, não vacilando em reprimir à bala manifestações de rua” (REIS FILHO; FERREIRA DE SÁ, 2006, p. 275). Assim, o único caminho possível de êxito seria a luta armada. A organização sofre um racha em 1971 e dessa cisão surgem duas organizações de menor abrangência: o Movimento de Libertação Popular (MOLIPO) e a Tendência Leninista (TL). Após 1973, a organização foi desmantelada a partir de uma série de prisões e do desaparecimento de seus militantes.

Ação Popular (AP) - A AP foi criada entre 1961 e 1962, a partir dos contingentes de dois dos grupos que compunham a Ação Católica Brasileira. Esses grupos eram a Juventude Estudantil Católica e a Juventude Universitária Católica. Seu primeiro congresso ocorreu em 1963, com a edição de seu Documento-Base. Inicialmente, seus militantes buscavam conciliar a revolução socialista com a tradição católica e, para isso, alguns dos teóricos adotados foram Teilhard de Chardin, Padre Lebreton e Emanuel Mounier. Em um segundo momento, após a consolidação do marxismo como base teórica da organização, os preceitos católicos foram postos à parte. A organização aproximou-se do marxismo-leninismo e tendeu também para a vertente maoísta. Após o Golpe de 64, a AP confirmou sua opção pela defesa da implantação do socialismo no Brasil, conforme já havia feito em seu Documento-Base, e definiu também a necessidade da luta armada para libertar o país do regime ditatorial e implantar a nova ordem. Entre 1968 e 1970, a ALN adotou a estratégia de “integração na produção” para fortalecer o vínculo com o movimento operário. Em 1969, a organização reafirmou a necessidade da luta armada e definiu que esta seria realizada a partir do campo, devido à compreensão de que o aparato repressivo estava fortemente organizado nas cidades, impossibilitando a exequibilidade e a vitória de ações de guerrilha urbana. A esse respeito, Luiz Marcos afirmou:

Ela teve um período em que foi muito ligada aos cubanos, ao que a gente então chamava de teoria do foquismo, o chamado “foco revolucionário”, mas ela transitou, logo em seguida, mais para uma concepção maoista, denominada Guerra Popular, que era uma visão assim - vou simplificar muito - de você preparar a luta armada a partir do campo, que era considerado o elo mais fraco da repressão. A gente considerava que você preparar luta armada na cidade, onde se concentrava a maior parte dos contingentes militares e paramilitares, policiais militares e polícia civil, era uma coisa que não tinha muito futuro. Você poderia, como aconteceu com outras organizações, fazer algumas ações preliminares com muito sucesso, mas depois você iria enfrentar uma reação dessa repressão muito forte. (Entrevista com LUIZ MARCOS)

Além da relação com o movimento camponês e operário, essa organização alcançou grande importância dentro do movimento estudantil, especialmente antes do Golpe e entre os anos de 1964 a 1968.

E esse leito também cresceu muito no começo dos anos 60 e teve uma influência muito grande no Movimento Estudantil. Tanto que você vê que alguns dos presidentes mais lembrados da UNE - Aldo Arantes, José Serra, Vinícius Caldeira Brant; depois da ditadura: José Luiz Guedes, Luiz Travassos - todos esses eram ligados à Ação Popular. (Entrevista com LUIZ MARCOS)

Assim, a AP conseguiu colocar alguns de seus quadros como dirigentes da União Nacional dos Estudantes (UNE). Entre 1972 e 1973, ocorreu a união entre a AP e o PC do B. Um grupo de militantes não aceitou essa fusão e buscou conservar a estrutura original da organização, tornando-se conhecidos pela sigla “AP Socialista”. Contudo, a repressão do regime a esse grupo acabou por extingui-lo. De uma cisão entre os membros da AP, surgiu o Partido Revolucionário dos Trabalhadores, que não concordava com o maoismo seguido pela organização de origem.

Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP) - Surgiu em 1961, a partir de quadros oriundos de três estados brasileiros: Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Segundo a POLOP, a implantação do socialismo no Brasil deveria ocorrer por meio de transformações imediatas. Uma de suas ações mais conhecidas foi a Guerrilha do Caparaó, realizada em 1967, em conjunto com os militares que compunham o Movimento Nacional Revolucionário (MNR). A partir de cisões nessa organização, surgiram o Comando de Libertação Nacional (COLINA), em

Minas Gerais, e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), criada em São Paulo, que contava também com alguns militantes remanescentes do MNR. O COLINA teve pouca abrangência, ficando circunscrito praticamente apenas ao estado mineiro, com poucas ramificações no Rio de Janeiro. Sua estratégia era a de promover ações armadas com vistas a coletar recursos e equipamentos para a guerrilha rural. Após uma série de prisões de seus integrantes, o COLINA uniu-se à VPR, gerando a Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR-Palmares), responsável pelo conhecido episódio do assalto ao “cofre do Adhemar”, ex-governador corrupto de São Paulo. Em setembro de 1969, um grupo se afasta da VAR-Palmares e reestrutura a VPR. Essa organização alcançou maior abrangência que o COLINA e foi liderada por Carlos Lamarca. Entre suas principais ações estão o sequestro de três diplomatas estrangeiros, em troca da libertação de presos políticos. Já no período de quase completa desestruturação da VPR, o agente infiltrado Cabo Anselmo leva ao assassinato de um de seus últimos grupos de militantes.

Além dessas organizações, uma série de grupos de esquerda de menor expressão e abrangência surgiu no decorrer do regime militar. Seja por vias pacíficas ou pela luta armada, suas principais reivindicações foram a derrubada da ditadura, o fim do imperialismo norte-americano e a implantação do regime socialista no Brasil, sendo que a importância atribuída a cada uma delas variava de acordo com o enfoque teórico e com a opção tática e estratégica adotada pelo grupo. Com exceção da ALN, as organizações de luta armada preconizaram ações urbanas como forma de angariar verbas e equipamentos a fim de possibilitar a guerrilha no campo. Assim como a AP, várias dessas organizações passaram por momentos de foquismo, ou seja, acreditavam na ideia de que pequenos grupos ou focos guerrilheiros levariam a uma guerrilha generalizada, que conseguiria arrebanhar grandes contingentes da população.

Após o AI-5, os grupos que buscavam o fim da ditadura através de meios pacíficos viram-se profundamente desestruturados e esse tipo de resistência passou a ser encarado com descrédito pela população. A fase de “experimentação” caracterizada por Almeida e Weis (2006), na qual a oposição buscava compreender quais eram os limites de sua ação – “até onde poderiam ir sem sofrer repressões” – acabou após esse ato de exceção. Com o fim das garantias individuais, o fechamento do Congresso e de algumas

assembleias estaduais e municipais, todos os canais de oposição formal estavam bloqueados. Nesse contexto, a alternativa apontada como viável foi a luta armada.

A estratégia de rebelião militar contra o Estado de Segurança Nacional vinha sendo discutida pelo menos desde 1967. Mas só ganhou forte apoio entre os setores de oposição com as medidas de violência que se seguiram à promulgação do Ato Institucional nº 5. Foi, portanto, em 1969 que efetivamente teve início a violência urbana e rural, que nos cinco anos seguintes dilaceraria o país. (ALVES, 2005, p. 172)

Devido à violência oficial empregada principalmente após o AI-5, os opositores começaram a questionar a eficácia de movimentos reivindicatórios. A resistência armada passou a ser vista por muitos como o único meio de derrotar a ditadura. Essa visão está refletida em um dos manifestos assinados por Marighella:

Não acreditamos na possibilidade de uma solução pacífica. Nada têm de artificial as condições de violência hoje existentes no Brasil. Elas existem desde que a ditadura recorreu à força para assumir o controle. Violência contra violência. A única solução é o que agora fazemos: empregar a violência contra aqueles que primeiro a usaram para atacar o povo e o país. (ALVES, 2005, p. 188)

Em um país cuja população alcançava as marcas de 100 milhões de pessoas, estima-se em cerca de 6000 o número de militantes que participaram, durante todo o regime, de organizações armadas. Ainda assim, o governo classificou a situação como uma guerra civil e organizou um aparato ostensivo para derrotar o “terrorismo”. O Comitê Internacional de Juristas aponta a existência de 12 mil presos políticos no país durante a ditadura, no mínimo. O efetivo militar convocado para combater a subversão era digno de uma operação de guerra. Não haveria outra possibilidade a não ser a eliminação de todos os grupos de esquerda, armados ou não.

2.2.2 - O movimento de bases: a resistência através de sindicatos e associações

Em 1973, a quase totalidade de opositores do regime já havia sido silenciada. Segundo Alves (2005), a combinação entre uma política econômica de exploração às

classes mais baixas, a repressão, a censura e o controle político criaram uma situação denominada de “cultura do medo”, responsável por inibir atividades de oposição política. Suas premissas psicológicas eram três: o silêncio imposto à sociedade através da censura, o sentimento de isolamento daqueles que foram vítimas da repressão e a desesperança causada pela sensação de que nenhuma atividade de resistência surtiria efeito real. Assim, “as pessoas perderam a esperança e se recolheram a suas vidas particulares, tentando esquivar-se à vingança do Estado” (p. 205). Apesar de não concordar com o autoritarismo governamental, a população não organiza mais atividades de resistência, por medo da tortura ou por acreditar na sua impotência.

No entanto, apesar de as organizações de esquerda estarem desmanteladas já em 1973, foi a partir desse momento que os problemas sociais advindos da política econômica baseada no crescimento a partir do arrocho salarial das classes mais baixas começaram a se tornar mais aparentes. A necessidade de reformas econômicas e sociais, para além da questão política, passou a se fazer sentir de modo cada vez maior. Nesse contexto é que o partido de oposição, MDB, lançou sua “anticandidatura” à presidência do Poder Executivo. Buscando criar uma maneira diferente de se opor ao autoritarismo do governo, os anticandidatos lançaram mão de estratégias diversas, como comícios e passeatas, para divulgar sua anticandidatura. Na VI Convenção Nacional do MDB, realizada em Brasília, em 1973, o partido, sob o slogan “Navegar é preciso: viver não é preciso”, expõe os problemas políticos do país:

Não é o candidato que vai percorrer o país. É o anticandidato, para denunciar a antieleição, imposta pela anticonstituição que homiziza o AI-5, submete o Legislativo e o Judiciário ao Executivo, possibilita prisões desamparadas pelo habeas corpus e condenações sem defesa, profana a indevassabilidade dos lares e das empresas pela escuta clandestina, torna inaudíveis as vozes discordantes, porque ensurdece a nação pela censura à imprensa, ao rádio, à televisão, ao teatro e ao cinema. (ALVES, 2005, p. 217)

Através dessa campanha, o partido pretendia estimular a resistência da população, que já não via mais saída para derrubar a ditadura. O amplo apoio obtido mostrou ao MDB sua força, mesmo em um contexto de eleições indiretas, e o levou a intensificar sua oposição ao regime. Após esse episódio, a população passou a desenvolver em maior escala sua consciência política, o que conduziu ao movimento caracterizado por Alves (2005) como “política de bases”, manifesto a partir de 1977. A

autora analisa a passagem da resistência enquanto luta armada para aquela feita através de canais formais afirmando que essa mudança ocorreu devido a uma avaliação crítica realizada por seus membros, que mostrou a efetividade de movimentos baseados na participação pacífica e ativa da população.

Assim, foi principalmente a partir de 1977, em um período de abertura política, que a política de bases começou a demonstrar sua força. Além da representação sindical, papel importante foi desempenhado pelas comunidades de base, como associações de moradores, por exemplo. O número dessas organizações crescia rapidamente por todo o país. No Rio de Janeiro, toda semana uma nova associação de bairro era criada (ALVES, 2005, p. 275). Lutando por melhorias no bairro, a população unida sob essas estruturas aprendia a colocar em prática a representatividade democrática. Importância se deve também aos movimentos de base ligados à Igreja Católica, cujo número, em 1981, girava em torno de 80 mil, espalhados por todo o país. Suas reivindicações principais englobavam a política econômica e social que acabava por aprofundar a pobreza para milhões de brasileiros.

Além dessas duas estruturas que compõem a política de bases, uma terceira também demonstrou enorme força na fase final do regime militar: os sindicatos. É sobre eles que voltaremos nosso estudo nesse momento, devido à importância alcançada entre os professores.

A legislação trabalhista brasileira vigente durante o período ditatorial favorecia os empresários através de medidas de controle que poderiam ser tomadas pelo Estado. No caso de greves, por exemplo, os funcionários de algumas categorias, consideradas básicas, poderiam ser demitidos. A conta bancária correspondente à verba do sindicato poderia ser congelada, além do direito à cassação e extinção dos próprios sindicatos. A própria estrutura sindical, baseada em um modelo piramidal, impedia a efetiva integração entre os trabalhadores. Estima-se que cerca de 1200 sindicatos tenham sofrido intervenção entre 1964 e 1979 e que 254 tenham sido dissolvidos nesse mesmo período, mostrando a intensiva repressão governamental às atividades trabalhistas reivindicatórias.

A partir de 1977, contudo, o movimento sindical começa a ganhar força entre os trabalhadores e a pressionar o governo no sentido de conquistar melhores condições trabalhistas, liberdade sindical e, inclusive, a alteração da estrutura autoritária de

governo. Esse movimento foi gestado ao longo de anos de permanência das reivindicações trabalhistas relegadas ao silenciamento imposto pela repressão, ou seja, ele deve ser entendido como:

Resultado de anos de luta para readquirir o controle dos sindicatos sob intervenção, organizar outros, ativar os sindicatos “fantasmas” e fortalecer a organização de base em fábricas, fazendas e outros locais de trabalho. (...) O “novo movimento sindical” deve ser considerado parte da oposição democrática como um todo; sua plataforma de reivindicações evidencia seu compromisso político com a democracia e a liberdade de organização. (ALVES, 2005, p. 291)

Dois acontecimentos contribuíram para o renascimento do movimento sindical: a manipulação de dados estatísticos referentes à inflação durante os anos de 1973 e 1974, que levou à pressão trabalhista para o reajuste salarial, e a realização do V Congresso Nacional dos Trabalhadores na Indústria, em 1978, no qual foi redigida a Carta de Princípios que regulamentaria o movimento sindical nos próximos anos. Nesse documento, estavam contidas as reivindicações que seriam objeto de luta dos trabalhadores, divididas em três itens: “problemas nacionais”, “política nacional de desenvolvimento” e “sobre a organização e as atividades sindicais”. No primeiro item, destacavam-se o direito ao voto popular direto, liberdade de imprensa e expressão, liberdade de associação, anistia política, término da vigência de legislações de exceção, entre outras. O segundo item agrupava as reivindicações referentes à melhoria da condição de vida do trabalhador, através do aumento salarial, redistribuição de renda e reforma agrária. O terceiro item, por sua vez, tratava de questões ligadas às condições de trabalho, solicitando, por exemplo, modificação nas leis trabalhistas, autonomia sindical, direito à greve e direito à associação com organizações sindicais internacionais.

Em 1978, ocorre a primeira de uma série de greves que seriam deflagradas durante os próximos anos. A greve, iniciada pelos metalúrgicos, encontrou o governo despreparado para lidar com a situação. Tendo alcançado um aumento salarial significativo, a greve dos metalúrgicos levou os demais trabalhadores a perceberem sua força através de ações conjuntas que poderiam, inclusive, driblar os dispositivos de controle presentes nas leis trabalhistas. O movimento grevista se espalhou para outros setores trabalhistas e para outros estados brasileiros, totalizando aproximadamente 539

mil grevistas em sete estados durante o ano de 1978. Os metalúrgicos lideraram o movimento, tendo em torno de 357 mil trabalhadores em greve. Em segundo lugar nos índices quantitativos figuram os professores primários e secundários, pois 168.634 mil foi o número de grevistas desse grupo.

Já em 1979, novamente liderados pelo setor metalúrgico, três milhões e 200 mil trabalhadores de 15 estados brasileiros entraram em greve. Com reivindicações diversas, os resultados das greves foram diferentes para cada setor e em cada estado brasileiro. Contudo, grande parte dos líderes de sindicatos foi presa e muitos trabalhadores foram demitidos. Como consequência, o movimento sindical percebeu a necessidade de reivindicar não apenas melhorias salariais, mas principalmente mecanismos de estabilidade no emprego. A repressão oficial foi violenta, intensificando sua ação em alguns setores. Os professores enfrentaram repressão policial em vários estados, como em Pernambuco, Rio Grande do Norte, Goiás, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Brasília, Minas Gerais, além da Paraíba e da Bahia. Em muitos desses estados, entretanto, os grevistas alcançaram a totalidade ou parte de suas reivindicações. A repressão atingiu também diversos outros setores profissionais, variando sua intensidade nos diversos estados brasileiros.

A fim de diminuir os conflitos trabalhistas e proteger a política econômica do país, o governo estabeleceu uma nova lei que definia reajustes salariais semestrais aos trabalhadores, a fim de acompanhar os índices inflacionários. Esses reajustes seriam variáveis de acordo com as faixas salariais, medida que favoreceu principalmente as camadas mais baixas. Essa lei deve ser compreendida dentro de um cenário de abertura política, mas ainda marcado pela violência e repressão, e em que o governo viu-se pressionado por amplos setores populacionais – e por empresários também, que o acusavam de não conseguir conter as greves. Aliado a isso, estavam os problemas no setor econômico, que resultavam em índices galopantes de inflação. Assim, o governo viu-se obrigado a criar algumas medidas que acalmassem o movimento trabalhista.

Em 1980, entretanto, uma nova greve foi deflagrada e a reação do governo foi imediata. O Exército aliou-se à polícia na repressão, atacando os grevistas e prendendo os líderes sindicais, além de caracterizar o movimento como subversivo. Entretanto, a atitude pacífica dos trabalhadores levou a população a se solidarizar com sua causa. Em São Paulo, por exemplo, foi organizado um fundo de greve responsável por distribuir

alimentos às famílias dos grevistas. Apesar do menor número de grevistas em 1980, estas greves representaram um amadurecimento político dos trabalhadores, pois as decisões passaram a ser organizadas e mais ligadas à questões políticas do que apenas salariais.

“O nível de consciência política dos participantes ficou demonstrado por sua insistência na democratização do processo de trabalho. Finalmente, os trabalhadores preocupavam-se cada vez mais com a organização política e o fortalecimento dos partidos de oposição. Compreenderam que a questão da liberdade sindical estava ligada à da participação política nas decisões do governo” (ALVES, 2005, p. 315).

Portanto, ao final das três maiores ondas de greves ocorridas durante o regime militar, os trabalhadores desenvolveram a consciência de que as lutas sindicais acabavam afetando também a estrutura autoritária do governo. Pressionado pelos trabalhadores, que contavam com o apoio da população, e também pelos empresários, que queriam a solução do problema, os militares lançaram mão de práticas repressivas que espalharam o medo entre os grevistas, mas que não conseguiram efetivamente acabar com os movimentos reivindicatórios.

As greves desenvolvidas pelos professores de 1º e 2º graus trouxeram resultados concretos para esses profissionais. A expressividade de sua participação pode ser percebida através do número de grevistas, que atingiu 752 mil, em 1979. Em 1980, apesar da menor adesão à greve, causada pelo medo da demissão ou de outras ações repressivas, o contingente de professores que paralisaram suas atividades ainda foi significativo, chegando à marca dos 110 mil.

A resistência oferecida pelos professores de 1º e 2º graus em todo o país foi tratada de maneiras diferentes em cada região. Em diversos estados, os professores não tiveram muitas de suas reivindicações atendidas, além de terem sofrido violenta repressão. No ano de 1978, por exemplo, o número de professores em greve nos estados de São Paulo, Paraná e Bahia quase atingiu a marca de 139 mil. Os grevistas sofreram forte repressão policial e as associações do professorado desses três estados foram vítimas de ameaças (ALVES, 2005, p. 405).

Em 1979, o movimento grevista se fortaleceu, mas também enfrentou repressão em alguns estados. Em São Paulo, por exemplo, o número de professores de 1º e 2º graus de escolas públicas que aderiram à greve foi de 180.000 e sua reivindicação

principal contemplava um aumento salarial de 70% e a incorporação de Cr\$ 2000 ao salário. Apesar de não ter havido repressão nesse estado, as reivindicações foram apenas parcialmente atendidas, com a incorporação dos Cr\$ 2000,00.

Nesse mesmo ano, o número de professores grevistas (de escolas públicas) no Rio Grande do Norte foi de 4.000 e a reivindicação era o aumento de 200% no salário. No entanto, além de sofrerem forte repressão policial, os grevistas conquistaram apenas um aumento 10% maior que o dos demais servidores públicos. Os 11.000 professores grevistas de Brasília não tiveram nenhuma de suas reivindicações atendidas. Seu sindicato sofreu intervenção, com a demissão dos diretores, e os grevistas foram vítimas da repressão policial. Além dos estados já citados, houve repressão também aos grevistas de escolas públicas na Bahia, em Goiás, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraíba e aos de escolas particulares em Pernambuco.

No caso do Rio de Janeiro, no ano de 1979, os professores de 1º e 2º grau de escolas públicas realizaram duas greves. Na segunda, os grevistas alcançaram um aumento de 30% no salário e a reconsideração da situação dos professores grevistas que haviam sido demitidos. Contudo, mesmo com essas conquistas, houve, além da repressão policial, a dissolução do Centro Estadual de Professores, cujos líderes foram presos⁷.

No estado de São Paulo, um dos avanços significativos construído pelo movimento do professorado no que se refere à sua organização sindical foi a retomada da Apeoesp enquanto órgão que representasse a categoria. Antes do movimento grevista, essa Associação era marcada por um caráter fortemente assistencialista, oferecendo aos associados colônias de férias e um departamento jurídico que poderia auxiliar na resolução de problemas individuais. No entanto, durante a construção coletiva das greves, os professores passaram a refletir sobre o papel que a Apeoesp deveria cumprir e passaram a reivindicar mudanças em sua estrutura.

Paula (2007) argumenta que, sob a liderança de Raul Schwinden, a Apeoesp teria ampliado o número de associados e se constituído como o verdadeiro órgão representante dos professores de ensino secundário. Ele afirma também que com o acirramento aos movimentos oposicionistas após o AI-5, essa entidade teria a

⁷ Para mais informações sobre os dados relativos às greves de professores primários e secundários na década de 70, ver ALVES, M. H. M., 2005.

necessidade de reestruturar seu modo de agir, a fim de evitar atrair para si a repressão. Assim, esse autor considera que:

Uma leitura parcial dos fatos e da dinâmica na organização docente poderia levar a juízos de valores, que além de não contribuir para uma visão abrangente da associação, revelaria uma atitude com vistas a valorizar lideranças e grupos que tomariam a entidade durante os anos 78 e 79 em detrimento das antigas diretorias. (p. 128)

Entretanto, na bibliografia disponível sobre o tema, a Apeoesp aparece como uma entidade que deixou de representar os reais interesses de seus associados durante o regime militar, caracterizando-se pelo chamado “peleguismo”. A associação posicionou-se contrária aos anseios e necessidades dos professores no período, dificultando, inclusive, a mobilização coletiva dessa categoria profissional.

Ribeiro (1984) discute a representatividade da APEOESP e disponibiliza entrevistas que comprovam a insatisfação dos professores a esse respeito. Uma de suas entrevistadas afirma:

A gente vai aprendendo que é necessário, por exemplo, a conquista da APEOESP como uma entidade que, apesar de ser pelega e assistencialista, tinha certa quantidade de associados que a reconheciam como a sua entidade. (p. 79)

A mesma entrevistada analisa a situação enfrentada após a eleição, em 1979, de uma chapa de oposição, constituída durante o movimento grevista, que deveria presidir a Apeoesp. Os antigos diretores buscaram impedir a posse a todo custo.

Aí vem a grande briga pela posse, porque os pelegos encastelados na APEOESP não querem abrir mão da entidade porque, como já disse, acredito que era uma grande fonte de lucro para determinados “funcionários” da entidade. E a gente colocava como primeira questão essa da eliminação do assistencialismo. Concordávamos em conservar a colônia de férias, o departamento jurídico etc., mas numa perspectiva totalmente diferente em que se priorizava a luta coletiva, pois os problemas de um eram os problemas gerais da categoria. (p. 82)

Assim, o movimento grevista na década de 70 possibilitou aos professores paulistas não apenas melhorias nas condições de trabalho, mas também um amadurecimento no movimento oposicionista e a possibilidade de fortalecimento da entidade representativa da categoria.

Em síntese, pode-se afirmar que o movimento organizado pelos professores primários e secundários por todo o país constituiu-se como uma prática de resistência à

ditadura, ainda que indiretamente. Mesmo que com reivindicações que não assumissem caráter político, o movimento contribuiu para enfraquecer o governo à medida em que contestava as decisões impostas verticalmente à categoria.

A partir de tal exposição, percebe-se que os professores utilizaram diferentes práticas para resistir ao regime militar: tanto através da participação em grupos de esquerda ou de luta armada, nos quais não é possível calcular o número exato de docentes participantes, quanto por meio de canais formais, como organizações sindicais.

É preciso, neste momento, compreender os motivos que levaram os professores de 1º e 2º graus a constituir a oposição a um regime autoritário e repressor. Para isso, pretendemos, no segundo capítulo deste texto, identificar o contexto vivenciado por tais profissionais durante esse período, através da análise das políticas educacionais implantadas pelos militares e de sua repercussão na prática docente.

3. Políticas educacionais e formação profissional de professores durante a ditadura militar

Os professores públicos estaduais de 1º e 2º graus se transformaram num dos protagonistas sociais da transição democrática não apenas como uma categoria profissional em si, mas, sobretudo, como uma intervenção programática própria no âmbito da formação societária brasileira do período correspondente às décadas de 1970 e 1980 (FERREIRA JR.; BITTAR, 2006, p. 63).

Conforme apontado no capítulo anterior, a participação dos professores no movimento grevista que se iniciou no final da década de 1970 foi significativa não apenas pelo número de paralisações ou por ter representado a mobilização de uma categoria profissional que não possuía essa característica em seu histórico, mas também pela pressão feita por esse movimento no sentido de um retorno à democracia no Brasil. Os fatores que possibilitaram a resistência docente organizada através do movimento grevista e sindical podem ser encontrados através da análise das condições a que essa categoria profissional foi submetida durante o regime militar. Neste capítulo, pretendemos analisar a política educacional implantada pelos militares durante os anos de 1964 a 1985, privilegiando os seus efeitos para os docentes do período. Com isso, pretendemos analisar também qual seria o papel dos professores de 1º e 2º graus no processo de redemocratização do país.

“Na fase presente de nossa evolução social, a educação brasileira há de concorrer para o objetivo comum que é o projeto de desenvolvimento nacional e, possibilitado por este, o projeto humano pessoal de cada indivíduo.” (FREITAG, 1986, p. 102) Estas palavras, contidas no Plano Setorial de Educação de 1975-1979, refletem a característica predominante na política educacional formulada durante todo o regime militar: a imposição das finalidades econômicas às educacionais. A educação foi pensada como um meio de se obter um determinado fim, sendo este o desenvolvimento econômico do país.

3.1 – Reformas no sistema educacional e formação de professores

A partir de 1960, tendo saído recentemente do sistema de substituição de importações para iniciar a fase de industrialização, o país precisava de uma estrutura que consolidasse sua permanência no capitalismo moderno. Para isso, seria necessário não só difundir a ideologia do sistema capitalista, como também criar mecanismos de manutenção da sociedade dividida em classes. Além disso, devido à recente industrialização, tornou-se necessário suprir as demandas do mercado de trabalho, que necessitava de mão-de-obra especializada em diversos níveis e áreas. A educação foi o meio escolhido para cumprir essas três funções. Assim, ela passou não só a divulgar a ideologia do sistema, como também a reforçar e a manter a divisão da sociedade em classes, através da formação de mão-de-obra em um sistema dual, com nítida divisão entre o ensino para as classes dominantes e o ensino para as classes dominadas.

Com base na teoria do capital humano, a educação passou a ser vista como um bem de produção durável. O pano de fundo dessa tendência está contido pela teoria do capital humano, que, a partir da formulação inicial de Theodore Schultz, se difundiu entre os técnicos da economia, das finanças, do planejamento e da educação. E adquiriu força impositiva ao ser incorporada à legislação na forma dos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, com os corolários do “máximo resultado com o mínimo de dispêndio” e “não duplicação de meios para fins idênticos”. (SAVIANI, 2008, p. 365)

Seguindo esses padrões, o governo formulou uma série de mudanças nas políticas educacionais, sendo as principais:

- a Reforma Universitária, através da Lei 5.540/68;
- a implantação do Mobral, que só ocorreu na prática em 1970, através da legislação que previa seu financiamento;
- a Reforma do Ensino de 1º e 2º graus, através da Lei 5.692/71.

Cada uma delas será analisada mais detalhadamente a fim de fornecer um pano de fundo para a compreensão do cenário educacional no período.

3.1.1 - Reforma Universitária

Romanelli (1982) reflete sobre o cenário educacional brasileiro e sua relação com a política econômica implantada pelo regime militar. Ela estabelece dois momentos

no cenário econômico: o primeiro, entre os anos de 1964 e 1967, foi o de “recuperação econômica” e o segundo, a partir de 68, foi de expansão. Assim, a educação também é marcada por dois períodos distintos, coincidentes com os momentos de mudança econômica. O primeiro momento é o de constituição e agravamento da crise educacional, devido à insatisfação dos estudantes, principalmente do ensino superior, em relação à falta de vagas em contraste com a crescente demanda. Nesse momento, foram feitos os acordos entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), com o objetivo de buscar financiamento para a educação pública brasileira. Foram os chamados “Acordos MEC-USAID”, assinados a partir de 31 de março de 1965, um ano após a tomada do poder pelos militares. O segundo momento no cenário educacional brasileiro é caracterizado por Romanelli como aquele em que o governo militar estabelece políticas com o intuito de adequar a educação aos moldes do desenvolvimento econômico.

No início deste segundo período educacional, o governo militar decretou a Lei nº 5540, no dia 28 de novembro de 1968, regulamentando a Reforma Universitária. A Reforma foi voltada, principalmente, ao atendimento das necessidades do mercado, principalmente a de produção de mão de obra qualificada, e a uma tentativa de desarticular os movimentos de oposição, que tinham suas origens, em grande parte, no contexto universitário. Segundo Paula (2007), essa Reforma “buscava atender os princípios de racionalização no uso de recursos direcionados para o ensino superior, acelerar a qualificação para o mercado e ampliar o controle sobre organizações docentes e estudantis dentro e fora da universidade” (p. 119). Quinze dias após a Lei nº 5540, surge o Ato Institucional nº 5 - AI-5 -, com o intuito de reprimir, punir e extinguir qualquer iniciativa de contestação ao regime.

Saviani (2008) explica como a política voltada ao desenvolvimento econômico, instituída pelo governo militar, resultou em modificações na educação nacional:

Com o advento do regime militar, o lema positivista “Ordem e Progresso” inscrito na bandeira do Brasil metamorfoseou-se em “segurança e desenvolvimento”. Guiando-se por esse lema, o grande objetivo perseguido pelo governo dito revolucionário era o desenvolvimento econômico com segurança. Diante desse objetivo, a baixa produtividade do sistema de ensino, identificada no reduzido índice de atendimento da população em idade escolar e nos altos índices de evasão e repetência, era considerada um entrave que necessitava ser removido. A adoção do modelo econômico associado-

dependente, a um tempo consequência e reforço da presença das empresas internacionais, estreitou os laços do Brasil com os Estados Unidos. Com a entrada dessas empresas, importava-se também o modelo organizacional que as presidía. E a demanda de preparação de mão-de-obra para essas mesmas empresas associada à meta de elevação geral da produtividade do sistema escolar levou à adoção daquele modelo organizacional no campo da educação. Difundiram-se, então, ideias relacionadas à organização racional do trabalho (taylorismo, fordismo), ao enfoque sistêmico e ao controle do comportamento (behaviorismo) que, no campo educacional, configuraram uma orientação pedagógica que podemos sintetizar na expressão “pedagogia tecnicista”. (p. 367-369)

Saviani apresenta, assim, uma primeira consequência para o sistema de ensino brasileiro, que foi a adoção da pedagogia tecnicista, marcada por valores e modelos empresariais, como a produtividade e a eficiência.

O regime militar seguiu a tendência privatista e passou a criar formas de facilitar a iniciativa de escolas particulares, diminuindo a responsabilidade do Estado em relação à educação pública e gratuita, principalmente no tocante ao ensino superior. A Emenda de 1969, reafirmando a Constituição de 1967, regulamentava a substituição, pelo Poder Público, do “regime de gratuidade do ensino médio e no superior pelo sistema de concessão de bolsas de estudos, mediante restituição, que a lei regulará” (SAVIANI, 2008, p. 299). Dessa forma, orientava-se que, “gradativamente” o sistema particular substituiria a educação pública em determinados níveis de ensino, reforçando o caráter privatista que tomou conta do campo educacional. O ensino superior passou por uma fase de expansão durante este período, devido principalmente ao número de faculdades particulares que surgiram, nas quais eram oferecidos, muitas vezes, cursos aligeirados e de péssima qualidade.

A Reforma Universitária ocorreu por dois motivos: primeiramente, para conter a crise gerada pelo descontentamento dos estudantes tanto em relação à política de seleção efetivada por meio do vestibular quanto ao caráter elitista apresentado por este nível de ensino. Em segundo lugar, essa reforma procurou alinhar a formação universitária às necessidades do sistema capitalista em desenvolvimento no país.

A crise universitária vinha se agravando com as constantes manifestações promovidas pelos estudantes que, além de insatisfeitos com a exclusão originada pelo vestibular e com a falta de vagas no ensino superior público, participavam também de movimentos políticos de contestação ao regime militar.

O número de alunos inscritos para o vestibular em relação ao número de vagas na universidade cresceu de 212% entre 1964 e 1968. Isso não só significava um desperdício de recursos humanos e uma falha nas formas de investimento em educação, seja por parte do indivíduo, seja por parte do Estado, mas significava acima de tudo uma ameaça para a “segurança nacional” já que o descontentamento estudantil se canalizava em atividades políticas sobre as quais o Estado estava perdendo o controle. É este o verdadeiro sentido da crise oficialmente admitida. (FREITAG, 1986, p. 86-87)

Uma das medidas tomadas para conter essa crise foi a modificação no sistema de seleção para ingresso no ensino superior, criando o vestibular unificado, que aprovava e classificava todos os alunos que obtivessem a nota necessária. Além disso, foram tomadas medidas como a departamentalização, o sistema semestral de aulas e a introdução do regime de créditos.

Essas mudanças foram importantes para desagregar o movimento estudantil de resistência à ditadura militar, visto que cada professor poderia integrar apenas um único departamento e as turmas de alunos foram desmanchadas devido à nova obrigatoriedade da matrícula por disciplinas. Sendo assim, tanto as unidades de ensino quanto o corpo discente ficaram isolados.

A Lei nº 5540 entrou em vigor apenas a partir do dia 11 de fevereiro de 1969, com o Decreto nº 464. Neste mesmo dia, foi aprovado o Parecer nº 77, que criou a pós-graduação brasileira, baseada no sistema norte-americano. Assim como as demais mudanças educacionais, a implantação da pós-graduação também ocorreu a fim de contribuir com o projeto de expansão econômica do país.

3.1.2 - Educação de adultos

No início da década de 60, estavam em curso diversos programas populares de alfabetização de jovens e adultos em cidades periféricas, principalmente no nordeste brasileiro. Esses programas seguiam, em sua maioria, as propostas desenvolvidas pelo educador Paulo Freire, que propunha integrar a alfabetização dos adultos trabalhadores a uma conscientização acerca da realidade social, econômica e política na qual estavam inseridos. Uma dessas iniciativas, a Campanha de Educação Popular da Paraíba (Ceplar), desenvolvida entre os anos de 1962 e 1964, tinha como premissa a “elevação

cultural das massas populares”, visando a intervenção no processo de mobilização e organização política” (SCOCUGLIA, 2001, p. 67). Com a alfabetização de milhares de adultos – que, assim, poderiam participar do sistema eleitoral –, tal campanha acreditava que seria possível “em última instância, fazer a revolução pelo voto” (SCOCUGLIA, 2001, p. 67).

Maria Ilza Fernandes, ex-aluna da Ceplar, em uma entrevista relata algumas de suas memórias acerca da campanha e afirma: “o incentivo maior deles é que a gente aprendesse a ler! Para que você ter conhecimento do que era o país subdesenvolvido... é o trabalho maior... saber ler para conhecer a realidade do país” (SCOCUGLIA, 2001, p. 59). A fim de atingir tais objetivos, as lições contidas nas apostilas preparadas pela Ceplar traziam para a discussão questões problemáticas da realidade brasileira. Uma delas abordava, por exemplo, o trabalho infantil no país e a necessidade de que as crianças frequentassem a escola. Neste tópico, o material disponibilizado aos alunos apresentava argumentos sobre a possibilidade de transformação social, afirmando que “as pessoas que até agora estão no poder só o estão devido à falta de consciência que o povo tem da realidade brasileira. Desde que esse povo, isto é, nós tomemos consciência, não haveremos de permitir que esses homens continuem no poder” (SCOCUGLIA, 2001, p. 97).

Paulo Freire, em entrevista ao jornal Pasquim, analisa os movimentos de educação popular e o perigo que representavam para as elites e para os setores mais conservadores da sociedade brasileira:

O negócio era tão extraordinário que não poderia continuar. Num estado como Pernambuco, que tinha naquela época (1963/64) um número que não pode ser exato, de oitocentos mil eleitores, era possível em um ano passar para um milhão e trezentos mil. Um estado como Sergipe, que tinha trezentos mil eleitores, em um ano poderia passar para oitocentos mil. E assim em todos os estados do Brasil. O que poderia ocorrer é que para a sucessão presidencial nós poderíamos ter no processo eleitoral, já que a lei não admitia o voto do analfabeto, facilmente cinco ou seis milhões de novos eleitores. Ora, isso pesava demais na balança do poder. Era um jogo muito arriscado para a classe dominante (FREIRE, 2008, p. 22).

Paulo Freire estava certo em sua declaração. Todos os programas de alfabetização de adultos e de educação popular foram desmantelados assim que os militares tomaram o poder. Para um governo baseado em relações arbitrárias e

autoritárias, que buscava incessantemente fazer vigorar a sua própria ideologia, através do silenciamento das posições divergentes, a alfabetização e a conscientização das massas, visando tornar o homem sujeito de sua história, foram vistas como provas de subversão e comunismo. Diversos integrantes desses movimentos foram perseguidos e presos, como é o caso de Freire, que permaneceu exilado por 16 anos. Os membros da Ceplar sofreram com Inquéritos Policiais Militares – os conhecidos IPM's -, nos quais o próprio material utilizado nas aulas era considerado como prova da suposta subversão. Salete Van Der Poel, uma entre os dirigentes dessa campanha, afirmou em entrevista que “uma das fichas-roteiro que mais pesou contra a gente (no IPM) foram as palavras-geradoras soldado e fuzil, (...) onde o soldado era do povo, estava a serviço do povo, mas estava se voltando contra o próprio povo” (SCOCUGLIA, 2001, p. 110). Não apenas essa, mas todas as demais campanhas de alfabetização e diversos de seus integrantes foram vítimas da repressão levada a efeito pelos militares.

Em substituição a essas campanhas de alfabetização, o governo criou, entre outras, a Cruzada de Ação Básica Cristã (Cruzada ABC), comandada por evangélicos norte-americanos. Devido à sua ineficiência, foi implementado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), através da Lei 5.379/67. Segundo a proposta oficial, ele deveria ser responsável por extinguir o analfabetismo no Brasil em um período de dez anos. No entanto, devido à falta de verbas, esse programa só passou a funcionar efetivamente após 1970, ano em que se encontrou uma forma de financiá-lo, utilizando dinheiro proveniente da loteria esportiva e de uma porcentagem do imposto de renda de empresas, este último funcionando de modo voluntário.

Freitag (1986) considera o MOBRAL como o primeiro programa governamental responsável por alfabetizar os trabalhadores e, ao mesmo tempo, “também a primeira vez que a alfabetização assume um caráter tão evidentemente ideológico e visa de forma tão explícita inculcar no operariado os valores do capitalismo autoritário” (p. 92). Bittar e Bittar (2012) consideram este programa como um “verdadeiro fracasso” (p. 163), visto que não alcançou os resultados necessários no tocante à alfabetização de adultos.

Com o MOBRAL, o governo procurava atender seus próprios objetivos políticos. Segundo Paiva (1982), havia a pretensão de fortalecer a legitimidade do regime junto à população carente, visto que o AI-5 havia causado um sentimento de oposição na classe média. Além disso, este autor aponta que este programa pode ter sido

utilizado como forma de obtenção de informações sobre os setores populares, caracterizando-se como um “instrumento de segurança interna”. (p. 99)

Sérgio Haddad e Maria Clara Di Pierro (2000) consideram que o MOBRAL pautava-se em três características principais, que possibilitavam “uma campanha de massa com controle doutrinário”, quais sejam “descentralização com uma base conservadora para garantir a amplitude do trabalho; centralização dos objetivos políticos e controle vertical pelos supervisores, paralelismo dos recursos e da estrutura institucional, garantindo mobilidade e autonomia”. (p. 115)

Uma notícia datada de outubro de 1985, veiculada pela Folha de São Paulo , apresenta informações acerca do MOBRAL e trata especificamente sobre a precária formação de seus quadros docentes, cuja soma era de 120 mil professores naquele ano. Cerca de 50% desses eram semi-alfabetizados. A notícia divulga ainda trechos de uma entrevista com Vicente Paulo Barretto, que havia assumido a presidência do Movimento em 1985, na qual ele informa que:

Além destes 50% de educadores sem o primeiro grau, 23% têm apenas as quatro primeiras séries do primeiro grau (correspondente ao antigo primário), 16,6% terminaram o primeiro grau, 13,5% têm o segundo grau incompleto, 9% completaram o segundo grau e 10% têm curso superior.

Além destes fatores, é necessário destacar também que este programa de alfabetização relegou a segundo plano os aspectos pedagógicos e desconsiderava a realidade local dos alunos. Assim, apesar de seu custo elevado e de seu longo período de existência, o MOBRAL não atingiu o objetivo a que se propôs, qual seja a eliminação do analfabetismo no país, não tendo sequer chegado perto de alcançá-lo.

3.1.3 - Reforma do ensino de 1º e 2º graus

Assim como ocorreu em outros níveis de ensino, as reformas na legislação referente à educação básica também seguiram a lógica produtivista, enxergando na educação um espaço propício para a formação de mão-de-obra, sempre com os princípios de racionalidade e eficiência.

Em 1971, a Lei nº 5692 reformulou a educação de nível básico, instituindo o curso de 1º grau, com duração de 8 anos, composto pelos antigos primário e ginásio, e o curso de 2º grau, correspondente ao ensino de nível médio (antigo 2º ciclo do ensino médio). O ensino de primeiro grau torna-se obrigatório e deve ser oferecido gratuitamente nas escolas públicas, ampliando assim a escolarização obrigatória de quatro para oito anos. De acordo com Freitag (1986), a Reforma de 1º e 2º graus foi não apenas um meio de atender à “nova realidade” do país, mas também uma consequência da Reforma Universitária, “a fim de ajustar ideológica, estrutural e funcionalmente os três níveis de ensino”. (p. 93-94)

A escola deveria servir como preparação para o trabalho, formando mão-de-obra de nível médio, que atendesse as demandas do mercado. Nesse sentido, foi instituída a profissionalização no 2º grau, nível que ganhou caráter de terminalidade. É importante salientar que o 1º grau de ensino também assumia a profissionalização de seus alunos, sobretudo quando estes não tivessem condições de passar para o próximo nível.

A profissionalização foi pensada apenas como uma maneira de atender as demandas ocasionadas pela industrialização recente no país e não contemplou a formação cultural que a escola deve proporcionar aos alunos. O sistema educacional assim planejado não poderia conduzir a um pensamento crítico e tão pouco possibilitar uma preparação cultural aliada à formação para o trabalho, mas apenas cumprir este último papel, com base na pedagogia tecnicista, imprimindo à educação o caráter produtivista encontrado nas indústrias. O Parecer 76/75 explicita os objetivos propostos na Lei 5.692:

1º) Mudar o curso de uma das técnicas da Educação brasileira, fazendo com que a qualificação para o trabalho se tornasse a meta não apenas de um ramo de escolaridade, como acontecia anteriormente, e sim de todo um grau de ensino que deveria adquirir nítido sentido de terminalidade;

2º) beneficiar a economia nacional, dotando-a de um fluxo contínuo de profissionais qualificados, a fim de corrigir as distorções crônicas que há muito afetam o mercado de trabalho, preparando em número suficiente e em espécie necessária o quadro de recursos humanos de nível intermediário de que o País precisa. (FREITAG, 1986, p. 94)

A profissionalização do ensino médio, um dos pontos mais importantes da reforma desse nível de ensino, causou grande polêmica, pois nem a rede oficial de

ensino e nem a rede particular queriam tomar para si essa tarefa, devido aos custos que ela implicava. O Parecer 76/75 surge, portanto, como uma solução para esse problema, flexibilizando o ensino profissionalizante com a alegação de que nem toda escola deveria fornecer essa modalidade de ensino.

A suposta democratização que decorreria dessa reforma ficou apenas no discurso, porque, na realidade, os alunos mais pobres evadiam ou, se chegassem ao final do ensino médio, receberiam um ensino voltado apenas à formação profissional, com caráter de terminalidade e que, portanto, não fornecia condições para a continuidade dos estudos.

Na prática, essa reforma resultou na manutenção de um sistema de ensino marcado pela dualidade, que oferecia a formação propedêutica para os alunos mais ricos e o ensino profissionalizante, com caráter de terminalidade, para os alunos mais pobres. Esses últimos, após formados, ocupariam cargos técnicos, mantendo sua posição na estrutura social. Os estudantes que pudessem prosseguir seus estudos, pertencentes a classes mais altas, chegando à universidade pública, poderiam manter sua posição social e econômica. E, por fim, aqueles alunos de classe média baixa que conseguissem concluir o ensino básico, ingressariam em universidades particulares e ocupariam, posteriormente, cargos intermediários no mercado de trabalho.

A ampliação das vagas no ensino básico teve como consequência a imediata demanda por professores, o que levou ao surgimento dos cursos normais de 1º ciclo, nos quais os alunos – futuros professores – poderiam se inscrever após terem cursado apenas as quatro séries do ensino primário. Segundo Monlevade (1996),

Em 1964, o Censo Escolar registrou no Brasil: 289.865 professores em exercício, dos quais 270.560 mulheres; 125.834 com diploma do normal de 2º ciclo; 28.486 com normal de 1º ciclo; 7.666 com curso superior; e 127.879 sem qualquer formação profissional, a maioria deles só com curso primário! (p. 143).

A Lei nº 5540/68 definia que:

A formação de professores para o ensino de segundo grau, de disciplinas gerais ou técnicas, bem como o preparo de especialistas destinadas ao trabalho de planejamento, supervisão, administração, inspeção e orientação no âmbito de escolas e sistemas escolares, far-se-á em nível superior (Artigo 30).

Assim, a formação de docentes em nível superior deveria apresentar crescimento durante a vigência desta lei. Entretanto, a Lei nº 5692/71 representou um retrocesso nesse ponto, pois permitia que a formação dos professores ocorresse nos cursos profissionalizantes em nível de 2º grau, que ofereciam, entre outras, a habilitação para o magistério.

A Lei nº 5692 previa a elaboração de leis que regulamentassem o ingresso de professores no ensino de 1º e 2º graus, bem como sua evolução na carreira. Esse ponto foi alvo de reivindicações durante a onda de greves que ocorreu na década de 70, discutida no capítulo anterior.

3.2 - Reflexos da política educacional do regime militar para a categoria docente

A demanda por docentes era cada vez maior, visto que o número de alunos matriculados no ensino fundamental saltou de 8,5 milhões em 1964 para mais de 20 milhões em 1980. (MONLEVADE, 1996, p. 144) Segundo José Goldemberg, a evolução do número de vagas oferecidas no sistema escolar brasileiro seguiu tais proporções: “em 1960, 45% das crianças iam à escola, em 1970, 67%; em 1980, 80%; e em 1990, 88%” (FERREIRA JR, 2009, p. 5). Um fato importante que daí se depreende é que milhares de professores foram formados através do sistema de ensino já afetado pelas transformações realizadas pelos militares, por meio das reformas educacionais. É importante analisar os efeitos dessas reformas tanto no cotidiano docente quanto na constituição de uma categoria profissional organizada sindicalmente.

Até a década de 60, o magistério era uma profissão predominantemente feminina à qual se dedicavam integrantes das classes alta e média. Os professores faziam parte dos profissionais liberais, eram dignos de grande prestígio social e seus rendimentos eram altos, propiciando um padrão de vida elevado. Durante os 21 de ditadura civil-militar brasileira, essa situação foi profundamente transformada.

O cenário educacional brasileiro no período anterior ao Golpe de 1964 era caótico. Apenas uma pequena parcela da população tinha acesso à escola. O número de analfabetos era assustador e as verbas destinadas à educação eram insuficientes para solucionar tais problemas. Assim, havia necessidade imediata de ampliação da rede

escolar, possibilitando aos brasileiros o acesso e a permanência nesse sistema. Essa foi uma das ações do governo militar, ampliando consideravelmente o número de matriculados na educação básica.

Para suprir a demanda de professores, surgiram as faculdades particulares, que ofereciam cursos de licenciatura aligeirados e de qualidade questionável, em sua maioria. Através destes cursos, que possuíam mensalidades de valor mais acessível, integrantes das camadas populares da sociedade conseguiram obter a titulação necessária para ocuparem o cargo de professor.

As políticas educacionais criadas entre 1964 e 1985 resultaram na completa defasagem salarial dos docentes, o que ocasionou também a perda do status social que essa profissão carregava consigo. Desse quadro, depreende-se que a composição da categoria profissional dos professores passou por duas transformações principais, das quais decorrem várias outras. Em primeiro lugar, estão os professores que pertenciam aos estratos mais altos da sociedade e que sofreram, durante este período, uma redução de seu nível econômico e social. De outro lado estão os integrantes das classes mais baixas, para os quais o ingresso no magistério resultou em uma ascensão social.

Somando-se à ampliação dos quadros docentes – causado pela expansão das vagas no ensino primário e secundário – e à formação aligeirada pela qual grande parte destes passou, está a política de arrocho salarial que foi imposta pelo governo aos professores, o que resultou na proletarização destes profissionais. Ferreira e Bittar (2006) consideram que entre todas as categorias de assalariados, a mais afetada foi a dos professores. Ainda segundo estes autores, a desvalorização salarial bem como a perda do status social relacionado à profissão foram dois fatores fundamentais para a adesão desses profissionais ao movimento grevista surgido no final da década de 70. Assim, a partir das transformações pelas quais a categoria docente passou.

(...) teve início a construção da nova identidade social do professorado do ensino básico, ou seja, a de um profissional da educação submetido às mesmas contradições socioeconômicas que determinavam a existência material dos trabalhadores. Estavam plasmadas, assim, as condições que associariam o seu destino político à luta sindical. (p. 71)

Portanto, a política econômica adotada pelo regime militar – marcada pelo arrocho salarial da classe trabalhadora - foi essencial para a organização dos professores

enquanto categoria profissional e de sua mobilização em torno de melhores condições de vida e de trabalho. Em última instância, o movimento reivindicatório docente, desencadeado com as greves nas décadas de 70 e 80, que foi essencial para a restituição do regime democrático no país, foi reflexo da própria política econômica adotada pelo governo. Em entrevista concedida à pesquisadora Maria Luisa Santos Ribeiro, a professora de português Rosiver, que lecionou durante a ditadura civil-militar e participou ativamente do movimento grevista, esclarece que os professores no período “sabiam exatamente que estavam sendo oprimidos, massacrados; que o seu salário era (e ainda é) realmente baixo e que estava sendo cada dia mais corroído pela inflação” (RIBEIRO, 1984, p. 71). Ela também ressalta:

É claro que se faziam referências do tipo – “Mas os professores já se mobilizaram” -, porém a gente avaliava que a situação vivida hoje pelo professor era totalmente diferente da de 63. Totalmente diferente, na medida que em 63 o professor ainda tinha um salário mais ou menos. A sua situação de categoria totalmente marginalizada ou totalmente em via de proletarização começa de fato em 64, com a ditadura que não prioriza o setor de saúde e de educação, muito pelo contrário (p. 78).

Conforme destacado por essa professora, a percepção sobre a condição em que o professorado se encontrava foi fundamental no processo de oposição ao regime. Os professores haviam perdido não só os bons níveis salariais que antes possuíam, como também o status que costumava ser associado à profissão. A qualidade de sua formação decaiu e, além disso, as próprias possibilidades de crescimento cultural – que antes faziam parte de seu cotidiano – foram negadas a essa categoria. Seu baixo poder aquisitivo não permitia mais que os professores frequentassem teatros, cinemas ou que pudessem adquirir livros.

3.3 – Reflexos das políticas educacionais no cotidiano escolar:

Os reflexos do regime autoritário que vigorou no país durante duas décadas foi sentido também na prática docente cotidiana. Alguns estudos se dedicam à análise deste tema, principalmente no que se refere aos professores de História, pois esta foi uma matéria na qual o governo deixou marcas mais nítidas.

Três disciplinas foram símbolos do regime: Estudos Sociais, que substituiu História e Geografia; Educação Moral e Cívica, que já havia sido pensada por governos anteriores aos do regime militar, e Organização Social e Política do Brasil, integrante do currículo do 2º grau desde 1962. Entre a 1ª e a 4ª séries do 1º grau, havia um professor responsável por todo o período na sala e, portanto, ele deveria também lecionar tais matérias. A partir da 5ª série, entretanto, essas matérias ficavam sob a responsabilidade dos professores com licenciatura plena em História. Surgiram também as licenciaturas curtas em Estudos Sociais, cuja duração era de aproximadamente um ano e meio. Essa diferença de tempo de formação e da qualidade dos cursos passou a ser motivo de conflitos entre os professores, pois não acarretavam em diferenças salariais. Além da formação nesses cursos, exigia-se também que os docentes responsáveis por essas disciplinas possuísem “boa conduta”. Assim, antes de sua contratação, o DEOPS deveria emitir um certificado que atestasse um padrão de comportamento em consonância com os ideais do regime.

O estudo realizado pela pesquisadora Elaine Lourenço (2010) apresenta relatos de professores que trabalharam com as matérias introduzidas pelos militares. Um deles, o professor Severiano, afirma:

Eu fui orientador de Moral e Cívica. Porque minha ficha estava limpinha, ao contrário de outros amigos meus, que não tinham ficha limpa, então eles não podiam ser nomeados. Você tinha que pegar um papelzinho azul do Dops para ser orientador de Moral e Cívica (p. 110).

A Educação Moral e Cívica já havia sido planejada por diversos governos anteriores à ditadura civil-militar, tendo sido aplicada de várias maneiras e com ênfases diferentes. Desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), promulgada em 1961, o ensino da moral e do civismo era considerado parte integrante de todo o processo educacional e, portanto, não chegou a materializar-se em uma única disciplina.

Em 1962, o Conselho Federal de Educação (CFE), órgão recém-criado, determinou que a Educação Moral e Cívica seria uma prática educativa cotidiana, mantendo a posição da LDB de 1961. Neste mesmo ano, entretanto, o próprio Conselho estipula a criação da disciplina de OSPB, que deveria compor o currículo do 2º grau (FILGUEIRAS, 2006, p. 30 a 38). Essa matéria foi apropriada pelo governo militar,

mas assumiu, durante a ditadura, uma configuração diferente da anteriormente estabelecida, a fim de alcançar novos objetivos. Assim,

OSPB foi introduzida a princípio para exercer a função de ensinar sobre a defesa das instituições democráticas – parte de um projeto nacionalista mais amplo -, formar o estudante civicamente, preparando-o para a cidadania. Posteriormente, durante a Ditadura Militar, OSPB foi utilizada no programa em defesa das instituições nacionais, juntamente com a disciplina de EMC (FILGUEIRAS, 2006, p. 37-38).

Em 1966, um decreto promulgado pelo General Castelo Branco estabelecia que:

A educação cívica visa a formar nos educandos e no povo em geral o sentimento de apreço à Pátria, de respeito às instituições, de fortalecimento da família, de obediência à Lei, de fidelidade no trabalho e de integração na comunidade, de tal forma que todos se tornem, em clima de liberdade e responsabilidade, de cooperação e solidariedade humanas, cidadãos sinceros, convictos e fiéis no cumprimento de seus deveres. (DECRETO, nº 58.023/66)

Esse mesmo decreto reforça o caráter de prática educativa conferido ao ensino da moral e do civismo e prevê a realização de “seminários destinados a despertar no professorado local e na opinião pública interesse pela educação cívica” (DECRETO nº 58.023/66).

Ainda em 1966, ocorre a III Reunião Conjunta dos Conselhos de Educação, na qual foi defendida a posição de tornar a educação moral e cívica uma disciplina. Entretanto, o Conselho Federal de Educação mantinha-se contrário a essa ideia, pois acreditava que a disciplina de OSPB já seria responsável pelo ensino do civismo, o qual não deveria estar associado à moral (FILGUEIRAS, 2006).

A intensificação do caráter autoritário assumido pelo governo brasileiro em 68 e as constantes manifestações de oposição lideradas pelo movimento estudantil nesse mesmo ano foram fatores fundamentais para a implantação da EMC como disciplina. Outro fator importante foi a exoneração de três importantes membros do CFE – Anísio Teixeira, Alceu Amoroso Lima e Antonio Almeida Junior – e a intensa participação do General Moacir Araújo Lopes, defensor do ensino da moral e do civismo como forma de reduzir a disseminação do comunismo e da subversão, no Ministério da Educação. A pesquisadora Katiane Nogueira da Silva (2011) reflete sobre a relação entre o ensino da

moral e do civismo e a segurança nacional. Segundo ela, a ideia disseminada no período do regime militar era a de que “quando a moral da sociedade se via ameaçada, assim estava ao mesmo tempo a segurança dos indivíduos que viviam nela” (p. 258). Assim, para que os cidadãos estivessem aptos a participar da vida em sociedade, seria necessário que adquirissem valores morais e cívicos.

Ainda em 1968, é apresentado o Anteprojeto de Lei sobre Educação Moral e Cívica, redigido por um grupo cuja liderança estava nas mãos do General Moacir Araújo Lopes. Esse anteprojeto previa a consolidação da EMC como uma disciplina que deveria ser ministrada em todos os níveis de ensino, em caráter obrigatório. Um parecer foi emitido pelo CFE acerca de tal anteprojeto, sendo que apenas um dos integrantes do Conselho manifestou opinião contrária, mantendo a posição de que a moral e o civismo deveriam constituir práticas cotidianas pois, caso contrário, poderiam correr o risco de tornarem-se simples memorização, não refletindo nas ações e no caráter dos estudantes.

Em 1969, logo após a Junta Militar assumir o governo brasileiro, surge o Decreto-Lei nº 869, que implanta a EMC como disciplina obrigatória em todos os níveis de ensino. O Artigo 2º deste decreto informa as finalidades da nova disciplina:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País;
- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade. (DECRETO-LEI, nº 869/69)

Essa exposição das finalidades da disciplina demonstra o reflexo das relações autoritárias presentes na sociedade. A tentativa é de reprimir quaisquer ações/pensamentos/ideias inovadoras, em nome das tradições e dos costumes. Além disso, são notáveis as marcas da religião cristã no projeto. A “liberdade com

responsabilidade”, conceito tão caro aos militares, que foi amplamente difundido durante a ditadura civil-militar, aparece aqui como um dos elementos que possibilitariam “a defesa do princípio democrático”. Alguns meses após o fortalecimento do regime ditatorial através do AI-5, ainda falava-se em “princípios democráticos”.

Dois itens parecem sintetizar todo o sentido do ensino cívico no país: “o culto da obediência à Lei” e “o culto à Pátria, (...) tradições, (...) e aos grandes vultos de sua história” (DECRETO-LEI Nº 869/69). Com este último, é possível estabelecer um paralelo ao capítulo anterior, no qual tratamos da memória enquanto instrumento de manutenção do poder. O regime militar buscava, através da disciplina de EMC, fixar nos estudantes a memória dos símbolos da Pátria e de seus heróis, reafirmando com estes exemplos valores e conceitos defendidos pelo próprio regime. No entanto, em um regime marcado pelo autoritarismo nas relações e pelo silenciamento de qualquer posição divergente da oficial, resta saber quem seriam os eleitos como “grandes vultos” da história nacional.

O Artigo 3º deste Decreto-Lei regulamenta ainda que:

A Educação Moral e Cívica, como disciplina e prática educativa, será ministrada com a apropriada adequação, em todos os graus e ramos de escolarização.

§ 1º Nos estabelecimentos de grau médio, além da Educação Moral e Cívica, deverá ser ministrado curso curricular de "Organização Social e Política Brasileira."

§ 2º No sistema de ensino superior, inclusive pós-graduado, a Educação Moral e Cívica será realizada, como complemento, sob a forma de “Estudos de Problemas Brasileiros”, sem prejuízo de outras atividades culturais visando ao mesmo objetivo. (DECRETO-LEI, nº 869/69)

Ele ainda cria a Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC), que teria um número de nove integrantes, todos nomeados pelo Presidente da República e escolhidos entre aqueles que se dedicassem “à causa” da Educação Moral e Cívica. Um desses integrantes era o próprio General Moacir Araújo Lopes. Além disso, o decreto dispõe sobre a Cruz do Mérito “que deveria ser conferida pelo Ministro da Educação e Cultura, (...), a personalidades que se salientarem, em esforços e em dedicação” a essa causa (DECRETO-LEI, nº 869/69).

Filgueiras (2006) destaca que o CFE conseguiu, ao menos, algumas melhorias no Decreto-Lei, se comparado ao Anteprojeto apresentado em 1968. Uma delas foi instituir não apenas a disciplina EMC, mas considerá-la também como prática educativa. Além disso, foi suprimido o trecho do Anteprojeto que estabelecia como uma das finalidades da EMC “o fortalecimento do espírito democrático, de modo a preservá-lo de ideologias materialistas e contrárias às aspirações dos brasileiros e aos interesses nacionais”.

Silva (2011) destaca a importância da formação não apenas da moral e do civismo, mas também a do “desejo” de colocar em prática tais aprendizados. Assim, ela argumenta que:

As práticas desligadas do desejo e da vontade não seriam capazes de acompanhar o desenvolvimento das crianças até a fase adulta, para que elas permanecessem e fossem aperfeiçoadas com o passar do tempo: era necessário que estivessem como que incrustadas na alma dos indivíduos. Para que os hábitos fossem formados e as atitudes exercitadas, era essencialmente à alma e não ao corpo que a moralização deveria voltar-se. (p. 259)

É evidente uma característica fundamental dessa disciplina introduzida pelos militares: a doutrinação. Era necessário não apenas ensinar os costumes morais e cívicos, mas fazer com que estes ficassem gravados nos alunos de forma que estes transformassem os costumes em hábitos e os colocassem em prática ao longo de sua vida. Apenas dessa forma, poderia-se garantir a formação de indivíduos preparados para a vida em sociedade, viabilizando também a segurança e a unidade da pátria.

Após a instituição das disciplinas de OSPB e de EMC, é preciso discutir um pouco sobre como elas foram efetivadas no cotidiano escolar, do ponto de vista da ação dos professores. O professor Guilherme, em entrevista concedida à pesquisadora Elaine Lourenço, afirma que usava o espaço dessas disciplinas para discutir sobre a realidade do país e que suas ações eram contrárias ao que o governo esperava.

Nessa época, de 71 a 86, que foi o período da Ditadura Militar, eu não trabalhei com História, trabalhei com Educação Moral e OSPB, que foram duas matérias, eu acredito, montadas para fazer propaganda do Governo, para fazer cabeça. Mas eles não conseguiram o objetivo deles, porque os professores de Educação Moral, de OSPB, fugiram do espírito da criação das matérias (...). Então, a gente não fazia propaganda. (LOURENÇO, 2010, p. 114-115)

No entanto, na sequência de sua entrevista, esse mesmo professor revela atitudes totalmente alinhadas às do governo. Segundo ele, as aulas que ele ministrava dessas disciplinas pautavam-se pela utilização dos manuais de EMC. Os alunos liam os textos, havia alguma discussão e, no final do livro, havia um exercício de fixação. Ele comenta sobre um episódio em que foi coadivado pela diretora para organizar os alunos em uma comemoração escolar, pois ele era participante do centro cívico de outro colégio.

Foi a comemoração, botei os alunos em fila, sabe? Falei: “Nós vamos cantar o Hino Nacional. Quem sabe o Hino Nacional levanta a mão”. Dois ou três. Então, tem que providenciar o disco com a gravação, vão cantar junto. Aluno da oitava série aqui no Tatuapé, foi a maior ordem. Quando terminou a comemoração, falei: “Olha, nós damos por encerrada a comemoração, vocês podem voltar a seus afazeres normais”. Eles não saíram, continuaram na fila, a diretora ficou olhando de um jeito. Quando eu me propunha a organizar alguma coisa, eu organizava mesmo. Era um negócio em ordem, quase militar, porque tem que ser assim. Senão, não tem respeito. (LOURENÇO, 2010, p. 116)

É necessário esclarecer que após o final da ditadura, poucas pessoas continuaram a defendê-la. Muitos daqueles que, inclusive, auxiliaram na implantação e na manutenção desse regime, passaram a declarar-se como opositores. Esse professor, apesar de afirmar ser contrário aos ideais militares, nos mostra que suas ações eram totalmente de acordo com aquilo que o governo esperava dos professores em geral e, principalmente, dos professores de EMC e OSPB. Segundo suas próprias palavras, o autoritarismo presente em sua relação com os alunos era “quase militar”.

Outros professores, entretanto, fizeram maiores esforços para propiciar um espaço de questionamento e de reflexão acerca da situação política do país junto a seus alunos, apesar de toda censura e repressão existentes. Lourenço (2010) apresenta também o caso da professora Arlete, que direcionou suas aulas de EMC e OSPB em sentido contrário àquele pretendido pelo governo. Em suas aulas, Arlete desenvolvia peças de teatro com seus alunos, através das quais refletiam sobre a situação política do país. Arlete foi presa sob a acusação de subversão e, após ser liberada, encontrou dificuldades para retomar seu cargo na escola. Ela reflete sobre o período:

No ano que fui presa eu era presidente do Centro Cívico, por ironia do destino. [risos] É muito engraçado isso: presidente do Centro Cívico! E aí trabalhava com essas matérias, né?... Muito interessante, porque, com toda vigilância, a gente burlava, falava horrores. E olha que tinha uma vigilância razoável. Sempre tinha um diretor mais reacionário, mais atento a isso. Outras pessoas não se importavam. Mas a gente burlava, fazia teatro com os alunos e fazia miséria. [risos] E tinha que assinar para ser professora de Educação Moral e Cívica, tinha uma ordem que vinha direto do Dops, você era cadastrada e tal. É evidente que, depois que eu fui presa e voltei, nunca mais ministrei essas aulas, né? [risos] Na verdade, foi assim: na escola que eu dava aula quando fui presa, perdi as aulas. Quando fui solta, eu voltei para reivindicar minhas aulas. Ele alegou abandono de emprego. Imagina! (LOURENÇO, 2010, p. 112)

Para recuperar seu cargo, Arlete precisou de um atestado do DOI-Codi comprovando que esteve detida durante o período em que não compareceu às aulas. Nesse trecho, ela afirma que, apesar da vigilância e da repressão existente, havia alguma possibilidade de realizar atividades com os alunos cujos objetivos fossem diferentes daqueles previstos pelo governo. Após ter sido presa, Arlete encontrou dificuldades para retomar seu cargo na escola, assim como ocorreu com Ada, uma de nossas participantes. É interessante observar a figura do diretor sendo relacionada com a vigilância do trabalho pedagógico. Este relato não aparece só na fala de Arlete, mas no relato de duas de nossas entrevistadas, Ada e Lívia. Segundo Paro (1996), os diretores de escolas públicas durante o regime militar eram nomeados por autoridades políticas, como prefeitos ou governadores. A escolha de tais funcionários era feita através de indicações de lideranças políticas da região. A existência de diretores coupando “cargos de confiança” configurava um cenário no qual as relações dentro da escola eram marcadas pelo medo de denúncias. O diretor tinha ligações com o regime e, portanto, poderia assumir o papel de representante deste dentro da escola, vigiando as atividades desenvolvidas pelos docentes e denunciando aquelas consideradas subversivas.

Não apenas os diretores, mas os próprios professores realizavam denúncias sobre as atividades de outros colegas de trabalho. O regime militar incentivou a prática da delação para obter mais informações sobre possíveis atividades subversivas. Essa prática passou a fazer parte do cotidiano da população brasileira e, assim como em diversos outros setores, também se manifestou no contexto educacional, não só no ensino de níveis primário e secundário, quanto também no ensino superior. O livro “O Controle Ideológico na USP (1964-1978)”, resultado de uma pesquisa junto a docentes

da Universidade de São Paulo (USP) que sofreram repressão durante o regime militar, aponta para o incentivo à delação como uma política de governos autoritários, que buscam a todo custo manter seu poder.

O próprio de todo expurgo é o vício fundante de envolver necessariamente no processo as referências pessoais, os ódios e antipatias, a parcialidade dos acusadores. Por isso mesmo é que o expurgo possui uma afinidade estrutural fundamental com o fascismo. Dependendo de denúncia anônima e de calúnia, mobiliza a mesquinhez, o espírito vingativo e abre espaço para todo e qualquer tipo de oportunismo. (ADUSP, 2004, p. 20)

A característica ressaltada pela ADUSP, organização responsável pela produção desse livro, referente ao “espírito vingativo” presente nas denúncias anônimas ocorridas durante o regime militar é semelhante ao que ocorreu com Ada, na opinião de sua filha. Ada foi denunciada pelo diretor da escola como sendo subversiva e, durante seu julgamento, outra professora prestou seu depoimento contra a acusada. Segundo Laura, filha de Ada, o bom relacionamento entre a mãe e seus alunos, assim como as práticas educacionais inovadoras que ela desenvolvia, eram motivo de “inveja” em outros colegas de trabalho, o que poderia ter levado à realização das denúncias.

Após identificar as principais alterações propostas pelos militares no cenário educacional e compreender como elas efetivamente ocorreram na prática, bem como a nova situação social e econômica que foi imposta ao professorado devido às políticas de formação profissional dessa categoria, à ampliação do número de vagas no ensino primário e secundário e ao modelo econômico proposto durante a ditadura, é possível agora realizar o estudo mais detalhado sobre o material coletado através das entrevistas com os participantes em consonância com os documentos provenientes do DEOPS/SP.

4. O protagonismo histórico dos professores no contexto da ditadura militar: memórias e resistências

Neste capítulo, apresentamos a análise realizada sobre o material coletado, englobando tanto o que foi obtido através das fontes orais quanto os documentos provenientes do DEOPS/SP. Antes de iniciar a análise, consideramos adequado apresentar mais detalhadamente os participantes, utilizando os dados informados por eles durante a entrevista.

4.1 - Compreendendo e relacionando as memórias: a análise das entrevistas

Durante a realização das entrevistas, foi notória a resistência em falar sobre o período do regime militar. Alguns professores não aceitaram participar e nem mesmo responderam nosso contato, muito provavelmente devido ao tema com o qual trabalhamos. Mesmo entre os participantes, foi possível perceber a dificuldade em abordar alguns temas, mais marcantes em sua vida pessoal ou profissional. No caso de Ada, por exemplo, identificamos em seu memorial marcas causadas pela repressão que sofreu durante esse período. A dificuldade em conseguir empregos ou mesmo a impossibilidade de assumi-los, devido à clandestinidade; a volta aos ambientes sociais após a saída da prisão e a “paranoia” da perseguição foram temas levantados pelos professores em alguns momentos de suas falas.

Muito se perde ao transcrever uma entrevista de história oral, pois, no momento de sua realização, as próprias expressões faciais e as mudanças na tonalidade da voz, a ênfase com que se pronunciam algumas palavras e até mesmo os silêncios e pausas são expressões e manifestações que acentuam ideias ou marcas que ficaram na memória dos entrevistados. No entanto, foi necessário transcrever as entrevistas para que pudéssemos analisá-las posteriormente.

Alguns temas foram abordados por todos os professores como, por exemplo, a impossibilidade de expressar suas posições a respeito do regime militar, dentro ou fora da sala de aula; a violência dos órgãos de repressão e a luta que travaram buscando por transformações sociais e políticas. O próprio referencial teórico utilizado por estes professores em seu cotidiano, seja como guia de ação, seja como um modo de entender

a realidade, foi comum na maioria dos casos. Com exceção de Ada, cujo posicionamento teórico não se encontra presente em seu memorial, todos os outros professores declararam possuir, pelo menos durante a ditadura, uma orientação marxista. No entanto, sua prática em sala de aula nem sempre foi influenciada por esse referencial.

Luiz Marcos foi o único participante que não foi professor no período da ditadura. Essa constava como sendo sua profissão em sua ficha policial do DEOPS e ele nos explicou que declarou-a ao ser preso com o intuito de ocultar sua verdadeira história. Para evitar que os policiais soubessem de sua atuação na Ação Popular, Luiz Marcos assumiu uma profissão falsa. Dessa forma, ele não deveria pertencer ao grupo a que se destina essa pesquisa. Contudo, por ser um dos nomes inicialmente selecionados, decidimos também utilizar sua entrevista, a fim de esclarecer sua atuação durante o regime militar e compará-la com a dos demais entrevistados. Sua única participação na área da educação deu-se enquanto cursava o 2º grau, pouco antes da instauração do regime militar, quando trabalhou com aulas particulares como forma de sustentar-se. Mesmo assim, sua entrevista nos fornece elementos interessantes sobre o funcionamento da AP, sobre a resistência estudantil e sobre como o regime militar organizou a repressão.

A análise foi realizada através de temas de convergência. Assim, realizaremos um estudo mais detalhado a partir de quatro temas, que consideramos importantes para a compreensão das questões que norteiam este trabalho.

4.1.1 - Apresentação dos professores⁸

Neste item serão apresentados os professores focalizados nesta pesquisa: Maria de Lourdes, Ada e “Lívia”. Apresentaremos também Luiz Marcos, visto que ele constava como sendo professor nos documentos do DEOPS/SP e foi um de nossos entrevistados.

⁸ Apesar de Luiz Marcos não ter sido professor, utilizaremos o material obtido através de sua entrevista. Essa opção se deu por dois motivos: porque ele era um nome inicialmente selecionado, apontado como professor nos documentos do DEOPS/SP, e para comparar suas experiências às dos professores e verificar se foram semelhantes ou não.

4.1.1.1 - Maria de Lourdes Mello Vellame

Maria de Lourdes, nascida em 1942, em Salvador, iniciou seus estudos no curso de Licenciatura em Filosofia ainda em sua cidade natal. Durante esse curso, começou a sofrer perseguições policiais por conta de sua participação em movimentos de alfabetização popular e também por sua atuação no Diretório Acadêmico da Universidade em que estava matriculada. Devido a essas perseguições, após 2 anos de curso, ela mudou-se para São Paulo e continuou seus estudos na Pontifícia Universidade Católica (PUC). Em 1966, ela obteve seu diploma em Filosofia.

No campo educacional, Maria de Lourdes trabalhou com o Movimento de Alfabetização Popular liderado por Paulo Freire, no município de Feira de Santana (BA). Ao relembrar sua participação, Maria de Lourdes afirma:

Chegamos a formar uma equipe boa, mas quando veio a ditadura, desmanchou tudo, entendeu. Um método muito especial que parece que hoje em dia já tá bem divulgado, né. Ele (Paulo Freire) também teve que sair do país, ele ainda não tinha escrito os livros dele, nós tínhamos as apostilas que ele mandava com as orientações. (Entrevista com MARIA DE LOURDES)

Após o término do movimento, imposto pela ditadura, Maria de Lourdes precisou reiniciar sua vida em São Paulo, a fim de evitar a prisão.

Desde seu ingresso na universidade, Maria de Lourdes iniciou seu envolvimento em atividades políticas, participando do Diretório Acadêmico da faculdade e do Partido Comunista. Em 1967, ela desvincula-se do PC e inicia sua militância na Aliança Libertadora Nacional.

Sua mudança para São Paulo deveu-se à vigilância que sofria em Salvador, desde o início do Golpe, tanto por sua participação na Campanha de Alfabetização quanto no movimento estudantil. Em São Paulo, ela precisou manter uma postura de clandestinidade devido à sua militância e não pode vincular-se a nenhum emprego formal como professora. Por isso, as únicas atividades que desenvolveu na área de educação durante a ditadura foram trabalhar com aulas particulares e confeccionar

material didático para cursos pré-vestibulares. Além disso, para manter-se na faculdade, trabalhou também como secretária em uma clínica psiquiátrica.

Maria de Lourdes seguiu a linha marxista durante o regime militar. Atualmente, afirma ter revisado sua posição teórica, mas ainda acredita na importância dos escritos de Marx. Além de adepta do marxismo, ela revelou ter aprendido muito com as obras de Paulo Freire. Durante sua entrevista, profundamente marcada por um sentimento de carinho e de respeito para com as pessoas, ela comentou que foi com Freire que aprendeu a “amar o povo”.

Ao analisar suas ações de resistência, ela mantém a convicção de ter feito o que era necessário no momento e diz não se arrepende de nada. Porém, é marcante a decepção que ela demonstra pelo fato das reformas sociais defendidas pelos movimentos de oposição no período não terem sido atendidas. Maria mostra seu descontentamento também à anistia concedida aos agentes do terror do estado.

Apesar de não mais se envolver diretamente em política, ela ainda acredita em seus antigos ideais de uma sociedade mais justa e afirma ajudar na construção da mesma através de suas ações cotidianas. Sua entrevista foi marcada pela paixão com que falava de seus atos durante a ditadura e pelo amor que demonstra às pessoas.

4.1.1.2 – Ada Natal Rodrigues:

Ada Natal Rodrigues nasceu em Minas Gerais e mudou-se para a cidade de Ribeirão Preto, no estado de São Paulo, durante sua infância. Frequentou uma escola de freiras salesianas, na qual cursou o ginásio. No ano seguinte, ela foi transferida para o Colégio Estadual e depois para a Escola Normal, nos quais cursou o ensino de 1º e 2º graus. Ela iniciou nesse período sua formação profissional, através do Curso de Formação de Professor Primário no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Ela destacou em seu memorial que:

Esse período de minha vida (1942-48), além do aprendizado comum nos bons cursos ginasiais, foi também um aprendizado de política estudantil. O Grêmio Estudantil Olavo Bilac tinha grande prestígio na cidade. Suas campanhas eleitorais, em grande estilo democrático, movimentavam a vida interiorana. Tínhamos grandes espaços nos jornais, fazíamos os comícios em praça pública. Éramos rigorosos na campanha, o respeito ao adversário, regra prioritária. Aos treze anos já

participava da diretoria do grêmio. Nessa época fundamos o Centro de Debates Culturais, com sessões às segundas-feiras, no auditório da rádio local, que também transmitia os debates. A repercussão era enorme. O auditório ficava repleto e, nos dias seguintes, as pessoas nos paravam na rua para tentar continuar a discussão. Os temas eram variados, ligados a nossa experiência que, na época, não se limitava à escola. Líamos muito, principalmente literatura inglesa e norte-americana nas boas traduções da Editora Globo de Porto Alegre. Discutíamos essas leituras, nosso futuro, nossa visão do mundo. Foi uma adolescência vibrante. (Memorial de ADA)

Conforme relatado neste excerto, Ada teve experiências na área de política estudantil desde sua adolescência. Além disso, ela conta que se dedicou muito à leituras e à discussões, que abrangiam temas como “a visão de mundo” que possuía. Essa participação no grêmio estudantil pode ter auxiliado Ada a construir um pensamento crítico e a exercitar a reflexão sobre os mais diferentes temas.

Em 1949, Ada mudou-se para São Paulo e foi aprovada em cursos de duas faculdades da Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e Faculdade de Direito. Ela cursou apenas um ano de Direito e passou a dedicar-se então exclusivamente ao curso de Línguas Neo-Latinas. Além disso, especializou-se em Filologia Românica, Língua e Literatura Latinas e Literatura Brasileira.

Após concluir sua formação, Ada foi convidada para trabalhar como instrutora voluntária na USP. Devido à necessidade de um trabalho remunerado, recusou o convite e iniciou seu trabalho como professora em uma escola de primeiro e segundo graus. Neste último nível, ela atuou não só no colegial, como também em cursos de formação para professores de primeiro grau. Sobre este período, suas memórias revelam a dificuldade do trabalho:

Foi um início penoso. Tive que assumir 36 horas/aulas semanais e as turmas nunca eram inferiores a 40 alunos. A preparação de texto de leitura e de exercícios, a correção dos trabalhos realizados tomavam quase todo o meu tempo. (Memorial de ADA)

Em 1962, Ada se afasta de seu cargo e inicia um trabalho na Universidade de Brasília, tornando-se a responsável por planejar a instalação do Ensino Médio nesta universidade. Em 1963, ela passa a ser Auxiliar de Ensino de Português na mesma universidade, coordenando cursos de recuperação em português para alunos que não

obtiveram a média nesta disciplina no vestibular. Ada coloca como um dos pontos de seu memorial a repercussão que a tomada do poder pelos militares causou no âmbito universitário, afirmando que “os acontecimentos político-militares de abril-maio 1964 afetaram profundamente as atividades de ensino e pesquisa na UNB”.

Depois da invasão do campus pelo exército em 9 de abril de 1964, tivemos nossa liberdade de ação bastante cerceada. Nossas salas eram guardadas por soldados fortemente armados. Vários professores foram presos e desmantelados os Departamentos de Sociologia e o de Política. As prisões mantiveram os professores incomunicáveis durante uma semana. Enquanto isso as reuniões se sucediam nos Departamentos remanescentes e a prisão dos colegas desnorteava as posições. Depois de vinte e sete dias, os professores foram soltos, mas o processo armado contra eles se engrossava com informações deletérias.

Um grande esforço físico, psicológico nos obrigava a dar aulas e fazer todas as ingerências junto a autoridades civis pela libertação dos colegas presos. A atividade de pesquisa ficou comprometida, porque as salas dos acervos bibliográficos, não catalogados pela Biblioteca Central, mas de grande importância para nós, foram fechadas pelo exército. Nossa circulação no campus era restrita. Vivíamos em clima de grande tensão e das informações desconhecidas. (Memorial de ADA)

Além disso, ela ressalta que “com Zeferino Vaz, em 1964, se inaugura no Brasil a primeira grande perseguição política aos docentes universitários. Começam as demissões ‘por razões administrativas’ daqueles que estiveram nas prisões, seguidas de outras, cujos critérios nunca ficaram claros” (Memorial de ADA).

Apesar de todas as dificuldades ocasionadas pelo governo militar, Ada continuou seu trabalho na UNB e aprofundou seus estudos na área de Linguística. No ano de 1965, seu afastamento no cargo como professora estadual não foi renovado. Ela recebeu uma intimação para deixar o apartamento funcional que ocupava, por conta de seu cargo na UNB, e assim encerrou-se seu período de trabalhos em Brasília. Iniciou-se, então, um período difícil na carreira de Ada. A perseguição sofrida na UNB deixou marcas que dificultavam a procura por outro emprego:

Regressando a S. Paulo, tentei trabalhar em faculdades de letras particulares (Objetivo foi uma delas) e em todas, embora aceitassem o curriculum, alegava-se não poder correr o risco de arcar com o estigma da Universidade de Brasília, pois, aqui fora, a UNB era tida como antro revolucionário, subversivo. (Memorial de ADA)

Ada retoma seu trabalho no ensino médio em 1965, mas interrompe para realizar uma pesquisa em Lisboa. Ela ressalta: “NÃO suportando as pressões policiais que eram feitas contra nossa família, resolvemos sair do país” (Memorial de ADA). O destaque em letras maiúsculas acentua a dificuldade em permanecer no país, sob constante vigilância e sofrendo forte repressão.

Em 1967, ela recebeu cartas de aceitação de dois professores franceses e mudou-se para Paris, com bolsa de estudos oferecida pelo governo francês. A fim de complementar sua formação, frequentou também diversos cursos e seminários em áreas diversas dentro do campo da linguística. Ao longo de seu memorial, Ada atribui, por diversas vezes, uma grande importância em sua formação à convivência que teve com diversos professores universitários.

Em 1968, Ada volta para o Brasil e retoma seu trabalho no ensino médio. Em 69, ela aceita um novo convite para lecionar na USP, mas realiza esse trabalho simultaneamente ao cargo no ensino médio. Ela foi obrigada a se dedicar aos dois empregos, pois passou diversos meses sem receber salário algum na USP. Em 1971, Ada passa novamente por um período difícil em sua carreira: ela é aposentada por motivos políticos em seu cargo no ensino médio e, em complemento, de qualquer cargo público que estivesse ocupando.

Em 1970, Ada inicia o trabalho na Divisão de Ensino na Editora Abril, do qual resulta a produção de livros didáticos para o antigo nível primário. Em 1971, ela aprofunda sua pesquisa de doutorado, a qual resultou na publicação de um livro e foi premiada pela Academia Brasileira de Letras. Em 1972, ela recebe o convite para receber uma bolsa de estudos na Universidade de Lisboa, como forma de reparar as injustiças cometidas pelo governo brasileiro. Ela permanece em Portugal por apenas três meses. Ao regressar para o Brasil, Ada inicia um novo tipo de trabalho. Segundo seu memorial,

Entre 1974 e 1978, desenvolvi um trabalho com a Televisão Educativa de S. Paulo, S. Luis, Manaus. A mais duradoura foi a de S. Luis - quatro anos. Contrataram-me inicialmente para avaliar as gravações de Português, que se destinavam ao curso ginásial (5a. a 8a. série), única fonte de ensino oficial nessas séries. Alerttei-os para a minha insignificante experiência em TV educativa, mas mantiveram o

convite, confiando no meu espírito crítico e na disposição para trabalhar. (Memorial de ADA)

Ao mesmo tempo, Ada trabalhou como supervisora em uma escola particular de São Paulo, onde ela pode confirmar na prática as teorias que vinha estudando. Em 1979, Ada foi admitida como Professora Adjunta na Universidade Federal de São Carlos, na qual permaneceu até seu falecimento.

4.1.1.3 “Lívia”

“Lívia” nasceu em Guaratinguetá, interior do estado de São Paulo, no ano de 1943. Nessa cidade ocorreu sua formação escolar. Ela frequentou colégios salesianos e cursou o ginásio no Colégio do Carmo e o colegial no Instituto de Educação Conselheiro Rodrigues Alves. Em 1962, “Lívia” mudou-se para a capital a fim de cursar Licenciatura em Letras, na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Em diversos momentos de sua entrevista, “Lívia” se recorda de seus professores de graduação, demonstrando a importância do que aprendeu com eles:

Nós fomos fazer Letras na Faculdade de Filosofia da USP, que era sediada, naquela época, na Maria Antônia. Eu tive excelentes professores na USP. Professor Massaud Moisés, literatura portuguesa; professor Antônio Candido, que é vivo até hoje, teoria literária; Antônio Soares Amora; Nelly Novaes Coelho... (...) Eu tenho uma admiração profunda pelo professor Octavio Ianni porque ele era um apaixonado pelo conhecimento, um apaixonado por aquilo que ele fazia, eu gostava também da cultura que ele tinha e da didática que ele tinha, pela clareza de exposição que ele tinha. Outro professor também que foi muito marcante para mim e que é vivo até hoje é o professor Antonio Candido. Eu li uma frase dele que dizia assim: “Cada um com suas armas. A minha é esta: organizar o pensamento, pôr ordem nas ideias”. E realmente ele é um excelente esclarecedor de tanta coisa, com tanta clareza, com tanta simplicidade, com tanta objetividade. Um grande mestre. (Entrevista com “LÍVIA”)

Ao concluir sua graduação, “Lívia” inicia sua vida profissional e, ao mesmo tempo, sua participação nas lutas sindicais dos professores:

Eu me formei em 67. (...) Dei aula em cidades do ABC, como professora de português, de língua e literatura e quando eu fui... quando ainda dava aula, estava no período de... Acho que isso foi um

pouco antes de 68, ainda não existia... ainda a ditadura não estava declaradamente estabelecida como regime que proíbe a liberdade de expressão, de reunião, de manifestação, entendeu, os direitos democráticos básicos. Então, nesse período, eu participei de movimentos junto de professores, na época. (Entrevista com “LÍVIA”)

Em 1982, “Lívia” inicia o curso de Mestrado na Pontifícia Universidade Católica (PUC). Ela também rememora os professores que marcaram essa etapa de sua formação acadêmica:

Eu tive excelentes professores, né, que para mim foram a Maria Luisa Santos Ribeiro, a Mirian Warde, o professor Octavio Ianni, o professor Florestan Fernandes. Eu tive o privilégio de ter estudado com eles. (Entrevista com “LÍVIA”)

No ano de 1972, “Lívia” foi presa por conhecer militantes de esquerda, procurados pela polícia. Ela permaneceu presa por vários meses, passando pelo DEOPS e pela OBAN. Após ser liberada, “Lívia” continuou no exercício de sua profissão até sua aposentadoria, lecionando em diversas escolas, nos níveis de primeiro e segundo graus. No entanto, ela afirma ter criado uma espécie de paranoia em relação a uma possível perseguição policial e diz ter passado a tomar muito mais cuidado em qualquer uma de suas ações, evitando uma nova prisão. Por esse motivo, ela afirma que seria impraticável organizar discussões com os alunos acerca da realidade política do país.

4.1.1.4 Luiz Marcos Magalhães Gomes

Luiz Marcos nasceu em Belo Horizonte e contava com 66 anos quando da realização da entrevista. Seu pai era professor universitário e ele destacou que o ambiente em sua casa era rico nos aspectos culturais. Sua formação inicial ocorreu no Colégio Marista e no Colégio Loyola, dirigido por jesuítas. Em 1964, ele ingressa na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Sua participação em movimentos estudantis iniciou-se ainda durante o ensino de segundo grau:

Eu já tinha uma militância estudantil secundarista, apesar de o Colégio Loyola ser muito contrário, né. Os padres eram extremamente repressores e não permitiam muita atividade estudantil. Mas, em que

pese isso, a gente fundou o Grêmio, fizemos um jornal, fizemos um grupo de teatro, fizemos um cineclube. Era também uma época muito – aí eu estou me referindo a 1963 – era uma época de muita efervescência na juventude. As entidades tanto secundaristas quanto universitárias tinham muita atividade em todos os sentidos. Não era só atividade política, não, mas muita atividade cultural, estou te falando de teatro, cinema. (Entrevista com LUIZ MARCOS)

Após o ingresso na universidade, ele continuou sua militância, atuando inclusive como presidente do Diretório Acadêmico. Sua participação em movimentos estudantis foi muito intensa e a faculdade em que ingressou pode ter contribuído para isso, visto que muitos líderes estudantis importantes estudaram lá na época.

Para você ter uma ideia, essa é a faculdade em que estudaram pessoas como Betinho, o Herbert José de Souza; o Vinícius Caldeira Brant, que foi presidente da UNE antes do Serra. Se não me engano, a gestão dele foi 62/63. Pessoas como o Jair Ferreira de Sá, que foi um importante dirigente da Ação Popular, pessoas como o João Baptista Franco Drummond, que é um dos assassinados pela ditadura militar, ele foi dirigente da Ação Popular depois do PC do B e foi morto naquele incidente da Lapa em 1975. E também tem pessoas que foram mortas, outras pessoas mortas como o militante da Ação Popular, Gildo Lacerda. Então era uma faculdade que foi um dos berços da AP e da POLOP. Também outro militante muito importante, dirigente da POLOP, Carlos Alberto Soares de Freitas, que foi morto naquela famosa Casa da Repressão em Petrópolis, conhecida como Casa da Morte, e até hoje está desaparecido. Era uma faculdade então, muito politizada. Houve intervenção no Diretório, mas logo na primeira eleição, os estudantes elegeram nova chapa, contra a ditadura. O primeiro presidente do Diretório Acadêmico foi o João Baptista Franco Drummond, esse que eu falei pra você que foi morto pela repressão quando caiu a direção do PC do B na Lapa e, posteriormente, em 65, eu o substituí. (Entrevista com LUIZ MARCOS)

Luiz Marcos esteve presente no XXVIII Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), onde foi eleito vice-presidente dessa organização. Nesse momento, Luiz Marcos já fazia parte dos quadros da Ação Popular. Ele foi expulso da faculdade sem maiores justificativas no ano de 1967. Então, Luiz ampliou sua participação na AP, integrando-se no movimento operário. Ele foi preso em Belo Horizonte e, após sair da prisão, mudou-se para São Paulo, onde foi preso novamente.

Luiz Marcos é jornalista e nunca atuou como professor. Ele nos explicou que informou essa profissão para proteger a si e a sua família da repressão.

A repressão quer puxar a linha, esse é que é o papel dela. Então, eu seguramente falei que eu dava aula porque eu tinha um perfil mais ou menos desse tipo, eu vinha de uma família também, meu pai era muito conhecido, professor universitário... Mas ninguém nunca checkou isso. Seguramente foi uma válvula de escape importante para dizer que você estava em alguma coisa. Eu não iria falar: “olha, estou aqui em São Paulo, clandestino, trabalho para a Ação Popular, moro na Vila Califórnia, sou um militante político profissional, não tenho emprego, a organização é que me sustenta”. (Entrevista com LUIZ MARCOS)

Luiz Marcos trabalhou nos jornais Movimento e Opinião, dois importantes veículos de oposição à ditadura.

4.1.2 Resistência através da profissão: possibilidades e limites

Durante as entrevistas, um dos temas abordados foi o trabalho do professor em sala de aula. Buscamos compreender a visão dos participantes sobre o que julgavam ser sua função como professores durante um regime autoritário, como agiam em sala de aula e qual a orientação pedagógica que embasava sua prática.

Os participantes desta pesquisa trabalharam em diferentes modalidades do ensino. “Lívia” atuou como professora de português nos níveis de 1º e 2º grau. Ela dedicou-se a essa profissão durante todo o regime militar, desde que concluiu seu curso universitário até sua aposentadoria.

Maria de Lourdes trabalhou no programa de alfabetização desenvolvido por Paulo Freire no município de Feira de Santana. Assim que os militares assumiram o poder, este educador popular foi preso e exilado e seu programa de alfabetização foi extinto. Assim, encerrou-se também a participação de Maria de Lourdes neste movimento. Depois disso, ela precisou mudar-se para São Paulo, pois estava sendo perseguida por agentes da repressão, e começou a trabalhar com aulas particulares para crianças com dificuldades escolares.

A professora Ada atuou em diversos níveis de ensino e em cargos bastante diferentes. Nos níveis de 1º e 2º graus, lecionou a disciplina de português e também trabalhou como coordenadora.

Maria de Lourdes utilizava como seu referencial teórico o que aprendeu com Paulo Freire, tanto no trabalho prático realizado no Programa de Alfabetização quanto

nas apostilas preparadas por esse educador. Assim, ela destaca a importância do diálogo durante o processo de ensino-aprendizagem.

Quando questionada sobre a possível incompatibilidade entre a realização de uma Campanha de Alfabetização em um regime autoritário, Maria de Lourdes afirma: “Claro, porque o primeiro ponto é você botar ali e dizer ‘o que é que você acha disso?’ e ficar escutando. A gente bota a pessoa para falar e fica escutando”. Essa característica presente em toda a obra freireana, ou seja, a necessidade de proporcionar um espaço de reflexão e de questionamento aliado ao processo de alfabetização era totalmente inovadora em uma época marcada pela pedagogia tradicional. Uma educação crítica destinada a jovens e adultos das camadas mais baixas da população não era de interesse do regime militar, que havia tomado o poder justamente com o intuito de preservar o status quo, tanto social quanto econômico. Possibilitar a oportunidade de alfabetização e aliar a isso a proposta de refletir sobre o sistema social no qual se está inserido poderia causar um grande questionamento vindo das camadas mais baixas, se pensarmos no número de analfabetos que o país possuía na época.

Para defender os interesses dominantes, os militares acabaram com todos os movimentos de educação popular, prenderam e exilaram um de seus principais representantes – Paulo Freire – e implantaram o Mobral, um programa destinado, como já explicitado anteriormente, a formar mão-de-obra para os cargos que exigiam menor qualificação. Além disso, iniciou-se a perseguição também aos participantes do movimento de alfabetização. Esse foi o caso de Maria de Lourdes. Enquanto residia em Salvador, começou a sofrer investigações policiais não só pela atuação no Diretório Acadêmico de sua faculdade, mas também pelo trabalho realizado no município de Feira de Santana, conforme relatado em sua entrevista.

“Lívia” também baseava sua prática em uma teoria diferente da tradicional: a educação libertária, de A. S. Neill. Isto lhe rendia bons frutos em sala de aula e proporcionava satisfação em sua prática profissional. No entanto, os colegas de trabalho - em específico, os diretores de escola -, não concordavam com sua prática, conforme explicitado em sua fala: “Olha, diretor nunca gostou de mim, diretor de escola nunca gostou”. No curso de Filosofia da Educação, durante o mestrado, Lívia conhece a teoria marxista, que passa a ser base de sua compreensão de mundo, o que reflete também em sua maneira de lecionar. No entanto, ela afirma não ter divulgado ideias ou posições

teóricas pessoais em sala de aula. Apesar de sua prática inovadora, que despertava o desafeto de outros profissionais da educação, ela considera não ter sofrido repressões devido a seu trabalho.

Ada baseava sua prática pedagógica na teoria semiótica, específica da área de Letras. Não foi possível descobrir se ela possuía um embasamento teórico e pedagógico mais amplo, visto que isso não consta em seu memorial e sua filha não se recorda de nada a este respeito. De qualquer forma, Ada realizava um trabalho também bastante inovador em sala de aula, muito provavelmente devido ao que aprendeu em seus cursos no exterior. Sua prática educacional envolvia a criação de um espaço de amizade e companheirismo para com os alunos. Ela realizava atividades extraclasse e convidava os estudantes para reuniões e comemorações não-escolares. Isso, segundo sua filha, despertou o ciúme de outros professores. Ada foi denunciada pelo diretor da escola em que trabalhava, com a acusação de que era a autora intelectual de pichações e passeatas realizadas pelos alunos.

No caso dessas três professoras, percebe-se que lecionar utilizando práticas inovadoras foi suficiente para causar inimizades e para levantar desconfianças. Maria de Lourdes foi perseguida pelo trabalho desenvolvido no programa de alfabetização e Ada foi acusada de subversão, sem qualquer prova ou motivo, sofrendo denúncias até mesmo de colegas de trabalho.

Segundo Laura, filha de Ada, as denúncias realizadas contra esta professora poderiam ter ocorrido devido a ciúme causado por sua relação de amizade com os alunos. Além disso, as práticas novas que trouxe de sua formação no exterior levantaram suspeitas na escola. O próprio trabalho que ela realizou na UNB contribuiu para essas suspeitas, já que esta universidade era vista como “subversiva” e “revolucionária” devido ao seu modelo inovador, conforme destacado por essa professora em seu memorial. Maria de Lourdes e “Lívia”, que também utilizavam teorias pedagógicas inovadoras, passaram pelo mesmo problema. As três professoras conquistaram inimizades dentro do ambiente escolar e duas delas foram reprimidas devido a suas ideias ou práticas docentes.

Esse processo obedecia à lógica própria de todo expurgo. Em primeiro lugar, o que está basicamente em questão é a existência de ideias. Trata-se de afastar e punir portadores de ideias consideradas marxistas ou subversivas, duas qualificações notoriamente elásticas e

imprecisas, o que torna o julgamento obrigatoriamente subjetivo. (ADUSP, 2004, p. 20)

O ensino na época seguia o método tradicional, conforme Ada relata em seu memorial: “o ensino era até então apenas dogmático, com conceitos ultrapassados, copiando velhos compêndios escolares”. Com o surgimento de novas teorias e práticas pedagógicas, o foco da educação passou a ser outro. As práticas pedagógicas, no caso dessas professoras, buscavam criar um clima propício ao pensamento autônomo e ao respeito e amizade entre alunos e professores em sala de aula, o que poderia ser considerado como subversão durante um regime autoritário. O fato de Maria de Lourdes e “Lívia” serem marxistas talvez tenha contribuído para a repressão que sofreram, mas seu trabalho pedagógico inovador também pode ter causado certo desconforto, tanto no âmbito da própria escola, quanto em um âmbito mais geral, por parte dos órgãos responsáveis pela repressão. O que resulta desse quadro é que a docência baseada em novas teorias, diferentes da tradicional, que acabava por reforçar ou manter a estrutura social dentro da escola, foi alvo de desconfiança e punição, seja dentro ou fora da escola. Cada uma a um modo – a vigilância policial sobre Maria de Lourdes, o desafeto com diretores no caso de “Lívia” e a prisão de Ada –, o que se afigura é a perseguição ideológica existente no período. Em seu memorial, Ada reflete a esse respeito:

Com a aplicação do AI-5 inaugurou-se no país um processo eficaz de "morte civil", de "castração intelectual". Todos nós estávamos no auge da produção científica e, de repente, tivemos que refazer a vida. Ainda hoje tenho dificuldades emocionais para entrar na Universidade de Brasília e na Universidade de S. Paulo. (Memorial de ADA)

Um aspecto interessante do caso de Ada é que a denúncia por ela sofrida foi feita pelo próprio diretor da escola onde esta professora lecionava. Além disso, a testemunha que depôs contra Ada foi uma professora que compunha o quadro docente dessa mesma escola. A prática da denúncia e da delação foi incentivada durante o regime militar como forma de obtenção de informações acerca dos suspeitos. Assim, tornaram-se comuns no período cartazes com a exposição de fotografias e nomes de supostos “terroristas” ou subversivos”. Esses mesmos cartazes ainda incentivavam a população a denunciar quaisquer informações sobre tais suspeitos e exaltavam essa atitude, considerada como um símbolo de patriotismo. A vigilância a que os cidadãos estavam

submetidos no período deixou, aos poucos, de ser aplicada apenas pelos órgãos oficiais de repressão. Os próprios civis começaram a vigiar seus parentes, amigos, vizinhos, etc. A escola não poderia ficar imune a essa situação, visto que, assim como as demais instituições, acaba absorvendo e refletindo as características presentes na sociedade em determinado período. Ribeiro (1995) destaca que:

É, pois, toda a sociedade que vai estreita e mecanicamente sendo configurada aos interesses de minorias. Tanto assim que, a partir de certo momento, como efeito dessa invasão que atinge o comum dos cidadãos no seu dia-a-dia, o policiamento, o controle cerceador da escola e na escola não se faz apenas pelas autoridades policiais-militares propriamente ditas, como também por intermédio de certa fração dos pais dos alunos e até mesmo de alguns “educadores” que por medo e/ou identidade de interesses compactuam efetivamente com a ordem estabelecida. (p. 80)

Na entrevista com Laura foi possível perceber as marcas que ficaram devido à repressão imposta tanto à sua mãe, Ada, quanto a seu pai, o sociólogo José Albertino Rosario Rodrigues, e também identificar as repercussões dessa situação no ambiente familiar. Ela revela que sua mãe sempre teve um bom relacionamento com seus alunos e que exercia sua profissão com muito carinho e dedicação. A relação de Ada com seus alunos teria sido sempre de amizade. Quanto a esse assunto, Laura afirma: “tanto meu pai quanto minha mãe sempre gostaram muito do contato com alunos. Eles gostavam de ser professores. Então, toda vez que, por algum motivo, eles tiveram que se afastar dos alunos, isso sempre fez muita falta para eles”. (Entrevista com LAURA)

Segundo o relato de Laura, Ada precisou alterar seus planos durante a ditadura diversas vezes por motivos políticos. Devido à repressão que sofreu, ela perdeu um cargo e teve dificuldades em conseguir novos empregos. Além disso, ela procurava proteger sua família dos órgãos de repressão do governo e, para isso, precisou sair do país.

Laura indica que a relação de Ada com os seus alunos, bem como o trabalho pedagógico inovador e criativo que ela desenvolvia, eram fatores que causavam “inveja” em alguns dos professores com os quais ela trabalhava. Em suas experiências de intercâmbio no exterior, Ada entrou em contato com novas metodologias de ensino e aprendizagem e, após retornar ao Brasil, tentou implantá-las em suas aulas, o que pode ter despertado a desconfiança nos colegas de trabalho.

Ada sofreu um Inquérito Policial Militar, do qual resultou sua demissão sumária e a perda do cargo que ocupava em uma escola pública. Antes disso, ela foi presa sob acusação de subversão dentro do ambiente escolar em que trabalhava. A denúncia foi feita pelo diretor da escola e, durante as investigações, uma professora que lecionava na mesma escola prestou depoimento contra Ada.

Laura acredita haver relação entre a denúncia de que Ada foi vítima e sua prática pedagógica:

Vai mexer no que já está sacramentado? Então, certamente isso contribuiu. Porque, inclusive, na UNB não tinha lista de frequência, não tinha nada, era literalmente... então eles tinham esse relacionamento aberto também com os alunos. Lá fora também não era um sistema tão rígido quanto aqui. Aí voltaram, viram como o ensino estava engessado e foram tentar mudar, óbvio. A gente também faria isso. Só que isso na época não foi bem aceito. (Entrevista com LAURA)

A prisão de Ada ocorreu dentro da própria escola e nenhum membro da família foi avisado pela polícia sobre sua localização. Laura relata:

Foi, foi um camburão da polícia prender ela. Foram prender na frente dos alunos. Ela estava dando aula, tiraram da sala de aula. E você sabe como que nós soubemos que ela foi presa? Era aqui na Tutóia que eles traziam, né. (...) Estava sendo libertado na mesma hora o Gianfrancesco Guarnieri, que também conhecia minha mãe (...). Então eles frequentavam muito o meio artístico e, por conta dessa amizade, ele reconheceu minha mãe. Avisou meu pai: ‘acabei de cruzar com a tua mulher’. (Entrevista com LAURA)

Ada não foi filiada a nenhum partido político ou organização de esquerda. As acusações de que foi vítima estariam relacionadas diretamente à atuação na escola em que lecionava, especialmente à sua ligação com um movimento de protesto realizado pelos alunos. Laura acredita que a mãe nunca participou desse movimento e que a denúncia que sofreu foi motivada puramente por motivos pessoais. “Picharam o muro da escola e ela entrou de gaiata na história” (Entrevista com LAURA). A suspeita de Laura foi confirmada pelos juízes responsáveis pelo IPM instaurado contra Ada:

Foi instaurado um Inquérito Policial-Militar e as denúncias levaram-na a juízo. A professora foi absolvida por unanimidade na Auditoria competente, tendo os juízes declarado que encontraram, nas denúncias feitas contra ela, mais animosidade pessoal da parte dos denunciadores do que fatos concretos. (ADUSP, 1979, p. 51)

Laura ainda afirma que tanto a mãe quanto o pai sempre foram vistos como comunistas, mas, na realidade, nunca o foram. “Tanto meu pai quanto a minha mãe defendiam a liberdade de expressão, por conta até da trajetória que eles tiveram”. (Entrevista com LAURA)

Durante a entrevista, procuramos compreender a importância atribuída pelos participantes à sua profissão e saber em que medida esta os ajudou ou influenciou na tomada de alguma decisão em relação ao regime ditatorial brasileiro. A esse respeito, Maria de Lourdes esclareceu:

Eu acho assim que realmente tem uma parte assim de você observar a sociedade. Eu observava, primeiro ponto eu observei minha família, os problemas da minha família. Observando os problemas da minha família, eu vi que os problemas eram sociais. Eles não tinham culpa, era a sociedade. Na verdade, não foi minha profissão, foi observar a minha família, os problemas que eles tinham. E os problemas que eles viviam, entendeu, as dificuldades, a culpa não era deles, era da sociedade. Foi aí que eu fiz a opção, entendeu, observando a situação humana de minha família, das pessoas que estavam em volta e os dramas delas. Minha solução foi a seguinte: vamos corrigir a sociedade, vamos montar uma sociedade mais possível de se viver. (Entrevista com MARIA DE LOURDES)

Em outro momento, ela reforça a ideia de que iniciou sua participação na ALN a partir da percepção de que o sistema social era o causador dos problemas a que a população estava submetida:

É, é, quer dizer, eu acho assim com relação à atuação na época da ditadura e a profissão, eu acho que vem do sentimento, esse de que as pessoas não estão bem, não são melhores, não sabem mais, porque o sistema não ajuda. Minha ideia era essa de que na medida em que a sociedade melhorasse, as pessoas logicamente iam melhorar. Foi por isso que eu trabalhei, entendeu. (Entrevista com MARIA DE LOURDES)

Neste trecho, ela manifesta que lutou por uma sociedade diferente através de movimentos de caráter político, mas também através de sua profissão, de seu trabalho. Contudo, ela não manifestou quaisquer posições relativas ao regime militar em sala de aula. Era a própria prática em sala de aula, cumprindo a especificidade de seu trabalho, que poderia levar os alunos a refletirem sobre a situação social. Maria de Lourdes

afirmou nunca ter manifestado qualquer posicionamento político pessoal em sala de aula, até pelo perigo que isso representava na época, visto tratar-se de uma ação considerada “subversiva”.

Não, não podia, ninguém, ninguém. Na ocasião, ninguém, ninguém fazia isso... (...) Agora se alguém saía melhor, com certeza. (Se alguém saía) Pensando melhor, com certeza. Porque que eles tiraram filosofia do currículo? Porque na medida em que você coloca a pessoa para pensar sobre sua realidade, sobre a sua vida, sobre a sociedade, sobre suas ações, os seus sentimentos, você começa a criticar o que tá em volta. (É) Natural, e em qualquer situação. (Entrevista com MARIA DE LOURDES)

Ela afirma que sua resistência ao regime militar deu-se por observar a situação em que a sociedade se encontrava e por acreditar que era preciso “corrigir a sociedade” e “montar uma sociedade mais possível de se viver”. Em um primeiro momento, afirma não acreditar que sua profissão teria alguma relação com as atividades de resistência das quais participou. No entanto, indiretamente, ela atribui importância também à educação, pois afirma que certas disciplinas escolares, como filosofia, por exemplo, permitem maior capacidade de reflexão. Ainda que o educador não manifestasse suas posições políticas ou não promovesse qualquer tipo de discussão a respeito do regime militar, tais disciplinas fariam, devido à sua própria especificidade, os alunos refletirem sobre os mais diversos temas. Segundo ela, “naturalmente, uma pessoa pensando chega a certas conclusões”, ou seja, a educação poderia possibilitar às pessoas se apropriarem de ferramentas que levassem a uma compreensão mais apurada e crítica da realidade social.

“Lívia”, ao ser questionada se procurava esclarecer seus alunos sobre o regime militar, esclarece:

(...) mas não podia e também achava que não era meu papel, como professora de português, inculcar uma ideia x ou y. Aquela velha formação “escola libertária” ainda me resguardava de fazer da sala de aula, como professora de português, um palanque de comício político. Mais tarde eu realmente voltei a rever, a confirmar essa posição pelos ensinamentos de Dermeval Saviani, com os quais eu concordo, de que a função política de um professor é ensinar bem a sua matéria, a sua disciplina. (Entrevista com LÍVIA)

Apesar disso, “Lívia” explicou que, em certas ocasiões, procurava auxiliar seus alunos a compreender a realidade pela qual o país passava, se estes expressassem algum questionamento nesse sentido. Contudo, ela fazia isso com o máximo de descrição a fim de evitar repressões do regime: “De modo que eu procurei passar a informação, mas sem me posicionar, porque se posicionar... Se eu me posicionasse, seria perigoso, né”. Durante sua entrevista, ela nos relatou uma das situações em que isso ocorreu:

Eu me lembro que quando eu dava aula, o Marighella tomou uma rádio, acho que foi em 69 mais ou menos, o Marighella tomou uma rádio e fez divulgar um manifesto explicando porque que eles faziam assalto a banco e o que era guerrilha, etc. E eu me lembro que eu fui para o ABC lendo o Estadão e o Estadão tinha noticiado isso, essa tomada de uma rádio, e quando eu cheguei pra dar aula, os alunos me perguntaram o que que eu tinha achado daquilo. Então eu disse pra eles o seguinte: “Olha, eu estou tentando entender porque, pelo que eu li, pelo que eu ouvi, até ouvi... eu cheguei a ouvir o rádio, eles dizem, eles relatam uma situação de profunda exploração do povo brasileiro, entendeu. Então que essa forma é uma forma de reagir à essa opressão e à essa exploração pra construir uma outra coisa e, já o Estado de SP relata como um ato de subversão, um ato terrorista, um ato de desobediência às leis, etc. A notícia que... O que me passaram foi isso e eu estou pensando, não cheguei a conclusão nenhuma ainda, estou refletindo. (Entrevista com “LÍVIA”)

Dessa forma, ela não pronunciou abertamente sua posição, mas ofereceu aos alunos a possibilidade de decidirem por conta própria como interpretar o fato que havia ocorrido. “Lívia” ofereceu aos seus alunos esta possibilidade quando mostrou a eles outro lado, outro aspecto da tomada de uma rádio, já que o jornal “O Estado de SP”, por censura ou outros motivos políticos, havia noticiado apenas uma visão do fato. Esta fala nos mostra uma postura bastante coerente com a teoria pedagógica adotada por esta professora. Ela limitou-se a oferecer condições concretas, através da exposição de duas argumentações diferentes, para que os alunos chegassem à suas próprias conclusões a respeito não só do fato em si, mas das ações de organizações de luta armada como um todo.

Essa professora tem uma visão bastante crítica a respeito de sua profissão e das responsabilidades que a envolvem. Para ela, a luta do professor deve dar-se em duas instâncias diferentes: em sala de aula, cumprindo a especificidade de seu trabalho, e através de sindicatos ou organizações de professores. Ela considera que divulgar teorias, ideias ou conceitos pessoais não é papel do professor e que, mesmo em um regime

ditatorial, o que deve ser feito é trabalhar adequadamente o conteúdo, pois isto sim pode instrumentalizar o aluno de forma que consiga compreender melhor a realidade na qual está inserido. Segundo suas palavras,

Então são dois níveis: tem o nível do papel político do professor em sala de aula, que é instrumentalizar o aluno para ele ou ocupar bons postos na hierarquia ocupacional, como diz o Cunha, Luiz Antônio Cunha, no “Educação e Desenvolvimento Social no Brasil”(…) Então, ou pra ele ocupar cargos de rendimento na hierarquia ocupacional ou, sei lá, conseguir transformar alguma coisa não pela vontade, mas com situações objetivas dadas. E outro, na época, outro patamar de luta é a luta sindical, né, porque é a luta de uma categoria, são duas coisas. Então, o professor em sala de aula, ele não tem que fazer da sala de aula palanque político, ele tem que dar aula. Senão, ele não está cumprindo o principal papel político dele que é realmente instrumentalizar sobretudo a classe trabalhadora (...). (Entrevista com “LÍVIA”)

Ela tem claro que um dos níveis de resistência que estavam ao alcance do professorado durante o regime militar era justamente através da associação sindical, que liderou as greves ocorridas no final da década de 70. Enquanto categoria profissional, “Lívia” considera que a luta sindical seria o meio de reivindicar melhorias tanto na área da educação, especificamente, quanto no contexto social mais geral. Além desse, ela considera ainda um outro nível de atuação do professor: cumprir a especificidade – que é, além de pedagógica, política - do seu trabalho.

“Lívia” demonstrou que tinha claro em sua prática pedagógica que o ato educacional em si, ou seja, a especificidade da educação escolar é que poderia auxiliar o aluno a compreender por conta própria as situações objetivas e transformá-las, caso desejasse. Esta seria, para ela, a função de política do trabalho de um professor. Assim, procurou durante toda sua carreira desempenhar seu trabalho com grande determinação a fim de ensinar adequadamente a disciplina para a qual era designada em cada escola.

Olha, eu acho que na minha prática pedagógica, eu acho assim que de que forma que eu pensava que eu pudesse estar ajudando o aluno a compreender o mundo em que ele vivia, a sociedade em que ele vivia. É a medida em que, dando um texto literário, procurava, através do texto, fazer refletir um pouco sobre as questões da sociedade. Eles podiam desdobrar temas para a reflexão. (Entrevista com “LÍVIA”)

Durante as entrevistas, as professoras participantes mostraram acreditar que a educação traz poder e que é necessário se apropriar de conhecimento para atuar em favor de alguma mudança concreta. “Lívia” afirma que “não é a toa que o saber é muito cerceado, porque o saber se transforma em poder”, que “sem uma teoria crítica de sociedade não se vai para frente” e que o saber, ou seja, o acesso ao conhecimento é uma “questão política”. Maria de Lourdes relatou-nos um pouco as aulas que assistia durante a graduação em Filosofia, afirmando que nenhum professor fazia referências diretas à situação do país, mas que de fato não havia a necessidade disso visto que, pela própria natureza do curso, os alunos eram estimulados a refletir e questionar por conta própria. Segundo ela, “(...) era uma coisa em que você naturalmente bota o outro pra pensar. Naturalmente, uma pessoa pensando chega a certas conclusões. Sem precisar ninguém falar nada, entendeu? Você mesmo conclui” (Entrevista com MARIA DE LOURDES).

Conforme discutido no segundo capítulo deste texto, a educação durante o regime militar foi pensada como uma ferramenta para formar mão-de-obra nos diferentes níveis e, assim, proporcionar o desenvolvimento econômico do país, que havia passado por uma industrialização recente e estava ainda se adequando aos moldes capitalistas. Além disso, o governo militar procurou utilizar a educação como um instrumento de dominação ideológica. No entanto, à medida que a escola contribui com uma formação geral, possibilitando às diferentes classes sociais o acesso à informações, ela permite também que a população se aproprie de conteúdos importantes na construção de um pensamento crítico. Assim, ocorre aí uma contradição. Apesar de todos os questionamentos que podem ser feitos com relação à qualidade da educação oferecida durante o regime militar, da abrangência e da manipulação ou não (através da censura, por exemplo) dos conteúdos a serem trabalhados, ainda assim a escola pode permitir o acesso a uma série de conhecimentos que tanto poderiam contribuir para o desenvolvimento econômico do país, como era do interesse do governo, quanto poderiam levar à formulação de questionamentos e reflexões quanto à forma de organização social, econômica e política no Brasil. Ou seja, apesar de contribuir para o conformismo e para a adesão ao regime, a escola pode fornecer elementos para a transformação da ordem social, através da elevação cultural da população.

Como foi possível perceber através das análises das entrevistas, acreditamos que “ser professor” não tenha exercido tanta influência nas atitudes tomadas pelos participantes desta entrevista contra o regime militar. Diversas situações pessoais, familiares e sociais possibilitaram o desnudamento da realidade brasileira na época. Entretanto, um fator fundamental, presente em todas as entrevistas, foi a importância do conhecimento. Segundo os participantes, a sua profissão não as levou diretamente a refletir sobre o regime, mas contribuiu indiretamente pois, para se tornarem professores, cursaram o nível superior e participaram de diversos cursos a fim de ampliar e atualizar seus conhecimentos. Foi com base em todo esse conhecimento que se tornou possível compreender, questionar e agir para transformar o cenário político brasileiro.

Maria de Lourdes argumenta que a educação não é capaz de transformar a sociedade, mas complementa: “porque que professor se mobiliza? Porque professor estuda né, é uma questão só de alfabetização. Porque uma pessoa ignorante, boba, vai em qualquer onda...”. A profissão propicia indiretamente a mobilização dos professores, na visão desta participante. Mais importante do que ser professor é o conhecimento que se adquire através dessa profissão. O que confirma a ideia de “Lívia” de que o papel do professor é ensinar adequadamente os conteúdos a seus alunos. Se ele, professor, consegue formular uma visão crítica de sociedade a partir de seus conhecimentos, os alunos poderão, por sua vez, fazer o mesmo a partir da educação recebida. “Lívia”, por exemplo, demonstra em diversos momentos o quanto seus professores contribuíram para a formação de uma postura baseada na criticidade e na reflexão nas mais diversas circunstâncias. Ela afirmou não poder esquecer-se de um professor que a “ajudou muito na compreensão de mundo, da sociedade, da educação, que foi o Professor Dermeval Saviani. Eu tenho uma enorme gratidão por ele”. Podemos, então, recorrer à fala de “Lívia” quando rememora uma frase do Professor Antônio Cândido e afirmar que a arma com que essas professoras contaram em sala de aula durante o regime militar foi realmente “pôr ordem nas ideias”, ou seja, possibilitar aos alunos que estes organizassem suas ideias e reflexões através dos conhecimentos adquiridos durante o processo de ensino e aprendizagem.

Após a apresentação de uma síntese da trajetória desses professores durante o período militar, é necessário ressaltar algumas características comuns. As três professoras entrevistadas eram bastante jovens quando iniciaram sua atividade docente,

todas contando com menos de 25 anos. Além disso, as três cursaram universidades de qualidade reconhecida e conciliaram, pelo menos durante um tempo, a docência com a própria formação universitária. Além disso, estas professoras tinham conhecimento das atividades do movimento estudantil e, por vezes, participaram dele ativamente. Ada, por exemplo, participou deste movimento inclusive durante o 2º grau.

Disso podemos depreender alguns fatores fundamentais que parecem ter marcado a atuação das professoras entrevistadas e que, possivelmente, possam ter sido característicos do período. O primeiro deles é a atuação predominante de jovens contra o regime militar. Esse dado pode ser comprovado tanto pela intensa participação do movimento estudantil nos mecanismos de resistência quanto pela ação repressiva militar que se voltou especialmente para esse segmento, os estudantes, que eram predominantemente jovens. Assim, as professoras participantes confirmam uma característica do período que foi a resistência à ditadura organizada e realizada pela juventude.

Outro fator importante é que as entrevistadas parecem constituir sua prática docente enquanto extensão das atividades realizadas na universidade. Por terem começado a lecionar ainda durante a graduação, Ada, “Lívia” e Maria de Lourdes parecem ter dado sequência à sua atuação estudantil em âmbito escolar. As práticas pedagógicas inovadoras em que se baseavam podem ter sido aprendidas através da própria experiência durante a graduação, visto que as universidades esforçavam-se, no período, por implantar um novo sistema de ensino. Além disso, a militância política parece ter sido adquirida durante os anos de formação secundária ou universitária. Com exceção de “Lívia”, as demais professoras participaram seja em grêmios estudantis ou centros acadêmicos. “Lívia” não se envolveu diretamente no movimento estudantil, mas confessa ter se interessado pela atuação daqueles discentes e foi através desse contato que conheceu a teoria marxista.

E, então, eu estava em todos os ambientes da faculdade, achava os ambientes fora da sala de aula bem mais interessantes, não é? Até achava que as colegas que participavam do CAELL, que era o Centro Acadêmico de Letras da época, eram... não assistiam aula e davam seminários brilhantes e eu ficava curiosa pra ver o que essas pessoas liam. Então, tinha uma colega que vivia com livros assim debaixo do braço, né, até que eu consegui ver o título do livro que ela lia. Era um livro de história, história geral, se não me engano, e era um livro de interpretação marxista da história. Então, aquilo me... parece que tirou

o véu de tudo, passei a descobrir o mundo e aí comecei a procurar leituras nessa linha também. (Entrevista com “LÍVIA”)

Portanto, a aproximação com os movimentos de resistência não se deu devido à profissão de professor, mas iniciou-se ainda durante o período de formação desses docentes.

Um outro fator importante é que os entrevistados, incluindo Luiz Marcos, que não é professor, norteiam-se pela teoria marxista. Excetuando Ada, visto que não temos elementos concretos para avaliar qual sua posição teórica, os demais entrevistados baseiam suas ações e reflexões pelo marxismo. Essa teoria, difundida mundialmente na década de 60, alcançou também grande repercussão no Brasil, embasando a filosofia de várias organizações de resistência surgidas durante a ditadura militar brasileira, conforme visto no primeiro capítulo. O contato inicial de nossos participantes com o marxismo deu-se durante a faculdade e ainda hoje foi marcante durante as entrevistas realizadas. Sendo assim, foi essa teoria que embasou as ações das professoras Lívia e Maria de Lourdes e do jornalista Luiz Marcos. Segui-la, portanto, não é exclusividade de uma categoria profissional e pode estar atrelada também à formação universitária.

Um outro fator importante refere-se à própria formação dessas professoras, as quais deram-se em universidades renomadas, de qualidade reconhecida. “Lívia” e Ada prosseguiram seus estudos em nível superior, sendo que a primeira obteve título de mestre e a segunda, de doutora. Assim, é notável que a formação desses docentes deu-se em um nível de qualidade ainda elevado, antes do crescimento da iniciativa privada, incentivada pelas políticas promovidas durante o regime militar. Esse é um fator que os diferencia de muitos professores formados nas décadas seguintes, provenientes, por vezes, de cursos universitários de qualidade duvidosa.

A profissão de professor também contava, antes da ditadura civil-militar brasileira, com grande prestígio, sendo que os docentes eram reconhecidos pelo trabalho que realizavam e recebiam salários elevados, comparados ao de médicos, juízes e advogados. Com as políticas gestadas durante o governo militar, que caracterizam um período de arrocho salarial; de ampliação dos números do quadro docente e de formação dos professores em faculdades recém-criadas, em cursos aligeirados, o prestígio do professor foi reduzido, assim como seu salário, e esta deixou de ser uma profissão atrativa e valorizada.

4.1.3 - Resistência fora da escola

Portanto, nem bandidos, nem heróis, nem vítimas, como inadvertidamente se têm tratado muitos dos casos de mortos e desaparecidos, e dos que foram presos e torturados de um modo geral. Não somos vítimas inocentes. Ninguém entrou na luta dos anos 60 de maneira inocente. Todos os que lutaram tinham projetos para a sociedade brasileira. Os que lutaram sabiam por que estavam lutando e foram à guerra por seus ideais. Aqui não há vítimas, no sentido piedoso do termo. Ninguém foi obrigado a entrar em qualquer das organizações revolucionárias existentes. Quem entrou o fez por livre iniciativa, por resolução própria, por convicção. (FREIRE, ALMADA, PONCE, 1997, p. 36)

Convicção. Se fosse necessário sintetizar uma característica marcante nas entrevistas realizadas seria justamente a convicção com que os participantes narram suas trajetórias. Quando se trabalha com memória, conforme salientado no primeiro capítulo deste texto, devemos ter em mente que, com o tempo, ocorre uma reconstrução das lembranças armazenadas a partir da significação dada à elas. Se “fica o que significa” (BOSI, 2012, p. 22), é evidente que as memórias aqui reveladas afetaram os participantes. Algumas delas foram visitadas diversas vezes desde o final da ditadura e outras foram relegadas ao esquecimento. Algumas delas foram reconstruídas idilicamente e outras, afetadas pela decepção resultante da análise feita por cada participante sobre o período, aparecem sem vida, como que insignificantes. Isso ocorre, por exemplo, quando Maria de Lourdes revela que tem a sensação de não ter feito nada, visto os ideais pelos quais lutava não foram atendidos. Toda a reinterpretação das memórias acerca do período, entretanto, não invalida ou diminui a importância de nenhuma delas. Os silêncios, as reflexões atuais, as reconstruções que envaidecem o sujeito que narra são peças constitutivas do processo de rememoração. E, apesar de todas as diferenças entre os casos estudados, apesar das posições divergentes em alguns aspectos, todos os participantes demonstraram a mesma característica em suas lembranças: a convicção de que os ideais defendidos justificaram todas as formas de resistência postas em prática. Dessa forma, gostaríamos de ressaltar que não se trata de

heróis ou de bandidos, são apenas pessoas que defenderam um ideal da forma que julgaram mais adequada no período.

Posto isso, procuramos analisar, neste momento, as ações de resistência desenvolvidas pelos professores pesquisados. Faremos também a ligação com a experiência de Luiz Marcos a fim de encontrar outros elementos que permitam ampliar a compreensão sobre as práticas de resistência efetuadas durante a ditadura civil-militar.

Maria de Lourdes atuou intensamente em uma organização de esquerda, a Aliança de Libertação Nacional (ALN). Sua participação política iniciou-se antes mesmo de seu ingresso na universidade, através da militância no Partido Comunista, no qual permaneceu até a criação da ALN.

E aí pronto, quer dizer, nessa ocasião, o Marighella, que todos sabem quem é, entendeu? Se afastou do PC e criou uma organização, a Ação de Libertação Nacional, e eu entrei junto com ele nessa organização. Saí do PC e entrei nessa organização. (...) E aí nós fizemos nossas ações que todos conhecem, até o dia que fui presa. (Entrevista com MARIA DE LOURDES)

Ela foi enviada a Cuba por seis meses para fazer o treinamento para a guerrilha urbana e estava lá quando Che Guevara foi assassinado, em 1967. Quanto às ações que desenvolveu junto a essa organização, ela esclarece:

Bom, eu fazia o que todo mundo na época, todos fizeram, entendeu: guerrilha urbana, guerrilha urbana. Nós não só distribuíamos panfletos, e para distribuir panfleto nós tínhamos que fazer ação armada. (...) Participava. Na guerrilha urbana. Só na rural que eu estava me preparando para ir, quando fui presa. Tava me preparando para ir para o Araguaia quando já fui presa. (Entrevista com MARIA DE LOURDES)

Além de atuar nas ações armadas desenvolvidas pela ALN, ela também oferecia seu apartamento como “aparelho” para a realização de reuniões da organização, bem como abrigo para militantes recém-saídos da prisão, até que estes conseguissem encontrar outro local para morar. Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, cujo apelido era Toledo, reuniam-se constantemente no apartamento de Maria de Lourdes. Ela afirmou durante sua entrevista que a preocupação maior não era a de ser reconhecida, o

que poderia levar à sua prisão, mas sim a de fazer as ações a fim de atingir os objetivos defendidos pela organização.

Eu nem sei, isso aí para a gente era de segundo plano, ser ou não reconhecido, não tinha importância. Ninguém estava muito preocupado com isso não, estava mais preocupado em fazer as coisas. Quer dizer, às vezes botava um chapéu, um lencinho, uma peruca, botava uns óculos. Coisa bem ridícula, que qualquer especialista descobre. Tinha umas perucas, uns óculos, uns chapéus, uns lenços. (...) Mas aí era quase coisa de um mês e já tinha que passar pra outro (apartamento), e outro. (Entrevista com MARIA DE LOURDES)

Após sair da prisão, Maria de Lourdes encontrou uma ALN já totalmente desmembrada devido à atuação do aparato repressivo montado pelos militares. Assim terminou sua militância. No entanto, ela afirma: “Vamos revisar, isso que eu lhe digo, não é porque você não está atuando politicamente que você deixa de pensar, de existir e de influenciar as pessoas que estão em volta”.

O Dossiê 30-Z-160/Pasta 61 contém um relatório que aborda a participação de Maria de Lourdes na ALN, identificando seu papel nesta organização:

Maria de Lourdes Rego Mello, vivia com Joaquim Camara Ferreira no “aparelho” deste e participava ativamente da organização ALN, em cuja residência recebia terroristas foragidos, guardava material próprio para a subversão, inclusive material de roubo, manteve vários contatos com Mauricio Segal, a pedido de “Toledo”, e coordenava todos os contatos deste último. Possuía várias identidades falsas, juntadas aos autos como prova da materialidade de sua participação⁹.

O mesmo relatório explica que foi aberto um Inquérito para apurar os crimes cometidos contra a Lei de Segurança Nacional por militantes da ALN. Os indiciados são, além de Maria de Lourdes, diversos professores universitários. No relatório, lê-se:

Meretíssimo Juiz:

O presente inquérito foi instaurado a fim de dar prosseguimento à apuração de crimes cometidos contra a Segurança Nacional, pela organização denominada Ação Libertadora Nacional, a qual vem sendo desmantelada desde meados de 1969, mas que devido a sua

⁹ Relatório. São Paulo, 05 de março de 1971, fls. 124-132. Dossiê 30-Z-160/ Pasta 61. DEOPS/SP, DAESP.

extensão ainda possui ramificações na Capital e no Estado, com envolvimento de inúmeras pessoas favoráveis a revolução armada para a derrubada do poder¹⁰.

Maria de Lourdes foi condenada à prisão e lá permaneceu por um ano e meio.

“Lívia” nunca militou em partidos ou organizações de luta armada. Com o objetivo de lutar por melhores condições de trabalho, participou do movimento grevista na década de 70, abordado no primeiro capítulo deste texto. Ela se recorda com precisão de leis e decretos que marcaram o regime militar e que cercearam as liberdades individuais. Além disso, ela rememora também as mudanças ocorridas no cenário educacional.

Foi um período de muita tensão: 65, 66, 67, até antes do Ato Institucional nº 5, que foi no dia 13 de dezembro de 1968. Se não me engano também nessa época foi decretado o 477 que era a lei que impedia movimento estudantil, reunião, manifestação, enfim, então as coisas tomaram um outro rumo, né. (...) Olha: O AI-5 promulgado em 13 de dezembro de 68 e o Decreto-Lei 477 é de 27 de fevereiro de 69. Essas datas são importantes na trajetória da minha vida, da minha vida como cidadã, né. A 5692 é a que reformou o ensino de primeiro e segundo grau e o ensino de terceiro grau. (Entrevista com “LÍVIA”)

A Lei 5692, como explicitado em capítulo anterior, consistia na Reforma do Ensino de 1º e 2º graus e o Decreto-Lei nº477/69 foi o responsável por apresentar as “infrações disciplinares” que poderiam ser cometidas por professores e estudantes e as punições a que estes deveriam ser submetidos. Essas alterações foram significativas na vida de Lívia, tanto em sua vida profissional quanto pessoal. O Decreto nº 477, devido ao seu caráter proibitório, afetou diretamente as ações de resistência de professores à ditadura brasileira. Desta forma, os professores foram coibidos e permaneceram durante longo tempo no silêncio.

Apenas na fase final da ditadura os movimentos de professores voltaram a ter voz. “Lívia” participou ativamente nestes movimentos. Sua atuação política deu-se através da participação no Conselho de Representantes da Apeoesp. Ela foi escolhida através de votação e permaneceu bastante tempo neste posto, auxiliando na luta por melhores condições de trabalho, o que refletiria também na qualidade da educação oferecida.

¹⁰ Relatório. São Paulo, 05 de março de 1971, fls. 124-132. Dossiê 30-Z-160/ Pasta 61. DEOPS/SP, DAESP.

De 78 até 94, até me aposentar, eu nunca furei greve. Fui associada ao sindicato, fui eleita para o Conselho de Representantes. Depois, eu fui, já no final da carreira, eu fui ficando com problemas de saúde. Então, eu já não tinha pique pra muita reunião, para muita coisa por graves problemas de saúde. Mas, a greve, entrar em sala de aula em greve, jamais. (...) Eu era eleita na região para ser representante da região no Conselho de Representantes. Eu fui um bom tempo do Conselho de Representantes da Apeoesp. (Entrevista com “LÍVIA”)

Essa participação no movimento grevista confirma a posição defendida por “Lívia” durante a entrevista, que se refere às duas possibilidades de atuação do professor: em sala de aula, cumprindo a especificidade de seu trabalho, e em âmbito político, lutando por melhores condições de trabalho.

Ada nunca se envolveu com organizações de luta armada ou com partidos políticos. Apesar disso, ela era contrária à ditadura brasileira, o que pode ser confirmado por diversas passagens de seu memorial, e participava de manifestações e passeatas pedindo por democracia, conforme sua filha nos relatou.

4.1.4 - Repressão

Isso aí é o seguinte, o que eu tenho a declarar é o seguinte: as forças armadas, no Brasil, nunca passaram por nenhum tipo de transformação democrática. Nenhum. Aquelas forças armadas que forjaram o Golpe, que com o auxílio inclusive de grandes capitalistas, latifundiários, mantiveram um regime de ditadura durante vinte anos, que depois perderam toda a condição e inclusive entregaram um país falido, também em virtude da resistência democrática, essas forças armadas nunca passaram, no Brasil, por nenhum processo democrático que pudesse dar uma certa renovação. Não, elas conservam suas mesmas tradições, acham que tudo que elas fizeram foi correto, negam os fatos mais evidentes, negam até mesmo que houve tortura e morte. Tortura em massa. Porque tem esse negócio, essa teoria que a Folha de São Paulo vende aí, que no Brasil houve uma “ditabranda”. Você veja aí agora as declarações desse ex-delegado do DOPS do Espírito Santo, esse Cláudio Guerra. Esse negócio de incinerar corpos em usina, em forno de usina de açúcar; de desovar corpos na Lagoa da Pampulha aqui em Belo Horizonte. Ele disse também que aqui um dos “cemitérios” era a Delegacia de Furtos e Roubo, um conhecido antro tenebroso da polícia civil mineira. Quer dizer, isso mostra que não tinha nada de ditabranda, era uma ditadura feroz que torturou e matou muita gente. Se alguém fosse preso nessa época, mesmo que não tivesse ligação com nada, cairia na tortura, porque isso era um procedimento padrão. Não era só depois que descobriam que você era um militante e tal. Porque se por qualquer motivo você, nessa época,

caísse nas mãos da repressão, você tinha 100% de chance de ser torturado. Claro que os dirigentes, muitos desses, se fossem presos, nem iam sobreviver, como aconteceu com muitos deles. E os militantes que eles descobriam, eles torturavam mais para obter informação. Mas, mesmo pessoas que eventualmente eram presas e que não tinham ligações explícitas com a resistência, essas sofriam tortura. Eu conheci várias pessoas dessas na prisão e que tiveram grande dignidade. (Entrevista com LUIZ MARCOS)

Neste item pretendemos analisar a repressão sofrida pelos participantes da pesquisa. Cada caso foi marcado por uma característica diferente, embora todas tenham sido presas pelo DEOPS/SP. Seja no âmbito pessoal ou profissional, essa repressão ocasionou marcas que persistem apesar do período de tempo que se passou desde o final do regime militar. Procuramos compreender como os órgãos de repressão, como o DEOPS/SP, por exemplo, se estruturavam e como o próprio aparato repressor era organizado. O trecho citado acima, retirado da entrevista com Luiz Marcos, apesar de bastante extenso apresenta uma narrativa marcada pela convicção de um ex-militante que viveu na ditadura civil-militar, que sentiu a repressão desse regime, que foi preso e torturado, mas que tem certeza dos ideais que motivaram sua resistência. Em um momento como o que o Brasil vive atualmente, no qual foi criada a Comissão Nacional da Verdade, para apurar as violações de direitos humanos ocorridas durante o regime militar, acreditamos ser necessário esclarecer de fato o que ocorreu em nosso país entre 1964 e 1985. Houve um golpe de Estado, liderado pelo exército, mas com amplo apoio da população, houve uma ditadura, houve terrorismo de estado. Houve resistência e oposição, combatidas com torturas e mortes. Por isso, acreditamos ser extremamente necessário, neste capítulo, relatar todas as situações vivenciadas pelos participantes que possam ser caracterizadas como negação dos direitos mais básicos dos cidadãos. Desta forma, procuramos explicitar como se constituiu a repressão no Brasil durante a ditadura civil-militar.

A professora Ada, conforme descrito anteriormente, começou a ser alvo de vigilância dos órgãos de repressão desde o período em que trabalhou na Universidade de Brasília, juntamente com seu marido. Sua filha, Laura, recorda-se da visita que fez ao pai na prisão, após este ter sido considerado suspeito de subversão.

Meu pai foi preso. Eu cheguei a visitar meu pai na prisão, tanto eu quanto meu irmão. Já (em 1964). E com o policial do exército com

metralhadora na frente da cela. E a gente foi. Só que aí minha mãe ficou com medo de ser presa. Então, nós dois fomos morar com uma amiga francesa dela, temporariamente. (Entrevista com LAURA)

Laura não consegue recordar-se de todos os acontecimentos pelos quais a família passou no período, visto que contava com apenas 6 anos de idade quando o regime militar foi implantado no país. Apesar disso, os fatos mais significativos ficaram registrados em sua memória. A visita ao pai que estava na cadeia representa um desses fatos. Duas crianças, Laura e seu irmão, foram recebidos na prisão por agentes policiais portando armas. Como essa cena foi sentida por aquelas duas crianças? Que repercussões isso trouxe para a vida de ambos? Não podemos calcular se isso representou algum trauma para os dois e, em caso positivo, qual a extensão desse trauma. No entanto, por várias vezes durante sua entrevista, Laura se reportou à prisão do pai e à visita feita a ele, enquanto estava na cadeia. O que podemos afirmar é que o episódio foi suficientemente significativo para permanecer na memória de Laura a respeito do período.

Outro fator importante que pode ser depreendido dessa fala da entrevistada remete às mudanças pessoais a que muitos brasileiros foram submetidos durante a vigência da ditadura civil-militar. Devido à perseguição sofrida por Ada e pelo marido, desde o primeiro ano após o Golpe, seus filhos precisaram morar longe da família por algum tempo. Além disso, a própria família acabou mudando-se para outro país, pois, como destacado anteriormente, não encontraram mais condições de permanecer no Brasil em segurança.

Ada foi alvo de violenta repressão do regime. Sua permanência na prisão foi curta. No entanto, as consequências foram muitas, principalmente no que se refere aos aspectos pessoais da vida dessa professora. A denúncia sobre sua possível subversão foi feita pelo diretor da escola onde lecionava na época. Ela sofreu dois processos, além de sua prisão, e teve decretada sua aposentadoria compulsória. Mesmo após ter sido considerada inocente em um dos processos, não recuperou seu cargo como professora e teve dificuldades em encontrar outros empregos.

Almeida e Weis (2006) afirmam que “nos regimes de força, os limites entre as dimensões pública e privada são mais imprecisos e movediços do que nas democracias” (p. 327). A invasão dos aspectos privados foi vivenciada por todos os participantes desta pesquisa. Ada enfrentou dificuldades em diversos momentos para conseguir novos

empregos ou para manter o emprego que já possuía, saiu do país devido à repressão sofrida e, além disso, precisou afastar seus filhos para que pudessem estar em segurança. Maria de Lourdes precisou mudar-se para outro estado. Luiz Marcos enfrentou diversos problemas em sua vida pessoal como, por exemplo, o desligamento da universidade em que estava matriculado e a dificuldade em conseguir efetuar a matrícula em outras faculdades. “Lívia” também teve sua vida privada invadida quando percebeu que estava sendo vigiada em uma viagem que fez ao exterior.

Eu fui pro Chile, conhecer. Eu fui porque tinha uma pessoa da minha cidade que mudou para o Chile e eu fui para ir à casa dela. Mas resolvi dar um giro pela Universidade do Chile. Eu e mais duas amigas em 1970. Aí o que que aconteceu? Quando nós, ingenuamente, íamos para o Chile, fui na agência para comprar passagem e perguntei se eles podiam indicar alguma pensão, algum lugar lá para a gente ficar em Santiago. O Chile estava vivendo o auge do governo do Allende. Então, era pintado assim na entrada, na avenida que você passava quando vinha do aeroporto: “Chile, território libre de America”. Aí eu achei que... aqui uma ditadura louca, que lá eu estava fora. Aí nós perguntamos e eles (da agência) foram prontos em indicar uma pessoa que iria receber a gente, que depois iria mostrar os lugares e indicar uma pensão pra gente, e tudo. E esse rapaz foi lá nos procurar e tudo o mais. Em todo lugar que a gente ia, ele ia. Até então, tudo bem. (...) Mas, em todo lugar que a gente ia e que essa pessoa ia com a gente, ia um chileno atrás, sabe. Eu falei: “Meu Deus do céu, por que esse chileno não sai da cola da gente também?”. Achei aquilo estranho, sabe? Aí, eu falando mal espanhol, eu perguntei para o moço que a agência mandou procurar, falei: “Credo, um clima estranho aqui, né? Eu vim do Brasil, uma ditadura assim, etc. e tal” e eu perguntei: “E Octavio Ianni, está aqui? E o Fernando Henrique Cardoso, está aqui?”, que eram professores na USP. (...) Aí eu perguntei para um chileno que também nos seguia e ele falou: “Mesmo que eu soubesse, eu não diria. Se você procurar algum brasileiro, mesmo que eu saiba, eu não digo”. Aí eu achei aquilo estranho, ele falou em espanhol, lógico! E eu falei: “Olha, eu vim aqui pro Chile pra ir para ValParaíso, que tem um pessoal da minha cidade que mora lá, mas achei... queríamos ficar um pouco aqui em Santiago. Mas esse cara não saía do pé da gente, entendeu?”. Esse que a agência mandou e que apresentava um e outro, etc. e tal. Aí o chileno falou que o moço era polícia infiltrada entre os brasileiros, que nenhum brasileiro se dava com ele e que ele (o chileno) ia atrás da gente para a segurança dos brasileiros. Eu perguntei se ele pertencia a algum grupo e ele disse: “Eu sou do Movimiento Izquierda Revolucionaria”. Ele era do MIR, a esquerda armada do Chile. (...) Tentei explicar para ele que eu não tinha nada a ver nem com a ditadura, nem com nada. (...) Olha, pois o brasileiro indicado pela agência de turismo era da polícia porque quando eu fui presa, a polícia sabia. Sabia por que eu fui no Chile, fizeram um interrogatório longo sobre a minha estada no Chile. Ele era policial brasileiro infiltrado. Quer dizer, ingenuidade da gente pedir numa

agência de turismo informações sobre hospedagem em Santiago.
(Entrevista com “LÍVIA”)

Apesar da extensão do trecho, ele traz elementos que permitem compreender a sensação decorrente da invasão da vida privada de “Lívia”. Ela acreditava que no Chile estaria livre da vigilância que se fazia sentir diariamente no Brasil. No entanto, suas ações no exterior estavam sob constante vigilância e ela teve certeza disso quando foi presa, visto que os policiais que a interrogaram fizeram perguntas sobre sua estadia no Chile.

A vigilância a que os cidadãos foram submetidos durante o regime militar causa, segundo “Lívia”, uma paranoia. Qualquer pessoa vira alvo de suspeição quando não se sabe exatamente quem ela é e o que deseja. Assim, fazer novas amizades ou confiar em alguém novo no círculo de conhecidos é praticamente impossível em uma ditadura.

(...) você fica meio paranoico, mania de perseguição, porque você sabe que nos lugares em que você está pode ter pessoas infiltradas, entendeu? Você não faz amizade com ninguém que não conheça, porque pode estar trazendo para o seu meio os agentes da ditadura. Então, você fica paranoica porque você está em um lugar, ali pode ter gente infiltrada como pode não ter, mas, na sua cabeça, você acha que tem ali alguém te perseguindo. Pode não ter, mas é comum ter. É um clima horrível. Agora, isso é normal em uma ditadura. As pessoas se fecham nos seus grupos. Geralmente, se tem parentes ou amigos de muito tempo, se fecham naquilo. Você evita fazer novas amizades, entrar em qualquer ambiente, porque você pode saber que está...
(Entrevista com “LÍVIA”)

Uma das marcas causadas pelo regime militar é esta: o medo, a sensação de estar sob vigilância a todo momento, inclusive após a democratização do país. Os limites entre o permitido e o proibido eram imprecisos e qualquer ato poderia tornar-se alvo de repressão. A esse respeito, Almeida e Weis (2006) concluem:

Daí que a incerteza quanto às consequências da ação – salvo na situação-limite de participar de movimentos armados -, a insegurança e, inevitavelmente, o medo terem sido sensações básicas, cotidianas e comuns a quem quer que tenha feito oposição à ditadura, marcando a fundo a vida privada dos opositores. (p. 328)

Durante o período em que trabalhava na escola de 1º e 2º graus “Padre Manuel da Nóbrega”, Ada sofreu uma denúncia do diretor, apontando-a como causadora de uma

manifestação que os alunos realizaram, reivindicando mais liberdade de expressão. Ada, por sua proximidade com os alunos e por suas ideias inovadoras, foi considerada subversiva e culpada por “incitar” o movimento. No entanto, sua filha afirma que a mãe sequer sabia dessa manifestação até sua realização. Após a denúncia do diretor, Ada foi presa pelo DEOPS e permaneceu um dia e uma noite na prisão. Dois inquéritos foram instaurados contra ela, conforme consta em seu memorial:

Em maio de 1971, depois de um processo que começou no dia 13 de dezembro de 1968 (data da assinatura do famigerado AI-5), fui aposentada por motivos políticos no ensino médio e, por ato complementar, em qualquer cargo público que ocupasse nesse momento. O diretor da escola de 1º e 2º graus "Padre Manuel da Nóbrega" fez uma denúncia contra mim em 1968, quando os alunos picharam toda a escola, pleiteando liberdade de expressão. O diretor, sem qualquer prova, me apontou como "autora intelectual do delito". Isso foi suficiente, numa época de grande perseguição político-ideológica, para se formar um inquérito contra mim, em duas frentes. A primeira delas, civil, era dirigida pela Comissão Geral de Inquéritos, que atuava na Área administrativa. A outra, militar, resultou em um IPM, instaurado na segunda região militar de S. Paulo. Do primeiro, antes da conclusão do segundo, resultou minha aposentadoria. O segundo inquérito concluiu pela absolvição. (Memorial de ADA)

Apesar da absolvição concedida em um dos inquéritos, Ada não recuperou seu cargo. Ela ficou sem emprego por um longo período e depois foi convidada para trabalhar nas TV's Educativas de São Paulo, São Luís e Manaus. Há uma aparente contradição nesses fatos, pois mesmo sendo considerada subversiva e tendo sido impossibilitada de lecionar em qualquer escola, Ada recebeu um convite para preparar materiais para as aulas oferecidas nas televisões educativas de três regiões. Apesar de seu trabalho ter se estendido até 1978, quando Geisel já havia proposto a abertura política, o convite recebido por Ada para participar das TV's educativas ocorreu em 1974, ano marcado ainda pela forte repressão. Para exemplificar a violência ainda presente no regime militar mesmo após o final do Governo Médici, podemos citar o caso de Vladimir Herzog, que ocupava o cargo de diretor de jornalismo na TV Cultura, uma das emissoras das quais Ada fez parte da equipe educativa. Herzog foi assassinado pelo DOI-CODI no ano de 1975, ou seja, ano em que Ada já integrava a equipe da TV Cultura. Sendo assim, o trabalho desta professora poderia ter sido alvo de repressão.

As TV's educativas orientavam-se pelos mesmos princípios que todo o sistema educacional brasileiro durante o regime militar, ou seja, promover o desenvolvimento econômico e criar consenso em torno dos ideais do regime. A esse respeito, Cortese e Miceli (2011) afirmam:

(...) num período de crescente industrialização no país, surgem as TVs educativas, tendo como principais propósitos qualificar mão de obra para atuar na nova conjuntura econômica e dar ênfase aos conteúdos educativos que reafirmavam a ideologia da ditadura militar. (p. 3)

Não havia restrição legal ao trabalho de Ada nas TV's Educativas, uma vez que o IPM que sofreu havia proibido sua atuação em cargos públicos, o que não era o caso, e também porque ao término do processo ela foi absolvida. É claro que ainda vigorava a censura aos meios de comunicação e que, portanto, todo o material utilizado pelas TV's Educativas provavelmente deveria passar pelas mãos de um censor. No entanto, não podemos saber se ela continuou sob vigilância neste período ou se pode realizar suas atividades com maior liberdade.

O Dôssie 50-Z-75 produzido pelo DEOPS/SP contém documentos que abordam o caso de Ada. Um relatório, datado de 30 de março de 1970, explicita as acusações impostas a essa professora, bem como a pena a que ela foi submetida.

6) Acontece que a prof. Ada pela sua rapidez de reflexão e outros dotes de ordem intelectual, não deixava facilmente transparecer o seu verdadeiro propósito.

8) O que ora se salienta a respeito dessa professora pode ter como ponto de referência a sua conduta diante de fatos que se enumeraram no educandário: dia do sepultamento de um estudante morto, quando do conflito de alunos do Mackenzie e da Faculdade de Filosofia; pichação das salas de aula; distribuição panfletária e criação de um grêmio estudantil, em todas essas oportunidades Ada despontou como elemento de comando.

9) (...) foi proposta a sua demissão, com fundamento no AI5, e legislação complementar aplicável à matéria¹¹.

A professora foi acusada, ainda,

¹¹ Relatório – Inq. Nº 21/69. São Paulo, 30 de março de 1970, fls. 292 e 293. Dossiê 50-Z-75, Docs. 01-154. DEOPS/SP, DAESP.

de participar de manifestações estudantis em 1968 e estimular seus alunos a fazerem o mesmo; de combater o Acordo MEC-USAID e a política educacional do governo; de ter mandado confeccionar uma faixa preta, de luto, posta naquele instituto quando da morte de um estudante em choque com a polícia. (...) Após uma investigação sumária efetuada pela CGI – Comissão Geral de Investigações - ter concluído no sentido da incriminação da professora, solicitando sua demissão do ensino oficial estadual, ao mesmo tempo em que outros professores do mesmo colégio eram dispensados, suspensos ou repreendidos. Concluída essa Comissão Especial de Investigações, foi o próprio governador do Estado, Roberto de Abreu Sodré, quem determinou, em 15 de outubro de 1969, fosse solicitado ao presidente da República a demissão da professora Ada, com base no Ato 5 e no Ato Complementar n. 39. A denúncia judicial foi apresentada à 2ª. Auditoria de São Paulo em 10 de agosto de 1970, iniciando-se o sumário em que a professora contestou todas as acusações com dados convincentes. Foi absolvida em 21 de março de 1972. (ARNS; WRIGHT, 1988, p. 295)

O material produzido pelos agentes do DEOPS explicita um pouco sobre o funcionamento desse órgão. Conforme indicado anteriormente, a definição de subversão é imprecisa e profundamente subjetiva. Assim, as provas levantadas para caracterizar esse crime são, por sua vez, também bastante imprecisas. O Relatório que apresenta o caso de Ada coloca a professora como perigosa devido à sua “capacidade de reflexão” e por seus “dotes de ordem intelectual”. Essas são características imanentes à pessoa e que não deveriam, portanto, serem utilizadas para comprovar a acusação de crime algum. Além disso, o julgamento feito pelos agentes sobre Ada, descrito no Relatório, é totalmente subjetivo. Apesar disso, ela foi acusada de realizar doutrinação ideológica e subversiva e sua inteligência foi considerada como um fato comprovativo de que ela seria capaz de fazer tais coisas sem deixar “transparecer o seu verdadeiro propósito”.

Percebe-se que, durante a ditadura civil-militar brasileira, absolutamente tudo poderia ser utilizado como provas para incriminar um suspeito. Outro fato curioso é que um dos elementos utilizados para comprovar sua subversão foi a confecção de uma faixa de preta de luto devido à morte de um estudante durante o conflito ocorrido entre os alunos do Mackenzie e da Faculdade de Filosofia da USP¹². Segundo Laura, a mãe sempre fora muito próxima de seus alunos, criando verdadeiros vínculos de amizade. Sendo assim, seria adequado expressar de alguma forma a tristeza decorrente da morte

¹² O estudante em questão era o secundarista José Guimarães, morto em 3 de outubro de 1968. Não se sabe ainda se ele foi assassinado por policiais ou por integrantes do Comando de Caça aos Comunistas.

de um deles. No entanto, isso também foi considerado como um ato subversivo, mostrando que os limites entre o permitido e o proibido eram profundamente imprecisos. Cada ação, cada caso seria julgado de uma forma, sempre com a finalidade de atingir os objetivos do governo.

Um documento presente no Dossiê 50-H-67/Pasta 02 apresenta o testemunho do diretor da escola onde Ada lecionava quando foi presa:

Segundo relatório reservado, aqui arquivado, cientifica-nos de que no “Instituto Estadual de Ensino Padre Manoél da Nóbrega” sito à rua Reimis no bairro da Casa Verde, teve suas salas de aulas e os muros externos totalmente pichados com vários “slogans”, entre os quais os seguintes: “Abaixo a ditadura”, “A UNE é nossa” e “Fora com o governo imperialista”, ficando constatado também que no referido colégio reina certa intranquilidade a qual atingiu maiores proporções quando a Catedrática de Português professora Ada Natal Rodrigues, reassumiu as suas funções, e que na ocasião dos fatos o diretor do referido Estabelecimento de Ensino, o qual procurava por panos quentes na questão era o prof. José Domingos Antônio Tancrede¹³.

Esse documento não explicita objetivamente qual a acusação feita à Ada ou quais as provas levantadas contra ela. Apenas é informado que o clima de “intranquilidade” aumentou quando Ada reassumiu suas funções (após voltar da UNB). Novamente, a acusação realizada é extremamente imprecisa e subjetiva. Há ainda mais um depoimento sobre a atuação de Ada no Instituto de Educação, este feito por uma professora de Trabalhos Manuais e Economia Doméstica. Assim, está documentado que:

A epigrafada lembra-se de ter ouvido a leitura de uma Ata a respeito de uma reunião da “Congregação dos Professores”, na qual a professora Ada Natal Rodrigues não se lembrava de ter dado “Viva a Cuba” no início de suas aulas, ma se preciso fosse ela daria. Por comentários de terceiros soube também que a referida professora andava agitando o meio estudantil, soube também da pichação do referido Instituto¹⁴.

¹³ Documento do SI. São Paulo, 20 de maio de 1970, fls.116. Dossiê 50-H-67/Pasta 02. DEOPS/SP, DAESP.

¹⁴ Documento do SI. São Paulo, 20 de maio de 1970, fls. 114. Dossiê 50-H-67/Pasta 02. DEOPS/SP, DAESP.

A depoente não viu Ada participar de pichações ou agitar o Instituto, mas ouviu isso de terceiros e revelou essa informação no depoimento. Além disso, a outra informação que ela revela é proveniente da leitura de uma Ata que narrava outra reunião, na qual a depoente não estava presente. Isso coloca em questão a idoneidade das provas levantadas contra um acusado. Sem verificar a veracidade dos depoimentos coletados, qualquer antipatia ou impressão, de cunho pessoal, poderia se transformar em provas de subversão. Além disso, a depoente afirma que na referida ata estava contida uma situação na qual Ada disse que poderia dar “Viva à Cuba”. No entanto, a “ideação”, ou seja, o pensamento sobre algo, mesmo que sobre um crime, não pode ser usado como prova, a menos que se consume, ou seja, que se transforme em ação, o que parece não ter sido o caso através desse depoimento.

Luiz Marcos havia sido preso em Belo Horizonte devido à sua participação na Ação Popular. Os documentos referentes a ele, provenientes do DEOPS, informam que ele teria tido hepatite durante o período em que permaneceu na prisão. A esse respeito, Luiz levanta uma hipótese bastante séria:

Eu tive um problema sério, porque eu peguei uma hepatite na prisão. Acho que foi, inclusive, uma hepatite transmitida de propósito, porque eles falaram, quando eu estava preso ali numa unidade deserta, na 4ª Companhia de Comunicações, falaram que todos os presos tinham que tomar uma injeção porque havia uma epidemia e uma semana depois, eu apareci com a hepatite. Tive um problema grave porque eles me impediram de ir para o Hospital e foi só devido a uma grande manifestação dos presos políticos que então estavam no DOPS, para onde eu fui transferido, é que eu tive assistência médica. (Entrevista com LUIZ MARCOS)

A suspeita levantada por Luiz é grave e deveria ser investigada. Ele acredita ter sido contaminado com o vírus da hepatite pelos próprios policiais. No entanto, com a anistia concedida aos agentes da repressão, acusações como essas ficaram sem o tratamento devido.

Luiz Marcos ficou dois meses detido no DEOPS de Belo Horizonte, prazo máximo para permanecer na prisão sem uma acusação formal. Pouco tempo após ser liberado, com o surgimento do AI-5, Luiz recebeu um telegrama convocando-o a se apresentar no DEOPS de sua cidade. Por decisão da AP, ele mudou-se para São Paulo, a fim de evitar uma nova prisão. No entanto, quando estava lá, foi preso em flagrante.

Poucos meses depois, eu estava morando no bairro Vila Califórnia, que é um bairro de São Caetano e, em dezembro de 69, eu fui preso em São Paulo. Eu estava na Avenida do Estado cobrindo um ponto, houve uma batida e eu fui preso com outro dirigente da Ação Popular, que já faleceu, infelizmente, chamava Marcelo Hugo de Medeiros, um engenheiro. Nós dois fomos presos. Fomos presos e levados para o DOPS, eu passei por todas essas conhecidas torturas. Ficamos 40 dias sem que a repressão reconhecesse nossa prisão. Eu também passei pela Ilha das Flores, no Rio, o que foi um sequestro porque isso não consta da minha ficha oficial das autoridades de São Paulo que me prenderam. Eu fui levado para o CENIMAR pelo Delegado Fleury, eu e o Marcelo, e eu fiquei preso até 1971, mais ou menos setembro. Eu fui condenado inicialmente a quatro anos de prisão e depois, em um recurso ao Superior Tribunal Militar, foi reduzido para dois e esses dois eu já tinha cumprido. Então eu fui solto, mais ou menos em outubro/setembro de 1971, eu e o Marcelo. (Entrevista com LUIZ MARCOS)

Novamente, Luiz faz uma grave denúncia: um sequestro durante sua prisão. Ele foi levado em sigilo para a Ilha das Flores, onde permaneceu por um período sofrendo interrogatórios e torturas. Isso realmente não consta em nenhum dos documentos que encontramos sobre ele no material produzido pelo DEOPS. Apesar do material ser bastante descritivo e conter depoimentos detalhados dos policiais que prenderam Luiz, descrições essas que coincidem com o que esse participante relata, não há qualquer referência à sua estadia na Ilha das Flores.

Maria de Lourdes relata os abusos cometidos durante sua prisão:

Fui presa pelo Esquadrão da Morte, Fleury, que é DEOPS. Mas daí logo em seguida, o Exército me tomou e eu fiquei um tempo na mão dele. É porque tinha a OBAN e DOPS, entendeu? Aí fiquei entre um e outro. Torturavam lá, torturavam cá, torturavam lá, torturavam cá, jogando de um lado para o outro. Era assim que as coisas funcionavam. (Entrevista com MARIA DE LOURDES)

Ela também faz uma denúncia semelhante à de Luiz Marcos. Maria permaneceu presa por 1 ano e meio e, nesse período, foi levada por algum tempo para um sítio que, segundo ela, pertencia ao delegado Fleury. Lá, ela e “Toledo” foram torturados diversas vezes.

A tortura é o seguinte: como aconteceu comigo, aconteceu com todas as pessoas. Nós éramos presos, daí eles... Conhece o pau-de-arara? Então, imediatamente você era desnuda, ficava nua,

algemada, enrolada no pau-de-arara e botavam o choque elétrico, ouvido, vagina, ânus, e aí ligava uma maquininha “brrrr”. E aí você... Eu tive problemas assim de ficar, de ter tido uma hemorragia, eu entrei em coma. Algumas vezes que me levaram pro hospital, eu estava em coma, mas eu tinha uma resistência física boa. Já o “Toledo”, a pessoa dependendo da resistência, o “Toledo” nos choques logo morreu, por causa da pressão, entendeu. E eu era jovem, tinha uma pressão boa, agüentei. (Entrevista com MARIA DE LOURDES)

Sabe-se que Joaquim Câmara Ferreira, “Toledo”, foi realmente levado para um sítio clandestino da repressão e assassinado lá, devido às torturas sofridas. Maria de Lourdes afirma ter estado junto com ele nesse sítio e revela ainda que o local para onde foram levados pertencia ao delegado Fleury. Não há nenhuma referência ao sequestro sofrido por Maria de Lourdes nos documentos do DEOPS/SP. Assim, fica evidente que a repressão registrava apenas aquilo que era de seu interesse e que não pudesse servir para incriminar seus agentes.

O músico Caetano Veloso foi colega de turma de Maria de Lourdes no curso de Filosofia. Recentemente, ele escreveu um texto em uma coluna de jornal homanegeando-a. Ele refere-se à Maria com carinho:

O que mais impressionava em Lurdinha era sua sobriedade. Ela não exibia retoricamente a força de suas convicções: seu despojamento pessoal, sua lealdade inabalável, sua decisão de não perder tempo com discussões decorativas é que mostravam a firmeza de sua orientação política.¹⁵

Na entrevista que nos concedeu, Maria de Lourdes afirmou não ter revelado nomes ou “pontos” durante os interrogatórios que sofreu. A esse respeito, Caetano Veloso relembra sobre um episódio que comprova que ela resistiu bravamente às torturas:

E pela mão de Sérgio Fleury, o truculento policial que, em entrevista à revista “Realidade” nos anos 70, disse da “Baixinha” que estivera sob tortura: “Maria de Lourdes do Rego Mello: Está aí uma das moças mais corajosas que vi na minha vida. De uma lealdade e segurança impressionantes. Nunca se deixou trair nos interrogatórios, nunca arrancamos dela uma palavra que levasse ao ‘Velho’ (Joaquim Câmara Ferreira, o ‘Toledo’). Foi seguida durante 60 dias, filmada, fotografada, até que foi presa. Essa moça recusou ir para o Chile, na

¹⁵ Disponível em <http://bahiaempauta.com.br/?p=47497>. Último acesso em 01/03/2013.

troca com um embaixador. Quando soube disso, eu a chamei até minha sala. Disse: ‘Olha aqui, Baixinha, você mentiu para mim o tempo todo. De tudo quanto disse, 99% era mentira. Mas gostei de sua atitude. Aceito as suas mentiras. Agora deixo você em paz.’”¹⁶

O apelido “Baixinha” foi dado à Maria de Lourdes devido à sua baixa estatura. Nos documentos do DEOPS/SP que a identificam, é comum que esse apelido apareça entre aspas ao lado de seu nome, indicando que poderia tratar-se de um codinome dessa ex-militante. No trecho citado, o delegado Fleury elogia a lealdade e a segurança demonstradas por ela durante os interrogatórios e torturas a que fora submetida. É curioso perceber que características pessoais indesejadas pelo regime, como a “rapidez de reflexão” da professora Ada, tenham sido usadas contra os suspeitos de crimes políticos e que outras características subjetivas, como a lealdade de Maria, apesar de ter sido exaltada pelo delegado Fleury, não tenham sido levadas em conta no momento de prender, interrogar e torturar.

O trecho acima citado também se refere ao pedido feito por um grupo de militantes, solicitando a libertação de Maria de Lourdes e de outros presos políticos em troca do embaixador que haviam sequestrado. Ela esclareceu-nos o motivo de ter recusado ser libertada e enviada para o Chile:

Que eu fui pedida em seqüestro e eu não quis sair no seqüestro, aí eles acharam que isso aí aliviou minha pena. Eu não quis sair porque eu não queria mesmo sair do Brasil, por pirraça. Porque eu tava, eu sentia o seguinte: que eles queriam mais é que saísse mesmo. Quanto menos pessoas estivessem aqui pensando diferente, melhor para eles, mais cômodo. E eu disse: ‘Eu não, não vou sair não, vou ficar aqui’. (Entrevista com MARIA DE LOURDES)

A coragem de Maria, que simboliza também a coragem de todos aqueles que ousavam resistir em uma época onde pensar diferente era proibido, fica evidente em sua fala. Infelizmente, como afirmado anteriormente, muito se perde ao transcrever uma entrevista de História Oral. Mas a imagem de Maria, a voz firme com que pronunciou essas frases está gravada na memória da pesquisadora responsável por este trabalho. A firmeza com que ela lutou pelos seus ideais foi sintetizada quando ela afirmou que não quis “sair do Brasil, por pirraça”. Maria de Lourdes, “vulgo Baixinha”, conforme consta

¹⁶ Disponível em <http://bahiaempauta.com.br/?p=47497>. Último acesso em 01/03/2013.

em seus documentos, queria permanecer em seu país. Queria dar trabalho, queria pensar diferente. E assim fez. Ela explica como conseguiu desviar a atenção dos policiais e poupar seus contatos:

Menina, isso daí foi um jogo de inteligência terrível, entendeu. Eu fiquei famosa, até saí na Veja, mas ninguém caiu por causa de mim. Ninguém. Eu consegui não entregar ninguém. Eu fiz um jogo louco. Eu fiz o seguinte jogo: Toledo, o chefe, eu morava com Toledo numa casa, o chefe da organização, nós dois. Caímos os dois juntos. A casa eu sabia que não tinha nada, a gente não tinha nada que entregasse. Aí, o que eu fiz: fiquei dias segurando essa casa. Mas não tinha nada lá, era só jogo com eles, para eles ficarem concentrados naquela casa. Aí quando eu entreguei a tal da casa, ui, aquele escândalo. Cercaram a casa, ficaram presumindo que era traição, que alguém fugiu. Mas não tinha ninguém, era só eu e ele (Toledo). Foi um jogo que eu fiz com eles, porque afinal a gente estuda não é pra nada, não é! E aí, graças a esse jogo que eu fiz, quem tinha ponto comigo, ó (fazendo sinal de que a pessoa sumiu). Não tinha mais problema nenhum. E aí eles perguntavam: “você conhece fulano?”. “Conheço, é minha amiga”. Eram pessoas que não tinham nada a ver, aí eles foram vendo que não podiam prender todos os meus amigos, senão ia ser um horror. Porque as pessoas que eram quentes... Bom, o pior que podia ter acontecido é que o chefe da minha organização tinha morrido. O pior já tinha acontecido. Não tinha mais o que acontecer. (Entrevista com MARIA DE LOURDES)

O jornalista Oswaldo Coimbra afirma que, atualmente, cerca de dez sites apresentam a denúncia feita por Maria de Lourdes quanto à morte de Joaquim Câmara Ferreira. A polícia política da época afirmava que ele havia sido morto no momento de sua prisão, mas Maria denunciou que sua morte ocorreu em um sítio clandestino da repressão quando, obviamente, ele já estava preso e sob tortura¹⁷. Segundo Maria de Lourdes, Toledo não comunicou aos seus torturadores as dores que sentia após tomar choques elétricos, devido ao seu problema de hipertensão. Assim, os torturadores aumentaram os choques, levando-o rapidamente à morte. “Ele deu um sorrisinho para mim, eu dei um para ele. Ele armou, queria se suicidar”, revela a ex-militante¹⁸.

Luiz Marcos esclarece um pouco sobre o funcionamento dos interrogatórios sofridos pelos presos políticos:

¹⁷ Para ver mais, consultar: <http://www.guarulhosweb.com.br/noticia.php?nr=43109>. Último acesso em 01/03/2013.

¹⁸ Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/ancelmo/posts/2012/11/18/a-comunista-o-boemio-475402.asp>. Último acesso em 01/03/2013.

Quando você era preso, nessa época, a primeira coisa que eles queriam saber, imediatamente, eram os seus pontos. Porque todo militante, eles sabiam, não está sozinho, está ligado a algum coletivo, alguma coisa, então eles querem os contatos, os pontos. Quando eu fui para a tortura pesada, violenta, no DOPS de São Paulo, por que o DOPS não me entregou pra OBAN, o que eles queriam saber primeiro eram os pontos. Que pontos você tinha porque a repressão, quando você é preso, ela ainda quer te pegar com aquelas coisas quentes porque se a organização que você pertence percebe sua prisão, se você não apareceu, ela desarticula a ligação. Inclusive, a Ação Popular já tinha tomado uma série de medidas de segurança muito importantes porque você não sabia os endereços dos outros, entendeu? Você tinha pontos, isso você tinha. Eu era dirigente da Ação Popular em São Paulo, então evidentemente que eu tinha pontos. Mas, felizmente, eu não abri nenhum ponto.

(...) Mas quando veio o CENIMAR, uns 30 dias depois, o tipo de interrogatório mudou. Aí eles já me identificaram mais ou menos através de outros depoimentos que tinham, já era um serviço de inteligência bem mais sofisticado. Era um pessoal da repressão barra pesada, fascista, mas era um serviço de inteligência com mais experiência. Então o papo aí não era só ponto, o papo aí já era mais complicado, eles já sabiam que eu era da Ação Popular, que eu era dirigente, né. O papo era primeiro você confirmar aquelas coisas para você dizer mais. E a ameaça qual que era? “Vou te entregar de novo para o Fleury, porque você vai para o pau de novo.” Aí que eles me levaram para a Ilha das Flores. Porque a Ilha das Flores, no Rio, era onde o CENIMAR concentrava suas investigações e uma das organizações a que dava prioridade era a Ação Popular. (Entrevista com LUIZ MARCOS)

Os interrogatórios consistiam em extrair todas as informações possíveis dos presos políticos, a fim de dismantelar a organização de que participavam e conseguir nomes de outros envolvidos em atividades de resistência. A ação dos órgãos de inteligência era extremamente organizada pois eles recolhiam e armazenam toda informação possível sobre os suspeitos e, durante os interrogatórios, utilizavam aquilo que já sabiam contra o preso político. A violência era não apenas física, como as torturas relatadas por Maria de Lourdes e por Luiz Marcos, mas também psicológica, com ameaças constantes e com a exposição do interrogado a situações constrangedoras.

Quanto à saída da prisão e ao retorno à sociedade, todos os participantes afirmaram terem encontrado dificuldades para reconstituir suas vidas. Quando questionada se sofreu preconceito ao ser liberada da prisão, Maria de Lourdes afirma:

Com certeza. Com certeza. Só a família (manteve contato), porque não tinha jeito. Só a família e mais ninguém. Fiquei com umas duas

ou três amigas e mais nada. (Na Bahia) também, eles sabiam (da prisão), era divulgado. (Entrevista com MARIA DE LOURDES)

Luiz Marcos passou por uma situação diferente, já que obteve o apoio de seus amigos e familiares, mas sua maior dificuldade foi encontrar um novo emprego.

Eu acho que você tinha duas coisas: as pessoas mais medrosas evitavam. Eu estive aqui em Belo Horizonte assim meio semiclandestino, porque ainda havia o perigo de ser preso aqui, e houve claramente pessoas que me evitavam. Mas esse não era o tom. A maioria das pessoas te recebia com alegria em saber que você estava vivo, que estava ali. Arrumar emprego era muito difícil porque aí, em termos de empresas, a coisa complicava. Como jornalista, não arrumava emprego em lugar nenhum. Eu arrumei emprego, como te disse, em publicidade. Um de meus cunhados conhecia um grande publicitário mineiro. Eles eram amigos e esse publicitário deu um contato no Rio. Esse pessoal me empregou. (...)Mas você vê, eu não consegui transferência nem em universidade privada. A Cândido Mendes recusou minha transferência. Não tinha motivo nenhum. Eu tinha prestado vestibular na UFMG, tinha frequentado até o terceiro ano, tinha as cargas horárias das matérias, mas não aceitaram. Eu tive que fazer vestibular. Então, assim, do ponto de vista das pessoas, era o contrário. Você encontrava grande apoio e solidariedade, porque a resistência ao regime era uma resistência muito ampla, havia um sentimento solidário. Mas já em termos de emprego, aí o negócio complicava. (Entrevista com LUIZ MARCOS)

A partir do material coletado e das análises realizadas, podemos estabelecer algumas conclusões. A primeira delas é que os professores de primeiro e segundo graus focalizados nesta pesquisa estabeleceram práticas de resistência à ditadura civil-militar. Seja através da participação em passeatas, em grupos de luta armada ou no movimento sindical e grevista na década de 70, estes docentes resistiram. Conforme destacado por Almeida e Weiss (2006), as formas encontradas pela população durante o regime militar foram numerosas e diversificadas. Duas delas, entretanto, foram organizadas coletivamente: a luta armada e o movimento grevista. A participação dos professores na primeira delas aparentemente não apresenta relação com a profissão por eles exercida. Na segunda, porém, é evidente que a profissão foi um fator decisivo, visto que a categoria docente organizou as greves e reconstituiu, no caso de São Paulo, a entidade que a representava, a APEOESP. No entanto, nem todos os professores tiveram o mesmo envolvimento nas assembleias e greves. É difícil compreender os motivos que levaram os participantes a aderirem a algum movimento de oposição mas, através da história de cada um, pode-se perceber que a sua formação ocorreu em renomadas

universidades, com excelentes professores e que, durante sua vida escolar ou acadêmica, tiveram experiências políticas, como o movimento estudantil. A própria formação profissional dos participantes parece ter contribuído para o desenvolvimento de um pensamento crítico acerca da realidade política do país.

Algumas similitudes foram identificadas nas entrevistas. Elas são coincidentes com as características da sociedade em geral no período. Como exemplo, podemos citar a influência da teoria marxista e das ideias de revolução e a juventude – principalmente estudantes – participando ativamente dos movimentos de oposição (no início do regime militar, os participantes deste trabalho estavam na faixa etária e muitos conciliavam o trabalho com a formação acadêmica).

As duas principais práticas de resistência desenvolvidas por esses professores foram condizentes com a situação política pela qual o país passava. Assim, do período que se estende do início do Golpe de 64 até o início da década de 70, a luta armada foi escolhida como o único caminho para derrubar a ditadura. No final de década de 70, com o início da abertura política, o movimento sindical e associativista percebeu sua força e passou a reivindicar por melhorias profissionais e sociais.

Além disso, percebe-se as lacunas existentes na documentação oficial acerca do período. Muitas informações são omitidas, justamente para beneficiar os órgãos e agentes responsáveis pela repressão. As entrevistas com os participantes estão repletas de denúncias sobre graves violações cometidas durante o período contra os direitos mais básicos de todo cidadão. As informações contidas nos documentos algumas vezes coincidem com as memórias reveladas pelos participantes. No entanto, as memórias contém muitos detalhes importantes que os documentos não revelam – propositalmente.

5. Considerações finais

As análises realizadas permitiram-nos compreender que professores de primeiro e segundo graus resistiram à ditadura. Os caminhos encontrados para constituir a resistência foram diversos. Cada um dos participantes apresenta sua singularidade, embora existam pontos em comum entre todos eles.

Entre os participantes, encontramos uma professora que militou em uma organização de luta armada, uma que participou do movimento grevista na década de 70 e uma que foi acusada de disseminar idéias subversivas dentro do ambiente escolar. Além disso, um nome inicialmente selecionado para a pesquisa não era professor, mas declarou essa profissão para desviar a atenção dos agentes da repressão sobre sua verdadeira história.

Houve similitudes em alguns aspectos ou temas abordados nas respostas dos participantes. A busca por condições de vida mais justas e igualitárias, a utilização da teoria marxista como um guia para a compreensão de mundo, a desilusão causada por não terem visto as mudanças sociais desejadas serem colocadas em prática, a dificuldade em abordar os acontecimentos políticos de forma crítica dentro da sala de aula, foram alguns dos temas comuns entre os participantes. O papel do professor em sala de aula não seria levar os alunos a perceberem os problemas sociais ou políticos existentes no país, mesmo sob uma ditadura, mas sim fornecer elementos para que os próprios educandos pudessem construir, à sua maneira, a interpretação da realidade. Assim, a docência não deve ser utilizada como um canal para construir a oposição à determinado governo. O professor deve, antes de tudo, cumprir a especificidade pedagógica de sua profissão e, assim, exercer também o seu papel político dentro de uma sociedade.

É importante, porém, lembrarmos das palavras de Maria de Lourdes quando esta questiona o motivo que faz os professores se mobilizarem. Após essa pergunta retórica, ela afirma que isso ocorre porque os professores estudam. Essa fala de nossa participante foi marcante para nossa pesquisa, pois nos fez compreender a importância do papel da educação.

As falas dos participantes foram diferentes em muitos aspectos. As memórias reveladas foram únicas e deixaram, em seus narradores, marcas também únicas.

Contudo, algo nos chamou a atenção: a importância atribuída pelos participantes aos seus professores ou às leituras e discussões feitas durante sua vida escolar e acadêmica. É possível, portanto, que o processo de formação desses profissionais tenha contribuído para a construção de um pensamento crítico e este sim pode ter motivado os professores a oporem-se à ditadura civil-militar.

Os dados e resultados neste estudo não podem ser generalizados e esta nunca foi nossa intenção. Gostaríamos, ao contrário, de motivar futuras pesquisas visto que ainda há muito a compreender sobre a resistência oferecida por professores de primeiro e segundo graus durante o regime militar.

6. Referências

ALBERTI, V. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 196 p.

_____. Manual de História Oral. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 235 p.

ALVES, M. H. M. Estado e oposição no Brasil (1964 – 1984). Bauru, SP: Edusc, 2005. 424 p.

ALMEIDA, M. H. T. de; WEIS, L. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: NOVAIS, F. A. (coord.); SCHWARCZ, L. M. (org.). História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 820 p. (Coleção, v. 4)

ARGOLO, J. A.; RIBEIRO, K.; FORTUNATO, L. A. A direita explosiva no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 1996. 332 p.

ARNS, P.E., WRIGHT, J. (coord.) Projeto “Brasil: nunca mais”. Tomo III. Perfil dos atingidos. Petrópolis: Vozes, 1988.

Associação dos Docentes da USP. O controle ideológico na USP (1964-1978). São Paulo : Adusp, 2004. 116 p. Disponível em:
<http://www.adusp.org.br/files/cadernos/livronegro.pdf>. Acesso em 15/03/2013.

BITTAR, M.; BITTAR, M. História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. Acta Scientiarum. Education (Print), v. 34, p. 157-168, 2012.

BOBBIO, N. Dicionário de Política. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: Linha Gráfica Editora, 1991. v. 1.

_____. Dicionário de Política. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: Linha Gráfica Editora, 1991. v. 2.

BOSI, E. Memória e sociedade: Lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 484 p.

BRASIL: NUNCA MAIS/ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Um relato para a história. 21. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: 1988.

CORTESE, F. M.; MICELI, M. T. K. TV universitária, um modelo em construção entre o público e o privado. XV Colóquio Internacional da Escola Latino-Americana de Comunicação. Araraquara, São Paulo. UNESP. 2011.

CORTEZ, M. O golpe na alma. São Paulo: Pé-de-chinelo Editorial, 2008. 96 p.

FENTRESS, J.; WICKHAM, C. Memória social: novas perspectivas sobre o passado. Lisboa: Editorial Teorema, 1992. 278 p.

FERREIRA JR., A. Movimento de professores e transição democrática em Mato Grosso do Sul (1979-1985). Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 33, p. 64-77, mar. 2009.

FERREIRA JR, A.; BITTAR, M. Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964-1985). São Paulo: Terras do Sonhar: Edições Pulsar, 2006. 108 p.

FILGUEIRAS, J. M. A educação moral e cívica e sua produção didática: 1969-1993. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.

FREIRE, A.; ALMADA, I.; PONCE, J. A. D. G. (orgs) Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos. 1. ed. São Paulo: Scipione, 1997. 518 p.

FREITAG, B. R. Escola, Estado e Sociedade. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1986. v. 1. 142p;

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. Revista Brasileira de Educação, n. 14, p.108-130, maio-ago 2000.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006. 222 p.

HEBLING, M. C. Análise Documental dos Arquivos do DEOPS/SP entre os anos de 1968 a 1974 na busca por professores suspeitos de prática de crimes políticos. 2009. 68 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Rio Claro, 2009.

LE GOFF, J. História e memória. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012. 524 p.

LOURENÇO, E. O ensino de História encontra seu passado: memórias da atuação docente durante a ditadura civil-militar. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 30, nº 60, p.97-120, 2010.

MEIHY, J. C. S. B. Manual de História Oral. São Paulo: Edições Loyola, 1996. 78 p.

_____; HOLANDA, F. História Oral: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007. 49

MONLEVADE, J. Pequenas geografias, história e economia da profissão docente no Brasil. In: MENEZES, L. C. de (Org.). Professores: formação e profissão. Campinas: Autores Associados & São Paulo: NUPES, 1996. p. 137-158

NASCIMENTO, T. R. História da educação e memórias de professores. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 43, p. 268-284, set. 2011.

_____. Professores formadores e suas memórias: o formar professor, o ser professor. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL Memória, Democracia e Justiça, XI, 2012, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos. Rio de Janeiro, 2012. p. 1-8. Disponível em: < <http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/site/anaiscomplementares>>. Acesso em: 07 nov. 2012.

PAIVA, V. P. MOBREAL: um desacerto autoritário I, II e III. Rio de Janeiro: Síntese, Ibrades, 1982. n. 23-24.

PARO, V. H. Eleições de diretores de escolas públicas: avanços e limites da prática. In: Revista Brasileira de estudos Pedagógicos. Brasília, v.77, n.186, mai/ago, 1996.p.376-395.

PAULA, R. P. de. Entre o sacerdócio e a contestação: uma história da APEOESP (1945-1989). 2007. 270 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2007.

RAMOS, G. Infância. 17. ed. Rio: Editora Record, 1981. 275 p.

REIS FILHO, D. A.; FERREIRA DE SÁ, J. (orgs) Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 – 1971. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 464 p.

RIBEIRO, M. L. S. A formação política do professor de 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 1984. 280 p.

ROMANELLI, O. de O. História da Educação no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1982. 267 p.

SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008. v. 1. 496p .

SCOCUGLIA, A. C. Histórias inéditas da educação popular: do Sistema Paulo Freire aos IPMs da ditadura. 2. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001. 205 p.

SILVA, K. N. da. Do controle das paixões à maestria de si: um estudo acerca das práticas e das representações de moralização na escola pública paulista (1948-1978). 2011. 301 p. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

VENTURA, Z. 1968: o ano que não terminou. 3. ed. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

Fontes primárias

Entrevista com Laura Natal Rodrigues. Realizada em 08/05/2012.

Entrevista com “Lívia”. Realizada no dia 22/04/2012.

Entrevista com Luiz Marcos Magalhães Gomes. Realizada no dia 10/05/2012.

Entrevista com Maria de Lourdes Mello Vellame. Realizada em 30/07/2011.

Memorial de Ada Natal Rodrigues. Escrito em setembro de 1991.

Dossiê 30-Z-160/ Pasta 61. DEOPS/SP, DAESP. Arquivo do Estado de São Paulo.

Dossiê 50-H-67/Pasta 02. DEOPS/SP, DAESP. Arquivo do Estado de São Paulo.

Dossiê 50-Z-75. DEOPS/SP, DAESP. Arquivo do Estado de São Paulo.

Sites consultados

<http://bahiaempauta.com.br/?p=47497>. Último acesso em 01/03/2013.

<http://www.guarulhosweb.com.br/noticia.php?nr=43109>. Último acesso em 01/03/2013.

<http://oglobo.globo.com/rio/ancelmo/posts/2012/11/18/a-comunista-o-boemio-475402.asp>. Último acesso em 01/03/2013.

7. Apêndices

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (de acordo com o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar)

1) Você está sendo convidado para participar da pesquisa "A resistência dos professores à ditadura militar no Brasil: entre documentos oficiais e memórias reveladas, a história de uma luta."

2) Através de pesquisa prévia realizada no acervo documental do DEOPS/SP, realizou-se o levantamento de onze nomes de professores de primeiro e segundo graus que sofreram repressão desse órgão do regime militar. Como não pudemos entrevistar algumas dessas pessoas devido aos seguintes fatos:

a) já ser falecida;

b) não quis dar o depoimento, mas indicou seu nome e nos autorizou a solicitar que você preste depoimento relatando acontecimentos no qual essa pessoa esteve envolvida e que seja de seu conhecimento. Esclarecemos que sua participação não é obrigatória.

3) Os objetivos deste estudo são averiguar como os suspeitos investigados utilizaram sua profissão para atuar contra o regime militar imposto no Brasil, mais especificamente durante o período de 1968 a 1974, como objetivo geral. Portanto, busca-se descobrir se o fato de ser professor influenciou ou auxiliou nos modos de resistência à ditadura militar e, em caso positivo, como isso ocorreu. Como objetivos específicos, a pesquisa pretende realizar um levantamento dos depoimentos dos professores cujos documentos serão utilizados no trabalho, a fim de verificar sua versão dos fatos ocorridos com eles durante o período de 1968/1974, no Brasil; comparar a documentação encontrada com o material proveniente de história oral dos professores, buscando pontos de convergência e de divergência; reconstituir, segundo a maior fidelidade possível de acordo com os materiais obtidos, as ações desses professores e as reações por parte do governo, a partir de duas fontes materiais diferentes, na busca de uma compreensão dos fatos ocorridos a esse setor social no país, no período já mencionado e realizar a descrição dos sujeitos, de sua atuação durante esse período e de como a experiência pela qual passaram entre os anos de 1968 e 1974 influenciou (ou não) sua carreira docente.

4) Sua participação nesta pesquisa consistirá em conceder entrevista relativa a atuação de _____ durante o regime militar, disponibilizando-a para a pesquisadora realizar as análises da pesquisa.

5) Considera-se que o risco possível, nesta pesquisa, consiste em desconforto psicológico por parte do participante, no momento da entrevista, pelo fato do depoimento trazer à tona lembranças de um passado que pode ter sido doloroso ao entrevistado. Caso isso ocorra, a pesquisadora compromete-se a interromper a entrevista

e somente retomá-la deixando claro a você que o assunto ou tema que provocou esse mal estar não será mais objeto do depoimento. Além disso, você está totalmente livre para interromper o depoimento no momento em que assim o quiser, sem que isso lhe resulte em qualquer implicação.

Como benefício, coloca-se a oportunidade de levantar histórias pessoais que contribuam para a compreensão sobre como o regime militar se constituiu no Brasil, seus mecanismos de repressão e a participação de civis na luta pela redemocratização do país.

6) Por tratar-se de assunto delicado e que traz à tona memórias talvez não agradáveis, há o risco dos entrevistados sentirem-se mal. No momento de relembrar estes acontecimentos, existe a possibilidade dos sujeitos sentirem desconforto psicológico. Para minimizar este desconforto, as entrevistas serão marcadas na data e local em que você sinta-se confortável e seguro. Se houver qualquer desconforto, a entrevista será interrompida e retomada apenas quando houver a possibilidade. Para preservar a privacidade, a entrevista será realizada em local favorável e discreto e gravada apenas em áudio, ou seja, não será obtida a imagem de nenhum dos participantes. Além disso, todos os participantes serão entrevistados de forma individual.

7) Devido ao propósito da pesquisa, que inclui a realização da história oral dos sujeitos, não é possível a proposição de métodos alternativos.

8) O pesquisador será responsável por realizar e, conseqüentemente, por acompanhar todas as fases da pesquisa.

9) A qualquer momento, antes e durante o curso da pesquisa, a pesquisadora compromete-se a esclarecer aos participantes os procedimentos utilizados durante a pesquisa e a fornecer uma devolutiva das entrevistas concedidas, para que os sujeitos analisem se todo o material poderá ser disponibilizado ou se parte do conteúdo deve ser removido.

10) Sua participação poderá ser cancelada a qualquer momento.

a) “A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento.”

b) “Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.”

11) Os dados serão guardados e usados de forma confidencial. Nenhuma identidade pessoal será usada em qualquer relato ou publicação que possam resultar da pesquisa, exceto no caso do próprio entrevistado desejar sua identificação e manifestar essa vontade através de termo assinado. Caso haja essa manifestação do entrevistado em divulgar o seu nome, será informado que isso poderá expô-lo a situações fora do

controle da pesquisadora, motivo pelo qual a mesma pondera que é conveniente adotar nomes fictícios. Se você desejar a divulgação de seu nome, será preciso também que _____ autorize isso, a fim de preservar a privacidade dessa pessoa (exceto em casos de falecimento). Caso contrário, os nomes serão mantidos em sigilo a fim de preservar a privacidade dos participantes inicialmente selecionados para esta pesquisa. Antes da divulgação dos dados, os entrevistados poderão ter contato com o trabalho final, se assim quiserem.

a) “As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação.”

b) “Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação.” (o pesquisador estabelecerá termos que serão utilizados no lugar dos nomes).

12) A pesquisadora irá deslocar-se ao local escolhido pelos participantes para a realização das entrevistas e providenciará qualquer material que possa ser necessário. Dessa forma, não haverá gasto por parte dos sujeitos e a pesquisadora financiará seus próprios gastos.

13) Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Nome e assinatura do pesquisador

Endereço: Rua Jacutinga, nº 1107 - Bairro Parque Universitário. Cidade: Rio Claro (SP). CEP: 13504-170. Telefone: (19)35244868 e (19)81743464.

Deseja que o nome de _____ seja divulgado?

() sim () não

Deseja que o seu nome seja divulgado?

sim não

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-8028.

Endereço eletrônico: cephumanos@power.ufscar.br

Local e data: _____

Assinatura do sujeito da pesquisa

ROTEIRO DE APOIO PARA AS ENTREVISTAS

Antes de iniciar as questões, explicar os objetivos do trabalho, apresentando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Questões gerais:

- 1) Conte um pouco sobre sua vida no período 1968-1974. (Dados gerais: nome, idade atual, profissão - na época e atual, onde morava, seu nível de instrução, sua área de formação, há quanto tempo lecionava, em que escola, como era sua atuação em sala de aula, etc?)
- 2) Em que autores ou teorias baseava sua prática pedagógica?
- 3) Sua atuação contra o regime teve alguma relação com o fato de ser professor? Você valeu-se dessa profissão para fazer oposição ao regime? A profissão o levou a atuar contra a ditadura (ser professor influenciou em sua posição de combater o regime militar)?
- 4) Você acredita que conseguiu refletir e formar uma opinião crítica sobre o regime devido à sua profissão?
- 5) Continuou exercendo sua profissão durante o regime militar? Sofreu repressões em seu campo profissional, por parte de colegas de trabalho, alunos ou pais de alunos?
- 6) Conseguiu conscientizar seus alunos sobre o regime que se instalara no Brasil através de suas aulas?
- 7) Como o regime militar influenciou sua carreira como professor? Você continuou nesta carreira após o término da ditadura?
- 8) Você realmente atuou contra o regime militar, como afirmam os documentos do DEOPS?
- 9) Como foi a sua participação na luta contra a ditadura militar?
- 10) E a repressão por parte do regime? Você foi preso por outros órgãos de segurança além do DEOPS/SP?
- 11) Como foi sua permanência na prisão?
- 12) Como você se sentiu ao sair da cadeia, a visão da sociedade civil?

Questões específicas:

Sobre a atuação em sala de aula:

- 1) Você procurava, através de suas aulas, levar os alunos a refletirem sobre o período que estavam vivendo? Se sim, como o fazia?
- 2) Que ações suas foram consideradas como subversivas pelo governo?
- 3) Como você era visto pelos colegas da escola? Havia outros professores que também buscavam informar seus alunos?
- 4) Sua prisão deveu-se exclusivamente a esse motivo (trabalho em sala de aula)? Quanto tempo permaneceu preso?

- 5) Durante sua permanência na prisão, os agentes policiais fizeram alusão ao seu trabalho como professor?
- 6) Após ser liberado, continuou desenvolvendo o mesmo trabalho em sala de aula ou mudou sua postura?
- 7) Como essa experiência influenciou sua prática pedagógica?

Apenas para professores que participaram de organizações de luta armada:

- 1) Antes de iniciar a militância em organizações, você lecionava? Se sim, para que séries?
- 2) Após o início de sua militância, chegou a conciliar o trabalho em sala de aula com a atuação nos grupos de resistência? Se sim, o seu trabalho em sala de aula refletia suas ações nesses grupos?
- 3) Outros colegas de trabalho ou alunos sabiam da sua participação em organizações de esquerda?
- 4) Como seus colegas de trabalho o viam? Havia outros professores na escola que militavam ou que buscavam informar seus alunos?
- 5) Durante sua permanência na prisão, foram feitas referências ao trabalho em sala de aula ou apenas à militância política?
- 6) Quanto tempo permaneceu preso? Quantas vezes foi preso? Sob quais acusações e em quais presídios?
- 7) Após ser liberado, continuou militando? Voltou a lecionar? Se sim, como essa experiência influenciou em sua prática docente?

Questões de reflexão:

- 1) Como reflete, hoje, sobre sua atuação durante a ditadura militar?

TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS:

Entrevista com “LÍVIA”:

M – Bom, para a gente começar, eu queria que você se apresentasse primeiro, falasse um pouco sobre onde nasceu, onde morou, em quais escolas trabalhou, qual foi sua formação, para eu te conhecer um pouco.

“Lívia” – Então, eu nasci em Guaratinguetá, em 1943. Eu estudei numa escola de freiras salesianas e depois em uma escola pública. Quanto à escola pública, os graus de ensino eram ginásio e colegial. Com 19 anos, eu vim para São Paulo para fazer Letras.

M – Você veio sozinha?

“Lívia” – Meu irmão já trabalhava, já estudava aqui. Vim com amigos. Nós fomos fazer Letras na Faculdade de Filosofia da USP, que era sediada, naquela época, na Maria Antônia. O meu sonho era estudar francês e ir pra França. Até agora eu não consegui ir pra França, nem sei se vou conseguir.

M – Mas sabe francês?

“Lívia” – É, eu treinei bastante, né, quando eu fiz o curso. Se bem que eu era muito tímida e eu acabei, com medo de dar seminário em francês, abandonando o francês e ficando só com língua portuguesa. Eu tive excelentes professores na USP. Professor Massaud Moisés, literatura portuguesa; professor Antônio Candido, que é vivo até hoje, teoria literária; Antônio Soares Amora; Nelly Novaes Coelho... Eu tive a felicidade de ter excelentes professores. E, nesse período, foi um período de muita efervescência cultural, política, intelectual, mas eu era... sempre fui uma pessoa extremamente curiosa e crítica ao mesmo tempo. Então, é claro que eu participei de passeatas, de greves. Eu não fazia greve, mas eu não furava greve, nunca furei greve. E, então, eu estava em todos os ambientes da faculdade, achava os ambientes fora da sala de aula bem mais interessantes, não é? Até achava que as colegas que participavam do CAELL, que era o Centro Acadêmico de Letras da época, eram... não assistiam aula e davam seminários brilhantes e eu ficava curiosa pra ver o que essas pessoas liam. Então, tinha uma colega que vivia com livros assim debaixo do braço, né, até que eu consegui ver o título do livro que ela lia. Era um livro de história, história geral, se não me engano, e era um livro de interpretação marxista da história. Então, aquilo me... parece que tirou o véu de

tudo, passei a descobrir o mundo e aí comecei a procurar leituras nessa linha também. E sempre gostei muito de ler, muito mesmo, até hoje. Foi um período de muita tensão: 1965, 66, 67, até antes do Ato Institucional nº 5, que foi decretado no dia 13 de dezembro de 1968. Se não me engano, também nessa época, foi decretado o 477, que era a lei que impedia movimento estudantil, reunião, manifestação, enfim... As coisas tomaram um outro rumo, né?

M – Você ainda estava na faculdade?

“Lívia” – Eu me formei em 67. Um ano antes do AI-5. Eu já dava aula. Dei aula em cidades do ABC, como professora de português, de língua e literatura e quando eu fui... quando ainda dava aula, estava no período de... Acho que isso foi um pouco antes de 68, ainda não existia... ainda a ditadura não estava declaradamente estabelecida como regime que proíbe a liberdade de expressão, de reunião, de manifestação, entendeu, os direitos democráticos básicos. Então, nesse período, eu participei de movimentos junto de professores, na época.

M – Você começou a dar aula ainda durante a faculdade ou quando terminou o curso?

“Lívia” – Quando terminei o curso.

M – Entendi. E você parou de dar aulas depois da ditadura ou continuou lecionando?

“Lívia” – Não, eu sempre continuei lecionando. Eu trabalhava no ABC, em escola de primeiro e segundo grau. Em duas escolas: uma de primeiro grau e, na outra, dava aula só no segundo grau, que é hoje o chamado ensino médio. Acho que na educação eles mudam os rótulos mas, na realidade, a essência, o que precisa ser mudado não muda, né, que são as condições de trabalho do professor, o salário e, enfim, o preparo adequado. Mas eu acho que até mil e novecentos e... até a Reforma do Ensino de 1972, acho que foi a 5692/71. Foi em 72? Deixa eu ver se pego a minha dissertação de mestrado que eu falo exatamente... faz tanto tempo que não vejo isso.

(Pausa para procurar a data na dissertação)

“Lívia” - Eu faço... o meu (trabalho de mestrado) é sobre o ensino da Língua Portuguesa.

M – O mestrado você fez na PUC?

“Lívia” – É, na PUC.

M – Em que ano?

“Lívia” – Eu apresentei a dissertação em 1989. Olha: O AI-5 promulgado em 13 de dezembro de 68 e o Decreto-Lei 477 é de 27 de fevereiro de 69. Essas datas são importantes na trajetória da minha vida, da minha vida como cidadã, né? A 5692 é a que reformou o ensino de primeiro e segundo grau e o ensino de terceiro grau. É o período da ditadura Médici. Então, nesse meu trabalho de mestrado, o recorte é o período das reformas de ensino, quando a escola pública se torna... era uma escola de elite, mas frequentada pelas camadas populares também. Ela deixa, ela se amplia em quantidade e se esvazia em qualidade. Ela passa a ser uma escola para as classes populares, ou seja, para a classe trabalhadora. E a escola de primeiro e segundo grau particular passa a ser uma escola da classe média. E depois se inverte. Torna-se uma escola que foi esvaziada tanto no conteúdo quanto no método. Estes alunos passam a frequentar escola paga em que a educação passa a ser uma mercadoria, alguma coisa que deve ser voltada para o lucro. Então, os filhos da classe trabalhadora vão para uma escola pública já de qualidade bastante deteriorada e os de classe média, para a escola particular (faculdade) também de qualidade bastante duvidosa, com rara exceção. Minha formação... eu fiz História e Filosofia da Educação, em que os referenciais teóricos escolhidos foram Marx e Gramsci.

M – Essa era uma matéria do seu curso ou um outro curso?

“Lívia” – Não, eram matérias, né? Mas, como a gente estudou sociologia com o Octavio Ianni, então ele dizia que existiam várias teorias de sociedade, mas que ele ia utilizar uma teoria crítica de sociedade, portanto a teoria marxista. Então isso me ajudou a compreender, até um certo ponto, como que funciona a máquina da sociedade capitalista do mundo contemporâneo. Nós lemos os dez primeiros capítulos do capital, então aprendemos que é a sociedade em que o seu fundante é a produção de mercadorias e a mercadoria é aquilo que tem valor de uso e valor de troca. Uma fala do Octavio Ianni que me deslumbrou, que me esclareceu muito. Ele dizia: “Olhe à sua volta, é um amontoado de mercadorias”. Então, a gente vive numa sociedade como São Paulo, numa cidade em que um mora empilhado sobre o outro, quer dizer, com milhões de pessoas, todas empilhadas... Porque a expansão do capital e da mercadoria, na lógica do sistema capitalista, se concentra no polo industrial que se desenvolveu. Portanto, a unidade básica de produção na sociedade capitalista é a fábrica, que é a principal produtora de mercadorias. Dentre essas mercadorias, a mais valiosa é o trabalhador

porque ele cria um excedente que não é apropriado por ele mas se converte, pelo que eu entendo, no lucro, na constituição daquilo que Marx chamava de mais-valia. E a mais-valia mais valiosa é a energia física e mental de quem produz a mercadoria, seja no setor secundário, ou no que expande a mercadoria, o setor terciário. E, então, enfim, a história do capitalismo é a história de uma sociedade fantástica em termos de produção de mercadorias fantásticas, com criação de tecnologias cada vez mais eficientes e inovadoras mas que, infelizmente, produz tudo o que se necessita, só que coloca poucas pessoas no reino da liberdade, que é quando todas as necessidades podem ser preenchidas, e a grande maioria, que produz essas mercadorias, são excluídas do “banquete do mercado”, como diz alguém. Alguém disse isso, porque eu li e achei muito interessante realmente. E essa sociedade vai se gestando de tal forma, na década de 60, sobretudo, com o período da ditadura no Terceiro Mundo, e ela vai chegando à fase atual do capitalismo, que é a sociedade neoliberal, em que o mercado passa a ser o regulador da sociedade e o Estado não deve intervir, o Estado tem que ser mínimo. Na realidade, como já dizia Marx, o Estado é sempre a serviço da classe dominante. Então, sempre que um banqueiro ou algum capitalista está com problemas, o dinheiro, que sai do povo, da produção que não é usufruída, ele, o Estado, socorre a empresa capitalista falida, o banco etc. O Estado só não intervém nas políticas públicas, né? Quer dizer, a privatização acabou com as políticas públicas na área de educação, saúde, habitação, transporte, etc. e tal. Isso aí ficou realmente de péssima qualidade. Hoje nós temos uma saúde pública de péssima qualidade, mesmo particular, de péssima qualidade para a maioria das pessoas. Então, o desdobramento daquilo que nós vivemos na década de 60, do ponto de vista de avanço tecnológico, é fantástico, mas infelizmente é para benefício de poucos. O problema da sociedade capitalista é este: é uma sociedade profundamente excludente. Então, na década de 60, a gente acreditava que a gente podia transformar essa realidade, né? Existia um pouco de ingenuidade, idealismo e algo que é próprio da juventude que é o anseio de mudanças. Fazendo um paralelo com os dias de hoje... a sociedade hoje não se norteia por nenhuma utopia de uma maneira sistematizada, eu vejo... quando eu observo a juventude toda tatuada, toda “bombada” nas academias, as pessoas todas deformadas, eu fico pensando que esse impulso da juventude de transformação, como não tem como ser canalizado, ele se torna autodestruição. Me passa como algo de autodestruição, por falta de canais de participação pra construir uma

convivência humana mais harmoniosa, né, menos violenta, mais justa. Eu não acredito em sociedade igualitária, mas eu acho que poderia ser uma sociedade em que todas as pessoas tivessem as suas necessidades básicas atendidas...

M – Garantidas.

“Lívia” – Garantidas. A palavra é essa, garantidas. Então, alimentação, moradia, saúde, educação, enfim.

M – É um sonho, né. E é uma pena que não se lute por isso hoje em dia porque é como a senhora acabou de falar. Parece que as pessoas não têm perspectivas, vão, assim, vão vivendo sem buscar alguma coisa, sem buscar alguma mudança real, né? E eu vejo mesmo dentro da universidade, eu comparo muito, ainda mais estudando esse período, que as lutas eram em outro nível. E parece que todo mundo, hoje, se contenta com muito pouco, não chega até o fundo do problema, mesmo nos movimentos sociais, nas greves.

“Lívia” – É. É uma greve de resultados né, como existe um sindicalismo de resultado. Luta-se por algo e termina ali, não tem uma perspectiva de mudança social. Eu acho que hoje eu vejo mesmo que são complicadas as soluções. É complicado resolver os problemas graves da sociedade. Aí, eu não sei se o que eu aprendi um pouco com Gramsci me esclarece. Porque o processo de dominação ideológica é muito grande. Eu... a gente tem assim dois teóricos: Marx, que mostra que nós somos meio determinados pelo econômico, social e político. Nós pensamos que pensamos com a nossa cabeça mas, na realidade, nós pensamos com um pensamento da nossa cultura, né, pelo modo como a nossa sociedade é organizada e, nela, os valores dominantes são aqueles que prevalecem, os da classe dominante.... E é claro que os valores dominantes são os valores de quem é economicamente dominante, socialmente dominante e politicamente dominante. Não é isso? Então, os mecanismos de dominação, de uma maneira persuasiva ou de uma maneira coercitiva, eles são poderosíssimos. Quer dizer, você vê hoje quais são os partidos políticos mais fortes, que congregam grandes quantidades de povo, de massa, etc. e tal? São as religiões midiáticas. Esses são os partidos políticos. Estes que dão as cartas. Então, você vê que as pessoas não têm acesso a nada, elas vão procurar soluções mágicas para os seus problemas e aí sempre existe o jogo entre o esperto e o otário, né? Então, quer dizer que você vê determinadas religiões que nada mais são do que um “banco” de Deus na terra, né? Quer dizer, você pra ter

prosperidade, você tem que pagar para o pastor, o gerente empresarial de Deus, para Deus te atender. Quer dizer, é o máximo da mentalidade capitalista dentro das religiões. Então o controle da maioria das pessoas pelas religiões, o controle do pensamento é muito poderoso, né? De todas as formas, seja por meio da televisão, por meio dos valores passados pela escola, pela família, enfim, sobretudo pela mídia televisiva. Então, eu acho muito difícil haver mudanças na sociedade, segundo as necessidades do povo. Os movimentos populares que existem são muito sufocados, não são compreendidos pela maioria da população e eu acho que já não eram também na década de 60. Não vê como o MST é diabolizado? E você vê hoje a expansão do capital, essa lógica maluca da própria expansão do capital, faz com que você pense que daqui a 50 anos realmente não vai existir mais o planeta. O homem vai realmente se destruir porque não tem como, parece que é uma máquina que ninguém consegue controlar. Como, por exemplo, vai parar de fabricar carro? Como vai parar de fabricar armas? Parece que é uma máquina que não tem como controlar, né? Mas, apesar de tudo isso que parece ser pessimista, eu acho que ainda o que vale a pena e é apaixonante é a busca do conhecimento, porque a gente não sabe nada, então eu acho que é estar sempre indagando. Eu acho que, em primeiro lugar, através dos poetas, depois através acho que da filosofia, da... Enfim, adquirir muita informação sempre, porque a informação é a base do conhecimento, não é? Como diz Galileu: “Conhecer é um dos grandes prazeres da raça humana”. Eu acho que conhecer também é uma forma de contemplar. Eu acho que o conhecer nos coloca numa situação de deslumbramento, mas, ao mesmo tempo, de perplexidade diante da existência da vida, do sentido da vida.

M – E você usava todos esses autores, os poetas, Marx, Gramsci... Você baseava sua prática em todos eles?

“Lívia” – Não. Eu quando comecei a dar aula, eu me encontrei com A. S. Neill, autor de “Liberdade sem medo”, “Liberdade sem excesso”, “Liberdade na escola”, “Liberdade no lar”. A educação libertária me... fui profundamente tocada pelas ideias dessa educação libertária. E quando eu saí da faculdade, eu percebi que eu não sabia nada, sabe, que eu tinha muito que estudar porque eu conseguia dar aula com livro didático e me prender à gramática, o que eu achava, como professora de português, um absurdo, porque eu achava que o importante era criar textos, produzir textos e saber ler qualquer modalidade de texto. Então, ainda na década de 70, surgiu um livro chamado *Cria-*

Atividade, que era um livro de redação, e o Samir Curi Meserani, ele faleceu em 1999, o Samir Curi Meserani, inclusive eu o conheci pessoalmente depois, ele lançou esse livro que eu achei fantástico porque os alunos passaram a gostar de escrever e, a partir da escrita, a gente sempre lia os textos ou colocava alguns textos no quadro e ia aos poucos introduzindo o conhecimento da norma culta, aos poucos, à medida que os problemas iam aparecendo no texto e retomando-os à medida que eram recorrentes. E, por um bom período, eu trabalhei com esses livros, então eu me lembro que eu dava aula numa cidade do ABC e tinha uma parte do livro que a pessoa podia escrever o que viesse na cabeça. Então tinha um menino que falou: “Professora, eu posso escrever o que vier? Mas o que vier?”. Falei: “Pode escrever”. Aí eu falei: “Alguém quer ler o que escreveu?”. E ele leu todos os palavrões que ele sabia, todos, todos, todos. Mas eu, muito influenciada pelas ideias de A. S. Neill, de Summerhill, eu não me manifestei. Eu o deixei falar todos. Ah, no dia seguinte... Deu o sinal, acabou a aula, eu não me pronunciei, escutamos todos os palavrões. Então, no dia seguinte tava mãe, diretor, todo mundo maluco comigo, entendeu. E aí eu fui conversar com os alunos que eu era mais uma pessoa na sala, influenciada por essa educação libertária. Eu era mais uma pessoa na sala. Primeiro ele deveria ter pedido licença pra ler o que ele escreveu e deveria ter dito que tinha escrito palavrões. Segundo, a sala deveria reagir, entendeu, se queria ou não ouvir os palavrões. E eu deveria ser a última pessoa a me pronunciar sobre aquilo. Eu não sei se, no contexto de uma sociedade autoritária, vivendo uma ditadura, se o procedimento foi o mais correto, mas era o que eu achei mais correto dentro do que eu aprendi na educação libertária, em um contexto que não tinha nada de libertário. Pra começar, numa escola que não era como a de Summerhill, né? Então, era isso. Eu tinha muito entusiasmo pelas aulas. Cada aula era um encontro com crianças, profundamente animador, problemático, difícil, mas eu tinha muita, muita energia pra converter aquela ebulição toda, aquela efervescência de adolescente, em textos, em leitura de textos, entendeu. Quando que entrou uma visão mais crítica de sociedade? Quando eu percebi que quando eu ia dar aula, no 2º grau, sobre o romantismo, eu lia um poema e via que o romantismo era nacionalista, valorizava a subjetividade, o individualismo, a tristeza, a melancolia, o gosto pelas ruínas, enfim, a paixão pelo solitário, aí eu pensei “Meu Deus, mas por que em cada época a arte se manifesta de um jeito?”. Então, eu resolvi fazer Filosofia da Educação porque eu queria fazer um curso em que eu estudasse história,

sociologia, até porque os livros didáticos me trouxeram um benefício à medida que eles iam colocando o contexto histórico de cada época. Então, a sociedade feudal, né, a sociedade fundada na terra, em que todo aquele trovadorismo ligado à sociedade de feudos, de nobreza, etc. E depois, o romantismo já vem uma sociedade... Depois, a fase de transição, o arcadismo, já vem uma sociedade que já resgata o mundo grego porque é uma sociedade em que o capitalismo está nascendo, uma sociedade nova, transformadora. Então, eu queria estudar, compreender essa mudança social e estudar a arte e a cultura a partir de um conhecimento mais profundo. Por isso que eu fui fazer Filosofia da Educação, porque eu queria estudar um pouco de sociologia, saber um pouco mais de política, um pouco mais de... enfim, de ideologia. Eu participava do movimento de professores, então as várias tendências do movimento faziam propostas de aprovação, de votação, e todas elas eu achava que tinham fundamento. Eu ficava perdida, entendeu? Quando eu fui fazer o curso de Filosofia da Educação, é que eu tive uma visão mais abrangente, mais articulada, mais organizada de sociedade, de como a sociedade funcionava e das pessoas que foram críticos dessa sociedade, seja a corrente anarquista, socialista, enfim, eu passei a compreender um pouco mais as pessoas que participavam como linha de frente de movimento de professores, mas eram pessoas que já tinham leitura sobre essa... sobre a organização da sociedade e um pouco mais à frente daquela indagação que eu tinha, né? Então, a busca foi por aí. E quando o Octavio Ianni começou a dar a formação do Estado Nacional que é, vamos dizer assim, o triunfo da sociedade burguesa, eu passei a... e ele discute um pouco o romantismo, a cultura romântica da época, eu ficava deslumbrada com as aulas dele. Eu tenho uma admiração profunda pelo professor Octavio Ianni porque ele era um apaixonado pelo conhecimento, um apaixonado por aquilo que ele fazia, eu gostava também da cultura que ele tinha e da didática que ele tinha, pela clareza de exposição que ele tinha. Outro professor também que foi muito marcante para mim e que é vivo até hoje é o professor Antonio Candido. Eu li uma frase dele que dizia assim: “Cada um com suas armas. A minha é esta: organizar o pensamento, pôr ordem nas ideias”. E realmente ele é um excelente esclarecedor de tanta coisa, com tanta clareza, com tanta simplicidade, com tanta objetividade. Um grande mestre.

M – E ele foi seu professor nesse curso de Filosofia?

“Lívia” – Não, ele foi meu professor no curso de Letras.

M – Esse curso de Filosofia, você lembra mais ou menos quando foi?

“Lívia” – O curso de Filosofia eu comecei em 82, acho que foi em 82, que eu comecei o mestrado. Eu tive excelentes professores, né, que para mim foram a Maria Luisa Santos Ribeiro, a Mirian Warde, o professor Octavio Ianni, o professor Florestan Fernandes. Eu tive o privilégio de ter estudado com eles...

M – Nossa, foi uma geração incrível e acho que esse tempo também, né... O seu mestrado durou mais ou menos quanto tempo?

“Lívia” – É, eu tive dois anos para preparar a dissertação. Um ano para escrever. Naquela época a gente podia ter licença, tinha licença para poder fazer a dissertação.

M – E antes você tinha feito as matérias?

“Lívia” – É. Eram doze disciplinas, então diziam - uma professora de lá disse - que, na época, para hoje seria um doutorado, né.

M – É, com certeza.

“Lívia” – Eu não posso esquecer também de citar um professor que me ajudou muito na compreensão de mundo, da sociedade, da educação, que foi o professor Dermeval Saviani. Eu tenho uma enorme gratidão por ele.

M – Ele dava aulas na USP na época?

“Lívia” – Ele foi meu professor de Filosofia da Educação, no curso de Filosofia da Educação, na PUC.

M – Entendi. Bom, mas mesmo antes de entrar na faculdade, você já tinha um pensamento bastante crítico?

“Lívia” – É, eu já era muito inquieta, questionadora e eu achava que eu tinha que aprender muito e que eu teria que ir atrás de pessoas que eram a vanguarda da minha área para aprender. Quando eu estava dando aula em 1968, 69, eu morei com pessoas, que a gente morava em república, então eu dividia o apartamento com colegas que davam aulas no Colégio Vocacional São Caetano, que foram colégios criados por uma grande educadora também, chamada Maria Nilde Mascellani, que eu conheci muito de perto posteriormente, e era uma experiência de vanguarda mesmo, que a ditadura destruiu. Ela (Maria Nilde) foi presa, torturada... Mas eu aprendi muito convivendo com as pessoas do Vocacional, embora eu não desse aula no Vocacional. E, mais tarde, eu vim a fazer cursos com a Maria Nilde Mascellani e depois participei de um projeto com ela. Foi a partir desse projeto, que era um projeto para metalúrgicos que ficaram

desempregados e ela fez um projeto de curso integrado, em que não havia fragmentação do ensino, mas uma integração de áreas. Ela me convidou para fazer um projeto de Língua Portuguesa e, a partir desse primeiro projeto, eu vim a conhecer pessoalmente o professor Samir Curi Meserani. Ele já estava doente, já estava com câncer na garganta, então ele deu também sugestões e eu fazia a intermediação entre o que ele poderia sugerir como projeto e os professores que iriam dar as aulas, eu coordenando a parte de Língua Portuguesa. Mas, infelizmente, ele morreu em junho de 1999 e a Maria Nilde morreu em dezembro de 1999. Mas eu tive a felicidade de poder falar para ele que eu fui uma entusiasta dos livros dele e que me ajudaram muito na minha busca por uma pedagogia que me desse alegria e satisfação em sala de aula e também fosse agradável e útil para os alunos.

M – Durante o período da ditadura, você já percebia o que estava acontecendo desde o início ou foi depois do AI-5 que foi possível perceber?

“Lívia” – Olha, eu dei aula numa cidade do ABC onde eu tive alunos, no curso de 2º grau, que foram presos, um foi morto pela ditadura. Simplesmente porque era... presidente da Sociedade Amigos de Bairro. Nessa época eles eram da AP – Ação Popular. E eu tinha alunos que eram bastante combativos assim, em termos de... eram militantes, mesmo. Agora, eu morei com pessoas que tiveram participação na luta armada, tiveram participação muito próxima a Carlos Marighella. Mas eu convivi com eles, eles eram como se fossem irmãos para mim, entendeu? Nós morávamos juntos, mas eu questionava muito, eu tinha uma impressão que... A uma dessas pessoas que participava da luta armada, eu dizia o seguinte: “Olha, eu dou aula numa cidade do ABC, num curso frequentado praticamente por trabalhadores e, para eles, os terroristas, como diz o governo, as pessoas que lutam são realmente terroristas, são subversivas, terroristas”. Enfim, alguém disse e é verdade: “O Chile teve um povo consciente e não teve armas, nós tínhamos um grupo armado, que não tinha povo”, entendeu, que entendesse, que compreendesse o que, de fato, estava acontecendo.

M – Aqui o povo não tinha consciência do que acontecia?

“Lívia” – Não, não tinha, nunca teve. A grande massa da população... Eu me lembro que, quando eu dava aula, o Marighella tomou uma rádio, acho que foi em 69 mais ou menos. O Marighella tomou uma rádio e fez divulgar um manifesto explicando por que eles faziam assalto a banco e o que era guerrilha, etc. E eu me lembro de que eu fui para

o ABC lendo o Estadão e o Estadão tinha noticiado isso, essa tomada de uma rádio, e quando eu cheguei para dar aula, os alunos me perguntaram o que eu tinha achado daquilo. Então eu disse pra eles o seguinte: “Olha, eu estou tentando entender por que... pelo que eu li, pelo que eu ouvi, até ouvi... eu cheguei a ouvir o rádio, eles dizem, eles relatam uma situação de profunda exploração do povo brasileiro, entendeu. Então que essa forma de luta era uma forma de reagir a essa opressão e a essa exploração para construir uma outra coisa. E já o Estado de SP relata como um ato de subversão, um ato terrorista, um ato de desobediência às leis, etc. A notícia que... O que me passaram foi isso e eu estou pensando, não cheguei à conclusão nenhuma ainda, estou refletindo”. De modo que eu procurei passar a informação, mas sem me posicionar, porque se eu me posicionasse, seria perigoso, né?

M – Você já tinha uma opinião formada, mas não podia passar pros alunos?

“Lívia” – Tinha, mas não podia e também achava que não era meu papel, como professora de português, inculcar uma ideia x ou y. Aquela velha formação “escola libertária” ainda me resguardava de fazer da sala de aula, como professora de português, um palanque de comício político. Mais tarde eu realmente voltei a rever, a confirmar essa posição pelos ensinamentos de Dermeval Saviani, com os quais eu concordo, de que a função política de um professor é ensinar bem a sua matéria, a sua disciplina. É fazer com que o aluno entre com dificuldades e saia com uma certa competência a ser aperfeiçoada, entendeu? Então, a função de um professor de português é levar o aluno, no meu entender, a não ter medo de se expressar, a ter segurança de que ele tem muito a dizer e que ele terá muito mais a dizer quanto mais informação ele tiver, e informação ele deve buscar em tudo, olhando, conversando, lendo, em todas as áreas do saber, né, tanto na arte, na filosofia, na história, na geografia... Enfim, ele deve procurar se informar ao máximo e quanto mais informação ele tiver, mais ele vai conseguir se expressar e escrever. Então, o professor é aquele que deve, num nível x de ensino, em um nível básico de ensino, saber selecionar o conteúdo, saber de onde ele vai partir e aonde ele quer chegar e que aquilo seja uma base muito clara, transparente, para que o aluno possa prosseguir depois. Então, a função do professor de português é levá-lo a refletir, a pensar, a buscar. Agora, sempre soube que eu deveria ter uma filosofia que me norteasse. Então, ao procurar um curso de Filosofia da Educação e ao conhecer a teoria marxista e as ideias de Gramsci, entre outros... porque, para mim, eles são básicos, eu

teria uma possibilidade de compreender o mecanismo da sociedade que a gente vive, que é a sociedade capitalista. Embora, hoje, retomando, relendo através da minha participação em correção de teses e dissertações, etc., eu me atrevo a questionar também um pouco o marxismo enquanto guia de ação. Como interpretação de uma fase do capitalismo, válida até agora, mas como guia de ação, eu já questiono. Acho que repetir o que se fez nas décadas precedentes para superar esta sociedade é de um reacionarismo enorme. Eu não sei como seria a mudança, eu não vejo como, acho que está muito difícil, acho que está muito complicado. A hora que as novas tecnologias entraram e que as fábricas fizeram a reestruturação produtiva, que desempregou da gerência até o chão da fábrica, e essas novas tecnologias geraram desemprego, os sindicatos perderam a combatividade, porque não tem mais um... Eu acredito hoje no seguinte: eu defendo a sociedade democrática, para garantir liberdade de organização, manifestação, enfim, e que o ideal é que tivesse uma sociedade civil cada vez mais forte, né, para ter poder de barganha, para as classes populares poderem negociar os seus interesses dentro do jogo democrático liberal mesmo, que seja. Ai, eu falei muito, né?

M – Não, imagina! É uma aula que eu estou tendo aqui! Esses alunos que você falou que tinham uma visão mais crítica e participavam de movimentos, né, eles nunca contavam dentro da sala de aula (...)?

“Lívia” – Não, não, até porque... não falavam nada, porque, em 1970, 71, 72, nós estávamos numa ditadura de chumbo mesmo.

M – E você ficou sabendo que eles participavam só quando algum deles morreu?

“Lívia” – Não, eu sabia que eles participavam de Associação de Amigos de Bairro, sabia que, na região, a Ação Popular era forte. Sabia das várias organizações de esquerda, do nome, como que era, como que não era, etc. As várias dissidências do Partido Comunista... Eu lia, me informava, eu sabia e eu convivia com pessoas de esquerda. Agora, em 1972, eu fui presa pelo seguinte: porque alguns, algumas pessoas com as quais eu morava, que eram da minha cidade de origem, tinham sido presas por causa de um jornal estudantil, de grêmio, e o 477 estava em vigor, né? E daí foram presas várias pessoas e foram falando de um, de outro, na Operação Bandeirantes (OBAN), DOI-CODI, e falaram meu nome. Então, eles... E nessa época, como uma das pessoas estava presa no Presídio Tiradentes, muitas famílias se reuniam na casa dessas pessoas com quem eu morava para fazer visita no Presídio Tiradentes. E uma dessas

peças era uma pessoa de militância, de retrato na parede como terrorista procurada, etc. e tal, e quando eles prenderam essas pessoas, eles se depararam com a ligação entre essas pessoas e essa pessoa procurada. Então, eles jogaram uma rede pra pegar todo mundo que a conhecia. Eu fiquei 2 meses e pouco presa, mas eu entrei como testemunha.

M – Você não tinha nada a ver com o movimento, mas por morar junto...

“Lívia” – É, por conhecer, e até eles deslindarem até onde ia sua participação, etc., você ia ficando lá. Agora... então em 1972.

M – E você ficou na OBAN, ficou no Exército?

“Lívia” – É, na Rua Tutoia, e depois no DOPS.

M – Ah, daí você foi transferida pra lá? Daqui de São Paulo?

“Lívia” – É, depois fiquei mais... acho que 15 dias na Operação Bandeirantes e quase 2 meses no DOPS. As pessoas responderam em liberdade e eu entrei como testemunha.

M – Então durante esse tempo na prisão, você não sofria tantas interrogações assim?

“Lívia” – Não, para todo mundo tinha interrogatório. Eu não sofri tortura, isso eu não sofri. Mas interrogatórios sim. O que me salvou foi que todas as pessoas que foram presas falaram sobre mim, deram informações sobre a minha pessoa e todas as informações eram convergentes, batiam, como a gente dizia. Então, ficou um quadro de que realmente eu não tinha um envolvimento. Eu, eu nunca, eu... olha, eu sou uma pessoa que acho que, na época, era capaz de defender bravamente um aluno, uma pessoa que eu conheço diante de uma situação injusta mas eu não tinha uma personalidade que... um caráter, sei lá, um modo de ser que concordasse em defender uma ideia participando de um grupo que eu não sabia quem era, nem onde estava, entendeu? Eu não luto por coisas que não... que são muito vagas, entendeu, ainda mais correndo risco de vida, me envolvendo com situações, com pessoas que eu não sei quem são elas, nem onde elas estão. Então eu sempre fui contrária a isso.

M – Não tanto pela luta armada, mas por não saber quem eram as pessoas?

“Lívia” – Não, a luta armada, eu discutia com os grupos que eram... pessoas que eu sabia que participavam, dizia o seguinte: que eu dava aula em um lugar em que era predominantemente a classe trabalhadora, que poderia ser a classe trabalhadora mais esclarecida, e ninguém entendia nada, e ninguém, a grande massa, a não ser os trabalhadores de ponta, das indústrias metalúrgicas, que eram mais engajados, etc. e tal,

tinha alguma noção do porquê lutavam. A grande massa aceitava a propaganda da ditadura, eu via isso claramente na sala de aula. Então, eu achava que, imagina, sabe, um povo, o poderio americano na América Latina, se ia deixar um grupinho, sabe, armado fazer uma revolução! Mas não iam deixar mesmo, entendeu? Na época havia a Guerra do Vietnã. A Guerra do Vietnã foi uma guerra de povo, foi um povo que se armou, que derrotou um exército, o mais forte do mundo, não é isso? Mas era um povo. Era criança, era... com táticas de guerrilha as mais engenhosas, mais intrincadas em termos de uma rede de povo unido para vencer a Guerra do Vietnã. É diferente. Então, eu via que era diferente, sabe, como que um grupo se acha libertador? Já tinham perdido Cuba, os Estados Unidos. Acha que iam perder a América Latina? Tanto assim que, em 1972, eu fui presa. Em 1973, no dia 11 de setembro, o Pinochet, a ditadura chilena, né, depois outras ditaduras na América Latina. E eles venceram né, porque o neoliberalismo gestado venceu. Eu acho assim que todas as vezes que o regime, para ir se consolidando sempre, o sistema econômico e os grupos dominantes, têm mecanismos, isso eu acho que é um pouco do que eu aprendi com Gramsci, eles tem mecanismos de persuasão ideológica, de controle, por um consenso ativo ou passivo. Ou você aceita porque você não reage contra (então um consenso passivo) ou você apoia mesmo, abertamente. E quando a classe trabalhadora, ou seja, quem só tem de si a sua energia física e mental, que é a sua força de trabalho, quando essas pessoas se tornam fortes, fortalecidas, em grupos conscientes e se manifestam abertamente, quando não tem mais o poder persuasivo de conter esse crescimento da organização popular e os capitalistas se veem ameaçados nos seus lucros, se instaura o poder coercitivo, ou seja, o Exército intervém, entendeu? Então, os fascismos, por exemplo, nazismo e fascismo... por que eles cresceram? Porque estavam crescendo as lutas populares. À medida que isso começa a tomar um certo vulto, um certo poder e a persuasão não convence, se instala uma ditadura mesmo. A burguesia não vai perder o poder. Ninguém salva ninguém e ninguém salva o povo, é o povo que tem que se organizar e resolver os seus problemas. Agora, também eu acho que não é assim por um ato de vontade, entendeu? Tem uma série de fatores para que um grupo social, um povo se organize. Hoje eu não vejo mais condição porque os mecanismos de dominação de consciência são muito grandes. A lógica da lógica anárquica, descontrolada, da expansão capitalista ameaça a destruição do planeta.

M – Apesar de... você disse que em sala de aula a sua postura era sempre a de não passar sua opinião para os alunos, né, então você fazia seu papel como professora. Apesar disso, você acha que sofreu assim alguma repressão por parte de colegas ou alunos, pais de alunos, diretores.

“Lívia” – Não, não. Olha, diretor nunca gostou de mim, diretor de escola nunca gostou.

M – Acho que por causa das ideias libertárias...

“Lívia” – É, nunca gostou porque, sabe, diretor queria que professor... aluno em sala de aula quieto é o que interessa na escola. Geralmente esse tipo de diretor, os diretores, com raras e honrosas exceções, são burocratas, né? Então, não gostavam. Agora, eu sempre gostei muito dos alunos e sempre gostava muito do que fazia. Eu gostava mesmo do que fazia. Então, nunca senti nenhuma reação negativa dos pais com relação a mim porque eu gostava dos filhos deles, por mais dificuldade que tivesse, eu sempre chamava para conversar, no sentido de tentar entender a criança, sabe. Eu gostava. Posso ter fracassado em tudo na minha vida, mas gostava do que fazia, eu gostava dos alunos, eles eram a razão da minha vida. Porque eu não... nunca tive muita vocação para ter filho, sabe. Nesse ponto os anos 60 me... nasci acho que no período certo sabe, porque eu acho que para ser mãe você tem que ter vocação, acho que filho tem que ser pensado, programado, entendeu. E eu não teria condição disso não, então canalizei tudo isso para a minha profissão, eu gostava. Olha, eu, quando fui dar aula numa escola particular, de língua portuguesa, eu procurei, na área de língua portuguesa, através da Associação de Professores de Língua e Literatura, eu conheci pessoas que faziam teses sobre o ensino da redação, entendeu. Fui fazer aula de redação com essas pessoas, fui fazer aula de redação porque eu acho que eu tinha que aprender. E escrevia, fazia textos. Depois, quando eu passei a ser revisora de texto, eu também fui fazer, procurei o professor Hildebrando A. de André. Ele não dava aula mais, mas ele assessorava um curso para alunos que iam fazer vestibular. Fui fazer esse curso de redação com alunos que iam fazer o vestibular. Eu já era aposentada. Eu escrevia os textos e tenho até os textos escritos. Ele ficou surpreso quando a pessoa que ele orientava lhe mostrou os meus textos, porque ele falou: “Ah, mas que interessante, porque professor de português, em geral, não escreve”. Acho que ele gostou dos meus textos e foi lá para me conhecer. Então eu fiquei muito satisfeita de conhecê-lo porque eu sempre sonhei em fazer laboratórios de redação quando ele dava aula no Anglo. Então aí eu pedi se ele

podia me assessorar como revisora. Ele se prontificou e eu passava às vezes trechos de trabalhos que eu corrigia. Ele não queria cobrar e eu falei: “Não, eu vou então estipular um preço. Você me dá a sua conta (bancária) porque senão não vou pedir sempre, né? Assim fico à vontade para pedir. É um trabalho, tomo como um trabalho que deva ser remunerado”. Então, ele, por uns tempos, me assessorou nas minhas dúvidas de revisão. Depois não necessitei mais que ele... Então eu sempre fui atrás, entendeu. Tanto que na minha dissertação, não sei se a minha hipótese... é que a luta do professor de português, dos professores, ela tem que ser uma luta em várias frentes. Ela é diferente da luta do metalúrgico. A luta do professor é a luta pelo salário, mas também pelo saber, que foi expropriado assim de uma maneira muito bem articulada quando a escola pública deixa de ser uma escola da elite. Eu acho assim, eu imagino um professor de várias áreas dos ótimos cursinhos. Eles têm um saber e um método, eles adquiriram esse saber e o método por algumas vias. Então os professores da escola pública tinham que se reapropriar desse saber, se apropriar do saber, entendeu, só que essa luta tem que ser individual. Você tem que ser um apaixonado pelo conhecimento, você tem que ir atrás do conhecimento. É individual. Você tem que ir atrás de pessoas que também são apaixonadas pelo conhecimento. E a luta tem que ser também por salário e a associação de classe tinha que lutar para que os professores tivessem uma formação profissional reciclada, mas com professores com conteúdo, com método, com professores escolhidos pela liderança sindical, pelos próprios professores. Não dados pelo governo, entendeu? Essa é a luta. Agora, não adianta uma reciclagem se o professor... É como você ser professor de sala de leitura. Eu fui professora de sala de leitura, assisti uma vez a uma palestra da Fanny Abramovich, fiquei encantada. Porque a Fanny Abramovich foi dar essa palestra para professores, ela começou a contar desde a infância dela, dos deslumbramentos, dos encantamentos dela pelos livros que ela leu. Então, o que que despertou nela, o que ela leu do Monteiro Lobato? Ela ia contando. Monteiro Lobato, depois a literatura inglesa, depois a literatura infantil de várias nacionalidades, depois vem o período em que ela passa a ser adolescente, a época do existencialismo, que ela começa a ler Sartre, Simone de Beauvoir, começa a ler Camus, literatura francesa, literatura inglesa. Ela vai falando de todos os livros, de tudo o que ela leu, de tudo o que... E ela dizia: “Professor de sala de leitura não tem que ter o hábito de ler, hábito a gente tem de escovar o dente, de tomar banho. A gente tem que ser um viciado em

leitura, um apaixonado por leitura”. Então, a gente dizia o seguinte: “Se eu não for uma apaixonada por livro, por leitura, como é que eu vou formar leitores numa escola? Se eu nunca abro o livro para ler, como?” É essa a grandeza que eu via no professor Octavio Ianni e nos outros. O percurso intelectual que eles tinham, a paixão pelo conhecimento, né, essa sede assim de saber, de não ter certeza absoluta de nada. Mas é claro que a gente tem que ter assim... Eu acho que sem uma teoria crítica de sociedade não se vai para a frente. Eu tenho corrigido inúmeros trabalhos da área de educação, como revisora. As pessoas dizem: “Na realidade, você não é revisora só, você acaba sendo orientadora”. Não é, é que é o seguinte: a moda nas faculdades é Edgar Morin, entendeu? Eu fico muito enriquecida com esse trabalho meu de revisão porque as pessoas me trazem as leituras novas. Então, eu corriji para uma pessoa que estava mal mesmo no trabalho. Eu não faço trabalho para ninguém, não é isso, mas ele me falou: “Eu estou perdido nesse referencial que é o Edgar Morin”. Eu fiquei curiosa, ele me emprestou e eu comprei um livro. “Os meus demônios” foi o primeiro livro dele que eu li. Quando eu li o Edgar Morin, eu falei: “Ele parece um autodidata”. Uma pessoa apaixonada pelo conhecimento, uma pessoa que leu de tudo. Freud ele sabe tudo, Jung ele sabe tudo, Lacan ele sabe tudo, cibernética ele sabe tudo. Agora, a Teoria da Complexidade dele, ele bebeu em Marx, quando Marx diz que cada fenômeno - e fenômeno é tudo o que acontece - , Monteiro Lobato já dizia isso, a Emília já dizia isso, ou seja, fenômeno é tudo que acontece - todo fenômeno é síntese de múltiplas determinações. Essa é a Teoria da Complexidade. Quer dizer, só que o Edgar Morin tem um conhecimento profundo também do marxismo. Agora, eu acho também que sem uma visão crítica de como essa sociedade se organiza, não só do ponto de vista marxista, você pode ver também do ponto de vista funcionalista, positivista, etc. e tal, eu acho que é importante saber os dois lados, o do dominante e a teoria crítica. Quais são as filosofias que norteiam, a corrente filosófica que norteia aquela pedagogia, aquela teoria pedagógica? Pode ser uma teoria revolucionária ou uma teoria conservadora, eu quero conhecer as duas, mas é claro que vai me dar mais... é como dizia, não sei se Marx: “A árvore não explica a floresta, mas a floresta explica a árvore”, né? Quer dizer, é o complexo que explica o simples, não é o simples que explica o complexo, não é isso? Então, eu acho que é buscar onde está o proibido, entendeu. Esses dias eu estava lendo, porque eu sou muito apaixonada por um monge, pelos escritos de um monge

budista, chamado Thich Nhat Hanh, eu não sei como se fala em vietnamita isso aí... Ele vive em Bordeaux, na França, numa comunidade chamada Plum Village. Eu já li todos os livros dele, porque eu sou uma “ateia espiritualista”, entendeu. Eu acho que tem alguma coisa... Esses dias eu tava lendo a Hilda Hilst, uma entrevista com ela, e acho que é a Nelly Novaes Coelho que fala que ela era uma “perscrutadora do oculto”. Ela também era uma mulher assim curiosíssima, interessantíssima, a Hilda Hilst. Eu sou apaixonada por ela, eu li muitas crônicas dela, que ela publicou no Jornal de Campinas, e outros textos dela. Mas então, eu gosto muito do budismo, não como religião, mas como valorizar o momento, o agora, o... enfim, aquele treino de cabeça pra você se concentrar. Eu gosto muito dos livros do Thich Nhat Hanh. Gosto muito da Clarice Lispector também, gosto muito. Eu acho que enquanto eu tiver muita coisa para ler, eu tenho sentido para viver, entendeu?

M – Mas é assim mesmo.

“Lívia” – Não é? Eu acho que é por aí...

M – Como se escreve o nome desse monge?

“Lívia” – Eu tenho aqui ele. Um que eu estava relendo dele é este aqui. Eu acho, eu gosto dele porque ele é física né, ele via o mundo como... muito próximo da ciência, eu acho, o budismo. Mas, então, eu estava pensando... No caso deste livro mesmo, a figura de Jesus... Eu tenho um livro e eu estava falando pra você que a gente deve ir atrás do proibido em termos de teoria filosófica, porque pode ser que seja ela que explique mais. E agora, eu voltei a reler, porque eu não tinha lido muito bem, um livro do Bertrand Russell chamado *Porque não sou cristão?*. Então, eu gosto assim de, eu gosto muito do Monteiro Lobato, quando a Emília pergunta pro Visconde: “A gente levanta, pisca. A gente dorme, pisca. Tá andando, pisca. Um dia, a gente não pisca mais. Aí você morreu”. Ele fala assim: “Mas e aí, o que acontece?”. “Você vira hipótese”, ela responde.

M – É interessante você falar que o professor de português não escreve. Na verdade, os professores também não leem, mas talvez pela própria formação que recebem, com cursos aligeirados, sem profundidade. A própria teoria crítica, se você pegar a maioria das faculdades hoje, elas não trabalham com ela.

“Lívia” – Não, porque a maioria das faculdades que os professores frequentam são faculdades particulares, jamais vão dar uma teoria crítica. E os bons professores saíram

das grandes faculdades, né? Acho que tem poucos com boa base filosófica, sociológica, etc. Mas é por isso que eu digo que mudar hoje, é difícil. A consciência está muito controlada. Tem um livro que eu receito para todo mundo porque aquele livro esclareceu tanto. É Carlos Eduardo Novaes, ele tem *Capitalismo para principiantes e Cidadania para principiantes*. Mas sabe por que eu acho um livro fantástico? Porque ele conta a história da humanidade e o ilustrador é muito bom também. É um livro que você dá risada, entendeu. Ele conta a história da humanidade desde a sociedade sem classes, as tribos primitivas, passando pela Idade Média e depois o aparecimento da sociedade capitalista, discute um pouco os teóricos. Eu acho que qualquer curso que se pretenda crítico deveria sugerir essa leitura porque acho que abre a cabeça da pessoa, sabe.

M – Eu vou procurar esse livro porque no meu trabalho eu vou usar o materialismo histórico-dialético e aí eu estou estudando sobre o marxismo.

“Lívia” – Agora estou lendo um do Dermeval Saviani, *História das ideias pedagógicas*. Mas o seu trabalho, qual é o título?

M – “A resistência de professores à ditadura militar no Brasil: entre memórias reveladas e documentos oficiais, a história de uma luta”. Porque eu vou trabalhar tanto com documentos do DEOPS quanto com a história oral feita com professores.

“Lívia” – Olha, eu sempre fui uma professora que, desde 1978, quando a APEOESP estava na mão do Raul Schwinden, que não era uma organização voltada para os professores, mas era um sindicato que só tratava de questões individuais, né. Então, em 78, os professores tomaram a APEOESP da mão do Raul Schwinden e ela passa a ser um sindicato muito combativo. Hoje eu acho que está bastante burocratizada, mal dirigida. Mas de 1978 até mais ou menos... até quase 1990, eu fui do Conselho de Representantes da APEOESP. Eu nunca furei greve na minha vida, nunca furei greve, sempre participei ativamente das greves, fechei escolas, participei, ativamente mesmo, de movimentos. Eu sempre tive o apoio dos pais nas greves, porque sempre, em sala de aula, eu dei aula. Procurei ou bem ou mal, dentro do que eu sabia e podia, procurei fazer meu trabalho assim com muita responsabilidade, com muita paixão e com muita seriedade, modéstia a parte, sabe. Eu estou sendo, não adianta... era uma obrigação minha ser assim, eu acho que era obrigação. E sempre procurei buscar o conhecimento para me tornar cada vez mais uma professora com mais competência, entendeu? Agora,

a sala de aula é para o aluno gostar de escrever, gostar de ler, ser capaz de ler qualquer modalidade de texto, né, sobretudo no colegial, e saber manusear uma gramática, dominar a norma culta, entendeu? Quando trabalhava em sala de leitura sempre... acho que é o Geraldi, né, aquele linguista da Unicamp...

M – O João Wanderley Geraldi?

“Lívia” – Geraldi, é. Essa questão de que não existe uma linguagem errada. Então existe uma variabilidade, uma invariabilidade em meio a uma variabilidade profunda da língua. Não adianta, quer dizer, quem organiza a sociedade, a sua língua é dominante, não é isso? Agora, os alunos que frequentavam a sala de leitura falavam “nóis faz, nóis fica, nóis vamo”. Eu nunca, dentro do princípio da escola libertária, nunca corrigi aluno. O importante era eles falarem. Todo mundo entendeu o que ele queria dizer, mas depois eu falava para ele: “Olha, para você arrumar um bom emprego, para você prestar um concurso, para você entrar numa faculdade, você tem que aprender a língua da escola”. Eu não falava que ele tinha que aprender a norma culta, a norma padrão. Isso, no colegial, você pode falar, mas ali eu dizia que ele tinha que aprender a língua da escola. É como se você falasse português e tivesse que aprender o espanhol, entendeu, é uma outra língua quase. Então, quando ele falava “Ai, professora, eu não trouxe o livro”, eu dizia: “Vamos pegar a fala, a língua popular que você já sabe falar e vamos passar para a língua da escola?”. Então, “Professora, nós não trouxemos o livro”. Eu falei que, por exemplo, ele falava “pobrema”, mas na hora de arrumar um emprego, pedir um emprego, ele ia ter que falar “problema”, porque senão o patrão iria falar que ele merecia o que ganhava porque não sabia nem falar. E ele falou: “Ai, professora, você sabe que meu irmão já viveu isso?”. Eles contavam, sabe. Eu dizia: “Então você vira para o patrão e fala que se ele quiser que você fale a língua da escola, não tem nenhum ‘problema’”. E esse menininho, depois ele foi para uma aula e falou: “Ah, nois não trouxe caderno, nois não fez lição”. Aí a professora falou: “O quê?” e ele: “Quer que eu fale a língua da escola? Nós não trouxemos caderno, nós não fizemos lição”. Falei que ele tinha que saber a hora de falar a língua da escola e a hora de falar a língua popular. Mas aquela conversa que sai sempre, que o professor então quer que o aluno possa falar de qualquer jeito. Não, pode, dependendo da situação, do lugar, da hora, do momento, entendeu? Ele tem que dominar a norma culta. Então são dois níveis: tem o nível do papel político do professor em sala de aula, que é instrumentalizar bem o aluno para ele

ou ocupar bons postos na hierarquia ocupacional, como diz o Cunha, Luiz Antônio Cunha, no *Educação e desenvolvimento social no Brasil*, um livro muito bom do Luiz Antônio Cunha, e começar a entender a sociedade em que vive. O Cunha tem vários livros, aliás eu tenho vários livros de educação, depois eu te mostro. Então, ou para ele ocupar cargos de rendimento na hierarquia ocupacional ou, sei lá, conseguir transformar alguma coisa, não pela vontade, mas com situações objetivas dadas. Assim, além da luta pela sua competência na sua área específica, há a luta sindical, porque é a luta de uma categoria, são duas coisas. Então, o professor em sala de aula, ele não tem que fazer da sala de aula palanque político, ele tem que ensinar bem a sua disciplina. Senão, ele não está cumprindo o seu principal papel político, que é realmente instrumentalizar sobretudo a classe trabalhadora, como se dizia até então. Agora nem sei que nome se dá aos trabalhadores. Agora não é mais administração, é gestão... É, o neoliberalismo tem toda uma nova linguagem. Mas e aí? Vamos lá, vamos continuar! A burguesia sabe renovar sua linguagem. Os grupos que se dizem de esquerda são repetitivos, precisamos renovar.

M – Mas é uma linguagem muito associada à empresa, né?

“Lívia” – Ah, sim!

M – Eu vi muita coisa de crítica quanto a essa palavra mesmo: “gestão”.

“Lívia” – É, a palavra é essa. Parece que não se pode nem falar, nossa, nem falar em classe trabalhadora, é palavrão. Enfim, a ideologia se esconde de várias formas. Eu quero começar a estudar filosofia, então estou começando do básico. É o *Convite à Filosofia*, de Marilena Chauí. Ela também tem uma didática maravilhosa.

M – Ah, é muito bom. Você acha que a ditadura influenciou na sua carreira, por algum motivo? Sei lá, fez você tomar alguma decisão, ou agir diferente, de alguma forma?

“Lívia” – Olha, a ditadura... você, quando você tem consciência de que você vive numa ditadura, você delimita os perigos que vive nela, até onde pode agir, pode falar, pode se manifestar. Você tem que se camuflar, entendeu, porque você corre perigo se for uma pessoa que não sabe em que terreno minado está pisando. Então, o que a ditadura me... Eu vivi na pele um lugar terrível da ditadura, eu fiquei meio paranoica quando eu saí, porque eu me sentia perseguida, seguida, entendeu, que de fato a gente é. Aí, depois você fica meio assim... Agora, eu acho que a consciência das proibições que uma ditadura impõe, eu acho que leva você a ter cautela, né, a saber em que terreno você está

pisando. É como a história de “O Bêbado e a Equilibrista”. “O bêbado que fazia irreverências mil à noite do Brasil”. Só uma pessoa fora de si, né, é que vai falar o que quer. Não é a história do “Bêbado e a equilibrista”? “O Bêbado que fazia irreverências mil à noite do Brasil”. A noite era uma metáfora para ditadura. Ele sim podia xingar o governo, falar tudo. Agora a gente não, fica supercerceado. Os que são competentes, os que são criativos, fizeram coisas maravilhosas: Chico Buarque, Gil, Caetano, fizeram coisas maravilhosas na arte, através de metáforas, etc. e tal, eles fizeram muitas coisas. Agora, eu, em 1972, eu fui presa, eu... A partir de 1972, eu... sempre gostei de quem era “gauche” na vida, como diz Drummond, de quem era esquerda, no sentido assim... eu gostei sempre de gente que não era muito certinha, entendeu, muito família, muito... sabe, muito o sistema, como a gente dizia na época. Eu gostava dos transgressores. Na nossa época, é que foram gestados, na década de 60, os movimentos de hoje, de... os movimentos de independência, não... vamos dizer, o movimento negro, contra o racismo, o movimento gay, os movimentos de gênero.

M – Os movimentos de minorias, que são chamados assim...

“Lívia” – Sim, as chamadas minorias. Enfim, todas essas lutas que se consolidaram depois foram gestadas nessa época. Acho que a única coisa negativa que a nossa geração deixou foi a experiência com drogas. Se bem que, na época, as coisas não eram criminalizadas como são agora, não era uma coisa tão... não existia a indústria da droga, entendeu. Agora, as experiências foram feitas né, com maconha, LSD e enfim... foi uma geração desafiadora, transgressora. Então, hoje é comum o ficar, um fica com o outro, transar, etc e tal. Mas, naquela época, o amor livre era uma bandeira porque a dominação da mulher era muito grande, como ainda é hoje. Não é tanto assim, mas não quer dizer que... ainda morre gay “à beça’ aí, né? Mas eu sempre gostei muito do pessoal gay, eu sempre gostei. Não gosto de violência, entendeu, nada que envolva droga, violência, essas coisas eu não gosto. Mas eu gosto de pessoa que pensa diferente. Então, eu gosto de amigos que têm uma visão bem aberta de mundo, questionadora, não tem preconceito de nada. Eu não gosto é de violência, claro, mas respeito a opção de qualquer pessoa. Eu acho que isso é um pouco da... não só da minha época, o que eu aprendi na minha época, mas acho que já é do meu temperamento mesmo. Mas eu acho assim que a ditadura, depois que fui presa, eu fiquei mais junto com as pessoas

transgressoras, vamos dizer assim, entendeu, transgressoras das normas. Eu me dava bem com essas pessoas, entendeu?

M – Quer dizer que o medo não fez você seguir tudo e pensar “não vou andar com essas pessoas...”?

“Lívia” – Ah, não, “vichi”. Não, eu não tinha medo de nada, não. Eu vivia numa época que eu gostava muito de teatro, fazia grupos de teatro, participava de grupos de teatro, quer dizer... Nossa, você vinha lá do ABC, descia ali na Avenida Ipiranga, na Avenida que vem do bairro Ipiranga, aquela avenida que sai de São Caetano, às 2, 3 horas da madrugada. Você tomava táxi numa boa, não tinha violência, não tinha perigo, não tinha violência nenhuma praticamente.

M – Então você acha que talvez uma possível influência da ditadura seja esse cuidado dentro da sala de aula de perceber o que se fala? Não só em sala de aula, mas em todo lugar, né?

“Lívia” – É claro, porque na ditadura o inimigo está invisível em todos os lugares ou cria essa paranoia na gente, entendeu? Então, você tem que ter cuidado para não ser franco-atirador. Agora, eu acho que eu já era, eu sempre... Quando fui presa, achavam que eu era de esquerda, que era militante, que participava da luta armada, etc. e tal. E quando estava na Maria Antônia, eu ia nos grêmios, ficava, olhava tudo, mas não me entregava não para aquilo lá. Eu ficava observando porque também não entrava assim porque era moda, ir me enfiando em qualquer lugar. Eu me resguardava porque não era convicta daquelas ideias e grupos... não entendia bem. Mas buscava... ia pra ver, entender.

M – Você procurava avaliar antes?

“Lívia” – Sempre fui muito crítica, muito, sabe... Enxergava as coisas positivas e negativas e via até onde eu queria, até onde eu podia e era assim que eu fazia.

M – Sendo contra a ditadura, você via algum jeito, na época, de buscar uma volta à democracia, de algum modo, por parte da população, né, do povo?

“Lívia” – Eu acho que a ditadura teve um... o período Médici, por exemplo, ela tem um período de muita brutalidade, de muito fechamento, em que todos que desafiaram a ditadura, desafiaram de uma maneira de luta armada, ou desafiaram e sumiram... Quer dizer, a ditadura cometeu crimes atrozes. Agora, tem uma época em que ela começa a se enfraquecer. Em 1978, eu me lembro, a gente parava uma escola, num período de greve,

com certo receio, porque às vezes a polícia tava ali, a polícia civil estava ali. Ainda era uma coisa recente. Só depois das Diretas-Já, que também não foi um movimento de base popular, mas liderado pelos setores da elite brasileira, entendeu? Não foi só a esquerda, foi a elite. A própria elite brasileira, uma parte dela que já tinha dado por esgotada a intervenção militar a favor dela, né? Daí que as coisas viraram...

M – E quando você saiu da prisão, do DEOPS, como você se sentiu em relação às outras pessoas? Você sofria algum tipo de preconceito na sociedade em geral e nas escolas, para voltar a trabalhar?

“Lívia” – Não. Eu acho o seguinte: as pessoas que foram presas viveram uma espécie de... eram vistas com olhos de admiração mas, ao mesmo tempo, com receio, entendeu? Todo mundo te admirava por você resistir, por você não entregar ninguém, não causar mal para ninguém mas, ao mesmo tempo, não queriam proximidade com você. De medo né, para não se comprometer, com certeza.

M – E nesse tempo em que você estava presa, o seu cargo continuou lá? Quando você voltou, você retomou o cargo?

“Lívia” – Retomei o cargo.

M – Não teve problema assim, de afastamento, nada?

“Lívia” – Não.

M – Fica tranquila que já está acabando.

“Lívia” – Não, tudo bem.

M – Enquanto você estava na prisão, os agentes fizeram alguma referência ao seu trabalho como professora, perguntaram alguma coisa?

“Lívia” – Eles sabiam onde eu dava aula, os alunos que... quem morreu, quem foi preso. Eles sabiam de tudo.

M – Já tinham feito uma “pesquisa” antes.

“Lívia” – Eles sabiam de tudo, de tudo. A sua vida é vasculhada.

M – Eles queriam só que você confirmasse, porque na verdade eles já sabiam?

“Lívia” – É, eles queriam... Não, eles sabiam que eu dava aula, mas não conseguiram achar nada assim que me compromettesse.

M – Eles queriam ver se tinha alguma relação entre os alunos e você?

“Lívia” – Isso, eles procuram para ver se tinha alguma... que rede é aquela que eles querem estourar.

M – Mas nunca aconteceu de ninguém se infiltrar em sua sala de aula, de irem fiscalizar o seu trabalho.

“Lívia” – Isso deve ter acontecido sim, mas a gente não percebe. Com certeza, alunos mesmo, né?

M – E, nas escolas em que você trabalhou, tinha um clima de medo, medo do regime, medo de que alguém fosse te entregar?

“Lívia” – Eu acho que, às vezes, tem pessoa, não só em ditaduras, você sabe que ali... você fica meio paranoico, mania de perseguição, porque você sabe que nos lugares em que você está pode ter pessoas infiltradas, entendeu? Você não faz amizade com ninguém que não conheça, porque pode estar trazendo para o seu meio os agentes da ditadura. Então, você fica paranoica porque você está em um lugar, ali pode ter gente infiltrada como pode não ter, mas, na sua cabeça, você acha que tem ali alguém te perseguindo. Pode não ter, mas é comum ter. É um clima horrível. Agora, isso é normal em uma ditadura. As pessoas se fecham nos seus grupos. Geralmente, se tem parentes ou amigos de muito tempo, se fecham naquilo. Você evita fazer novas amizades, entrar em qualquer ambiente, porque você pode saber que está... Eu fui pro Chile, conhecer. Eu fui porque tinha uma pessoa da minha cidade que mudou para o Chile e eu fui para ir à casa dela. Mas resolvi dar um giro pela Universidade do Chile. Eu e mais duas amigas em 1970. Aí o que que aconteceu? Quando nós, ingenuamente, íamos para o Chile, fui na agência para comprar passagem e perguntei se eles podiam indicar alguma pensão, algum lugar lá para a gente ficar em Santiago. O Chile estava vivendo o auge do governo do Allende. Então, era pintado assim na entrada, na avenida que você passava quando vinha do aeroporto: “Chile, território libre de America”. Aí eu achei que... aqui uma ditadura louca, que lá eu estava fora. Aí nós perguntamos e eles (da agência) foram prontos em indicar uma pessoa que iria receber a gente, que depois iria mostrar os lugares e indicar uma pensão pra gente, e tudo. E esse rapaz foi lá nos procurar e tudo o mais. Em todo lugar que a gente ia, ele ia. Até então, tudo bem. Aí, no Chile era assim, todo mundo se apresentava assim: “Fulano de tal, da Democracia Cristã”, “Fulano de Tal, do Movimento Y, Partido X, Partido Y”. Todo mundo se apresentava pelo partido a que pertencia, era assim que se apresentavam no Chile. Mas, em todo lugar que a gente ia e que essa pessoa ia com a gente, ia um chileno atrás, sabe. Eu falei: “Meu Deus do céu, por que esse chileno não sai da cola da gente também?”. Achei aquilo estranho,

sabe? Aí, eu falando mal espanhol, eu perguntei para o moço que a agência mandou procurar, falei: “Credo, um clima estranho aqui, né? Eu vim do Brasil, uma ditadura assim, etc. e tal” e eu perguntei: “E Octavio Ianni, está aqui? E o Fernando Henrique Cardoso, está aqui?”, que eram professores na USP. O Fernando Henrique, lembro dele entrando no grêmio e falando: “Agora os militares pegarão isso aí, e, por menos de vinte anos, eles não largam”. Palavras textuais de Fernando Henrique, ele dava aula na Maria Antônia. Aí eu perguntei para um chileno que também nos seguia e ele falou: “Mesmo que eu soubesse, eu não diria. Se você procurar algum brasileiro, mesmo que eu saiba, eu não digo”. Aí eu achei aquilo estranho, ele falou em espanhol, lógico! E eu falei: “Olha, eu vim aqui pro Chile pra ir para ValParaíso, que tem um pessoal da minha cidade que mora lá, mas achei... queríamos ficar um pouco aqui em Santiago. Mas esse cara não saía do pé da gente, entendeu?”. Esse que a agência mandou e que apresentava um e outro, etc. e tal. Aí o chileno falou que o moço era polícia infiltrada entre os brasileiros, que nenhum brasileiro se dava com ele e que ele (o chileno) ia atrás da gente para a segurança dos brasileiros. Eu perguntei se ele pertencia a algum grupo e ele disse: “Eu sou do Movimiento Izquierda Revolucionaria”. Ele era do MIR, a esquerda armada do Chile. Aí eu falei (que eu que sabia mais falar espanhol, as outras duas pessoas nem falavam) para ele: “Então eu vou sumir daqui, eu não estou nem aí, estou perguntando de oba-oba”. Tentei explicar para ele que eu não tinha nada a ver nem com a ditadura, nem com nada. “Eu estou aqui passeando, eu vou para a casa de uma família lá e tal”. E ainda conhecemos Viña Del Mar e sumimos de Santiago. Olha, pois o brasileiro indicado pela agência de turismo era da polícia porque quando eu fui presa, a polícia sabia. Sabia por que eu fui no Chile, fizeram um interrogatório longo sobre a minha estada no Chile. Ele era policial brasileiro infiltrado. Quer dizer, ingenuidade da gente pedir numa agência de turismo informações sobre hospedagem em Santiago. E lá dentro, na Operação Bandeirantes, ele me falou: “Ah, eles estão muito belos e formosos lá...”. Se eu não me engano era esse Ustra aí, o capitão que estava até bonito na época, que hoje muita gente está processando ele.

M – Carlos Alberto Brilhante Ustra.

“Lívia” – Isso, eu acho que era ele, era moço ainda.

M – Que estava atrás de você?

“Lívia” – Não, não. Era o que me interrogava na Operação. Ele fazia o papel, com a gente, o papel psicológico, de conversa, tal, tal, tal. Você não podia dizer que lia os liberais, porque se você lia os liberais é porque você admitia o comunismo. Eu sabia dessas perguntas que eles faziam. Então eles perguntavam assim: “Menina, o que você lê?”. Ele perguntou para mim. Eu falei: “Ah, o senhor sabe que eu fico com os poetas?”. E falei para ele: “Conhece aquela do Fernando Pessoa: ‘O que é o homem sem a loucura. Mais que besta sadia, cadáver adiado que procria’”. Ele falou: “Você é louca?” e eu olhava com aquela cara de boba para ele. Eu pensava comigo: “Antes ele pensar que sou louca”, melhor do que achar que eu era militante, porque aí eu iria pro pau de arara. E ele falava: “Você é louca, menina? Eu acho que você é louca”.

M – Se soubessem que você lia Marx, então...

“Lívia” – Não, nessa época eu não lia Marx. Só em 82 que fui ler Marx.

M – Você acha que teve mudança no conteúdo que você trabalhava durante a ditadura? Porque a gente sabe que foram criadas matérias, mas, na sua área, você sentiu diferença?

“Lívia” – Não, eu acho que a queda da qualidade nas escolas se consolida a partir de 1980. A escola pública de 1º e 2º grau vira um depósito de gente, um antro de drogados, entendeu, eu acho que isso foi o resultado. Porque depois quando eu voltei na escola e fui ver, lá por 1997 ou por volta do começo de dois mil e pouco... Acho que até quando eu dei aula, em 1994, tinha muitos professores da rede particular que estavam na rede pública por conta de aposentar na rede pública, porque você aposentava com o salário integral, né? Então tinha professores bons ainda.

M – Você trabalhou até 1984?

“Lívia” – Até 94.

M – Eu queria saber também como você vê, hoje, tudo o que aconteceu naquele período: o seu trabalho, a sua atuação, mesmo essa postura de procurar avaliar tudo, de saber em que está entrando, o que está falando? Como você enxerga sua atuação como professora naquele período?

“Lívia” – Olha, eu não sei. Quem poderia falar do meu trabalho são os meus alunos, eu não sei. Eu tenho... Gostei do que fiz, entendeu. Gostei de ser professora. Se voltasse de novo, seria professora novamente, procurei por prazer, não por obrigação, mas por prazer eu procurei adquirir conhecimento na minha área. Gostei de procurar, de

conhecer pessoas por conta desse interesse. Conheci muitas pessoas valiosas, interessantes. Fui fazer mestrado, também tive uma oportunidade maravilhosa de ter sido aluna de excelentes professores. Então, eu acho que tudo isso valeu a pena. Eu vi que o meu trabalho foi prazeroso para mim e valioso para mim. Agora, o resultado eu não posso falar porque isso só os alunos poderiam dizer, algum aluno poderia dizer.

M – Tem mais duas coisas que eu fiquei pensando enquanto você falava. A primeira é que você disse que o Decreto-Lei 477 e o AI-5 marcaram muito a sua vida. Eles marcaram assim como marcaram a vida de todos os cidadãos ou por causa de algum acontecimento específico?

“Lívia” – Não, eu acho que eles marcaram todas as pessoas com um pouco de consciência política porque foram proibidas reunião, liberdade de expressão, reunião, manifestação, que eu acho que são liberdades que não podem ser cerceadas. São um direito mínimo.

M – E nesse movimento de greve de 78, então você participou?

“Lívia” – De 78 até 94, até me aposentar, eu nunca furei greve.

M – Você era associada ao sindicato?

“Lívia” – Fui associada ao sindicato, fui eleita para o Conselho de Representantes. Depois, eu fui, já no final da carreira, eu fui ficando com problemas de saúde. Então, eu já não tinha pique para muita reunião, para muita coisa por graves problemas de saúde. Mas a greve, entrar em sala de aula em greve, jamais.

M – Você era representante da escola?

“Lívia” – Era, era. Eu era eleita na região para ser representante da região no Conselho de Representantes. Eu fui um bom tempo do Conselho de Representantes da APEOESP.

M – Entendi. Bom, as questões que eu tinha eram só essas. Se você quiser falar mais alguma coisa, fique à vontade.

“Lívia” – Não. Eu achei interessante, agradável, sinal de que eu não vivi em vão. Eu não vivi em vão para mim, não tô dizendo que o que eu fiz resultou em bem. Como diz o Guimarães Rosa: “O bem e o mal não estão em quem faz e sim no efeito que dão”. Você, às vezes, pensa que está fazendo um bem e faz um mal, mas você não é culpada porque você teve a melhor das intenções. Agora, aqui na minha tese tem uma frase do Marx que eu acredito, que não é à toa que o saber é muito cerceado, porque o saber se transforma em poder. Eu sei que, para fazer esse trabalho, eu li um bocado, viu?

M – Eu imagino! Eu trouxe o Termo de Consentimento, ele está explicando tudo sobre o projeto. Você fica com uma cópia e eu fico com outra.

“Lívia” – Olha, eu acho que, na minha prática pedagógica, eu pensava que eu pudesse estar ajudando o aluno a compreender o mundo em que ele vivia, a sociedade em que ele vivia. E à medida que, dando um texto literário, procurava, a partir da leitura e análise literária, ou não literária, do texto, fazer refletir um pouco sobre as questões da sociedade. Eles podiam desdobrar temas para a reflexão. Então, por exemplo, sei lá, eu acho que recortes de jornais são bons. Você pega “O Cortiço”, por exemplo, a obra “O Cortiço”. Na realidade, é uma microssociedade onde estão presentes as relações sociais capitalistas já e ainda com resquícios de mentalidade escravista. E o que eram os cortiços no século XIX e o que são as 900 favelas do Rio de Janeiro? Por exemplo, lutou-se, na década de 60, por reformas de base, né, que eram reforma agrária, reforma urbana, reforma na educação, enfim. Qual era o principal inimigo na época? Era o latifúndio e o imperialismo, o domínio americano e o latifúndio, que eram causadores do êxodo rural, e nada disso se modificou no Brasil. Está tudo velho. Então, hoje você tem uma sociedade em explosão, uma violência brutal, explodindo em tudo quanto é lado. É droga, é violência, assalto, roubo, sequestro, porque é uma sociedade em guerra civil no “salve-se quem puder”. Quer dizer que essas bandeiras, ao trabalhar o tema da literatura, você pode então depois de analisar um texto, você pode pensar sobre temas para refletir. Você pode integrar com áreas. Por exemplo: qual é a história das lutas camponesas no Brasil desde o Antônio Conselheiro até o MST, de Canudos até o MST, hoje? O que é que se tem a pensar sobre isso? Mas sempre procurando ver os dois lados da coisa, mas eu acho que sempre tendo uma posição embasada por uma teoria mais crítica, mais abrangente, voltada para o interesse majoritário da população.

M – E nas suas aulas você fazia isso? Essa integração com outras áreas?

“Lívia” – Ah, sim, procurava fazer. Havia pequenas conquistas nesse aspecto. Com alguns colegas, de História, por exemplo. Eu acho que tem que sempre perguntar, ver, ensinar o aluno a querer saber. Existe alguma peça de teatro, algum filme, alguma música que também trate do mesmo tema? Então, assim: é ensinando eles a serem curiosos. A postura da gente... Por exemplo, o Ianni. Claro que ele organizou a cabeça da gente em termos de como enxergar uma sociedade, como ela se organiza, quais são seus valores, etc. e tal. Mas eu acho que a paixão dele pelo saber, pelo conhecimento e

todo o conteúdo que ele tinha de conhecimento é que também ensinou. É a postura dele como professor, é o conhecimento dele, é a paixão pelo que estava fazendo. É isso que também ensina. Não é só... o professor não pode ser uma coisa fria. Então, os grandes professores que eu tive, não sei se aprendi tanto o conteúdo do que eles ensinaram, mas o percurso de estudo, a trajetória de estudo feito, sobretudo quando o professor tem claro uma filosofia que o oriente, que deixa transparecer no conteúdo ensinado. Assim, ele passa uma clareza e a gente vai atrás disso também. Acho que o conhecimento do professor passa, em primeiro lugar, pela sua vontade de conhecer e, depois, você vai atrás de pessoas que também gostam de conhecer, que sabem, que gostam de saber, de conhecer, de buscar. Você pega um Florestan Fernandes analisando a questão do negro no Brasil, por exemplo. O que a gente pensa é quase no nível do senso comum, né? Agora, o percurso que ele fez lendo todo mundo que estudou a questão, das teorias que explicam, etc. e tal, quer dizer, ele tem uma consciência filosófica, que é o que o Saviani fala: “do senso comum à consciência filosófica”. O professor não pode estar no nível do senso comum. O aluno já está no nível do senso comum. Ele (o professor) já tem que ter uma consciência mais organizada e elaborada dos fenômenos que ele trata para que dê possibilidade do aluno fazer um percurso pelo menos até onde ele chegou e com base para prosseguir depois, com base para continuar indagando sozinho. Esse eu acho que é o papel do professor. Também não acredito em um certo aspecto da Escola Nova, de que o conhecimento do aluno brota da vontade dele. Não, eu acho que tem que transmitir conteúdo sim. Eu acho que o professor tem que ter o que ensinar, embora por método vivo, atualizado. Eu me lembro que os cursos do Ianni, por exemplo, ele tinha a aula expositiva dele. Se era sobre a formação do Estado Nacional, por exemplo, ele tinha as fichas dele. Ele ia falando, dando a palestra dele, fundamentando com os autores, citando ali, tinha tudo nas fichas as citações desse, daquele, de gente que também já tinha feito um percurso. E a gente tinha que ler, para a segunda parte da aula, dois livros sobre o assunto. Então, o meu curso de mestrado foi assim: tinha a primeira parte, que era uma aula expositiva, e a segunda parte, que era discussão de um livro ou dois livros, que você teria que dar conta sobre aquele assunto que era tratado.

M – E bem aprofundado.

“Lívia” – Aprofundado, é. Então, eu acho que é por aí. Primeiro, o professor tem que gostar do que faz. Segundo, ele tem que travar uma luta individual, em pequenos

grupos, com outros pelo conhecimento específico da sua disciplina e procurar adquirir uma cultura cada vez mais aprofundada e geral, e, depois, se é uma questão política a questão do saber, acho que teria que ser levada em conta pelos partidos populares, ligados aos movimentos de esquerda, e pelos sindicatos, mas, no Brasil, estes nunca valorizaram o conhecimento. Era uma coisa meio imediatista, né. E ainda é. Bom, é isso.

Entrevista com Maria de Lourdes Mello Vellame:

Milene – Eu gostaria que a senhora se apresentasse: nome, idade, fale um pouco sobre você.

Maria - Maria de Lourdes Mello Vellame, nasci em 23 de março de 1942. Tenho 69 anos. Eu comecei a faculdade aqui em Salvador, fiz vestibular em Filosofia, cursei 2 anos, quando aí eu precisei sair daqui da Bahia. Um ano depois eu pedi transferência para São Paulo e lá fui aceita na PUC – Pontifícia Universidade Católica, e lá me formei, 2 anos depois, em 66. Nesse ínterim, eu dava aula particular para crianças com problema.

Milene- Entre 64 e 67?

Maria - É.

Milene – A senhora começou a trabalhar com as crianças em 64, no ano em que a senhora chegou em São Paulo?

Maria- É, exato. O trabalho era esse. Além de que também eu trabalhei numa clínica psiquiátrica como atendente. Essa clínica foi uma pioneira, ela que trouxe o psicodrama para... Porque um dos diretores de lá era do Partido, era do PC, e ele teve contato com o pessoal lá da Argentina e começou a aplicar o método rapidinho para o pessoal melhorar. Era o psicodrama. Porque eles viviam preocupados com o preço que era o tratamento e tal e teve a preocupação deles que era fazer com que a pessoa melhorasse por um preço mais acessível. Então eles aplicaram o psicodrama, eu era quem ajudava lá. Recebia os telefonemas e tal. Nisso fiquei um ano e meio com eles.

Milene – Então a senhora dava aula particular, fazia faculdade e trabalhava nessa clínica?

Maria – E ainda fazia subversão.

Milene – Além disso! (risos)

Maria- Também eu não tinha filhos, né. Quer dizer, nessa ocasião, o Marighella, que todos sabem quem é, se afastou do PC e criou uma organização, a Ação de Libertação Nacional, e eu entrei junto com ele nessa organização. Saí do PC e entrei nessa organização.

Milene – Ah, a senhora já era do PC?

Maria – Era do PC, saí e entrei nessa organização de Ação de Libertação Nacional. E aí nós fizemos nossas ações que todos conhecem, até o dia que fui presa.

Milene – Então no ano em que ele fundou a organização, a senhora já estava junto?

Maria – Já estava junto.

Milene – E aqui na Bahia, conta um pouco assim sobre o trabalho que a senhora fazia com o Paulo Freire.

Maria – Ah, sim, aqui na época de estudante, eu pertencia ao Diretório Acadêmico e aí houve a campanha de alfabetização pelo Método Paulo Freire. Então, nessa ocasião, nós íamos a noite, em Feira de Santana reunir com... organizar os coordenadores, o objetivo era esse e também alfabetizar. Eles assistiam nosso trabalho. Chegamos a formar uma equipe boa, mas quando veio a ditadura, desmanchou tudo, entendeu. Um método muito especial que parece que hoje em dia já está bem divulgado, né. Ele (Paulo Freire) também teve que sair do país. Ele ainda não tinha escrito seus livros, nós tínhamos as apostilas que ele mandava com as orientações.

Milene – Nessa época, ele dava aula ou ele estava no ...?

Maria – Ele estava na Secretaria da Educação.

Milene – Daqui da Bahia?

Maria – Não, não, de lá do Distrito Federal mesmo.

Milene – Ah, ele mandava de lá essas apostilas?

Maria - De lá, é. Então é isso, entendeu, a Campanha de Alfabetização. Tinha o trabalho no Diretório, que foi interrompido porque eu deixei tudo e fui para São Paulo. E a resistência lá era guerrilha urbana e guerrilha rural.

Milene – E quando a senhora dava aula, em que autor a senhora mais baseava sua prática?

Maria – No Paulo Freire, aquele sentimento que ele tinha, porque existe uma filosofia que lhe embasa a você tomar determinadas atitudes, as mais variadas, né. Então, ele despertou um sentimento muito forte em mim com relação à educação que é muito mais

de você elevar a auto-estima da pessoa, o respeito por si mesma, a autoconfiança e aí, com isso você consegue, entendeu, seja qual for a classe social.

Milene – E quando a senhora começou aqui, com esse trabalho do Paulo Freire, você já estava na faculdade?

Maria – Ah, foi interrompido, né. Ah, já, já, já estava. Foi com o pessoal da faculdade. Agora os coordenadores lá, não. Os coordenadores lá eram analfabetos que nós alfabetizamos e que aí passavam a alfabetizar os outros. Esse é um tipo de corrente, entendeu?

Milene – Formava um círculo?

Maria – Formava um círculo.

Milene – E você acha que a sua profissão, como professora, fez filosofia, estudou as obras do Paulo Freire, você acha que isso tem a ver com o fato de você ter lutado na ditadura?

Maria – Claro, claro.

Milene – Então, eu queria saber se tem essa relação?

Maria – Eu acho assim que realmente tem uma parte assim de você observar a sociedade. Eu observava, primeiro ponto eu observei minha família, os problemas da minha família. Observando os problemas da minha família, eu vi que os problemas eram sociais. Eles não tinham culpa, era a sociedade. Na verdade, não foi minha profissão, foi observar a minha família, os problemas que eles tinham.

Milene – Entendi. A família são seus pais, suas irmãs?

Maria – Exato. E os problemas que eles viviam, entendeu, as dificuldades, a culpa não era deles, era da sociedade.

Milene – E foi aí que a senhora foi...

Maria – Foi aí que eu fiz a opção, entendeu, observando a situação humana de minha família, das pessoas que estavam em volta e os dramas delas.

Milene – E quando a senhora estava aqui na Bahia...

Maria – Minha solução foi a seguinte: vamos corrigir a sociedade, vamos montar uma sociedade mais possível de se viver.

Milene – E a senhora aqui já fazia parte do PC?

Maria – Já. Já.

Milene – Aí depois quando a senhora foi para São Paulo...

Maria – Antes até de entrar para a faculdade, eu já era do PC.

Milene – E porque que a senhora foi para lá, porque a senhora teve que sair daqui?

Maria – Porque eu fui procurada, porque “caiu” uma lista com o meu nome, entendeu, daí eles estavam procurando as pessoas. Aí eu resolvi sair, entendeu?

Milene – Dentro da escola, da sala de aula, a senhora tinha como fazer alguma coisa para conversar com os alunos sobre a situação do país?

Maria – Não, não.

Milene – Então a senhora não chegou assim a sofrer nenhum tipo de ameaça por conta de colega de trabalho que descobriu o que a senhora fazia e...

Maria – Ah, mas isso aí quando eles descobriram, só descobriram quando eu fui presa porque eu sempre tive uma postura muito discreta em relação a isso, muito discreta. E naquela época, ninguém podia também conversar. Aqui eu tive que sair porque todos me conheciam, porque eu participava de passeatas, eu era do DCA, dei bandeira, entendeu. Lá em São Paulo, a minha posição era de clandestinidade. Foi na época que, desde essa época que a atuação era clandestina, as nossas ações. A gente não fazia nada aberto não.

Milene – A senhora frequentava a faculdade, trabalhava?

Maria – Frequentava a faculdade, assistia às aulas, ninguém sabia.

Milene – Os colegas de faculdade também nem desconfiavam?

Maria – Não, não. Primeiro porque a faculdade de filosofia era um curso que, na época, os professores sempre foram muito discretos. Tanto que aqui, na Bahia, teve um fato engraçado. Chamaram um professor meu para ser censor. Ele foi, ele era de direita. E aí prenderam um outro professor de filosofia. E aí prenderam ele e perguntaram se ele era marxista, ele disse “não, eu sou neo-kantiano”. Aí claro que, o que é que polícia sabe de neo-kantiano? (risos) Aí botaram na ficha que ele participava da guerrilha em Creta, na ilha de Creta.

Milene – (risos) Não acredito...

Maria – Foi, porque entenderam Creta, aí ficou isso. Aí o homem ficou lá preso, o professor. Professor meu de filosofia. Aí o outro professor, que virou censor, foi lá e gritou: “Vocês são cretinos, isso sim”, sabe. Quer dizer, as pessoas de filosofia normalmente são pessoas que, de direita ou de esquerda, elas tem uma idéia mais de justiça, de respeito, sabe, pelas idéias do outro. Claro que meu professor saiu, né. Mas

houve esse fato engraçado na época da ditadura que, porque eles não tinham noção de nada, nenhuma, de nada, entendeu. E aí eram obrigados a interrogar pessoas que... por exemplo, se me botam agora para interrogar alguém de ciências contábeis. Eu vou fazer pergunta idiota, entendeu. É a mesma coisa. Mas de qualquer modo, a prisão estava lá, o homem foi preso e sem nenhuma razão, simplesmente porque era uma pessoa que aparecia.

Milene – Eles pegavam e prendiam.

Maria – Nada, o homem não tinha nenhuma idéia disso. Como eu lhe disse, ele era neo-kantiano. Kant, idealista.

Milene – É que eles não conheciam, não tinham nem como saber o que era.

Maria – Exatamente. E prendiam muitas pessoas nessa ocasião só porque eram pessoas que apareciam, sabe, mais nada.

Milene – A senhora era marxista ou não?

Maria – Eu era, eu era.

Milene – E depois, a senhora...

Maria – Revisei, revisei, entendeu. E agora, eu acho assim que a filosofia, como tudo, um (autor) vai acrescentando ao outro, um não anula o outro, todos são bons. Um prossegue o trabalho do outro, sabe. Então não tem o melhor.

Maria – Então é isso. Agora Marx, eu acho que ele ainda, no momento, você nota as coisas que ele escreveu: luta de classes, burguesia esta aí, no auge.

Milene – É atual.

Maria – Agora como solução para as pessoas viverem melhor ainda ele, você vê que a União Soviética se ferrou e tal, sabe...

Milene – Ainda não tem uma solução?

Maria – Quer dizer, a solução que eu vejo é assim: é mais humana, as pessoas começarem a... Então essa opção, a questão da educação, eu acho que é uma vocação que eu tenho, entendeu, de passar adiante o que eu sei, de contribuir, de doar às pessoas. O que eu pude aprender, eu passo adiante, seja lá o que for. Qualquer coisa eu estou passando adiante, não fico com nada pra mim. E isso pra mim é que é o básico, humano, com relação à vocação do professor. A técnica ela vem em segundo plano. Primeiro, esse sentimento, o sentimento vem na frente.

Milene – Senão fica a técnica vazia? Tem a técnica mas...

Maria – E a técnica se adequa à situação. Determinado menino, determinada coisa, a idade, a faixa etária, sabe.

Milene – E você conseguiu conscientizar seus alunos sobre o regime militar, sobre o que estava acontecendo?

Maria – Não, não podia, ninguém, ninguém. Na ocasião, ninguém, ninguém fazia isso...

Milene – E suas aulas eram neutras?

Maria – Neutras. Agora se alguém saía melhor, com certeza, (se saíam) pensando melhor, com certeza. Porque que eles tiraram filosofia do currículo? Porque na medida em que você coloca a pessoa para pensar sobre sua realidade, sobre a sua vida, sobre a sociedade, sobre suas ações, os seus sentimentos, você começa a criticar o que está em volta.

Milene – É natural.

Maria – Natural e em qualquer situação. Era naquela época própria da ditadura, agora eu ainda estou fazendo isso. Vamos começar a pensar melhor o que a gente está fazendo aqui nesse mundo, sabe, e no dia-a-dia ir melhorando. Quer dizer, eu acho assim com relação à atuação na época da ditadura e a profissão, eu acho que vem do sentimento, esse de que as pessoas não estão bem, não são melhores, não sabem mais, porque o sistema não ajuda. Minha idéia era essa de que na medida em que a sociedade melhorasse, as pessoas logicamente iriam melhorar. Foi por isso que eu trabalhei, entendeu. Mas, não sei, eu acho que houve erros de parte a parte, aqui você veja que houve uma anistia, não só para nós, como para todos. Aqui é todo mundo anistiado, então a gente tem que respeitar o torturador. Outro dia teve um na televisão, apareceu sem um pingão de arrependimento ali, fazia tudo de novo. O homem é um monstro, você olha no olho do bicho, é mau mesmo. Apareceu no canal 7.

Milene – A senhora concorda com a anistia ter sido para os dois lados?

Maria – Não (pausa). Não. Não, porque não houve justiça. Quer dizer, é como se nós não tivéssemos feito nada, entendeu. Então a causa, por exemplo, da educação estar caótica é essa, uma delas é essa. Porque a gente em si não fez nada, só não estamos sendo perseguidos. Somente, mais isso. Mas e o que nós queríamos, e as mudanças, e a reforma agrária e a reforma na educação, cadê? Nada. Então...

Milene – Terminou a ditadura, mas o sistema continuou igual?

Maria – Exatamente. Então ninguém ganhou briga nenhuma, entendeu? Nós não somos vencedores.

Milene – E eles fizeram tudo o que fizeram...

Maria – E estão aí, numa boa.

Milene – Como se não fosse crime.

Maria – Como se não fosse crime. Nos outros países, por exemplo, no Chile, houve a ditadura, muito parecido, mas depois o governo tomou, foi um governo de esquerda, que não anistiou ninguém, entendeu. E ele tinha uma cadernetinha com as pessoas que participaram e aí ele ia chamando para o trabalho junto com ele. Então, essa história de partidos, isso aí aliviou demais esse tipo de... de oportunismos. Sabe, porque ele tinha anotado as pessoas que trabalharam na época da ditadura e ia chamando, lá no Chile.

Milene – Na Argentina, eu vi uma reportagem falando que eles ainda estão fazendo julgamentos para punir os torturadores, quem abusou do poder, né. Mas, como o golpe militar influenciou sua profissão? Você tinha menos liberdade para falar, não podia mais trabalhar do mesmo jeito que era antes, tinha que falar um pouco menos ou não? E você continuou dando aula depois que a ditadura terminou?

Maria – Não, eu não dei mais aula, não. Depois que eu saí da cadeia, não.

Milene – Bom, a pesquisa toda começou porque eu fiz uma pesquisa nos documentos do DEOPS. Lá eu achei uma ficha com os documentos da senhora. Então, lá nessa ficha, consta que a senhora era subversiva, terrorista. Eu queria saber se realmente a senhora atuou, como a senhora atuou? O que a senhora fazia?

Maria - Bom, eu fazia o que todo mundo na época, todos fizeram, entendeu: guerrilha urbana, guerrilha urbana. Nós não só distribuíamos panfletos, e para distribuir panfleto nós tínhamos que fazer ação armada.

Milene – A senhora participava então?

Maria – Participava. Na guerrilha urbana. Só na rural que eu estava me preparando para ir, quando fui presa. Estava me preparando para ir para o Araguaia quando já fui presa.

Milene – E a senhora morava em um apartamento com o Joaquim Câmara Ferreira, o Toledo?

Maria – É, ele freqüentava.

Milene – Mas ele não morava lá?

Maria – Não, ele morava na casa dele e faziam reuniões lá. Ele (Toledo), Marighella e tal.

Milene – A senhora morava sozinha?

Maria – Morava com o marido. Depois houve a separação.

Milene – Ah, a senhora já tinha casado?

Maria – Já.

Milene – E eles iam para lá e usavam para fazer as reuniões?

Maria – Usavam para fazer as reuniões da ALN.

Milene – Entendi. E a senhora foi presa pelo DEOPS ou por outros policias?

Maria – Fui presa pelo Esquadrão da Morte, Fleury, que é DEOPS. Mas daí logo em seguida, o Exército me tomou e eu fiquei um tempo na mão dele. É porque tinha a OBAN e DOPS, entendeu? Aí fiquei entre um e outro. Torturavam lá, torturavam cá, torturavam lá, torturavam cá, jogando de um lado para o outro. Era assim que as coisas funcionavam.

Milene – E a senhora ficou quanto tempo presa?

Maria – Um ano e meio, depois veio a anistia. Eu fui pedida em seqüestro e não quis sair no seqüestro, aí eles acharam que isso aí aliviou minha pena. Eu não quis sair porque eu não queria mesmo sair do Brasil, por pirraça. Porque eu estava, eu sentia o seguinte: que eles queriam mais é que saísse mesmo. Quanto menos pessoas estivessem aqui pensando diferente, melhor para eles, mais cômodo. E eu disse: “Eu não, não vou sair não, vou ficar aqui”.

Milene – E a senhora foi presa em que ano?

Maria – Menina, você sabe que isso daí, eu não sei... 68, 69, por aí.

Milene – Foi perto do AI-5, mais ou menos?

Maria – Logo depois.

Milene – O AI-5 foi no final de 68, dezembro de 68.

Maria – Exatamente. Eu estava em Cuba em 67, quando assassinaram Che. Eu estava lá em Cuba.

Milene – A senhora foi fazer o treinamento pra guerrilha? Ficou bastante tempo lá?

Maria – Fui. Fiquei 6 meses.

Milene – E foi com mais gente do Brasil? Mais pessoas da ALN?

Maria – Mais.

Milene – Depois voltaram?

Maria – Voltamos.

Milene – As armas que vocês usavam aqui da ALN eram sempre conseguidas com o dinheiro das ações?

Maria – Das ações.

Milene – Mas Cuba mandava alguma coisa para ajudar?

Maria – Minha filha, o dinheiro que a gente conseguia era com as ações mesmo, entendeu. A gente tinha que fazer ação para poder pagar aluguel, para pagar...

Milene – E você nunca foi reconhecida depois das ações?

Maria – Eu nem sei, isso aí para a gente era de segundo plano, ser ou não reconhecido, não tinha importância. Ninguém estava muito preocupado com isso não, estava mais preocupado em fazer as coisas. Quer dizer, às vezes botava um chapéu, um lencinho, uma peruca, botava uns óculos. Coisa bem ridícula, que qualquer especialista descobre. Tinha umas perucas, uns óculos, uns chapéus, uns lenços.

Milene – A senhora precisou mudar de apartamento muitas vezes?

Maria – Oxe, mil vezes.

Milene – O apartamento que o “Toledo” frequentava foi o que a senhora ficou por mais tempo?

Maria – Foi, foi o que eu mais fiquei. Mas aí era quase coisa de um mês já tinha que passar para outro e outro. Porque é o seguinte: o que houve aqui no Brasil já está bem desmascarado, é que não só a ditadura aqui no Brasil, como em toda a América Latina foi financiada pela CIA. Hoje em dia já está escancarado, não é mais segredo que eles financiaram esses golpes. A preocupação deles era o medo do socialismo. Então vinha bastante dinheiro, mas quem recebia dinheiro eram eles. E a maioria das pessoas acham que depois que eles pararam de mandar dinheiro, os militares recuaram e entregaram o poder.

Milene – Então a senhora acha que foi por isso que eles saíram do poder?

Maria – Exatamente. Muita gente tem provas disso. Tem uma jovem, que outro dia eu vi na televisão, que está nos EUA. Lá nos EUA, eles abrem os arquivos. Ela tem tudo anotadinho, bonitinho, a quantia, tudo beleza. Agora esse lado, entendeu, já está até... a moça disse que vai publicar um livro, eu vou estar bem atenta. Ela já esteve na Televisão, no programa “Sem Censura”. E ela ficou entusiasmada de ver como lá nos

EUA eles não tem... eles abriram toda a pesquisa para ela, e ela tem como provar isso, da questão de que quando pararam de mandar dinheiro, eles entregaram o poder. E os militares viviam de bolso cheio e quanto mais pessoas eles matassem... Tem esse lado aí e tem o lado humano, que você veja, eles procuraram as lideranças e mataram e o resto ficou aí. Fizeram um jogo, um jogo assim de inteligência, que era jogar um contra o outro: “olha, que fulano lhe entregou”, para ficar com raiva, esse tipo de picuinha, entendeu? E aí, para ir dispersando, para ir fragilizando, mas não acho que seja bem por causa disso. Ao sentimento do povo brasileiro não interessava nenhum tipo de resistência. Do mesmo modo que estão bem agora, estavam bem antes.

Milene – E eles usavam o argumento de que um entregava o outro para criar brigas, mas como não iam entregar, sob tortura? A pessoa chega no limite do corpo e acaba falando.

Maria – É, mas às vezes era mentira.

Milene – Sim, podia ser mentira. Mas quando a pessoa entregou mesmo, eu não vejo ela como culpada.

Maria – Então, eu tenho assim, não sei... eu acho que o povo brasileiro não queria resistir porque nós não tivemos apoio. Se nós tivemos que fazer assalto, fazer isso, foi porque não tínhamos apoio de ninguém. Se tivesse apoio, não precisava.

Milene – E você acha que conforme foram passando os anos de ditadura, a mobilização da população diminuiu ou aumentou? Mais pessoas ficaram revoltadas contra o regime ou foi diminuindo o número de pessoas?

Maria – Menina, eles foram exterminando os grupos, um por um. A ação deles foi muito boa, muito, entendeu. O serviço de inteligência que montou aqui foi pesado, com tortura, tudo, então eles fizeram um bom trabalho. A ponto de eu ouvir pessoas de fora, guerrilheiros, dizerem: “é, nós não iríamos conseguir se fosse assim”. O interesse que eles tinham do Brasil não ser socialista e o interesse que era tirar Jango e as reformas que Jango preconizava.

Milene – E as classes média e alta foram as que menos se mobilizaram contra o regime ou não?

Maria – Com certeza, porque eles só tinham a perder (com o socialismo). Tinham as razões deles. Agora eles estão aí, a burguesia, com o problema da violência, o problema das drogas, o problema familiar. “Ta” aí. Vá em Cuba, vá lá e veja se existe isso. Hoje

em dia é fácil chegar em Cuba, não tem mais bloqueio. Vão lá e vejam se tem jovem drogado pela rua, se tem nada disso. No socialismo isso não acontece.

Milene – Eu vou fazer uma pergunta bem pessoal e se a senhora não quiser responder, não tem problema. Como foi o tempo que você passou na prisão? Você sofreu algum tipo de tortura?

Maria – A tortura é o seguinte: como aconteceu comigo, aconteceu com todas as pessoas. Nós éramos presos, daí eles... Conhece o pau-de-arara? Então, imediatamente você era desnuda, ficava nua, algemada, enrolada no pau-de-arara e botavam o choque elétrico no ouvido, vagina, ânus, e aí ligavam uma maquininha. “Brrrr”. E aí você... Eu tive problemas assim de ficar... de ter tido uma hemorragia, eu entrei em coma. Algumas vezes que me levaram para o hospital, eu estava em coma, mas eu tinha uma resistência física boa. Já o “Toledo”, a pessoa dependendo da resistência... o “Toledo” nos choques logo morreu, por causa da pressão, entendeu. E eu era jovem, tinha uma pressão boa, agüentei.

Milene – Ele morreu no DOPS?

Maria – Não, morreu na chácara do Fleury, estava junto comigo.

Milene – E eles avisaram a família?

Maria – Eles entregaram o corpo para a família, porque ele era conhecido, porque da maioria não entregavam.

Milene – E a senhora conseguiu sair do sítio?

Maria – Tiraram, porque aí o DOPS... quando a OBAN soube, me pediu e me levaram pra lá. Era loucura deles.

Milene – Na OBAN, a senhora ficou...

Maria – Torturada de novo, pelo exército, aí era Exército. Então você imagine quantas coisas eu assisti, assim, de pessoas perderem a memória... Teve uma mulher, no primeiro choque, ela regrediu, virou menina. Uma morena alta, bonita. Na hora que eles deram o primeiro choque, ela começou a falar estranho, virou menina. O psiquê da pessoa é loucura. Muitas pessoas enlouqueceram.

Milene – Cada um reage de um jeito, porque é uma situação de muito nervoso. E cada um ficava em uma cela ou eles colocavam juntos?

Maria – Dependendo. Quando você estava sendo interrogado, era separado. Depois eles juntavam, sabe. Então é isso que... foram brasileiros, brasileiros! Agora, o que eu sei é o

seguinte: que os EUA financiaram esse golpe, não só para a gente, como para toda América Latina. No dia em que eles pararam de financiar, todos recuaram. O sentimento patriótico deles logo se acabou. Ficou todo mundo bonzinho. E aqui, no Brasil, nós somos anistiados assim como os torturadores, é assim que a gente tem que aprender a viver. Eu acho que é por isso que a gente tem que acordar e parar com a fantasia porque nós não estamos no poder “pinoia” nenhuma, eles estão usando algumas figuras só. Agora eu vou lhe dizer que é melhor. Não vou dizer que é a mesma coisa, não. É melhor, bem melhor que a época da ditadura, sabe. Mas as soluções que nós queríamos, elas não vieram... e não virão. Não virão porque uma coisa depende da outra. Sem socialismo é difícil, com socialismo já é difícil, sem socialismo então... como é que a divisão pode ser justa? Aonde? Que divisão é essa sem socialismo, entendeu? Existem apenas medidas tapa-buracos e vai se tapando os buracos e surgem as feridas sociais. Você não sabe a quantidade de crianças drogadas? Isso atinge a alma da gente, deixa a gente aos pedaços. Eu não consigo ver, quando eu ando na rua, eu não consigo olhar, me dói demais, me atinge sabe. Você acha que eles não poderiam resolver isso, meu Deus?

Milene – Eu acho que sim. E quando você ficou presa, faziam perguntas sobre a ALN ou sobre a faculdade de filosofia?

Maria – Não, não. Porque eu acho que eles sabiam, eles eram muito bem informados, sabiam que dentro da Faculdade de Filosofia era todo mundo de boca calada, todo mundo. Não era só eu, ninguém falava, ninguém se manifestava.

Milene – Nem os professores?

Maria – Nenhum, nenhum. Todos ali se limitavam ao assunto da aula. O que eles podiam fazer para agredir a gente, eles fizeram: tiraram filosofia do currículo. Porque era uma coisa em que você naturalmente bota o outro pra pensar. Naturalmente, uma pessoa pensando chega a certas conclusões. Sem precisar ninguém falar nada, entendeu? Você mesmo conclui.

Milene – Enquanto você estava na faculdade, o governo tirou alguma matéria do seu curso?

Maria – Não, todas as matérias continuaram. Porque no curso de filosofia tudo é perigoso, então teria que tirar o curso.

Milene – E autores como Marx, vocês estudaram?

Maria – Ah, sim. Estudamos. Mas quem deu Marx foi um professor de ética. Que maravilha: foi um professor de Ética, que era um fundador do CCC – o Comando de Caça aos Comunistas.

Milene – E no DEOPS, eles faziam perguntas sobre a sua profissão, sobre ser professora ou não?

Maria – Não, só me perguntaram onde eu trabalhei e foram nos lugares. Foram no cursinho. E lá não tiveram nada para colher, entendeu.

Milene – A senhora deu aulas em um cursinho também?

Maria – No cursinho foi o seguinte: tinha as aulas para o vestibular de direito, que entrava filosofia. Daí eu preparei uma apostila, mas eles não gostaram e aí chamaram o diretor. Porque a apostila era muito apertada, “puxava muito pela cabeça deles” e eles não gostaram. Aí eu parei de trabalhar lá. Me deu um trabalho fazer aquela apostila e eles não gostaram. Porque não tinha livro, aí eu fui pesquisar e organizei uma apostila para eles estudarem e não gostaram porque disseram que não estavam entendendo nada. Mas eu não estava muito interessada, isso aí pra mim não...

Milene – A senhora era estudante ainda?

Maria – Já era formada.

Milene – Então você já fazia parte da ALN?

Maria – Já, já, já.

Milene – Enquanto a senhora participou da ALN, você não parou de trabalhar?

Maria – Não, não. Só depois que realmente eu caí na clandestinidade, foi na hora que eles descobriram meu nome, onde eu estava e tal, aí eu não podia mais trabalhar, entendeu.

Milene – A senhora tinha um apelido?

Maria – Vários. Ia mudando, não dá nem pra lembrar. Pra cada pessoa tinha um...

Milene – Deixe-me ver o que mais...

Maria – Bom, eu acho assim que a educação está inserida num todo, claro que a educação foi atingida. Você vê, né, acabaram com a Campanha de Alfabetização, tiraram filosofia do currículo, isso obsessivamente. Então degenerou, mas tudo degenerou também, não foi só a educação. Ela foi uma parte do todo assim. E as pessoas, inclusive, eu acho assim que os relacionamentos humanos. As pessoas eram... se tornavam, eu não sei, muito prepotentes um com o outro, com o próprio vizinho.

Aqui tem vizinhos que até hoje você nota resquícios de que é dedo-duro: “eu vou denunciar o vizinho da frente, por qualquer besteira, eu vou denunciar”. É porque criou uma estrutura nele de delator, sabe. Gratuitamente. Então, você pode imaginar, na minha cela tinha uma moça chamada “Márcia¹⁹”. Chegou “Márcia”, gritava dia e noite, não deixava ninguém dormir, no fim já da ... (minha prisão). Aí eu fui procurar saber e era o seguinte: ela trabalhava numa fábrica de salsicha e o gerente queria sair com ela. Ela não deixou e ele era amigo de um cara do DOPS. Foi presa lá, torturada, junto com as presas políticas. Não entendia nada, a menina enlouqueceu. Quer dizer, o que é o poder na mão dessas pessoas? Não é só o político que se ferra, toda a sociedade se ferra. Milene – Eles prendiam qualquer um, por qualquer motivo. Mas quando a gente lê e estuda sobre o período, a gente vê que professor e estudante que se mobilizava. Então, na sua experiência, não era dentro da faculdade?

Maria – Não, que eu soubesse, não. Pelo menos na minha faculdade, não. Não tinha como, né. Fora da faculdade, claro. Agora, lógico né, que só quem... Porque que professor se mobiliza? Porque professor estuda né, é uma questão só de alfabetização. Porque uma pessoa ignorante, boba, vai em qualquer onda... Até hoje tem gente que engole gato por lebre. Quer dizer, houve essa época da ditadura, essa coisa absurda, mas hoje em dia tem uma ditadura do capital e os seres humanos, eles são sujeitos a isso. Se você não tiver tal coisa... Então existe uma ditadura sim, uma ditadura do capitalismo, sabe.

Milene – E a senhora conseguia comprar os livros pro curso de filosofia sem problemas ou a censura tinha proibido alguns?

Maria – Tinha, tinha proibido alguns. Livros marxistas, por exemplo, ninguém andava com eles na mão.

Milene – E, durante sua prisão, eles queriam saber de nomes de outros participantes?

Maria – Menina, isso daí foi um jogo de inteligência terrível, entendeu. Eu fiquei famosa, até saí na Veja, mas ninguém caiu por causa de mim. Ninguém. Eu consegui não entregar ninguém. Eu fiz um jogo louco. Eu fiz o seguinte jogo: Toledo, o chefe, eu morava com Toledo numa casa, o chefe da organização, nós dois. Caímos os dois juntos. A casa eu sabia que não tinha nada, a gente não tinha nada que entregasse. Aí, o que eu fiz: fiquei dias segurando essa casa. Mas não tinha nada lá, era só jogo com eles,

¹⁹ Nome fictício utilizado a fim de preservar a identidade da envolvida.

para eles ficarem concentrados naquela casa. Aí quando eu entreguei a tal da casa, ui, aquele escândalo. Cercaram a casa, ficaram presumindo que era traição, que alguém fugiu. Mas não tinha ninguém, era só eu e ele (Toledo). Foi um jogo que eu fiz com eles, porque afinal a gente estuda não é pra nada, não é! E aí, graças a esse jogo que eu fiz, quem tinha ponto comigo, ó (fazendo sinal de que a pessoa sumiu). Não tinha mais problema nenhum. E aí eles perguntavam: “você conhece fulano?”. “Conheço, é minha amiga”. Eram pessoas que não tinham nada a ver, aí eles foram vendo que não podiam prender todos os meus amigos, senão ia ser um horror. Porque as pessoas que eram quentes... Bom, o pior que podia ter acontecido é que o chefe da minha organização tinha morrido. O pior já tinha acontecido. Não tinha mais o que acontecer. Ah, teve um fato muito horrível: essa menina é do PT hoje em dia, a dona da casa que eu aluguei, entendeu. Eu mandei avisar, da cadeia, que ela saísse. Ela tinha até um passaporte. Aí ela não saiu e foi na casa, limpar a casa. Aí eles tinham montado campana e prenderam ela. Depois eu não falei mais com ela. Aí, Dilma, tinha acontecido a mesma coisa com ela. Dá tanta raiva. Depois ela ficou falando mal de mim, mas a pessoa que levou o recado pegou ela e disse: “Olha, fui eu quem lhe dei o recado. Ela mandou te avisar de dentro da cadeia”. Ninguém mandou ela ficar, a casa tinha que ser entregue.

Milene – Ela não tinha nada a ver. Só era dona da casa?

Maria – É.

Milene – O seu marido foi preso também?

Maria – Foi, foi.

Milene – Na mesma época que você?

Maria – Não, ele foi preso antes.

Milene – E não procuraram seus pais, suas irmãs, seus parentes?

Maria – Não, porque eu estava em São Paulo e era muito distante (da Bahia).

Milene – Só você se mudou pra lá?

Maria – É.

Milene – E hoje em dia, como você vê sua atuação, tudo que você fez?

Maria – Eu faria tudo de novo, melhor ainda agora talvez, com mais experiência. Porque é o seguinte: não deu certo, pelo menos a ideia que a gente queria não aconteceu, não deu certo, que era a mudança na sociedade. Mas foi uma reação, entendeu. Se você enfia um negocio em mim, eu vou gritar: “ai”. Aquela situação

humana para se viver era impossível, ninguém podia conversar. A burrice era maior do que você pode imaginar, como eu lhe falei. Se você falasse um nome que ele (policial) não entendesse, você estava preso. Se você namorasse alguém que o pai tivesse poder, ele ia lá, passava um dinheirinho para o cara (policial) e, no outro dia, seu namorado estava preso. Então era uma situação muito horrível de se viver. Por isso eu faria sim, faria de novo, a mesma coisa.

Milene – E depois que o Marighela e o Toledo morreram, a ALN praticamente acabou?

Maria – Acabou.

Milene – Quando você saiu da cadeia, já tinha acabado?

Maria – Já.

Milene – E sua atuação no movimento acabou?

Maria – Claro, claro. Vamos revisar, isso que eu lhe digo, não é porque você não está atuando politicamente que você deixa de pensar, de existir e de influenciar as pessoas que estão em volta.

Milene – E a senhora continuou morando em SP?

Maria – Não, eu tive que vir para cá, para a Bahia, logo que saí da cadeia. Não pude ficar lá, não.

Milene – O seu marido também já tinha saído?

Maria – Já tinha saído.

Milene – E quando você saiu da cadeia, sentiu preconceito, as pessoas te olhavam com outros olhos?

Maria – Com certeza. Com certeza. Só a família, porque não tinha jeito. Só a família e mais ninguém. Fiquei com umas duas ou três amigas e mais nada.

Milene – Aqui na Bahia também?

Maria – Também. Eles sabiam (da prisão), era divulgado.

Milene – Quando eu liguei para a senhora, achei engraçado você contando que, quando chegou na cadeia, as presas diziam que vocês não eram terroristas.

Maria – Ah, as presas comuns chamavam a gente de meninas aterrorizadas. Elas falavam “olha as meninas aterrorizadas”. Elas viam né, porque preso comum sabe. Agora tem uma forma da gente viver, driblando tudo isso, é melhor sabe. Eu acho que apesar de tudo isso, a gente tem que procurar viver, ser feliz mesmo. Encontrar a felicidade nesse dia-a-dia, já que eles estão dando a margem para a gente respirar, então

vamos respirar. E o senso crítico da gente precisa abrir, ver até que ponto a pessoa está sendo condicionada. Eu, de qualquer modo, sempre vou escandalizar porque eu vou fazer o que eu gosto de fazer, pouco estou me importando.

Milene – O que achei mais bonito em ter conhecido a senhora, foi ver que você não mudou. Porque tem muita gente que era de esquerda e agora é direita.

Maria – Não sei como. São coisas que eu não consigo entender. Porque tinha alguma coisa na visão da gente que não dá para mudar, entendeu. Depois que você enxerga que branco é branco, preto é preto, como é que vai mudar? Então nunca foi... estavam nessa história só por interesses.

Milene – A senhora tem contato ainda com o pessoal daquela época (da organização)?

Maria – Cada um era de um lugar tão distante, que não foi nem porque a gente não se amasse. A separação foi dura e penosa. Quem ficou preso junto por muito tempo, a gente passou a se amar, mas cada um era de um lugar e ninguém tinha condições de sobrevivência e, sabe, não deu pra gente viver junto. Mas o pessoal que saía da cadeia ficava comigo, até se arrumar e tal.

Milene – Ainda durante a ditadura?

Maria – Ainda.

Milene – Mas a senhora não foi mais presa?

Maria – Não, mas eles “botaram posto”.

Milene – Para vigiar?

Maria – É.

Milene – Bom, eram essas as perguntas que eu tinha...

Maria – Agora, de educação, é isso que eu lhe falei: eu acho um trabalho bonito que tem motivado as pessoas a pensarem, entendeu.

Milene – Entre a educação de antes da ditadura e durante a ditadura, a senhora acha que melhorou ou piorou?

Maria – Claro que piorou. Você pode conversar com as pessoas que estudaram antes da ditadura. Depois eles logo tiraram os papéis, ninguém precisou mais aprender escrever, todas as provas vinham mimeografadas. Precisava ler só e marcar o “x” (provas de múltipla escolha). Na nossa época, não tinha isso, a pessoa escrevia tudo. Foi isso: eles aplicaram alguns métodos que facilitavam a vida deles, né.

Milene – E colocaram matérias novas, como Educação Moral e Cívica. E era para formar a pessoa obediente.

Maria – Claro, respeitosa, é.

Milene – E depois da ditadura, a senhora acha que a educação melhorou?

Maria – Não. Cada vez que eu vejo um jovem aqui por perto, ele não sabe ler. Eu dei um texto para um e ele não soube ler o texto. Eu perguntei: “você quer estudar comigo?” e ele disse “não”. Porque eu sempre me ofereço, eu adoro ensinar, entendeu. Se abrir uma brecha, eu estou ali. Mas eu não tenho nenhum elogio à educação antiga, tipo a que eu vivi. Eu tive uma vizinha, uma senhora muito elegante, que não sabia ler. Pessoas que não sabiam ler por trauma. A reação que eu tive de saber ler tudo quando a professora me bateu com a régua, podia ter acontecido o contrário e eu não saber ler um “A”. Porque a perversidade nos professores era muito forte. Então essa bondade do professor é mentira. Usavam a cadeira para impor, para impor o pensamento, sabe como é. O professor era uma figura terrível, terrível na minha época. Não tenho boas lembranças de nenhum.

Milene – As perguntas que eu tinha pensado eram essas, aí se a senhora quiser falar mais alguma coisa...

Maria – O que eu acho com relação à educação, esse negócio do método, hoje em dia não tá legal. E antigamente era horrível. Então é preferível não saber ler porque é descarado ou porque é traumatizado? Porque eu não estou vendo diferença... Ninguém interessado em realmente motivar e ajudar as pessoas, entendeu. Isso que nós estávamos fazendo com Paulo Freire, até hoje ninguém retomou o trabalho. Porque é um trabalho assim: eu lhe falei que a gente passa um mês só conversando. E, também, não sei se tem pessoas com motivação para isso, para fazer isso. Qual é a motivação do professor hoje em dia? Tem gente com sentimento como nós tínhamos? Nós não ganhávamos nada. E o método de Paulo Freire, na prática, é tão simples, tão simples. Você vai alfabetizar na ilha de Itaparica, você viaja para lá, fica lá olhando o que é que tem. Peixe, rede, camarão, sururu. Olha o povo trabalhar e vai aprendendo. Quantos analfabetos tem? Faz a reunião com eles, fotografa. Qual é a palavra melhor, a coisa que mais representa? Sururu, por exemplo, que a turma come. E aí você bota o pessoal para conversar, para escrever, sabe. É lindo, é lindo. As pessoas passam a se respeitar porque o seu trabalho é lindo, saiu ali no slide.

Milene – As fotos que vocês tiravam no lugar é que saíam no slide?

Maria – Saíam no slide.

Milene – Ficava a senhora e os alunos na sala ou tinha mais gente?

Maria – Na ocasião, tinha mais gente olhando, tomando conta.

Milene – E todo mundo fazia o trabalho coletivo?

Maria – É. E o sentimento do Paulo Freire sempre foi esse: a educação está muito ligada à parte humana, a você respeitar o outro, amar o outro, entendeu. Você não pode ensinar o outro com o sentimento incorreto. Isso até hoje eu tenho raiva: de terem queimado minhas obras sem minha permissão.

Milene – É, eu queria conhecer mais sobre o trabalho dele. Tem os livros...

Maria – É, os livros ele escreveu fora. As apostilas eram interessantes porque eram do dia-a-dia, era “orienta, faça assim, faça assado”. Agora, você veja, porque que Paulo Freire é destruído? Porque tem uma indústria aí que tem que vender. Então eu tenho certeza que é a máfia das editoras que impede que Paulo Freire seja divulgado.

Milene – E também por causa da própria proposta dele, né.

Maria – Claro, porque o primeiro ponto é você botar ali e dizer “o que é que você acha disso?” e ficar escutando. A gente bota a pessoa para falar e fica escutando.

Milene – Imagine na época, milhões de analfabetos, um pouco antes da ditadura, você colocar eles para falar, para pensar. Se eles chegassem à conclusão de que estava tudo errado, de que eles eram explorados, o que aconteceria no Brasil?

Maria – Pois é, mas é esse o motivo da minha admiração por ele. Eu lhe disse que eu era do Partido, mas por teoria, por marxismo, porque quem despertou o sentimento de amor ao povo foi Paulo Freire. O contato com as pessoas, o despertar do sentimento de gratidão pelo que eles fazem. Até hoje eu vou na feirinha, podia ir aqui perto, mas vou lá só pra ver eles chegarem da roça, com alegria. Minha proposta é o seguinte: se possível estudar mais Paulo Freire, se possível aplicar ele. Aplicar ele assim no sentimento mesmo. Agora, como lidar com os meninos que usam droga, eu não sei. Porque teria que realmente voltar a pegar nas armas, buscar o socialismo e começar tudo de novo, vamos mudar tudo. Eu acho impossível você ensinar uma pessoa drogada, isso daí agride a inteligência da gente. Teria que resolver isso primeiro. Agora, falar que a educação muda tudo... Porque tinha outras pessoas também, outras coisas.

Milene – Entendi. Mas é isso, muito obrigada!

Maria – De nada! É isso, veja o que lhe interessa.

Entrevista com Laura Natal Rodrigues:

L – Eu tenho um memorial escrito pela minha mãe sobre a vida dela e estou pensando em disponibilizar na internet, não sei se vai ser em um site ou um blog. Tenho coisas do meu pai também e vou disponibilizar sobre os dois mesmo porque se eles estivessem vivos, não iriam esconder. Uma parte eu já digitalizei, porque tinha uma parte datilografada. E é esse material que eu estou pensando em disponibilizar, fazer uma biografia sumária da carreira deles e disponibilizar o memorial na internet. No caso dela, minha mãe sempre foi muito sucinta para falar dela tanto que esse memorial tem 16 páginas. Está super atualizado porque é de setembro de 91. Eu quero disponibilizar até para vocês (pesquisadores) porque tem todo o processo político dela, como foi, porque aconteceu e aqui ela fala da experiência dela no Ensino Médio. Algumas coisas eu não lembrava mais porque quando ela foi presa, foi em 68, eu tinha 13 anos.

M – É, não dá para lembrar tudo.

L – Lembro, lembro, mas um ou outro detalhe eu tinha esquecido. Por exemplo, quem que tinha denunciado ela, eu não lembrava. Foi o diretor da escola. E aí eu estava relendo aqui e vi, porque se não está escrito você começa a esquecer, né. Então esse material, se você quiser, eu posso disponibilizar para você porque tem tudo: desde quando ela foi para escola até os últimos dias dela na UFSCar.

M – Nossa, eu quero sim! Se você puder, eu agradeço.

L – Está sucinto, mas era o jeito dela. Acho que como ela colocou como memorial, era justamente para pleitear algum outro cargo ou alguma qualificação maior dentro da universidade. E, na época, eu estava fazendo doutorado na Suécia, então eu estava fora. Mas eu lembro dela ter comentado nas cartas que estava escrevendo um memorial e ela reclamava porque não gostava de falar dela mesma. Mas tinha que fazer, então ela foi enxuta. Está “pão, pão; queijo, queijo”. Então esse material para você, eu acho que vai ajudar bastante. Eu tenho ele em arquivo eletrônico, eu te mando.

M – Nossa, seria ótimo.

L – Faz muito tempo que eu digitalizei. Tenho algumas coisas do meu pai também. Meu pai tem muita coisa.

M – E o seu pai era sociólogo?

L – Era.

M – Ele entrou direto na universidade ou trabalhou em escola antes?

L - Olha, na verdade, ele começou como jornalista durante o ginásio, no final do ginásio, para sobreviver. E eu tenho todos esses artigos de jornais porque tanto meu pai como minha mãe se conheceram na época de ginásio, em Ribeirão Preto.

M – E já começaram a namorar?

L – Já. E foi aí que eles vieram para São Paulo. Mas, na época, meu pai começou a escrever para os jornais locais de Ribeirão. Depois vieram para São Paulo. Tem aqui o detalhe... Acho que minha mãe foi para Ensino Médio. Eu acho que aqui em São Paulo ela já foi para o Ensino Médio, que foi para essa escola onde ela sofreu denúncia. Ah, meu pai foi diretor técnico do DIEESE. Depois, ele quis voltar para a universidade. Cansou de trabalhar em empresa, trabalhou uns 5 ou 6 anos na Hidroservice, aí quis voltar para a Universidade porque, tanto meu pai quanto minha mãe, sempre gostaram muito do contato com alunos. Eles gostavam de ser professores. Então, toda vez que, por algum motivo, eles tiveram que se afastar dos alunos, isso sempre fez muita falta para eles. E aí ele quis voltar para a Universidade e foi para São Carlos, ele foi primeiro. Minha mãe não queria muito sair de São Paulo, mas aí acho que um ano depois, ela conseguiu um cargo lá na UFSCar e foi de vez. (...) E, acho que um ano depois, ele começou a construir uma casinha pequena, depois construiu uma casa maior, e aí minha mãe foi. Eu fui bem depois porque eu terminei minha faculdade, fiquei sozinha em São Paulo, eles já tinham ido para São Carlos, aí eu consegui um emprego no Sul. Eu não estava muito satisfeita e meu pai teve um enfarte, aí foi decisivo. Eu voltei, ele foi internado em São Paulo, depois teve alta e voltou para São Carlos. Aí não tinha como deixar só minha mãe cuidando do meu pai .

M – Você lembra em que época mais ou menos sua mãe foi trabalhar na UFSCar?

L – Eu acho que... porque eu sai de lá em 84, fui morar lá em 82... deve ter sido em 80, final dos anos 70, deve ter aqui (no memorial).

M – Até então ela trabalhava como professora em escolas de segundo grau, no colegial?

L – No ginásio, no ginásio. Tem um outro período dela que ela fala aqui que foi na escola Morumbi, que ela coordenava o ensino de primeiro grau na escola Morumbi, que era aqui na Avenida Brasil. Isso foi de 74 a 76. Antes disso, ela ficou um bom tempo trabalhando na TV Cultura, naquele programa... na época foi a primeira implantação do Mobral na televisão. Isso também está descrito no memorial.

M - Na Escola Morumbi ela era coordenadora?

L – É, ela coordenava justamente o projeto de alfabetização que aí depois, em São Carlos, ela deu continuidade a isso.

M – Mas no Mobral, pela televisão, ela trabalhava...

L – Ela trabalhava com alfabetização.

M – Então ela trabalhou com adultos também, com jovens e adultos?

L – Trabalhou. Ela prestou uma assessoria também nesse lado de TV Educativa em São Luís do Maranhão, acho que foi antes... (...) Ela começou com a TV Educativa, na Fundação Padre Anchieta, ela fez livro didático do ensino básico, que era a cartilha. E depois ela expandiu para o Ensino Médio, com esse projeto das TVs Educativas. Então foi esse período que ela ficou em São Paulo. Olha, depois, entre 76 e 78, ela recebeu bolsa de pesquisa da Fundação Carlos Chagas para coordenar vários projetos de análises das redações dos alunos de vestibulares. Também isso ela deu continuidade lá na UFSCar.

M – Aí ela ainda não tinha entrado na UFSCar?

L – Ainda não. Deixa eu ver aqui... e ela também teve espaço então para publicar os trabalhos de pesquisa dela nesse período que ela ficou... Aqui, olha, em agosto de 79. (...) Então, aqui (no memorial) tem toda essa trajetória. Acho que uma ou outra coisa, nem eu lembrava. Mas foi em 79, porque eu saí de São Paulo em 80 e aí, nos finais de semana, eu ia visitá-los na chácara em São Carlos. Foi antes do final da minha graduação.

M – E quando eles faleceram, você estava fora?

L - Eu estava fazendo doutorado na Suécia. Estava fora do Brasil. Meu irmão estava morando em Brasília. Não, minto, ele já estava morando em Campinas, era mais perto. Mas a minha mãe deu continuidade a essa parte de redação no vestibular da UFSCar. (...) Na USP, ela ficou pouco tempo.

M – Você sabe se esse material da TV Educativa está disponível em algum lugar? Na internet?

L – Eu achei outro dia um manuscrito de um dos... porque o que eu fazia: durante minhas férias escolares, eu era secretária do meu pai e da minha mãe, então eu datilografava quase todos os trabalhos deles e um deles eu achei.

M – É um trabalho que ela corrigiu ou ela escreveu?

L – É um dos livros didáticos.

M – Ah, que legal!

L – Mas eu lembro que eu guardei alguns exemplares. Eu não lembro direito, mas acho que era “O tempo e a escola” que era o título da (cartilha), mas era da Abril, da Editora Abril. Não sei na época qual era o vínculo da Fundação Padre Anchieta com a Editora Abril, mas eu lembro que quem publicou foi a Editora Abril. (...) Então o que eu tiver, eu vou disponibilizar. O que eu não posso disponibilizar são os livros porque aí tem direito autoral. No caso dela, tem a tese de doutorado dela, que foi sobre o dialeto caipira em Piracicaba, que saiu pela Ática. E esse inclusive – não sei se você sabe - ela recebeu um prêmio na Academia Brasileira de Letras. Eu acho que na época seria como se fosse a melhor monografia do CNPQ. Eu fui com ela na... acho que meu pai também foi... foi lá no Rio, ela recebeu o prêmio e tudo o mais. Ficou bastante orgulhosa porque foi uma retribuição depois de muitos anos de luta, né, porque com o AI-5 – mesmo psicologicamente – ela ficou muito marcada. Ela ficou um bom tempo sem conseguir emprego. Acho que ela ficou uns 2 ou 3 anos em casa, assim trabalhando nas pesquisas dela, mas não é a mesma coisa de você estar empregada. Então isso mexe muito com a cabeça.

M – Ela foi denunciada pelo diretor da escola antes ou depois do AI-5?

L – Foi antes.

M – E aí ela perdeu o emprego?

L – Perdeu. Ela foi aposentada pelo Ensino Médio.

M – Ela nem tinha idade para se aposentar?

L – Não. Não lembro quantos anos ela tinha, mas acho que era talvez na faixa dos 40 anos.

M – E você sabe como foi a formação da sua mãe? Onde ela estudou?

L – Tem tudo aqui. Olha, o ginásio... toda parte... foi em Ribeirão Preto. Olha, ela fez inclusive Escola Normal em Ribeirão. Porque, na época, para poder lecionar, você tinha que fazer Escola Normal.

M – Ainda não era exigido faculdade, né.

L – Não, eu acho que ainda não tinha licenciatura nas... o pré-requisito era cursar escola normal, então ela fez. Pelo que está aqui, eu tenho impressão que ela fez em Ribeirão. (...) Em 62, ela recebeu um convite do falecido Darcy Ribeiro, quando ele criou a UNB.

M – Para trabalhar com ele?

L – É. E aí meu pai também foi.

M – Ah, então foram os dois trabalhar na UNB?

L - Os dois. Foram e nós fomos juntos também. Aí nós já começamos a “ladainha”.

M – Então foi a partir daí que ela parou de trabalhar em escola e começou no ensino superior?

L – Então, mas aqui esse período de 52/53, eu não sei se foi já na mesma escola. Eu acho que foi viu.

M – Talvez ela tenha voltado depois a trabalhar em escola, né?

L – Voltou. Porque depois, quando o Exército invadiu a UNB – isso em 64 – todos os professores foram muito perseguidos. (...) Só que aí a coisa ficou complicada. Aí em 64/65, ela lecionou português para estrangeiros lá. E, naquela época, logo que o Darcy implantou a UNB, implantou aquele sistema da universidade aberta, que aí você não tinha que estar inscrito na faculdade. Você podia fazer qualquer curso e eles tinham uma série de aulas magnas e aí você assistia aquelas que você queria. (Devido à repressão sofrida), eles voltaram para São Paulo.

M – Acho que aí que ela voltou a trabalhar em escolas.

L – Pra USP.

M – Ah, na USP?

L – Acho que é. Deixa eu ver aqui. É, olha, em 64: “eu estava vinculada ao governo do estado de São Paulo que, por interferência do Zeferino Vaz, não renovou meu afastamento.” Então, ela tinha esse cargo no Ensino Médio, pediu afastamento e foi para Brasília. Aí teve problema quando o Zeferino não renovou... Ela voltou para São Paulo, tentou trabalhar em faculdades particulares, mas aí já começou o estigma da Universidade de Brasília.

M – Porque todo mundo sabia da invasão da UNB e que ela trabalhava lá?

L – Ah, todo mundo sabia. Todo mundo sabia. Meu pai foi preso. Eu cheguei a visitar meu pai na prisão, tanto eu quanto meu irmão.

M – Já em 64?

L – Já. E com o policial do exército com metralhadora na frente da cela. E a gente foi. Só que aí minha mãe ficou com medo de... Então, nós dois fomos morar com uma amiga francesa dela, temporariamente.

M – A sua mãe também?

L – Não. A minha mãe não ficou no apartamento, porque ela ficou com medo de ser presa, e separou a gente para não ficarmos junto com ela e sei lá... levarem a gente junto. Ela tinha esse receio. Então, nós ficamos cerca uma semana ou dez dias na amiga dela. Tanto é assim que ela deixava todos os vidros fechados com cortina e não deixava a gente sair na rua, porque aí ela ficou com uma responsabilidade grande perante a minha mãe. Depois que o meu pai foi solto, aí sim a gente voltou pro apartamento. Mas a minha mãe achou por bem separar a gente.

M – E tinha algum motivo específico? Eles fizeram alguma coisa ou foi só por trabalharem numa universidade?

L – Não, absolutamente nada. E ainda mais por ser esse modelo de universidade aberta que, na época, já revolucionou um pouco a estrutura universitária existente. Certamente isso influenciou, mas foi o período da repressão política que mais prevaleceu nesse caso... E aí eles foram no que eles achavam que seria o foco da rebelião, que seria a universidade.

M – E sua mãe já estava com medo de ser presa, desde esse momento?

L – Já, já. Porque o Exército invadiu literalmente a UNB. Não sei se colocaram tanques. Nós chegamos a morar dentro... logo no início da UNB, eles tinham alguns alojamentos para os professores. Nós chegamos a morar alguns meses, depois eles tinham umas casas funcionais porque eram poucos professores na época. Porque Brasília estava construindo, não tinha moradia. Aí que eles construíram, depois, as superquadras e aí a UNB disponibilizou apartamentos funcionais para os professores. Aí que a gente foi morar no apartamento, mas acho que por cerca de um ano, a gente morou no próprio campus da UNB. Então, nesse período da invasão, a gente já estava morando no apartamento. Não lembro como foi, eu era pequena, tinha uns 6 ou 7 anos. Eu não sei se

foi com tanque, mas isso é fácil de descobrir. Mas a preocupação dos professores foi exatamente o que eu falei, porque todo mundo tinha filho pequeno.

M – E ficando nesse apartamento... Era onde os policiais iriam procurar, né.

L – É, todo mundo sabia o endereço, era só bater na porta. No caso do meu pai e de outros professores, se não me engano, ele foi preso dentro da UNB. Porque se não tivesse sido assim, eu lembraria deles chegando no apartamento, mas não foi. Então ele estava lá na UNB.

M – E ele ficou bastante tempo preso?

L – Minha escala de tempo não... mas acho que umas duas semanas, porque quando eu fui visitá-lo, ele estava muito barbado, todos eles estavam. E eles deixaram sair da cela cinco minutos só, pouco tempo e já voltaram.

M – Ele foi preso pelo exército?

L – Pelo exército. Eu lembro por conta dos guardas com uma bairra metralhadora e a gente com seis ou sete anos. Que ameaça que a gente era? E aqueles marmanjos de metralhadora... Então, essa imagem me marcou bastante. E foi assim num dia que foi a única vez que eles deixaram visitar, porque eles ficaram incomunicáveis, e nesse dia eles permitiram que os familiares fossem visitar.

M – E sua mãe foi?

L – Foi. Ela fez questão de levar nós dois. Nós fomos junto com ela, assim como as outras esposas. Como era basicamente todo mundo... a gente não morava todo mundo no mesmo prédio... então a nossa vizinha de cima também era professora, o casal era professor da Unb. Aí foi minha mãe, ela (a vizinha) e nós, as crianças, que aí eles permitiram acesso inclusive das crianças.

M – E foi por causa dessa prisão e do medo que vocês decidiram voltar?

L – Voltamos, mas aí essa volta para São Paulo foi muito ruim porque foi esse período de 66. Entre 64 e 66 também foi muito ruim para conseguir emprego. Então, ela já teve problema de reassumir no Ensino Médio.

M – Eles perderam todos os cargos?

L – Eles perderam, mas depois conseguiram retomar (na universidade). Tanto é que um pouco antes de morrer - e isso era uma coisa que eu estava insistindo - meu pai já tinha começado a pedir a reintegração na UNB. Ele já tinha entrado com a papelada porque ele também se sentiu prejudicado. Mas aí eu acho que ele já estava quase na reta final de

pedir porque, nessa época, todos já estavam – talvez até por iniciativa do próprio Darcy – pedindo essa reintegração.

M – Sua mãe tentou também?

L - Minha mãe não fazia muita questão de pedir essa reintegração. Eu lembro que meu pai já estava correndo atrás desse pedido, mas acho que minha mãe estava um pouco descrente dessa reintegração.

M – Era um direito deles.

L – Era um direito deles, mas...

M – E aí, depois desse período, ela ficou um pouco na USP, quando vocês voltaram?

L – Não. “Voltei ao Ensino Médio em 65”. Ainda não. Aí o que aconteceu: isso foi só em 65, porque em 66, eles resolveram investir na pós-graduação deles. Nós fomos pra Portugal, com bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian – acho que existe inclusive essa fundação. Minha mãe foi pra fazer o mestrado, acho que sim, acho que foi o mestrado, mas os dois já tinham engatilhado que o segundo ano de bolsa seria na França. Meu pai começou a fazer a tese de doutorado dele em Portugal, coletando os dados, mas ele ia fazer a tese com um orientador na Sorbonne. Minha mãe é que eu não tenho certeza se ela já tinha algum orientador na França. Ela frequentou cursos, seminários... não, foi depois que ela voltou pro Brasil que ela deu continuidade. Então ela ficou mais solta do que meu pai porque ele já tinha uma proposta formal e minha mãe que ficou fazendo os cursos. Tem vários cursos de especialização que ela fez.

M – Então, na verdade, em 65, ela trabalhou numa escola como professora...

L – Ela conseguiu reassumir o cargo na escola do Ensino Médio, mas eles não aguentaram a pressão política e, em 66/67, nós fomos pra Portugal e depois pra França.

M – Voltaram em 68?

L – Em sessenta e... é início de 68. Nós dois voltamos um pouquinho antes.

M – Que ano para chegar, hein!

L – Mas eram dois anos que eles tinham de bolsa. Meu pai ficou porque ele tinha que defender a tese. Ele pegou maio de 68 na França.

M – Vocês pegaram aqui, pegaram lá...

L – Ai, de tudo. E aí, meu pai, com a invasão da Sorbonne em 68, com o fechamento, aliás, da Sorbonne, ele ia defender justamente em maio. Ele só conseguiu defender em

julho, aí ele voltou um pouco depois. Ele ficou dois anos e meio e minha mãe ficou dois.

M – Sua mãe já tinha voltado então?

L – Já tinha voltado e nós dois já tínhamos voltado porque senão eu e meu irmão iríamos ficar muito tempo fora da escola. Porque lá o ano letivo é setembro/ junho. Então, em novembro, ela colocou nós dois no avião e nós viemos morar com a minha avó no interior para, já em 68, começar normalmente no ano letivo daqui. Porque senão a gente ia perder.

M – E vocês ficaram no interior com a sua avó?

L – Ah, foi só o final do ano. Porque nós voltamos em novembro, minha mãe deve ter voltado em janeiro, porque ela tinha a preocupação de conseguir matrícula pra gente na escola aqui em São Paulo. E aí ela conseguiu, ela reassumiu o cargo. Nós dois já estávamos na escola, já estava tudo solucionado e meu pai veio 6 meses depois. Mas aqui também 68 já estava... não estava no mesmo nível que a França, mas já estava...

M – Mas depois no fim do ano, em dezembro...

L – Ah, daí desandou tudo.

M – Então quer dizer que quando sua mãe assumiu de novo no Ensino Médio tinha acabado de sair o AI-5?

L – Foi um ano depois, né. Porque ela foi presa em 68.

M – Aqui?

L – Isso, na escola. Aqui (no memorial) tá descrito.

M – Então ela chegou no começo de 68 e já assumiu o cargo?

L - Foi começo de 68. Reassumiu o cargo. A mesma coisa: ela deve ter pedido afastamento, assim como ela pediu afastamento pra ir pra Brasília, pediu afastamento pra ir pra Portugal e França, reassumiu e retomou as aulas. Só que aí começou a confusão na escola.

M – Você lembra como foi essa confusão?

L – Ah, tá descrito aqui. Eu não me lembrava de tudo dessa história. (...)

M – Mas aí a aposentadoria dela ficou valendo ou não?

L – Ficou, ficou, porque foi publicado em Diário Oficial e era irrevogável. Tanto é que quem defendeu... lembro que quem defendeu ela nesse processo, nos dois, foi o Dalmo Dallari. Não sei se ele já voltou pro Brasil, mas na época... ele pegava esses casos

complicados porque ele tinha também uma atuação política muito forte naquela época, já era amigo dos meus pais, então ele que pegou esse processo e conseguiu essa absolvição na justiça.

M – Acho que por isso que ela não queria assumir o cargo novamente.

L – É.

M – Então, em 69, ela ficou sem emprego? Porque ela perdeu o cargo em 68 e começou esse trabalho em 70.

L – Ela ficou até abril de 70, foi um período difícil mesmo.

M – E nesse período de 68, quando sofreu esse processo, ela foi presa antes disso?

L – Foi, foi um camburão da polícia prender ela. Foram prender na frente dos alunos. Ela estava dando aula, tiraram da sala de aula. E você sabe como que nós soubemos que ela foi presa? Era aqui na Tutóia que eles traziam, né. Como é que chamava? Tinha um nome, tinha até um apelido essa delegacia, eu não lembro. Estava sendo libertado na mesma hora, o Gianfrancesco Guarnieri, que também conhecia minha mãe porque eles eram muito amigos do Maurício Segall, que tem o Museu lá do Lasar Segall, e ele, na época, era o dono do Teatro São Pedro. Então eles frequentavam muito o meio artístico e por conta dessa amizade, ele reconheceu minha mãe. Avisou meu pai: “acabei de cruzar com a tua mulher”. Porque o que que acontecia na Tutóia? Acho que foi lá inclusive... não foi lá que foi morto o Herzog?

M – Foi.

L – O que acontecia lá era eles sumirem. Porque de lá acho que eles transferiam para o DOPS e aí a família perdía o rastro. Na mesma hora meu pai... não lembro quem que ele acionou, acho que provavelmente foi o Dallari e mais outros juristas amigos, não lembro... Ela não fala também quanto tempo ela ficou presa. Acho que ela passou uma noite.

M – Uma noite?

L – Passou, passou. Acho que não foi mais que isso não.

M – Quer dizer que na escola ninguém se preocupou em avisar vocês, nada...

L – Nada. Não, não, porque ninguém sabia para onde que eles iam levar. Porque os alunos tentaram saber, imagino que tentaram saber, mas você acha que eles iam dar satisfação? “Ó, ‘to’ levando no 10º DP”. Não.

M – Aliás, pelo jeito, quem deve ter se preocupado mais foram os alunos e não os outros professores, né?

L – Não. Ninguém levantou um dedo pra ajudar nem nada. (...) Eu acho que os outros professores tinham um pouco de inveja porque minha mãe tinha uns... não sei que trabalho que ela fez, que ela levou os alunos todos pra Bertioiga. Então, eu acho que isso causava um ciúme muito grande para os outros professores. Até entendo. Então, ela fazia assim muito trabalho externo com os alunos. Pegava a turma e “vamos para Bertioiga”. Eu não lembro porque motivo ela levou os alunos pra Bertioiga naquela época, mas ela tinha “ah, vamos para tal lugar”, para tirar um pouco os alunos da sala de aula. Então, com certeza, só faltou ela entrar com a bandeira do Partido Comunista na escola, coisa que jamais aconteceria. Mas chega a esse absurdo mesmo.

M – Ela não era comunista?

L – Não, tanto meu pai quanto a minha mãe defendiam a liberdade de expressão, por conta até da trajetória que eles tiveram.

M – Então, a atuação da sua mãe sempre foi em sala de aula, o motivo dela ter sido presa foi o próprio trabalho?

L – É o que ela falou: picharam o muro da escola e ela entrou de gaiata na história.

M – A gente não tem nem como saber se ela sabia dessa pichação antes de acontecer ou não.

L – Pelo que eu sei, ela não sabia não.

M – E o ensino, na época, era muito dogmático, como ela mesma descreve no memorial. Sua mãe tinha um pensamento mais aberto?

L – Então, porque pelo que ela viu tanto em Portugal quanto na França, a linha dela de pesquisa se abriu, abriu o leque dela. Quando ela voltou, ela teve esse choque muito grande de metodologias e quis implantar isso, mas não foi muito fácil.

M – Acho que ela já foi mal-vista por isso.

L – Já, já. Vai mexer no que já está sacramentado? Então, certamente isso contribuiu. Porque, inclusive, na UNB não tinha lista de frequência, não tinha nada, era literalmente... então eles tinham esse relacionamento aberto também com os alunos. Lá fora também não era um sistema tão rígido quanto aqui. Aí voltaram, viram como o ensino estava engessado e foram tentar mudar, óbvio. A gente também faria isso. Só que isso na época não foi bem aceito.

M – E você sabe, acho que é uma infomação difícil de ter, mas se na área dela, ela teve alguma proibição por causa do regime? Por exemplo, não trabalhar com um assunto ou tema.

L – Do ponto de vista teórico-intelectual não. O que ela teve foi o que eu te falei: muito problema para conseguir emprego.

M – Mesmo antes desse período aí ou depois que ela foi presa?

L – Depois, depois. Depois do AI-5.

M – Ela trabalhou então, em 70, na Editora Abril e ficou com o Mobral?

L – Isso, na Editora Abril, com o Mobral, depois ela conseguiu uma bolsa do CEBRAP, foi aí que ela começou a pesquisa do dialeto caipira em Piracicaba. E ela escreveu uma outra obra didática que foi “O tempo de comunicação”. Aí, “O tempo de comunicação” era pra 5ª à 8ª séries. Eu lembro porque isso aqui tudo era eu que datilografava pra ela.

M – Então ela preparou o material e esse material foi para as escolas.

L – Foi. Então, ela começou com a TV Educativa e, paralelamente, ela escreveu esses livros didáticos.

M – Quer dizer que o governo não a deixava trabalhar em sala de aula, mas usava o material que ela preparava?

L – Coisas da vida. E olha, ela fez a tese: (...) Isso eu lembro. Eu fui na defesa dela. (...) Aí vem a parte da TV Educativa, a escola Morumbi.

M – Na escola Morumbi, ela trabalhou como coordenadora?

L – Coordenadora, porque... não sei se ela teve algum problema... não, acho que nessa fase aqui, ela não queria dar aula, viu. Porque, com esse trabalho da Editora Abril, eu acho que ela se encantou pelo processo da alfabetização. Então, ela ficou mais nessa parte de supervisionar, principalmente as professoras.

M – É, porque até então ela não alfabetizava, né?

L – Não. Jamais, em tempo algum. Foi por circunstâncias de vida que ela... e acabou gostando. (...) E isso trouxe muita satisfação. E aí entre 76 e 78, que ela recebeu a bolsa da Fundação Carlos Chagas. Em 79, ela foi pra UFSCar.

M – E dentro do Mobral, será que ela tinha liberdade para expor as ideias?

L – Olha, tinha, porque, na época, quem era o... eu tenho o nome dele aqui... eu acho que era... ela não menciona e não lembro quem conseguiu esse cargo para ela na TV Educativa. Mas foi, porque ela tinha que trabalhar com o cinegrafista, com o cara do

som, com quem ia dar aula... Então, acho que isso foi uma experiência diferente para ela. Porque, antes, ela se via na frente dos alunos, é diferente de estar na frente de uma televisão e você transmitir isso. E foi esse material que ela foi várias vezes para São Luís, para preparar. Aí quando ela ia pra São Luís, ela ficava alguns meses lá porque era um trabalho mais extenso e aí não dá pra ficar “bate e volta. Então ela ficava alguns meses e voltava. De Manaus, eu não lembrava mais.

M – E será que eles desenvolviam um material para cada estado?

L – Foi, foi. Foi com esse objetivo que ela foi. Porque não se aplicava o material que era gravado em São Paulo no Nordeste, Norte e Nordeste. A gente sabe que é outra realidade. Então ela fez o mesmo trabalho que aqui na TV Educativa de lá. Acho que foi um convênio entre as TV's Educativas, pelo que eu entendi aqui.

M – Então ela ajudava a preparar esse material que seria usado na gravação?

L – Isso. (...) Preparou material didático e preparou o material para o narrador das aulas pelo Mobral. (...) Até ela ir pra São Carlos, que foi em agosto de 79. Entre 76 e 78, ela foi pra Fundação Carlos Chagas, aí aqui ela já mudou o foco para vestibular e esse foco ela manteve em São Carlos.

M – E quando sua mãe estava presa, sofreu interrogações sobre o trabalho na escola ou eles usaram só os depoimentos dos outros professores?

L – Eu acho que não. Não tenho certeza e não lembro de... Porque o grande medo deles, na época, era ir para a sala de interrogatório, porque de lá eles não saíam ou, se saíam, iam para o DOPS e eles sumiam com a pessoa lá dentro ou para onde fosse. Mas acho que ela chegou a dormir lá.

M – E sua mãe era contra a ditadura?

L – Era, ela ia nas passeatas que tinha na época.

M – Ah, ela participava.

L – Participava. (...) Mas quem que não participava? Entre quem era dessa área, todo mundo estava nas ruas.

M – E depois que a ditadura acabou, ela falava alguma coisa sobre o período, alguma recordação que ficou mais marcante?

L – Em que aspecto? Sobre a prisão, ela nunca falou muito não.

M – Até mesmo ligado à escola porque eu tenho interesse em saber se ser professor influenciou ou não na participação nesse movimento contra a ditadura.

L – Ah, com certeza. (...) E pelo fato de ter saído do Brasil. Primeiro, ter vivenciado a UNB, depois ter saído do Brasil e depois ter voltado para cá... porque lá, em 67, na França, já estava pegando fogo. Então, já estava um clima bem...

M – E isso permitiu à sua mãe refletir, pensar?

L – Óbvio, os dois, tanto meu pai quanto minha mãe sempre foram de humanas. Então tem uma análise crítica muito maior do que as outras áreas, por exemplo.

M – Você sabe se sua mãe, nas aulas, tentava de alguma forma conscientizar os alunos, mostrar o que estava acontecendo no país?

L – Ah, isso com certeza. Até pelo material didático. Porque tanto ela quanto meu pai sempre procuravam levar temas da atualidade para a sala de aula. Tipo: pegar artigos de jornais e em cima de um artigo de jornal que saiu hoje, discutir amanhã com os alunos. Isso os dois faziam. Isso com certeza eles faziam.

M – Você tem os jornais que eles usavam?

L – Eu tenho alguma coisa, mas eu acho que é da UNB. Olha, isso aqui é material de curso da UNB. Tem vários livros que ele usava. E minha mãe pegava artigo de jornal. Minha mãe pegava muito de jornal, revista, mas ainda preciso organizar.

M – E ela fazia discussão com os alunos?

L – Fazia discussão com os alunos.

M – Ela tinha um bom relacionamento com os alunos?

L – Ótimo. Sempre foi muito bom porque os dois tinham um carinho muito grande com os alunos. Eles traziam os alunos para casa, para discutir em casa, tomar um café. Então tinha esse lado social deles. Mesmo em São Carlos, meu pai fazia um churrasco e levava os alunos pra lá. Eu acho que isso, na época do colégio aqui, incomodava muito.

M – E será que dos alunos ou dos pais, ela sofreu algum tipo de repressão por causa de trazer esse material?

L – Eu acredito que não. Eu acho que foi mais pelos colegas dela mesmo.

M – Os alunos e sua mãe tinham uma amizade fora da sala de aula?

L – Tinham. (...) Porque essa proximidade com os alunos, nós tivemos em Portugal também. O orientador da minha mãe, de final de semana, chamava a gente para ir na chácara dele em Sintra - que era maravilhosa - e a gente passava o dia com ele. Então, tinha esse lado social também dos professores deles com eles. Então, porque é que eles não iam fazer a mesma coisa com os alunos?

M – É. E como você falou que ela era carinhosa, se dava bem com os alunos, é natural.

L – Mas naquela época, isso devia incomodar bastante.

M – É, acho que sim. Bom, então ela não foi presa pelo DOPS, foi transferida pra lá?

L – Ela não chegou a ir pro DOPS, ela foi pra Rua Tutóia.

M – Ah, ela ficou lá?

L – É, não foi transferida porque era o receio na época. (...) Mas eu lembro da pressa do meu pai em tirar a minha mãe de lá. (...) Tanto é que a minha mãe teve que levar a sentença do juiz até para conseguir emprego e as pessoas simplesmente ignoravam.

M – Ela levava para provar que tinha sido absolvida?

L – Isso. Mas não fazia a menor diferença.

M – Deixa eu ver se tem mais alguma coisa, acho que não, porque as outras são mais específicas.

L – É que a minha memória também não ajuda muito, mas alguns desses fatos foram muito marcantes. Então não tem como a gente esquecer.

M – E é difícil saber o que acontecia dentro da sala de aula.

L – Eu sabia disso: que ela levava os alunos para casa, levava pra fazer trabalho fora da sala de aula. Esse pra Bertioga, a gente até foi junto. Ela ficou com os alunos e meu pai ficou com a gente. Nós passamos o dia lá.

M – E depois, quando ela foi presa, os alunos vieram fazer algum contato?

L – Vieram, vieram. Mas por medo mais da segurança deles, ela deve ter afastado um pouco esse contato.

M – Após a prisão, ela quis voltar pra sala da aula ou já se iniciou o processo e ela foi afastada?

L – Não lembro, eu acho que ela não voltou não.

M – Ela fazia alguma reflexão sobre o trabalho como professora no período da ditadura? Ela comentava alguma coisa sobre o que ela fez, o que poderia ou não ter feito?

L – Não, acho que ela não se arrependia, acho que nenhum dos dois se arrependiam de nada do que fizeram, muito pelo contrário. (...) E, por circunstâncias, ela foi pra alfabetização e aí que ela viu que a alfabetização de adultos estava ao “Deus dará” e resolveu se dedicar a essa nova frente de trabalho que apareceu.

M – Você por acaso sabe em que autor ela baseava sua prática?

L – Você diz do tempo do ensino médio ou depois?

M – Os dois.

L - Não sei. Não lembro dele. Ela usava a teoria semi-ótica, que foi a linha que ela se envolveu em Portugal. Por que dava trabalho pra datilografar os materiais dela? Porque tinha aquelas “árvores”... Isso pra fazer na máquina era um inferno, tinha que acertar o alinhamento direitinho. Por isso dava muito trabalho: era pouco texto, mas umas “árvores” desse tamanho e tinha que acertar direitinho na datilografia.

M - Bom, acho que era isso. Muito obrigada pela participação e pelo memorial!

L – De nada!

Entrevista com Luiz Marcos de Magalhães Gomes:

M – Nós podemos começar?

LM – Podemos.

M- Eu gostaria que você começasse contando sobre sua vida, sua formação, onde você nasceu, para eu te conhecer um pouco.

LM – Bom, meu nome é Luiz Marcos Magalhães Gomes, eu nasci em Belo Horizonte, tenho 66 anos e sou de uma família de classe média – meu pai era professor universitário, professor de física das escolas de Engenharia e Filosofia da UFMG e depois ele foi o primeiro diretor aqui, após a Reforma Universitária, do Instituto de Ciências Exatas. Eu estudei inicialmente no Colégio Marista, onde eu fiz o 1º grau. Depois estudei no Colégio Loyola, dos jesuítas, onde eu fiz o ginásio e o científico e, em 1964, eu ingressei na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, exatamente no ano do Golpe. Eu já tinha uma militância estudantil secundarista, apesar de o Colégio Loyola ser muito contrário, né. Os padres eram extremamente repressores e não permitiam muita atividade estudantil. Mas, em que pese isso, a gente fundou o Grêmio, fizemos um jornal, fizemos um grupo de teatro, fizemos um cineclube. Era também uma época muito – aí eu estou me referindo a 1963, né – era uma época de muita efervescência na juventude. As entidades tanto secundaristas quanto universitárias tinham muita atividade em todos os sentidos. Não era só atividade política, não, mas muita atividade cultural, né, estou te falando de teatro, cinema. E eu entrei então na faculdade no ano do Golpe. Como aconteceu na maior parte dos lugares, aqui também

houve uma repressão muito grande no movimento estudantil, houve intervenção no DE, no DCE da UFMG, que era a mais importante entidade aqui local. Houve também intervenção em vários diretórios acadêmicos. A Faculdade de Ciências Econômicas era uma faculdade muito politizada. Ela tinha os cursos de sociologia, economia e administração de empresas. Posteriormente, o curso de sociologia saiu de lá porque a Faculdade de Filosofia também tinha um curso de Ciências Sociais. Mas o curso de Sociologia da Faculdade de Ciências Econômicas politizava muito a faculdade. Para você ter uma ideia, essa é a faculdade em que estudaram pessoas como Betinho, o Herbert José de Souza; o Vinícius Caldeira Brant, que foi presidente da UNE antes do Serra. Se não me engano, a gestão dele foi 62/63. Pessoas como o Jair Ferreira de Sá, que foi um importante dirigente da Ação Popular, pessoas como o João Baptista Franco Drummond, que é um dos assassinados pela ditadura militar, ele foi dirigente da Ação Popular depois do PC do B e foi morto naquele incidente da Lapa em 1975. E também tem pessoas que foram mortas, outras pessoas mortas como o militante da Ação Popular, Gildo Lacerda. Então era uma faculdade... Também outro militante muito importante, dirigente da POLOP, Carlos Alberto Soares de Freitas, que foi morto naquela famosa Casa da Repressão em Petrópolis e até hoje está desaparecido. Era uma faculdade então, muito politizada. Houve intervenção no Diretório, mas logo na primeira eleição, os estudantes elegeram nova chapa, contra a ditadura. O primeiro presidente do Diretório Acadêmico foi o João Baptista Franco Drummond, esse que eu falei pra você que foi morto pela repressão quando caiu a direção do PC do B na Lapa e, posteriormente, em 65, eu o substituí. Fui eleito também presidente do Diretório Acadêmico quando eu estava no segundo ano da faculdade.

M – Que curso você estava fazendo?

LM – Eu estava fazendo curso de economia. Em 1966, porque aqui aconteceram muitas manifestações, talvez as primeiras manifestações do movimento estudantil, já em 65, 66, houve muita repressão. E o movimento estudantil mineiro tinha um nível de mobilização muito alto. Então, em 1966, foi realizado aqui em Belo Horizonte, em julho, o XXVIII Congresso da União Nacional dos Estudantes. Eu participei desse congresso porque eu era presidente do Diretório da Faculdade de Ciências Econômicas e, nesse congresso, eu fui eleito vice-presidente da UNE. Eu já tinha ligação com a organização chamada Ação Popular que, como você sabe, depois do Golpe Militar foi

das primeiras organizações a, digamos assim, decidir pela resistência armada, fazendo análise do caráter da ditadura, das consequências, né. Mas ela não se engajou tanto na chamada luta armada urbana. Ela teve um período em que foi muito ligada aos cubanos, ao que a gente então chamava de teoria do foquismo, o chamado “foco revolucionário”, mas ela transitou, logo em seguida, mais para uma concepção maoista, denominada Guerra Popular, que era uma visão assim - vou simplificar muito - de você preparar a luta armada a partir do campo, que era considerado - digamos assim - o elo mais fraco da repressão. A gente considerava que você preparar luta armada na cidade, onde se concentrava a maior parte dos contingentes militares e paramilitares, policiais militares e polícia civil, era uma coisa que não tinha muito futuro. Você poderia, como aconteceu com outras organizações, fazer algumas ações preliminares com muito sucesso, mas depois você iria enfrentar uma reação dessa repressão muito forte. E nessas cidades, como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, onde elas tinham uma concentração de forças muito grande. Eu fiz só esse parêntese pra dizer que eu era ligado então à Ação Popular quando eu fui eleito vice-presidente da UNE. A chapa era conhecida como... quem encabeçava a chapa era o ex-presidente da OE mineira, chamado José Luiz Moreira Guedes. Então eu fui vice-presidente da UNE de julho de 66 a julho de 67. E durante todo esse período, eu praticamente me afastei da faculdade e fiquei viajando pelo Brasil, porque essa era a posição da direção da Ação Popular. Éramos... a Ação Popular tinha a maioria nessa chapa e nós ficamos então praticamente um ano viajando pelo Brasil inteiro, de ônibus e... a UNE era ilegal, era perseguida, mas era muito reconhecida pelos estudantes. E a gente era muito atrevido, a gente ia para os lugares, falava em sala de aula, chegava, participava das manifestações, se identificava. Então foi um ano assim de muita militância. Eu estive também no Uruguai, em Montevideu, participando de um encontro da OCLAE – Organização Continental Latino-Americana de Estudantes, que tinha sede em Havana - e também me encontrei com o presidente João Goulart, em Punta Del Leste, que estava no exílio. E ele inclusive ofereceu ajuda e ajudou na organização do 29º Congresso da UNE, que foi realizado em Valinhos, em julho de 1967, ali perto de Campinas, em que foi eleito então o Luiz Travassos. Então, largando a UNE em 1967, eu voltei para Belo Horizonte, voltei a frequentar a faculdade, mas nesse ano eles mudaram a regra. Eu tinha tomado bomba em frequência em 66, por causa dessa militância. Em 67, também frequentei pouco e aí eu fui

impedido de fazer segunda chamada e eles me jubilaram. Me excluíram da faculdade, sem nenhuma explicação maior, simplesmente mudaram as regras. Eu continuei na Ação Popular e aí comecei a participar mais do movimento operário. Em 1968, aqui em Belo Horizonte, teve uma importante greve operária em abril, dos metalúrgicos. Aqui tem a cidade industrial de Contagem, que é colada em Belo Horizonte, na região metropolitana. E a greve começou na trefilaria da Belgo Mineira, que ainda é uma das principais fábricas metalúrgicas da região metropolitana. Depois, entre abril e outubro, eu me mudei para a cidade industrial, com vários outros militantes da Ação Popular. A Ação Popular tinha nessa época uma política que a gente chamava de “integração na produção”, tanto em relação ao trabalho camponês quanto ao trabalho operário. Mas eu não me integrei. Eu não cheguei a trabalhar em fábrica porque eu era, digamos assim, muito manjado, muito conhecido, mas eu me mudei para um bairro da cidade industrial. Vivi lá alguns meses e em outubro de 68 houve uma outra greve, aí já com uma participação mais intensa dos operários e militantes deslocados da Ação Popular. Na antevéspera dessa greve, eu fui preso, na cidade industrial, com o líder da greve em Seapla, a gente tinha acabado de sair de uma reunião. Houve lá uma... o DOPS vinha ali fazendo uma batida e nós fomos abordados e fomos presos. Mas mesmo assim, no dia seguinte, a greve foi deflagrada. Eu fiquei dois meses preso, passei por muitas unidades prisionais aqui em Belo Horizonte, vários quartéis, o DOPS, o 12 RI, a 4ª Companhia de Comunicações. Eu tive um problema sério, porque eu peguei uma hepatite na prisão. Acho que foi, inclusive, uma hepatite... porque eles falaram, quando eu estava preso ali numa unidade deserta, na 4ª Companhia de Comunicações, eles ofereceram... eles falaram que todos os presos tinham que tomar uma injeção porque estava uma epidemia e uma semana depois, eu aparecia com a hepatite. Tive um problema grave porque eles me impediram de ir para o Hospital e foi só devido a uma grande manifestação dos presos políticos que então estavam no DOPS, para onde eu fui transferido, é que eu tive assistência médica. Aí, depois de dois meses, que era o período que você poderia ficar preso sem condenação, eu acabei solto e continuei aqui em Belo Horizonte. Aí você sabe que no dia 13 de dezembro veio o AI-5, 13 de dezembro de 68. Eles mandaram um telegrama para os meus pais, na casa dos meu pais, para eu me apresentar e aí eu fui - por decisão da própria direção da Ação Popular - eu fui para São Paulo, mais ou menos

em março de 1969. Eu era casado e tinha uma filha de poucos meses, minha filha mais velha, Clarice.

M – E você foi sozinho?

LM – Não. Eu fui com a minha esposa e fui com a minha filha porque, de certa maneira, todos os três estavam sob ameaça. Em São Paulo, eu me integrei no trabalho operário da Ação Popular, no ABC. Poucos meses depois, eu estava morando no bairro Vila Califórnia, que é um bairro de São Caetano e, em dezembro de 69, eu fui preso em São Paulo. Eu estava na Avenida do Estado cobrindo um ponto, houve uma batida e eu fui preso com outro dirigente da Ação Popular, que já faleceu, infelizmente, chamava Marcelo Hugo de Medeiros, um engenheiro. Nós dois fomos presos. Fomos presos, fomos levados para o DOPS, eu passei por todas essas conhecidas torturas. Ficamos 40 dias sem que a repressão reconhecesse nossa prisão. Eu também passei pela Ilha das Flores, no Rio, o que foi um sequestro porque isso não consta da minha ficha oficial das autoridades de São Paulo que me prenderam. Eu fui levado para o CENIMAR pelo Delegado Fleury, eu e o Marcelo, e eu fiquei preso até 1971, mais ou menos setembro. Eu fui condenado inicialmente a quatro anos de prisão e depois, em um recurso ao Superior Tribunal Militar, foi reduzido para dois e esses dois eu já tinha cumprido. Então eu fui solto, mais ou menos em outubro/setembro de 1971, eu e o Marcelo. O Marcelo era paraibano, voltou para sua... voltou para Paraíba. Meu pai, muito preocupado, quis me mandar para o exterior, mas eu resisti um pouco porque eu já tinha cumprido pena, eu tinha estado no Uruguai, como eu te disse, vi a vida dos exilados também, coisa muito difícil. Além disso, eu tinha também minha filha, que já estava com 2 anos e 8 meses. Então, eu mudei para o Rio de Janeiro e fui trabalhar, inicialmente em publicidade. Eu já era jornalista, mas ninguém aceitava me empregar. Aí eu fui trabalhar em publicidade que é uma coisa que... mais para sobreviver. E, um ano depois, quando um pessoal, um grupo de jornalistas, fez um acordo com o **Fernando Gaspariano**, que era um empresário, para fundar o Jornal Opinião, aí através de um dos meus irmãos, eu fiquei conhecendo o jornalista Raimundo Rodrigues Pereira, porque eles tinham sido colegas no ITA e tinham sido desligados do ITA em 1964. E eu fui trabalhar desde o começo no Jornal Opinião, onde eu fiquei até 1975, quando a gente divergiu com o proprietário do jornal, que era o Fernando Gaspariano, e nós partimos então para fundar o Jornal Movimento. O Jornal Opinião funcionava no Rio, foi um dos

maiores, um dos mais importantes jornais de resistência à ditadura militar, mas o Jornal Movimento foi fundado em São Paulo porque a gente achava que lá as condições eram mais favoráveis. Eu fui um dos fundadores do Jornal Movimento e trabalhei lá até 1981.

M – Então você voltou para São Paulo?

LM – Voltei para São Paulo. Então é mais ou menos isso... Aí em 82, eu voltei para Minas Gerais, porque o Jornal Movimento fechou em 81. Continuei minha militância. Tive um período ligado ao PC do B, porque a maioria da Ação Popular tinha resolvido se integrar no PC do B, mas me afastei também depois por divergências políticas. Não me identifico com esse partido. Aliás, rigorosamente, não me identifico hoje com nenhum partido desses legais que estão aí. Eu me considero um militante marxista, mas sem partido e buscando uma alternativa ainda. Apesar de ter 66 anos, tento acompanhar a vida política do país e tal.

M – E, durante esse período, você concluiu sua faculdade ou fez curso de jornalismo? Ou sua formação inicial foi economia?

LM – Não, como eu te disse, fui desligado da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG em 66. Em 1974, como nenhuma faculdade – nem particular nem pública – aceitava minha transferência, eu prestei outro vestibular de Economia na Faculdade Cândido Mendes, no Rio. Passei no vestibular e, apesar deles terem reconhecido poucos créditos, eu comecei a frequentar e frequentei dois anos. Em 1977, houve um racha importante no Jornal Movimento e o jornal ficou muito enfraquecido. Houve um apelo muito grande para que eu fosse, porque até então eu trabalhava com o Movimento, mas na sucursal do Rio de Janeiro. Então houve uma pressão muito grande para que eu fosse para São Paulo. E o que aconteceu? Eu mudei para São Paulo de novo em 77 e, com isso, tive de arrumar outra faculdade de Economia, no caso foi a Fundação Armando Álvares Penteado, uma faculdade aliás muito chata, porque era uma faculdade muito de elite, mas ela era mais próxima da redação do Jornal Movimento porque ela era ali em Pinheiros, na Rua Virgínio de Carvalho Pinto. Eu consegui a transferência para a FAAP, no curso de economia, mas eles me jogaram de novo no segundo ano. E eu acabei terminando meu curso de economia só em 1980, depois de passar por 3 faculdades, cursar mais ou menos 8 anos e fazer 2 vestibulares. Mas como o Brasil, você sabe, é um país muito cartorial, e eu pretendia voltar para Minas Gerais e aqui as condições da imprensa sempre foram muito ruins, acho que eu dificilmente conseguiria

trabalhar aqui como jornalista, porque eu era jornalista por direito adquirido. Eu não fiz curso de jornalismo. É porque, desde 63, eu trabalhei também como jornalista. Trabalhei aqui no Jornal O Diário, que era ligado à Arquidiocese. Depois trabalhei aqui na Rádio Tiradentes, que era ligada à Rede Globo, como redator e, depois, quando eu fui preso, evidentemente essa carreira foi interrompida. Mas eu me formei assim, do ponto de vista formal, em Ciências Econômicas, na faculdade de Economia da Fundação Armando Álvares Penteado em São Paulo.

M – E você falou que segue a linha marxista. Você começou a seguir essa linha por causa da sua militância ou pelo curso que fez? Ou não teve influência da faculdade nessa opção?

LM – Se você analisar a esquerda no Brasil, como um todo - e também com uma visão muito simplificada, já que nossa entrevista aqui tem seu tempo definido - você vê que, no Brasil, a esquerda tem vários leitos, vamos dizer assim, várias origens. Uma das principais, senão a principal, é o leito comunista. O Partido Comunista do Brasil foi fundado em 1922 por 8 pessoas em um congresso realizado em Niterói. E esse é um leito muito rico. Como houve muitos rachas, etc, você pode ver que uma das linhas segue o PCB, depois tem linhas trotskistas, depois o PCB sofreu muitos rachas, em 62 surge o PC do B, né. Depois, o próprio PCB deu origem ao PPS, mas teve um pessoal que não abriu mão do nome do PCB e o PCB ainda existe até hoje, como uma das organizações e, aliás, ambos – PCB e PC do B – disputam até, nesse ano, a comemoração dos 90 anos da fundação do Partido. Porque cada um deles se acha herdeiro das tradições dessa linha comunista. Uma outra linha importante na militância no Brasil, nessas formações, é digamos uma linha mais nacionalista, que é bem diferente da tradição marxista. É a linha do PTB, de várias facções nacionalistas, que deu origem ao getulismo, depois ao brizolismo, ao trabalhismo e, depois do Golpe, esse pessoal fez a Guerrilha do Caparaó. Tem toda essa tradição da linha nacionalista, que também tem muitas ramificações. Surgiram muitos movimentos de resistência dentro dessa linha nacionalista e, depois até da Anistia e da redemocratização, o Brizola organizou – eles perderam a sigla do PTB para Presidente Vargas, que era uma linha auxiliar do regime – e eles organizaram o PDT. Tinha um outro leito, que é mais ou menos ao qual eu pertencço, que era o da chamada Ação Católica e, posteriormente, da Esquerda Católica. A Ação Popular tem origem mais nesse leito. Não era um leito

inicialmente marxista. Era um leito inicialmente ligado às chamadas “Juventudes Católicas”: Juventude Estudantil Católica, Juventude Universitária Católica. E esse leito também cresceu muito no começo dos anos 60 e teve uma influência muito grande no Movimento Estudantil. Tanto que você vê que alguns dos presidentes mais lembrados da UNE - Aldo Arantes, José Serra, Vinícius Caldeira Brant; depois da ditadura: José Luiz Guedes, Luiz Travassos - todos esses eram ligados à Ação Popular. A Ação Popular passou por muitas fases. Ela surgiu inicialmente como um movimento democrático, reformista porque também, nessa época, o PCB, que tinha muita influência no movimento de massas, estava com uma linha de baixa resistência. Então era um momento de radicalização e o PCB perdeu muita influência e abriu espaço para outras forças. A Ação Popular foi uma dessas forças, com origem na Ação Católica, que ocupou muito espaço e se ligou muito à luta de massas. Após o Golpe Militar de 64, a Ação Popular passou por uma segunda fase, quando ela se definiu por uma organização revolucionária que ia preparar a luta armada. Isso foi uma outra etapa, digamos assim, uma segunda etapa, né. Muita gente se distanciou dela nessa época por causa dessa... E como ela foi uma organização que se ligou muito ao movimento de massas estudantil, camponês e operário, foi mais ou menos inevitável o encontro dela com a teoria marxista. Porque se você milita, do ponto de vista político, leva a sério, você inevitavelmente ou cai no espontaneísmo, uma coisa meio sem muito futuro, ou tem de encontrar uma teoria que te ajude. E, evidentemente na minha opinião, a teoria mais rica, mais envolvida e que mais reflete a tradição de luta de classes era o marxismo. Então, a Ação Popular inevitavelmente marchou em direção ao marxismo. E como eu era um militante muito ativo, fui inclusive dirigente aqui em Minas Gerais, fui dirigente em São Paulo e fui da Comissão Nacional Operária, eu também segui e achei... para nós, a descoberta do marxismo foi assim uma mina de ouro, do ponto de vista que nós estávamos procurando respostas estratégicas, respostas táticas, respostas ideológicas às nossas preocupações e à nossa prática política. E quem melhor, seguramente, respondeu como uma ferramenta de ação a essas indagações foi o marxismo. Claro que houve influência da faculdade e tal, mas não foi uma coisa local, entendeu? Foi um processo de evolução, digamos assim, da organização a que eu estava ligado e também a luta de massas que a gente estava muito ligado, a luta concreta, as manifestações. Eu fui presidente de diretório, participei de inúmeras manifestações, de passeatas, de comícios,

eu participei de greves operárias, fui para bairro industrial, fui preso, quer dizer, a gente tinha uma militância muito intensa.

M – Eu imaginei que não fosse devido ao seu curso por ser um curso de exatas, apesar de não conhecer a faculdade que você iniciou aqui, a UFMG.

LM – É, a Faculdade de Ciências Econômicas, normalmente o presidente do Diretório era do curso de Economia porque era o curso mais numeroso. O curso de Economia também era muito politizado. Eu não digo que tinha influência marxista assim muito intensa. Não tinha. Mas o curso também era muito politizado. O curso de sociologia era mais politizado. Mas havia muita ligação e a faculdade era uma faculdade com muita efervescência, tanto que você vê que não foram todos os diretórios acadêmicos que sofreram intervenção aqui em 64. O de Ciências Econômicas foi um dos que sofreu intervenção porque era uma faculdade de militância muito grande e tem todos esses quadros que eu te disse, que eu te aponte, que saíram daquele meio. Então era das escolas mais politizadas na época do Golpe e mesmo posterior ao Golpe aqui da UFMG. E você deve considerar também que, naquele momento, o público universitário era um público com uma configuração muito diferente do que é hoje. Hoje predomina largamente, nos estudantes universitários, pelo que eu sei, o público que estuda nas faculdades privadas. Naquela época, eu estou falando dos anos 60, a maior parte dos estudantes universitários de Belo Horizonte e de Minas Gerais estavam em escolas públicas federais. Mesmo a Universidade Católica, que hoje tem talvez 60 mil estudantes e tal, era também uma coisa muito reduzida. Então também a configuração do público universitário era bem diferente. Era um público muito mais reduzido. Quer dizer que houve, eu acho que houve uma democratização aí evidentemente óbvia do ensino superior, mas houve também uma presença avassaladora das faculdades privadas que, às vezes, não tem tanta tradição política quanto as escolas públicas, universitárias públicas.

M – Então sua atuação contra o regime militar nunca teve ligação com trabalhos na área de educação? Você não trabalhou por nenhum momento nessa área ou você chegou a fazer algum “bico”?

LM – Não. Eu, na verdade, comecei a minha vida própria - ganhando meu dinheiro - dando aula particular. Essa foi minha primeira atividade produtiva. Minha família era muito numerosa, como eu te disse, meu pai era um professor universitário, só vivia da

receita que ele recebia de duas cátedras, mas nós éramos 13 filhos, 13 irmãos. Então a minha primeira atividade produtiva foi como professor particular das mais variadas matérias, porque eu tinha uma boa formação, digamos assim, educacional. Os colégios que estudei eram muito exigentes. Então eu dei aula particular de matemática, de português.

M – Antes de ingressar na faculdade?

LM – Antes de ingressar na faculdade. O diretório acadêmico da faculdade... inclusive, eu não fiz cursinho para ingressar na faculdade, o que era muito comum, porque nós organizamos no Colégio Loyola - nossa turma era muito ativa - nós mesmos organizamos um esquema de estudo de todos aqueles que prestaram vestibular em 64, que se formaram em 63 no científico e que prestaram vestibular no início de 1964, para as mais variadas (áreas). Todos prestaram vestibular para a UFMG. Então nós organizamos, no Colégio Loyola, em uma sala lá, um esquema de estudo. A gente tinha aula de manhã e toda tarde a gente voltava lá e ficava estudando. Então nós, a minha turma especificamente não entrou em cursinho, o que era muito normal naquela época. O diretório acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas tinha um cursinho. Ele tinha um cursinho, administrava o restaurante, administrava uma cooperativa de livros, tinha uma atividade de fornecer bolsas, tinha uma espécie de um concurso, um vestibulinho, que fornecia bolsas para estudantes que eram do interior, ele tinha uma estrutura. Com a intervenção da ditadura em 64, tudo isso foi fechado. Então, eu fiz bico, trabalhei como jornalista, como eu te disse, na Rádio Tiradentes que foi a pioneira aqui, da Rede Globo e tal. Mas, após entrar na faculdade eu não tive atividade de dar aulas ou didática.

M – Entendi. Essas aulas particulares acabaram quando você entrou na faculdade, né?

LM – É. Acabaram.

M – E foi mais ou menos um ano que você trabalhou com aulas particulares?

LM – Ah, foi mais. Foi ali em 62 e 63, que eu tinha uma militância secundarista ali e tal e era muito difícil. A gente nem tinha 18 anos, pra você... E muitas das minhas irmãs, isso era uma tradição da minha casa, muitas das minhas irmãs foram professoras particulares porque a gente viveu em um ambiente familiar que era também muito rico culturalmente, meu pai tinha uma vasta biblioteca, a gente lia muito e ali tinha um ambiente de estudo, de cultura natural. E isso, às vezes, não era o normal de você

encontrar nas outras casas. Então, digamos assim, a demanda por aula particular para a nossa família era muito grande. Quem quisesse dar aula particular ali, dava. E isso me ajudou porque era muito difícil na minha casa, por exemplo, meu pai me dar dinheiro. Vai dar dinheiro para 13 filhos para ir ao cinema, para isso, para aquilo? Então, a gente... logo que eu tive condição, eu... fiquei uns dois anos nessa atividade. Mas aí, depois que entrei no curso superior, não mexi mais com isso não.

M – E suas irmãs também seguiram outras profissões?

LM – Economia, Letras, as mulheres mais isso. E os homens, eu tinha 4 irmãos, eu fui ali meio dissidente porque meu pai era engenheiro, professor de física e meus irmãos estudaram mais engenharia.

M- Essas aulas se restringiam à matéria? Você não tinha discussões políticas?

LM – À matéria. Não, não. Mesmo porque era normalmente para pessoal mais rico, que podia pagar e, nessas casas, não tinha nenhum gancho para você discutir política. Você ia ali, pegava o menino que tinha tomado segunda época, estava ameaçado de tomar bomba, então você sentava com ele e tal, fazia os exercícios, revia a matéria toda. E a gente tinha muita facilidade para isso. Se fosse geografia, você pegava o livro de geografia. Matemática a gente tinha uma boa formação, português também, então... Mas não tinha nada vinculando essa atividade com a atividade política.

M – Pelo que eu percebi, você sempre foi bastante crítico em relação à política. Você acha que essa sua postura se deve a sua formação tanto escolar quanto familiar, devido a esse ambiente cultural?

LM – Acho que se deve muito a minha formação familiar, sim. E a minha formação escolar pelo exemplo negativo porque eu sempre tive muito problema disciplinar, tanto no colégio Marista, quanto no Colégio Loyola, porque eu sempre achei os padres e os irmãos, no caso dos Maristas, muito autoritários. Mesmo quando criança, eu tive muito problema disciplinar. Até é uma coisa esquisita o Colégio Loyola não ter me expulsado porque eu tive vários problemas disciplinares. Eu era um aluno razoável, mas tive muitos problemas disciplinares de revolta. E isso foi uma das coisas que, independente da minha prática política e tal, já foi me afastando muito da religião. Apesar do meu pai ser uma pessoa de origem católica e ter sido um importante líder católico aqui em Belo Horizonte. Você vê: tudo o que nós fizemos no Colégio Loyola, de iniciativa política e cultural, os padres eram contra. Nada eles apoiavam. O aluno era o último degrau de

uma hierarquia e sua função era só cumprir ordens e dizer sim. Lá não tinha grêmio. Única coisa positiva que eu acho que me lembro desses colégios é o esporte. É a única coisa positiva. Tanto que as minhas filhas nunca estudaram em colégios religiosos. Porque eu considerei minha experiência pessoal, do ponto de vista da minha formação mais geral e da liberdade, um desastre. Eu considerava o ensino religioso e esses colégios católicos um verdadeiro desastre. Pura repressão em matéria política- e sexual, então, nem se fala. Você vê: eu estudei em colégios apenas masculinos durante onze anos.

M – Eram de período integral?

LM – Não, você ficava do meio dia às seis. Eram só de homens.

M – E tinha outros só para mulheres?

LM – Outros só de mulheres, entendeu? Então, onde a gente encontrava com as moças? A gente encontrava com as moças nas atividades estudantis também, no DCE, nos Congressos Estudantis da UNES (União Nacional de Estudantes Secundaristas), que aí se encontravam. E tinha os colégios públicos para ambos os sexos, o estadual, o municipal. Mas esses eram muito mais avançados para a época e, infelizmente, eu não estava lá nesses colégios públicos.

M – E você começou a se afastar da religião, mas a sua militância começou pelo Movimento Católico?

LM – É. Se bem que eu não fui, eu nunca fui da Ação Católica, eu já era muito arredio. Mas eu não vim daquele leito comunista, entendeu? Eu nem tinha contatos com o Partido Comunista, sei lá o que mais. Então eu me liguei àquele pessoal que fez diretamente a Ação Popular. Eu entrei na Ação Popular ainda como secundarista, em 1963, quando ela foi fundada. Mas eu convivi muito com o pessoal da JEC, Juventude Estudantil Católica, e JUC, Juventude Universitária Católica, mas eu particularmente já não aceitava fazer parte desse tipo de coisa ligada à hierarquia católica. Por isso que eu me liguei logo à Ação Popular, que já era um movimento totalmente desvinculado da hierarquia católica.

M – Nesse momento em que você foi preso em São Paulo, você estava trabalhando como jornalista?

LM – Na verdade, eu estava na clandestinidade, como militante da Ação Popular. Eu não trabalhava como jornalista.

M – Você declarou ser professor quando foi preso ou isso foi atribuído na sua ficha? Porque nos documentos você consta como professor.

LM – Não. Seguramente eu declarei que era porque quando você é preso, em circunstâncias como aquela, de muita repressão e etc, você tinha que inventar alguma história. E a minha história e a do companheiro Marcelo, que foi preso comigo, eram histórias completamente malucas, né. Porque nós não íamos dar nosso endereço, nós estávamos querendo proteger os nossos companheiros, então qual que foi minha história preliminar? Que eu tinha ido para São Paulo, eles sabiam que eu tinha sido dirigente da UNE, isso eles sabiam porque eu tinha ficha, já tinha sido chamado e tal, que eu estava procurando atividades em São Paulo, que meu ponto de referência era o Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina, que era um diretório com muita estrutura. Eu declarei até que eu dormia lá e que eu era professor de cursinho e estava procurando uma atividade para... Isso tudo é para que? Para você escapar de endereço, de nome, disso, daquilo. Você entendeu o problema? Quer dizer, você quando é preso numa circunstância daquela, eu ou qualquer outra pessoa, você tem que...

M – Até para proteger sua família.

LM – A família, os companheiros. A repressão quer puxar a linha, esse é que é o papel dela. Então, eu seguramente falei que eu dava aula porque eu tinha um perfil mais ou menos desse, eu vinha de uma família também, meu pai era muito conhecido, professor universitário, etc e tal. Mas ninguém nunca checkou isso. Seguramente foi uma válvula de escape importante para dizer que você estava em alguma coisa. Eu não iria falar: “olha, estou aqui em São Paulo, clandestino, trabalho para a Ação Popular, moro na Vila Califórnia, sou um militante político profissional, não tenho emprego, a organização é que me sustenta”.

M – Eles nunca foram atrás de saber se realmente esse cursinho existia?

LM – Não.

M – E durante sua prisão, nunca fizeram nenhum interrogatório ligado a isso?

LM – Não. Quando você era preso, nessa época, a primeira coisa que eles queriam saber, imediatamente, eram os seus pontos. Porque todo militante, eles sabiam, não está sozinho, está ligado a algum coletivo, alguma coisa, então eles querem... Quando eu fui para tortura pesada, violenta, no DOPS de São Paulo, que o DOPS não me entregou pra OBAN, o que eles queriam saber primeiro eram os pontos. Que pontos você tinha

porque a repressão, quando você é preso, ela ainda quer te pegar com aquelas coisas quentes porque se a organização que você pertence percebe sua prisão, você não apareceu, ela desarticula a... Inclusive, a Ação Popular já tinha tomado uma série de medidas de segurança muito importantes porque você não sabia os endereços dos outros, entendeu? Você tinha pontos, isso você tinha. Eu era dirigente da Ação Popular em São Paulo, então evidentemente que eu tinha pontos. Mas, felizmente, eu não abri nenhum ponto.

M – Mas eles também não sabiam que você era o dirigente?

LM – Não. Inicialmente, não sabiam. Mas quando veio o CENIMAR, uns 30 dias depois, o tipo de interrogatório mudou. Aí eles já me identificaram mais ou menos através de outros depoimentos que tinha, já era um serviço de inteligência bem mais sofisticado. Era um pessoal da repressão barra pesada, fascista, mas era um serviço de inteligência com mais experiência. Então o papo aí não era só ponto, o papo aí já era... eles já sabiam que eu era da Ação Popular, que eu era dirigente, né. O papo era primeiro você confirmar aquelas coisas para você dizer mais, então já era outro tipo de... E a ameaça qual que era? “Vou te entregar de novo para o Fleury, porque você vai para o pau de novo.” Aí que eles me levaram para a Ilha das Flores. Porque o CENIMAR concentrava, era a principal base de operação do CENIMAR e ele concentrava, entre suas investigações, uma das organizações era a Ação Popular.

M – Mas também havia tortura no CENIMAR? Porque eles te ameaçavam devolver para o DOPS...

LM – Havia. O que eu quero dizer para você é o seguinte: o CENIMAR, especificamente, não me torturou fisicamente. Me colocavam em solitária muito tempo, sei lá o que mais. Mas minha família também já estava sabendo que eu estava preso e já havia uma movimentação muito grande. Mas a minha estadia no Rio durante mais ou menos 30 dias, foi totalmente clandestina.

M – Realmente isso não está nos documentos que eu encontrei.

LM – Não consta. Eu fui sequestrado pelo delegado Fleury e sua equipe, numa manhã, no Presídio Tiradentes, eu e o Marcelo, e nós fomos levados para Ilha das Flores, numa viagem que você pode imaginar como foi. Ficamos lá o tempo todo, isso não consta do meu prontuário oficial. Eu encontrei uma referência de um cara, um ex-torturador já morto, eu encontrei uma referência, uma referência nos arquivos daqui, que foram

encontrados em frente a Assembléia Legislativa, fitas que teriam sido descartadas pelo DOPS.

M – Ah, jogaram?

LM – Jogaram. A repressão aqui nunca reconheceu que tivesse arquivo nenhum. E, na degravação dessas fitas, tem uma referência minha feita por esse Tenente Marcelo Paixão, um torturador conhecido aqui em Belo Horizonte, de que Luiz Marcos Magalhães Gomes estava na Ilha das Flores naquele momento. Única referência que eu encontrei.

M – Provavelmente em uma informação confidencial.

LM – É, é. Lá eu fiquei no DOPS, inicialmente. Fiquei isolado, no chamado “fundão”, porque você tem assim, era mais ou menos uma galeria em V e quando fazia o V no final da galeria, tinha as celas que você ficava isolado. Então, inicialmente nós ficamos isolados, sendo torturados e tal. Depois nós fomos mandados para o presídio Tiradentes. Do presídio Tiradentes, em uma bela manhã - desculpe a força de expressão, não era tão bela assim, mas não foi pelo menos uma manhã chuvosa - nós fomos sequestrados pelo delegado Fleury e mais três policiais. Nós não tínhamos a menor ideia para onde eles estavam nos levando. E nós fomos levados diretamente para o Rio, para o cais da Praça XV, pegamos um daqueles barcos até de abertura na frente e fomos para Ilha das Flores. Trinta dias depois, nós fomos devolvidos para o DOPS, fomos depois novamente enviados para o Presídio Tiradentes. Eu ainda passei por alguns interrogatórios no DOPS, mas a barra pesada mesmo foi nos primeiros quarenta dias de prisão.

M – E onde você ficava em Ilha das Flores, era um sítio, uma prisão ou o que?

LM – Era uma ilha mesmo. Eu fiquei na Ilha das Flores, isolado, numa cela sozinho.

M – Numa cadeia?

LM – É, numa cadeia, cheia de cães, arame farpado, isso, aquilo, etc e tal. Eu não cheguei a ser levado para esses sítios clandestinos que realmente muitas pessoas, aliás com as quais eu estive preso, foram posteriormente levadas e morreram nesses sítios.

M – Eu conheci histórias de outras pessoas que foram para esses sítios, mas também nesse esquema: era um sequestro.

LM – É, era um sequestro porque primeiro, quando a repressão te prendia, ela primeiro não reconhecia que tinha te prendido, né. Eu estive preso durante 40 ou 50 dias que a repressão não reconhecia minha prisão. A primeira pessoa que conseguiu me ver no

DOPS foi um professor famoso de São Paulo, que já faleceu, chamado Prof. Abrahão de Moraes, um astrofísico famoso da USP. Porque ele era muito amigo de meu pai, ele era uma pessoa muito considerada ali naquele Governo Abreu Sodré e ele conseguiu me ver lá no quarto andar do DOPS. Isso foi muito importante porque até então eu “não estava preso”. E isso é que dava liberdade para a repressão de te torturar, desaparecer com você, se for o caso, né, ou te matar, fazer o que quisessem. Porque o reconhecimento da prisão era assim uma coisa fundamental para sua sobrevivência, porque aí já complicava um pouco. Um pouco, porque a repressão nessa época também não respeitava nada. Teve gente que eventualmente foi reconhecida e foi morta nos famosos acidentes forjados. Por exemplo, eles reconheceram que prenderam o João Baptista Franco Drummond, que foi meu amigo, mas depois eles falaram que ele morreu num acidente. Só recentemente que houve uma... muito recentemente houve uma sentença de uma juíza de São Paulo mandando que constasse na certidão de óbito dele que ele morreu no DOPS, em virtude de torturas. Porque até então constava na certidão de óbito que ele tinha morrido em um acidente.

M- É um absurdo, né, até hoje essas coisas não se resolveram.

LM – Isso aí é o seguinte, o que eu tenho a declarar é o seguinte: as forças armadas, no Brasil, nunca passaram por nenhum tipo de transformação democrática. Nenhum. Aquelas forças armadas que forjaram o Golpe, que com o auxílio inclusive de grandes capitalistas, latifundiários, etc e tal, mantiveram um regime de ditadura durante vinte anos, que depois perderam toda a condição e inclusive entregaram um país falido, também em virtude da resistência democrática, essas forças armadas nunca passaram, no Brasil, por nenhum processo democrático que pudesse dar uma certa renovação. Não, elas conservam suas mesmas tradições, acham que tudo que elas fizeram foi correto, negam os fatos mais evidentes, negam até mesmo que houve tortura e morte. Tortura em massa. Porque tem esse negócio, essa teoria que a Folha de São Paulo vende aí, que no Brasil houve uma “ditabranda”. Você veja aí agora as declarações desse ex-delegado do DOPS aí, esse Cláudio Guerra. Esse negócio de incinerar corpos em usina, em forno de usina de açúcar; de desovar corpos na Lagoa da Pampulha aqui em Belo Horizonte. Ele disse também que aqui um dos “cemitérios” era uma delegacia de furtos e roubos. Quer dizer, isso mostra que não tinha nada de ditabranda, era uma ditadura feroz que torturou e matou muita gente. Se você fosse preso nessa época, mesmo que

não tivesse ligação com nada, você caía na tortura, porque isso era um procedimento padrão. Não era só depois que descobriam que você era um militante e tal. Porque se por qualquer motivo você, nessa época, caísse nas mãos da repressão, você tinha chance de 100% de ser torturado. Claro que os dirigentes, etc e tal, muitos desses, se fossem presos, nem iam recuperar sua vida, como aconteceu com muitos deles. E os militantes que eles descobriam, eles torturavam mais para obter informação, etc. Mas, mesmo pessoas que eventualmente eram presas e que não tinham ligações explícitas com a resistência, essas sofriam tortura. Eu conheci várias pessoas dessas na prisão e que tiveram grande dignidade. Eu conheci, por exemplo, um professor de Ribeirão Preto que foi indiciado em um daqueles processos da Ação Libertadora Nacional, a ALN, e que era mantido preso porque denunciou, no depoimento na ouvidoria de Guerra lá em São Paulo, que ele viu torturas e que ele foi torturado. O juiz queria que ele retirasse esse trecho, ele não retirava e ficou quase 2 anos preso por causa disso, porque ele não era um militante. Pessoa de muita dignidade. Um dentista de Ribeirão Preto, inclusive tratou de muitos presos políticos, a mim inclusive no Presídio Tiradentes, no gabinete dentário, que estava abandonado. Ele botou ali pra funcionar, apesar dos recursos serem muito poucos, ninguém dava apoio, nem nada, ele tratou da gente ali.

M – E quando você saiu da prisão, como foi esse retorno para a sociedade civil? Para encontrar emprego, a visão das pessoas, você tinha dificuldade para se relacionar?

LM – Eu acho que você tinha duas coisas: as pessoas mais medrosas evitavam. Eu estive aqui em Belo Horizonte assim meio semi-clandestino, porque ainda havia o perigo de ser preso aqui, e houve claramente pessoas que me evitavam. Mas esse não era o tom. A maioria das pessoas te recebia com alegria em saber que você estava vivo, que estava ali, que você tinha... Arrumar emprego era muito difícil porque aí já a nível de empresas, a coisa complica. Como jornalista, não arrumava emprego em lugar nenhum. Eu arrumei emprego, como te disse, em publicidade. O meu cunhado Santos, casado com a minha irmã Maria Amália, conhecia um grande publicitário mineiro. Eles eram amigos e esse publicitário deu um contato no Rio. Esse pessoal me empregou. Inicialmente eu não tinha carteira de trabalho nem nada mesmo porque... meu documento militar estava regularizado, quer dizer, não é que eu estava em falta com o serviço militar, não, é que eu não tinha o documento. Então você não podia tirar carteira de trabalho. Eu trabalhei um ano lá no Rio de Janeiro, em publicidade, inicialmente sem

carteira de trabalho. Só depois que vim para Belo Horizonte, arriscando muito, e solicitei meu certificado de reservista, é que eu tirei a carteira de trabalho e aí trabalhei uma segunda etapa com carteira assinada. Mas você vê, eu não consegui transferência nem em universidade privada. A Cândido Mendes recusou minha transferência. Não tinha motivo nenhum. Eu tinha prestado vestibular na UFMG, tinha frequentado até o terceiro ano, tinha as cargas horárias das matérias, mas não aceitaram. Eu tive que fazer vestibular. Então, assim, do ponto de vista das pessoas, era o contrário. Você encontrava... porque a resistência ao regime, também era uma resistência muito ampla, havia um sentimento. Mas já em termos de negócio de emprego, aí o negócio era complicado.

M – E a faculdade pedia algum tipo de atestado de antecedentes criminais?

LM – Não pediram, mas na guia de transferência que a UFMG me forneceu, estava escrito lá: “suspensão de suas atividades”, porque foi uma greve que eu fiz quando era presidente do diretório e a faculdade me suspendeu. Então essa anotação também, que eles podiam perfeitamente ter evitado, assustava todo mundo. Eles explicitamente não me pediram atestado de bons antecedentes, mas não aceitaram minha transferência.

M – Só essa frase já fez isso...

LM – É. Talvez também tenham levantado lá informações, aí eu não sei dizer. Porque a Cândido Mendes era uma faculdade privada, até ligada aos Cândido Mendes, mas eu não consegui transferência para lá. Só consegui entrar depois que prestei vestibular.

M – Pelo menos não fizeram nada para te barrar no vestibular.

LM – Não. Eu fui lá, fiz vestibular, as provas e tal e aí eu passei a frequentar na Cândido Mendes de Ipanema.

M – E quando você estava frequentando, ninguém demonstrava nenhum tipo de preconceito?

LM – Uma vez houve um incidente com uma professora comigo porque o meu objetivo, aí já na escola, não era ficar discutindo com professor. Meu objetivo era terminar meu curso, então eu era um estudante relativamente discreto. Mas houve uma professora - tem uma matéria em Economia que chama “Contabilidade Nacional”, essas coisas de você calcular o PIB, etc - e ela começou a me fazer marcação. Depois, eu soube que ela era filha de um almirante ou coisa parecida e ela chegou a me reprovar em um negócio. Mas, de certa maneira, ela entrou pelo cano porque induziu toda turma a erro. Eu fiz a

questão correta, era uma questão de números índices. Aí, pedi a constituição de uma banca especial. Ela perdeu e o pessoal veio me procurar para que eu desistisse ali, não exigisse nada. E eu falei: “não, eu só tenho uma exigência: que o resultado da banca vá para o mural lá da faculdade”. Porque o negócio dela foi bem gratuito. Ela começou ali a me perseguir, primeiro com trabalhos. Eu já era um jornalista, trabalhava no Jornal Opinião, eu não tive nenhum tipo de... não fiz nenhuma provocação a ela, ela que começou a me discriminar. Então, ela cometeu esse deslize grave porque induziu a turma a fazer um erro de matemática primário, numa questão de números índices. Eu peguei ela, que foi obrigada a me passar...

M – Mas com ela não aconteceu nada?

LM – Não. Aí eu me transferi para São Paulo, sabe. Foi mais ou menos nessa época. Então eu me desliguei da Cândido Mendes e me transferi para a Fundação Armando Álvares Penteado, onde também minha atitude foi discreta, não houve nenhuma perseguição contra mim. Eles aceitaram a transferência. A única coisa que fizeram foi me mandar de novo para o segundo ano. Tem uma matéria chamada “Introdução ao Direito Público” que eu fiz 3 anos.

M – Nossa, essa você aprendeu bem! (risos) E durante esses tempo que você ficou preso, a AP ajudava sua esposa financeiramente?

LM – Não, não foi necessário porque minha mulher não era militante e ela foi primeiro acolhida pela família de um físico muito conhecido em São Paulo, a quem, aliás, eu devo muita gratidão, que acolheu a minha esposa e a minha filha de braços abertos, deu toda a cobertura e a minha família também tinha meios. Quer dizer, então não... E você, de certa maneira, quando isso acontecia, você congelava as relações, sabe, com a organização. A minha mulher ficou mais de um ano sem me ver. Ela teve que esperar meu julgamento para ter – nem a gente queria que ela aparecesse, nem minha filha – para ter o mínimo de segurança porque esse pessoal não respeitava nada. Você sabe do caso de muitos pais, muitas mães cujos filhos foram até torturados, até crianças. Então demorou. Só depois que a minha situação jurídica - eu fui condenado, julgado, sei lá o que mais, etc e tal - foi mais ou menos estabilizada depois de eu ter sido preso, é que a gente considerou que tinha talvez as condições mínimas da minha mulher me visitar. Ela teve um amplo apoio de famílias amigas mineiras, paulistas, foi muito bem... teve uma retaguarda muito grande de apoio à ela.

M – Seus pais e irmãos não sofreram nenhum tipo de repressão por causa da sua participação ou não conheciam sua família?

LM – Conheciam. Minha família, ao contrário, era muito conhecida. Quando eu fui preso aqui, na 1ª Divisão, em 68, a casa dos meus pais foi invadida. Isso teve muita repercussão aqui porque meu pai era um professor universitário. O Estado de Minas, que era o principal jornal aqui, deu a notícia com destaque. O meu irmão, um pouco mais velho do que eu, tinha sido também militante, um certo militante e foi desligado do ITA em 64. Então, na minha família já tinha ocorrido esse caso. Ele foi desligado junto com vários outros e só foi reconhecido há poucos anos, que eles reconheceram esse negócio porque era uma escola ligada a Aeronáutica, né, então... E eu tive outros irmãos que tiveram militância, mas não no nível em que eu estive. Eu não posso dizer para você que houve perseguição porque não... na minha casa, eu que tive a militância talvez mais, a militância política, né, mais intensa. Meu pai era uma pessoa muito liberal, nunca lutou contra minha militância. Ele respeitava muito as coisas da gente. Ele tinha lá suas opiniões, evidentemente, e meu pai também era uma pessoa que não apoiava a ditadura.

M – Mas na profissão, ele também não sofreu repressões?

LM – Não, ele era físico. Olha, era muito complicado mexer com meu pai. Ele era um líder católico amplamente conhecido, um professor universitário de renome nacional e internacional. Eles iriam falar o quê contra meu pai? Ele era um homem independente, era um democrata de origem cristã, sempre foi. Então... É claro que por mais duros que esses regimes todos são, eles também levam em conta a repercussão dessas coisas na sociedade. Quer dizer, eles poderiam ter caçado meu pai, mas seria uma atitude de muito isolamento político também, entendeu. Ah, eles caçaram aqui, por exemplo, o Edgard da Mata Machado, que era um líder católico também, pai do estudante que foi morto, José Carlos Novaes da Mata Machado, que foi militante da Ação Popular também. O professor Edgard foi afastado, mas ele foi deputado pelo PMDB, foi deputado federal. É uma vergonha, inclusive, para a PUC aqui de Minas, porque a PUC afastou o professor. O Prof. Edgard parou de dar aulas na Universidade Federal e na Universidade Católica, para você ver como é que as coisas estavam nessa época. Mas meu pai não tinha se metido em partidos, em coisas. Ele era uma pessoa com um perfil muito universitário, sabe, muito assim da tradição universitária, da corporação

universitária, então era muito complicado, né. Quer dizer, tudo é possível, mas ele não foi atingido pelos atos de exceção.

M – E, durante sua militância, seu objetivo principal era lutar contra a ditadura, mas vocês tinham outras reivindicações também?

LM – Nós lutávamos. O que começou, como uma resistência contra a ditadura, isso foi evoluindo. No auge da nossa militância, nós queríamos implantar no Brasil uma sociedade socialista. Nós achávamos que essa era a grande transformação que o país tinha que passar.

M – Aí já inspirados pelo marxismo?

LM – É, exato, por influência também de outros países, da China. A União Soviética, na época, não tinha muito “Ibope” com a gente porque a gente achava que ela já estava numa linha bastante, digamos assim, contra as tradições. Mas nós também éramos militantes socialistas e comunistas.

M – E depois vocês desistiram da ideia do socialismo ou mantiveram até o final do movimento?

LM – Você está me fazendo uma pergunta pessoal ou da organização?

M – Da organização.

LM – A organização, a Ação Popular, ela ali em 1971, em que eu estava preso, ela rachou. A chamada “maioria” resolveu se incorporar ao PC do B e uma outra parte resolveu prosseguir com a Ação Popular Marxista-Leninista, APML. Essa APML foi praticamente destruída pela repressão. Depois, acho que o pessoal remanescente dela entrou no PT. Quando eu saí da prisão, as pessoas com quem eu tinha mais vínculo na minha militância, ou a maioria delas, tinham ido para o PC do B. Como eu estava na luta legal, ali no Opinião, no Movimento, os contatos comigo eram assim muito raros. Mas eu continuava com uma ideologia, como continuou até hoje. O PC do B hoje... eu não sou ligado hoje a nenhum desses partidos. O PC do B diz que luta pelo socialismo. Eu acho que, se ele luta, ele luta de uma maneira completamente equivocada, por isso que eu me afastei dele. O PT, eu vou te dizer a verdade, eu nunca acreditei nessa proposta. Nunca. E hoje ele comanda aí, na minha opinião, um regime altamente conservador que, na essência, é o mesmo projeto do Fernando Henrique Cardoso, na minha opinião. Tem diferenças, não é igualzinho mas, na essência, é o mesmo projeto do capital financeiro do Fernando Henrique Cardoso. Então, eu nunca tive ilusão com o

PT. Eu nunca fui petista. Me afastei do PC do B porque achei que esse partido também abandonou uma perspectiva revolucionária. Não é que eu acho que eu sozinho estou certo, não. Eu acho que tem muitas pessoas, iguais a mim, que estão espalhadas por aí e tem essa visão. Mas hoje, nós estamos em um momento de muita dispersão, de muita fragmentação, de muito isolamento, de muita dificuldade. Então, é difícil aparecerem outras alternativas que não as que estão aparecendo aí.

M – Mudando de assunto um pouco: quando você foi para o exterior, foi para fazer treinamento?

LM – Eu não fui para o exterior. Quando eu fui para o Uruguai, eu era da UNE – era da AP também - e era um encontro da Organização Continental Latino-Americana, com sede em Havana. Então, era um congresso da OCLAE e eu fui representante da UNE. E fiz tarefas também ali, estive com o presidente João Goulart, mas eu não fui para fazer treinamento, entendeu. Depois, eu tive uma outra missão, quando eu era do Jornal Movimento, que eu viajei para a Europa, em 79, para levantar recursos lá para um projeto de jornalismo que nós estávamos fazendo. Mas eu, especificamente, nunca fui para o exterior fazer treinamento.

M – Você citou várias ações que fez aqui, mas você participou também de ações armadas?

LM – Não. Eu, especificamente, nunca participei de ações armadas porque, primeiro, a linha da minha organização não era essa. Era como eu te disse: ela passou por um breve período foquista, inclusive foi ela quem fez aquela explosão da bomba no aeroporto de Guararapes, mas isso foi uma coisa muito rápida. Nós estudamos os textos do Che Guevara, do Régis Debray, “Revolução na Revolução”, mas o período foquista da Ação Popular foi muito pequeno. Logo depois, como eu te disse, ela evoluiu para uma concepção de guerra popular e aí era mais ou menos o seguinte, também simplificadamente: os que ficavam nas cidades, onde o inimigo era muito forte, faziam basicamente agitação e luta de massas, não estavam ligados necessariamente à luta armada, e os que iam para o interior, para o campo, etc, começavam a preparar ali a... Foi essa concepção que originou depois, pelo PC do B, a Guerrilha do Araguaia, à qual a Ação Popular já estava integrada e tal. Então eu sempre estive ligado à luta de massas na cidade, por isso que eu nunca me liguei, especificamente, à ações armadas. Eu me liguei a greves, panfletagem, comício, manifestações, dentro dessa concepção de Guerra

Popular. Nós achávamos que nós estávamos preparando a resistência armada. Mas na organização que eu pertencia, não era papel nosso preparar as ações armadas dentro das cidades, porque a gente achava isso uma aventura. Eu não estou condenando quem fez isso: a VPR; a Ação Libertadora Nacional; o Comando de Libertação Nacional, COLINA, etc. Esse pessoal todo achou que essa era uma estratégia, uma tática mais adequada. A nossa concepção é que não era, porque é o que eu te disse: nessas cidades, o inimigo era muito forte. Você ia fazer ações armadas iniciais com resultado, mas a reação que viria seria muito pesada e você não ia aguentar. Então, a Ação Popular, em termos gerais, não se envolveu em ações armadas nas cidades.

M – E como você reflete, hoje, sobre sua atuação durante a ditadura? Você continua com as mesmas posições ou repensou alguma coisa?

LM – Olha, arrependimento nunca me passou pela cabeça. Eu acho que aqui teve uma ditadura feroz, como na maioria dos países latino-americanos, dentro de um contexto de Guerra Fria, de anticomunismo, de reação à Revolução Cubana. Então, nunca me passou pela cabeça nenhum tipo de arrependimento. Claro que eu acho que... nem acho que eu pessoalmente tenha feito nada essencialmente errado, né. Claro que nós éramos jovens, nós tínhamos convicção que íamos mudar o mundo, tínhamos uma energia muito grande. Felizmente nós nos ligamos à luta de massas, como a gente dizia, a luta concreta. A luta de massas não é produto de conspiração. Tem gente que acha que as passeatas, as manifestações eram coisas de meia dúzia de gente. Isso é uma concepção ridícula e que não explica nada. Como é que meia dúzia de gente vai fazer vinte mil operários entrarem em greve? Se eles não estiverem dispostos a enfrentar aquelas coisas, eles não vão. Por mais que meia dúzia faça, não adianta nada. Eu acho que a coisa complicou para nós, no nosso campo, para quem tem essa visão anticapitalista, etc, como eu tenho. A coisa não está fácil para nós, porque houve muitas mudanças no mundo, houve essa onda neoliberal inteira, que atingiu até os países mais avançados onde os direitos mais elementares hoje estão em risco. Desde os direitos trabalhistas, a previdência social, tudo isso está sendo destruído. Então, eu acho que nós estamos em um momento, ao contrário do momento que nós passamos, nós passamos por um momento de muita manifestação, muita resistência, etc. Hoje você não tem uma ditadura aberta como aquela, de maneira nenhuma, mudou muito, mas também acho que você tem baixa resistência, pelo menos visível. Eu acho isso ruim porque os problemas

pelos quais nós lutamos, as grandes contradições de exploração, de opressão, mesmo de direitos elementares, persistem em grande parte do planeta. Então, transformações... Você pega o Brasil. Houve aqui um processo de redemocratização? Houve. O processo de redemocratização foi por baixo ou foi por cima? Foi por cima, foi negociado. A resistência teve influência nesse processo? Evidente que teve, e muita. Os governos que se seguiram ao processo de redemocratização, qual a natureza deles? Basicamente conservadores. Tanto os do PSDB quanto os do PT, na essência, conservadores. Não trouxeram nada de mudança qualitativa daquilo que a gente sempre considerou. Nada. Você continua tendo um governo cuja função principal é pagar os cientistas, gerar dívida pública, dar aí umas esmolinhas de bolsa-família, não sei o que mais. Isso pode fazer diferença em um país tão atrasado como era o Brasil e com contrastes sociais tão evidentes, mas você vê que aqui são os poderosos que mandam, até nas coisas mais elementares. Então quer dizer, as oligarquias no Brasil não foram atingidas, continuam aí, continuam mandando e esse negócio de PT aí, isso é perfumaria. Na minha opinião. Não quer dizer que eu ache que por tudo que a gente lutou foi em vão, não. Não foi. Mas as mudanças qualitativas que nós buscávamos não foram feitas não, elas continuam aí na ordem do dia. Mudou muita coisa. Posso dizer para você que talvez a minha visão não é exatamente a de quando eu tinha 25 anos, mas acho que o sentimento básico é o mesmo. Eu tenho 66 anos e acho que o sentimento básico de que nós estamos numa sociedade “fim da picada” em que uma oligarquia e uma plutocracia, essas coisas desses poderosos em geral que mandam e desmandam. Eu não considero que isso aqui seja uma democracia efetiva. É como diz um revolucionário aí, é um pouco o seguinte: “de quatro em quatro anos, você tem a liberdade de escolher qual setor da oligarquia vai dirigir o país nos quatro anos seguintes”. Eu não te passo isso como uma visão amarga, não. Estou falando como eu vejo as coisas. Agora, não me acode nenhum sentimento de arrependimento.

M – Que bom! As questões que eu trouxe eram essas. Você quer falar mais alguma coisa, fazer alguma outra consideração?

LM – Não, era isso. Eu consideraria que seria um grande avanço se realmente se instalasse no país uma Comissão da Verdade - que fosse da Verdade mesmo - e trouxesse à tona todos esses acontecimentos tão fundamentais para o povo brasileiro conhecer e que, em sua grande parte, continuam obscurecidos. Com todas essas teorias

enganosas desses grandes veículos de comunicação de que aqui teve uma ditabranda. Não, não foi uma ditabranda. Aqui teve uma ditadura violenta e que, evidentemente, se conformou com o perfil do Brasil. Na Argentina, era outro perfil. No Uruguai, outro perfil. No Chile, outro perfil. Mesmo porque lá no Chile você teve um presidente como o Allende, que avançou mais do que o presidente João Goulart, então a reação lá foi muito mais violenta. O presidente João Goulart resolveu sair do Brasil. O Allende resolveu não sair e ficou lá. No fundamental, eram as mesmas reformas - que até hoje nunca foram feitas. E esses governos hoje não são reformistas. Reformista foi o governo João Goulart. O governo do PT não é reformista. Que reforma básica ele propõe? Nenhuma. E a reforma que mais amedrontava e, de certa maneira, continua na ordem do dia, apesar de ter tido muitas modificações na economia brasileira, era a reforma agrária. Essa era a que mais aterrorizava os que vieram dar o Golpe de 64. Ela mexia no monopólio da propriedade da terra. Então é isso e eu te desejo felicidade no seu trabalho.

M –Obrigada!

Memorial de Ada Natal Rodrigues

O caminho dos mineiros do Triângulo é uma volta à origem bandeirante. Procura-se S. Paulo para ir ao médico, para fazer compras, para estar em dia com a vida.

A minha família começou a viagem em Sacramento e se deteve, por cansaço, em Ribeirão Preto, SP, fim da Linha Mogiana de Estrada de Ferro. O que parecia uma pausa para um necessário descanso tornou-se uma permanência de oito anos.

A essa altura, minha mãe viúva, com três filhos, atendeu aos conselhos de amigos em Ribeirão Preto para lá tentar reconstruir sua vida.

Os exames de admissão ao ginásio oficial já tinham se realizado. Fiz minha estréia no curso ginásial em colégio de freiras salesianas, transferindo-me, no ano seguinte, para o colégio Estadual e Escola Normal onde fiz o primeiro e segundo graus. Simultaneamente a este último fiz o Curso de Formação de Professor Primário no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.

Esse período de minha vida (1942-48), além do aprendizado comum nos bons cursos ginasiais, foi também um aprendizado de política estudantil. O Grêmio Estudantil Olavo Bilac tinha grande prestígio na cidade. Suas campanhas eleitorais, em grande estilo democrático, movimentavam a vida interiorana. Tínhamos grandes espaços nos jornais, fazíamos os comícios em praça pública. Éramos rigorosos na campanha, o respeito ao adversário, regra prioritária. Aos treze anos já participava da diretoria do grêmio. Nessa época fundamos o Centro de Debates Culturais, com sessões às segundas-feiras, no auditório da rádio local, que também transmitia os debates. A repercussão era enorme. O auditório ficava repleto e, nos dias seguintes, as pessoas nos paravam na rua para tentar continuar a discussão. Os temas eram variados, ligados a nossa experiência que, na época, não se limitava à escola. Líamos muito, principalmente literatura inglesa e norte-americana nas boas traduções da Editora Globo de Porto Alegre. Discutíamos essas leituras, nosso futuro, nossa visão do mundo. Foi uma adolescência vibrante.

Deixei Ribeirão Preto em 1949. Fui para S. Paulo tentar o vestibular em duas faculdades da USP (tinha medo de ser reprovada e ter que voltar). Fui aprovada nas duas: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas e Faculdade de Direito, de que cursei apenas um ano. Optei pelo curso de Línguas Neo-Latinas pela afinidade, entre outras, com a língua e cultura francesas.

Além da licenciatura em Línguas Neo-Latinas, completei, em 1952, cursos de especialização em Filologia Românica, Língua e Literatura Latinas, Literatura Brasileira, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (nome da instituição naquela época).

Ingressei no Magistério secundário logo a seguir (1952-1953), por concurso público de títulos e provas, embora tivesse um convite do Prof. Dr. Theodoro Henrique Maurer (Filologia Românica) para iniciar a carreira acadêmica na USP. Teria que ingressar como instrutora voluntária, isto é, aquela que trabalha mas não recebe. Por falta de verbas essa categoria proliferou durante muitos anos na FFLCC da USP. Não podia ser meu caso: pensava na profissionalização imediata e a falta de salários perturbaria a necessidade de me tornar força de trabalho o mais breve possível. Recusei o convite do Prof. Maurer e comecei a lecionar no primeiro grau (ginásio) e segundo grau (colegial e cursos de formação de professores para primeiro grau).

Foi um início penoso. Tive que assumir 36 horas/aulas semanais e as turmas nunca eram inferiores a 40 alunos. A preparação de texto de leitura e de exercícios, a correção dos trabalhos realizados tomavam quase todo o meu tempo.

Em 1962, a convite do Prof. Darcy Ribeiro, fui, no segundo semestre daquele ano, para a Universidade de Brasília, recém-criada. Inicialmente o Reitor quis se valer de minha experiência no ensino médio e me nomeou sua assessora para planejar a instalação do Ensino Médio na UNB. E

Em janeiro de 1963, o Prof. Nelson Rossi, com uma equipe originária da Bahia, me convidou para ser Auxiliar de Ensino de Português na UNB. Inicialmente coordenei os cursos de Recuperação para alunos que não tinham atingido média em Português, mas que obtiveram notas em outras disciplinas no vestibular. Essa disciplina Português, junto com Matemática, eram condicionantes dos alunos, pois, se o aluno não obtivesse sua recuperação em um semestre, perderia o vestibular.

Havia, portanto, grande motivação para tentar sanar as falhas da escolaridade.

Havia, no entanto, certa insegurança para todos nós pelo informalismo com que se tentava levar a Universidade. Fiz, então, concurso para o Ensino Médio de Brasília e fui aprovada, em 1963.

Com o grupo de Língua Portuguesa, participei dos trabalhos iniciais (Bibliografia e primeira seleção de localidades) para a elaboração do futuro Atlas Prévio dos Falares Goianos. Esse era o projeto do Departamento e dele tirávamos sub-produtos para artigos, dissertações e teses.

Em 1964 e 1965 tive duas experiências de lecionar Português para Estrangeiros: uma para um arquiteto indiano, outra para um grupo da Mission Française de Coopération Technique.

A UNB tinha um sistema de ensino que consistia em uma aula-maior (duas horas), dada geralmente pela chefe do Departamento. Essa aula era desdobrada em duas aulas menores (uma hora de duração cada uma) que eram dadas pelos instrutores e auxiliares de ensino. Assim, discutíamos, em equipe, semanalmente, o conteúdo e a metodologia das aulas. Posteriormente se fazia uma reunião de avaliação da semana, antes de começar nova unidade.

Fiquei com a responsabilidade dos desdobramentos das disciplinas A língua portuguesa no Brasil (primeiro semestre de 1964); História de Língua Portuguesa (segundo semestre de 1964).

Particpei ainda da continuação do Curso de Filologia Românica, iniciado pelo Prof. J. M. Piel da Universidade de Colônia (segundo semestre 1964).

Os acontecimentos político-militares de abril-maio 1964 afetaram profundamente as atividades de ensino e pesquisa na UNB.

Depois da invasão do campus pelo exército em 9 de abril de 1964, tivemos nossa liberdade de ação bastante cerceada. Nossas salas eram guardadas por soldados fortemente armados. Vários professores foram presos e desmantelados os Departamentos de Sociologia e o de Política. As prisões mantiveram os professores incomunicáveis durante uma semana. Enquanto isso as reuniões se sucediam nos Departamentos remanescentes e a prisão dos colegas desnorteava as posições. Depois de vinte e sete dias, os professores foram soltos, mas o processo armado contra eles se engrossava com informações deletérias.

Um grande esforço físico, psicológico nos obrigava a dar aulas e fazer todas as ingerências junto a autoridades civis pela libertação dos colegas presos. A atividade de pesquisa ficou comprometida, porque as salas dos acervos bibliográficos, não catalogados pela Biblioteca Central, mas de grande importância para nós, foram fechadas pelo exército. Nossa circulação no campus era restrita. Vivíamos em clima de grande tensão e das informações desencontradas.

No entanto esse período em Brasília foi importantíssimo para minha carreira e para mim como pessoa. Aprendi a trabalhar realmente com o Prof. Nelson Rossi. O rigor metodológico, a exigência com as leituras de atualização lingüística, o estímulo ao trabalho de equipe e uma convivência diária, cheia de pessimismo, mas, paradoxalmente, dosada pela crença na dedicação ao trabalho foram fatores decisivos para minha concepção de pesquisa acadêmica. A equipe se entrosava muito bem e havia um entusiasmo comum com a perspectiva da elaboração do Atlas de Goiás.

Com Zeferino Vaz, em 1964, se inaugura no Brasil a primeira grande perseguição política aos docentes universitários. Começam as demissões "por razões administrativas" daqueles que estiveram nas prisões, seguida de outras, cujos critérios nunca ficaram claros.

Mesmo assim cumpri os créditos de Teoria Literária e Lingüística, obrigatórios para o mestrado em Letras. O curso de Teoria Literária foi muito prejudicado pela ausência constante do titular, Prof. Elcio Martins. Tínhamos seminários semanais dirigidos por nós mesmos, sem aprofundamento pois todos tinham o mesmo nível de informação. Foi feito um trabalho de pesquisa no final do curso a que não se deu grande importância.

O curso de Lingüística, comandado pelo Summer Institut of Linguistics foi mais proveitoso. Embora, pessoalmente, fizesse restrições à presença do Summer no Brasil, que não era exclusivamente acadêmica, fiz progressos em Fonética e Fonologia tão necessárias para a pesquisa lingüística.

Eu estava vinculada ao governo do Estado de S.Paulo que, por interferência de Z. Vaz, não renovou meu afastamento. Em 30 de março de 1965, com uma intimação para desocupar imediatamente o apartamento funcional, com a devolução do telefone (de minha propriedade!), tive que deixar a UNB e Brasília.

Regressando a S.Paulo, tentei trabalhar em faculdades de letras particulares (Objetivo foi uma delas) e em todas, embora aceitassem o curriculum, alegava-se não poder correr o risco de arcar com o estigma da Universidade de Brasília, pois, aqui fora, a UNB era tida como antro revolucionário, subversivo.

Voltei ao ensino médio em 1965. NÃO suportando as pressões policiais que eram feitas contra nossa família, resolvemos sair do país. Ficou mais fácil e mais rápido ir primeiro para Portugal, cuja Fundação Calouste Gulbenkian nos oferecia, a mim e a meu marido, bolsas de pesquisa em Lisboa.

Em Portugal (1966) participei dos Seminários de Filologia Românica e Dialectologia Portuguesa do Prof. Luis Felipe Lindley Cintra. Por sugestão do Prof. Nelson Rossi, ainda no Brasil, tentava realizar uma edição crítica da História da Língua Portuguesa de Serafim da Silva Neto. Comecei as pesquisas, tentando organizar, inicialmente, todas as citações de Silva Neto, mesmo aquelas que não vinham entre aspas. Tive bons contatos com professores e alunos no Centro de Estudos Filológicos, que recebia, por intercâmbio, as publicações mais recentes de Lingüística e Filologia. A influência do Prof. Cintra em meus estudos foi marcante.

Fiquei em Lisboa até fevereiro de 1967. De lá, com duas cartas de aceitação dos professores J. S. Révah e B. Pottier, iniciei a bolsa de estudos em Paris, que me foi atribuída pelo governo francês.

Na primeira entrevista com Révah, quando lhe expus meu projeto da edição crítica, ele me desanimou imediatamente: o livro de Serafim da Silva Neto não mereceria tanto esforço e dedicação e, se eu quisesse ficar na história da Língua, seria melhor eu mesma escrevê-la. Convidou-me para seu Seminário - Histoire des parlers Judéo-Espagnols - uma vez por semana, no Collège de France. Embora me escapassem grandes lances de erudição, pude, assim mesmo, aproveitar os seminários e a convivência com o professor.

Na entrevista com B. Pottier ficou acertado que eu freqüentaria cursos e seminários que completassem minha formação. Por decisão pessoal, segui seu curso -Problemes de Linguistique Génarale -na Faculté de Lettres et Sciences Humaines de Nanterre (1967) e, no mesmo ano, o curso Problèmes et Méthodes de Linguistique Génarale II do Prof. J. Dubois.

Ainda em 1967 acompanhei os seguintes seminários:

-Problèmes de méthodologie sémantique de A. Greimas, no College de France. Havia sempre pesquisadores convidados que apresentavam teorias no mais alto nível de abstração. Julia Kristeva pontificava nesses seminários, que eu tinha grande dificuldade de acompanhar.

-Syntaxe et sémantique de B. Pottier, no Institut Henri Poincaré em Paris. Além de propor novas discussões sintático-semânticas, o Prof. Pottier abria espaço para os alunos discutirem seus trabalhos de tese.

-Les théories linguistiques do Prof. o. Ducrot, na Ecole Pratique des Hautes Etudes, 1967. A partir da discussão do Cours de linguistique génarale de Saussure, Ducrot expunha as teorias e as correntes que informaram o pensamento lingüístico pós-Saussure. Esse seminário, de grande proveito para mim, iniciava o curso de Mestrado na França, com um modelo mais próximo ao norte-americano.

No semestre seguinte fiz o curso de Analyse Transformationelle do Prof. A. Gross no Institut de Linguistique Quantitative. Ainda no mesmo instituto acompanhei o curso Théorie des Grammaires en Chatnes de M. Salkoaff.

O número de cursos e seminários, à primeira vista excessivo, foi decorrência de um programa de atualização lingüística que me impus, dado o pouco tempo que ficaria na França (fevereiro 1967, fevereiro 1968). Não poderia me matricular formalmente em

nenhum curso de pós-graduação e, assim, aproveitei para freqüentar aqueles que me pareceram mais necessários. Nunca estudei tanto.

Creio que esse estágio na França foi um salto qualitativo nos meus estudos, pois me abriram novos horizontes.

Voltei ao Brasil em fevereiro de 1968, regressando ao ensino médio. Restabeleci novos contatos acadêmicos em janeiro de 1969, em São Paulo, durante os cursos de pós-graduação de Dialetoologia Ibero-Americana (Prof. Manuel Alvar) e Metodologia Dialetoológica e Dialetoologia do Brasil (Prof. Nelson Rossi), no III Instituto Interamericano de Lingüística. Renovei meus conhecimentos em Dialetoologia, suas pesquisas mais recentes e seus rumos no Brasil e na Europa.

Durante a realização do Instituto, fui procurada pelo Prof. Isaac Nicolau Salum, de FFLCH, com um convite para ingressar nos quadros da USP "já que, naquele momento, tinha verba para concretizar o convite". Aceitei-o.

Também aceitei a convocação dos professores Rossi e Salum para integrar o grupo de pesquisa, que iria dar início a um projeto mais ambicioso -Projeto de estudo da norma lingüística culta -cujo objetivo era analisar a fala das pessoas cultas da Espanha, Portugal e outros países da América Latina. Fiquei no projeto até 1973 como técnica de pesquisa, responsável pelo treinamento e acompanhamento da equipe que fazia a coleta de dados.

Foi uma experiência enriquecedora. As sessões de gravações e de análise com os pesquisadores eram profícuas e afetivamente compensadoras.

Só em setembro de 1969 a tão prometida verba realmente apareceu, embora estivesse dando aulas desde março.

Tive que acumular minhas atividades com o ensino médio, para ter algum salário.

Particpei dos seminários de pós-graduação de Lingüística e lecionei Lingüística I para os alunos do primeiro ano dos cursos de Letras e Lingüística II aos alunos do quarto ano, até maio de 1971. Obtendo tempo integral, no início de 1971, procurei me desligar do ensino médio e apresentei meu projeto de pesquisa à Comissão de Tempo Integral. O projeto pretendia privilegiar uma série de interesses no ensino e na pesquisa. Estava nascendo O dialeto caipira na região de Piracicaba. Em maio de 1971, depois de um processo que começou no dia 13 de dezembro de 1968 (data da assinatura do famigerado AI-5), fui aposentada por motivos políticos no ensino médio e, por ato

complementar, em qualquer cargo político que ocupasse nesse momento. O diretor da escola de 1º e 2º graus "Padre Manuel da Nóbrega" fez uma denúncia contra mim em 1968, quando os alunos picharam toda a escola, pleiteando liberdade de expressão. O diretor, sem qualquer prova, me apontou como "autora intelectual do delito". Isso foi suficiente, numa época de grande perseguição político-ideológica, para se formar um inquérito contra mim, em duas frentes. A primeira delas, civil, era dirigida pela Comissão Geral de Inquéritos, que atuava na Área administrativa. A outra, militar, resultou em um IPM, instaurado na segunda região militar de S.Paulo. Do primeiro, antes da conclusão do segundo, resultou minha aposentadoria. O segundo inquérito concluiu pela absolvição.

Com a aplicação do AI-5 inaugurou-se no país um processo eficaz de "morte civil", de "castração intelectual". Todos nós estávamos no auge da produção científica e, de repente, tivemos que refazer a vida. Ainda hoje tenho dificuldades emocionais para entrar na Universidade de Brasília e na Universidade de S.Paulo.

Comecei a participar da Divisão de Ensino da Editora Abril em 1970. Em colaboração, escrevi uma série -Tempo de escola -de livros didáticos destinados ao antigo primário (1a. a 4a. séries). Fazer a Cartilha foi um desafio que me obrigou a analisar uma grande bibliografia a respeito e a me interessar de perto pelo problema.

Iniciei uma época de estudos e pesquisas diversificadas, mal digerindo a violência e a arbitrariedade de que fui vítima.

Em julho de 1971, com uma bolsa do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento de S.Paulo -CEBRAP -comecei a pesquisa de campo sobre o dialeto caipira em piracicaba que se estendeu a agosto de 1972. Nessa época escrevi outra obra didática -Tempo de comunicação -para as 5^a., 6^a., 7^a. e 8^a. séries. Sua aplicação, sobretudo em escolas da periferia de S.Paulo, que pude acompanhar de perto, me deu enorme alegria e compensação profissional.

Em 1972 saiu minha nomeação para assistente do Prof. Lindley Cintra na Universidade de Lisboa. Era uma reparação que os professores portugueses tentaram oferecer a quem tinha sido espoliada do trabalho na Universidade. Fiquei em Lisboa, com bolsa de pesquisa do Instituto de Alta Cultura do Ministério da Educação Nacional, de outubro a dezembro de 1972. Com enorme constrangimento, tive que convencer o Prof. Lindley Cintra e seus colegas da Faculdade de Letras de que razões familiares me impediam de

aceitar a generosidade do convite para trabalhar em Lisboa. Aproveitei a bolsa para leituras suplementares, que sustentassem o modelo teórico da tese e escrevi grande parte dela nesses três meses de reclusão em Portugal.

Voltei ao Brasil, terminei a tese e depusitei-a na FFCLH da USP nos últimos dias de dezembro de 1972, prazo fatal para concluí-la. Defendi o trabalho em abril de 1973, obtendo a nota final 9,8 (nove vírgula oito), com distinção. O trabalho foi publicado em 1974 pela Editora Ática de S.Paulo e premiado pela Academia Brasileira de Letras em 1975.

Entre 1974 e 1978, desenvolvi um trabalho com a Televisão Educativa de S.Paulo, S.Luis, Manaus. A mais duradoura foi a de S.Luis -quatro anos. Contrataram-me inicialmente para avaliar as gravações de Português, que se destinavam ao curso ginásial (5^a a 8^a série), única fonte de ensino oficial nessas séries. Alertei-os para a minha insignificante experiência em TV educativa, mas mantiveram o convite, confiando no meu espírito crítico e na disposição para trabalhar.

Propus à TV de S.Luis, como atenuante para os problemas encontrados, um curso de atualização de teoria gramatical para os professores que planejavam, escreviam e apresentavam as aulas. O ensino era até então apenas dogmático, com conceitos ultrapassados, copiando velhos compêndios escolares. Iniciamos um trabalho que se dividia em três partes: seminários técnicos pela manhã, análise das gravações realizadas na minha ausência, na hora do almoço e, à tarde, novas gravações. Resumindo: foi uma época cheia de contradições e alegrias. Repudiava o sistema educacional exclusivamente via TV, mas reconhecia que o número de professores leigos era alarmante; aprendia a operar os equipamentos, mas custava a me adaptar às improvisações por falta de tecnologia; percebia o crescimento intelectual da equipe de Português, mas constatava que ainda faltava muito por fazer.

Viajava duas, três vezes ao ano e ficava cerca de 20 dias em S. Luis. Entre essas viagens aceitei a oferta de amigos para supervisionar o ensino de primeiro grau de uma escola para alunos de classe média alta de S.Paulo -Escola Morumbi. Vi nesse trabalho (1974 - 1976) a possibilidade de pôr em prática as teorias e os métodos de alfabetização que sempre me interessaram, junto com os estudos dialetológicos e sociolinguísticos. Nesse sentido, tive oportunidade de reformular pontos de vista teóricos e metodológicos e confirmar outros tantos que me norteavam há algum tempo.

A experiência teria sido mais proveitosa se não fosse a interferência constante da diretora e dona do estabelecimento cuja visão de lucro perturbava todo planejamento.

Entre 1976 e 1978 recebi bolsas de pesquisa da Fundação Carlos Chagas para coordenar vários projetos de análise das redações dos exames vestibulares. Como a Fundação atuava em todas as regiões do Brasil, foi possível desenvolver um trabalho comparativo das produções escritas de jovens na situação de vestibulandos. Os trabalhos eram supervisionados por Heraldo Marellim Vianna da FCC. Contratei quase toda a equipe com que tinha trabalhado antes no Projeto da Norma Lingüística Culta.

Graças ao rigor de Heraldo Vianna, aprendi a trabalhar com análise quantitativa dos dados, o que constituiu etapa decisiva para minhas pesquisas. Os Cadernos de Pesquisa da FCC publicaram o resultado de duas investigações. As verbas da Fundação, minguadas em 1979, não seriam destinadas a pesquisas lingüísticas, já que a entidade tinha outras prioridades.

Em agosto de 1979 fiz concurso de títulos e provas e fui admitida como Professor Adjunto na Universidade Federal de São Carlos, SP. Fiquei vinculada ao Departamento de Tecnologia Educacional que já nada tinha a ver com o nome e estava voltado para metodologia e prática de ensino, dentro do Centro de Ciências Humanas.

Inicialmente tive uma estranha atribuição: teria que ministrar aulas de Português a quase toda Universidade e podia contar apenas comigo mesma. A quantidade de aulas (turmas enormes) e de trabalhos para corrigir, nesse primeiro ano, mal me permitia tempo para ler jornais. Aos poucos essa situação foi se atenuando com a contratação de outros professores.

Desde 1989 somos um Departamento de Letras com 4 professores de Português (3 adjuntos e 1 assistente), .3 professores de Inglês (1 adjunto, 1 assistente, 1 auxiliar). Somos poucos. Português é disciplina obrigatória para quase toda Universidade, com exceção de Química e dos cursos da área de Saúde. Damos muitas aulas e temos uma infinidade de trabalhos para corrigir. Além disso a repetição da mesma disciplina em todos os semestres, embora com motivação e material didático diferentes, desgasta demais a equipe. Esse tipo de curso, pensado inicialmente para Brasília, em 1963, teria necessidade de revezamento a cada ano, como se fez na UNB.

Além disso temos que participar de colegiados e comissões que nos tomam muito tempo. E o preço apagar para ter um Departamento de Letras no Centro de Educação e Ciências Humanas.

Com a Profa. Helena Rosa Vieira Lima tenho um projeto - O dialeto caipira revisitado - que não pôde ainda se concretizar por falta de condições para realizar as pesquisas de campo.

Desde 1990, ainda com a Profa. Helena tenho um projeto em execução -Alfabetização de adultos na zona rural. E um projeto que tem tido seus percalços pela distribuição não programada de verbas pelo MEC. Elaboramos a metodologia e a cartilha, mas não há notícias de que virão outros subsídios para treinamento de monitores e execução do projeto.

Há esperanças de ampliação do Departamento de Letras com a criação de duas novas vagas e a implementação de um curso de Secretário Executivo, que demandará disciplinas como Francês, Alemão além de Inglês já existente. Prevê-se a contratação de dezessete docentes.

Espero que tenhamos, então, melhores condições de trabalho, tanto no ensino, como na pesquisa. A Universidade Federal de S. Carlos tem o desafio de competir com três grandes universidades estaduais, o que é sempre estimulante.

São Carlos, setembro de 1991.

Ada Natal Rodrigues